



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo: Caso dos Distritos Municipais
de KaNyaka e KaTembe

Estudante: Ezequiel Alfeu Abrahamo

Supervisora: Prof.^a Doutora Inês Raimundo, UEM – Universidade Eduardo
Mondlane

Maputo, Junho de 2021



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo: Caso dos Distritos Municipais
de KaNyaka e KaTembe

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau
de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Eduardo Mondlane

Estudante: Ezequiel Alfeu Abrahamo

Supervisora: Prof.^a Doutora Inês Raimundo, UEM – Universidade Eduardo
Mondlane

Maputo, Junho de 2021

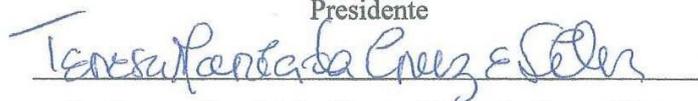
Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo: Caso dos Distritos Municipais de KaNyaka e
KaTembe

Tese apresentada em cumprimento dos requisitos parciais exigidos para a obtenção do grau
de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade

Ezequiel Alfeu Abrahamo

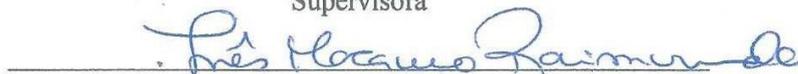
O Júri

Presidente



Professora Catedrática Teresa Maria da Cruz e Silva

Supervisora



Profa. Doutor Inês Macamo Raimundo

Arguente Principal



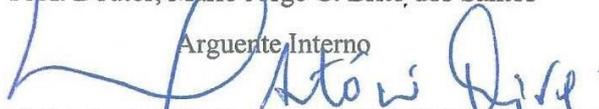
Professor Renato S. Maluf

Arguente Externo



Prof. Doutor, Mário Jorge C. Brito, dos Santos

Arguente Interno



Prof. Doutor Samuel António Quive

Maputo, Junho de 2022

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Alfeu Abrahamo

À minha mãe Rosa Chamba

Ao meu mano Vasco,

Minhas eternas referências, que sempre sonharam comigo este sonho

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que esta tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico ou num outro âmbito e que ele constitui resultado do meu trabalho individual. Esta tese é apresentada em cumprimento integral dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade, da Universidade Eduardo Mondlane.



(Ezequiel Alfeu Abrahamo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço profunda e reconhecidamente a minha esposa Albertina e meus filhos Célio, Marvin e Eric, pelo amor, carinho, atenção, encorajamento e apoio que me têm dado em todos os momentos da minha vida, particularmente durante todo o percurso até a conclusão desta tese. À minha esposa querida, vai a minha grande e eterna admiração e agradecimento por sua infinita capacidade de apoio em todos os momentos da minha vida. Obrigado a Deus por me ter dado uma esposa como a Tina. A tese não é minha é nossa.

Na hora da realização do meu maior sonho no mundo acadêmico, agradeço a minha supervisora, a Prof^a. Doutora Inês Raimundo, pela paciente e rigorosa orientação científica e metodológica que me concedeu. O agradecimento estende-se, também na orientação para a participação em conferências científicas, nomeadamente *The 7th African Unity for Renaissance PhD Colloquium 20-25 May 2017*, em Pretória onde apresentei a comunicação intitulada *Urban food insecurity in Mozambique: a hidden face of urban poverty? Convergences and similarities. A case study of five Municipal Districts of Maputo City, Mozambique*. Em Maputo, também através da minha supervisora participei na *Contemporary Issues in Food and Food Security International Conference* em Julho de 2019 na Cidade de Maputo, co-organizada pela *Commonwealth Geographical Bureau* e *Hungry Cities partnership Project* e por me ter incentivado a concorrer para o programa de doutorandos, *Queen Elisabeth Scholars*. Nesta conferência o título da minha comunicação foi *An approach to Urban Food Insecurity in the City of Maputo: a case study of KaNyaka Island*. Não menos importante, também foi através da minha supervisora que parte da minha dissertação de Mestrado foi publicada com o título *Inclusive Growth and Informal Vending in Maputo's Food Markets (2020)*.

Ao Professor Jonathan Crush da *Wilfried Laurier University*, coordenador do *Hungry Cities Partnership Project* e editor da *Série Hungry Cities and African Food Urban Security Network*, vão os meus profundos agradecimentos por me ter dado a oportunidade de ser um *Queen Elisabeth Scholar* e, assim, beneficiar de uma bolsa de estudos na *Balsillie School for International Affairs*, na *Wilfried Laurier University* do Canadá, onde realizei parte do meu trabalho de doutoramento e elaboração desta tese. Através deste programa participei em seminários organizados pela *Balsillie School for International Affairs* e durante a minha estadia (Julho-Setembro de 2018) publiquei *policy briefs* e co-autorei três artigos, nomeadamente, *Inclusive Growth and Informal Vending in Maputo's Food Markets (2020)*, *Demographic Predictors of Food Insecurity, 2019* e *Family Structure and Severe Food Insecurity in Maputo and Matola, Mozambique, 2019*.

Ao meu amigo o Doutor Cameron McCordic da *Waterloo University* que muito me apoiou durante a minha estadia no Canadá e com quem publiquei dois artigos científicos vão os meus eternos agradecimentos. Agradeço, igualmente, à Doutora Mary Caesa que me apoiou não só na organização da minha ida à *Wilfried Laurier University*, como também na participação e envolvimento em eventos científicos naquele país. Enfim, a menção de todos não cabe nestas linhas. Mas seria muito injusto não agradecer o Doutor Gareth Haysom do *Centre for African Cities* da *University of Cape Town* por, através do programa que ele estava a coordenar, ter disponibilizado uma parte dos fundos para o meu trabalho de campo no Distrito Municipal de KaNyaka, um dos cobertos pela pesquisa para esta tese. Esse apoio materializou-se pela assinatura de um contrato em 28 de Julho de 2017 com o seguinte título: *Agreement detailing Research Support for PhD Fieldwork (RS4PFW) aligned to the Hungry Cities Partnership Project*. Ainda nesta linha agradeço a Direcção Científica da UEM pelo apoio dado no financiamento do trabalho de campo no Distrito Municipal de KaTembe e na participação na 42^a Conferência Internacional Anual da *African Studies Association of Australasia and Pacific (ASAAP)*, Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia, 26-27, Novembro 2019, onde apresentei uma comunicação sobre *Reflections on food insecurity status in isolated municipalities*.

Em nota muito especial deixo, aqui, os meus agradecimentos ao Magnífico Reitor da UEM pelo apoio, confiança e encorajamento dado durante todo o processo da minha formação. Apesar das minhas inúmeras tarefas e obrigações como Director do Gabinete de Planificação, ainda assim me autorizou a continuar com os meus estudos de Doutoramento. Essa autorização foi, por mim, tomada e assumida com seriedade e responsabilidade como uma manifestação de confiança de que levaria este desafio a bom termo sem, no entanto, comprometer as minhas obrigações no Gabinete de Planificação. Muito obrigado pela confiança, Magnífico Reitor.

Os meus agradecimentos são extensivos ao até então Director do Arquivo Histórico de Moçambique, Prof. Doutor Joel das Neves Tembe (actual Vice-Reitor para área de Administração e Recursos da UEM), que me prestou um inestimável apoio disponibilizando material bibliográfico e outros recursos de consulta que constituíram parte das minhas fontes.

Não menos importante, agradeço os meus colegas do Gabinete de Planificação da UEM que, de forma incondicional souberam-me dar todo o apoio necessário durante a minha formação. Agradeço de forma especial ao dr. Adérito Notião, à dra. Joana Zamba, que souberam substituir-me na função de Director de Planificação durante as minhas ausências por motivos de participação em eventos académicos nacionais e internacionais. Estes agradecimentos são, indubitavelmente, extensivos à Salima e ao Amone, também colegas no

Gabinete de Planificação pelo seu incomensurável apoio. Obrigado a todos os colegas do Gabinete de Planificação.

Agradecimentos vão, finalmente, aos meus Professores e, em particular, à Coordenação do Curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade.

Ezequiel Abrahamo

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ezequiel', written in a cursive style.

Maputo, Junho de 2021

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	III
DECLARAÇÃO DE AUTORIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
ÍNDICE DE QUADROS.....	XV
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	XVII
GLOSSÁRIO.....	XX
RESUMO	XXII
ABSTRACT.....	XXIII
INTRODUÇÃO	1
1. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO: PORQUÊ ESTUDAR A INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE?	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
3. APRESENTAÇÃO DA TESE.....	13
4. URBANIZAÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR NA CIDADE DE MAPUTO.....	19
1.1. Segurança Alimentar urbana e Insegurança Alimentar urbana: do debate teórico à conceptualização.....	27
1.2. Pobreza e Insegurança alimentar: haverá muitas “bocas para alimentar”?	56
1.3. Resumo do capítulo I.....	63
CAPÍTULO 2: PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA.....	67
2.1. Problematização	67
2.1.2. Objectivos do estudo	68
2.1.2.1. Geral.....	68
2.1.2.2. Específicos.....	69
2.2. Metodologia	69
2.2.1. Delimitação da área de estudo	69
O Distrito Municipal KaNyaka.....	83
Cobertura da amostra no Distrito Municipal KaNyaka e recolha de dados.....	83
2.2.2. Justificação da opção metodológica.....	91
2.2.3. Unidade de análise	101
2.2.4. Método de pesquisa usado: Método Misto	103
2.2.4.1. Pesquisa quantitativa.....	103
2.2.4.1.1. Introdução.....	103
2.2.4.1.2. Indicadores vs variáveis usadas	113
2.2.4.1.3. Desenho e cálculo da amostra para pesquisa quantitativa	121
2.2.4.1.4. Instrumentos de colecta de dados.....	127
2.2.4.2. Pesquisa qualitativa.....	128
2.2.4.2.1. Introdução.....	128
2.2.4.2.2. Indicadores vs variáveis usados	129
2.2.4.2.3. Amostra para pesquisa qualitativa (Observação Participante).....	130
2.2.4.2.4. Instrumentos de colecta de dados.....	131
2.2.5.2. Processamento, análise e interpretação de dados.....	131
2.2.6. Questões éticas de pesquisa.....	132
2.3. Resumo do capítulo II	132

CAPÍTULO 3: NÍVEIS DE SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE	137
3.1. Introdução	137
3.2. As Vozes dos actores sociais sobre Segurança e Insegurança Alimentar	150
3.2.1. Uma nota ao debate sobre actores sociais: De Durkheim à Escola Francesa de Sociologia	150
3.2.2. Os Nossos Actores Sociais nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe: o Palco da Pesquisa 152	
3.2.3. A Insegurança Alimentar na perspectiva dos residentes dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.....	155
3.3. Determinação e análise dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe	167
3.4. Resumo do capítulo III	181
CAPÍTULO 4: ACESSO E CONSUMO DE ALIMENTOS PELOS AGREGADOS FAMILIARES DOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE	185
4.1. Introdução	185
4.2. Nível de consumo e acesso a alimentos pelos agregados familiares	188
4.3. Resumo do capítulo IV	196
CAPÍTULO 5: INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE: UMA AFERIÇÃO SOBRE SIMILARIDADES E DIVERSIDADE DA DIETA ALIMENTAR DOS AGREGADOS FAMILIARES (PRIMEIRO DEFINIR O CONCEITO DE DIVERSIDADE E SIMILARIDADE).....	199
5.1. Introdução	199
5.2. Segurança e Insegurança Alimentar aos olhos dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe: As vozes dos entrevistados inseguros e os seguros em termos alimentares.....	201
5.3. Insegurança Alimentar nos DM de KaNyaka e KaTembe: Que similaridades o estudo identificou?	205
5.4. Resumo do capítulo V	209
CONCLUSÕES.....	211
LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	224
BIBLIOGRAFIA	227
ANEXOS	253
APÊNDICES.....	255
APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO.....	255

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3: Distribuição percentual da população da Cidade de Maputo por áreas de residência, 1999 – 2016.....	4
.....	4
Figura 4: População total da Cidade de Maputo em 2017, por sexo, de acordo com o RGPH dE 2017.	6
Fonte: Gráfico elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.	6
Figura 5: Comparação da população da Província de Maputo e da Cidade de Maputo, nos anos de 2007 E 2017. .	7
Figura 6: Vista parcial da parte baixa da cidade de Lourenço Marques (actual cidade de Maputo) em 1905	8
Figura 1: Fotografia de alguns tipos de culturas praticadas na Ilha de Inhaca	13
Figura 2: Distritos Municipais da Cidade de Maputo.....	23
Figura 1.1: Classificação resumida das categorias (níveis) de Insegurança Alimentar	34
Figura 1.2: Diagrama de descrição dos pilares que fundamentam a resiliência	37
Figura 1.3: Níveis de medição da SA. Estrutura conceptual e determinantes próximos e intermédios de Segurança Alimentar e Nutricional.	45
Figura 1.4: Os três pilares de Insegurança Alimentar	46
Figura 1.5: Modelo relacional de correspondências das dimensões do Sistema de Monitoria de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique com os indicadores de Monitoria adoptados internacionalmente	53
Figura 1.6: Ponte Maputo-KaTembe	55
Figura 1.7: Taxa de Pobreza (%) por provincia seleccionadas, entre 1996 – 2014.....	59
Figura 1. 8: Modelo de Chambers & Conway vs Componentes e fluxos na Subsistência	61
Figura 1. 9: Diagrama de inter-relação de dimensões de SA (Disponibilidade, Distribuição, Acesso e Consumo) incluindo a dimensão “transitória/implícita”.....	63
Figura 2.1: Mapa de localização do Município de Maputo.....	70
Figura 2.2: Comparação da população total da cidade de Maputo dos anos de 2007 e 2017.....	71
Figura 2.3: Carta da cidade de Maputo assinalando a tipologia “Área desportiva ao ar livre” (Campo de Golfe da Polana).....	74
Figura 2.4 Carta da Cidade de Maputo assinalando a tipologia “Cemitério” (Cemitério de S. Francisco Xavier)..	75
Figura 2.5.: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Espaço de enquadramento”. (Jardim da Fortaleza situado na Baixa da Cidade de Maputo)	76
Figura 2.6: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Espaço Multifuncional”	76
Figura 2.7: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Frente de água” (Avenida Marginal).....	77
Figura 2.8: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Habitat seminatural”. (Barreira do Maxaquene)...	78
Figura 2.9: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Jardim público” (Jardim dos Professores).....	78
Figura 2.10: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Jardim educativo”.(Jardim Tunduro)	79
Figura 2.11: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Miradouro”, (Largo do Miradouro).	80

Figura 2.12: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Praça”, (Praça 25 Junho).....	80
Figura 2.13: Mapa de localização geográfica dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.....	81
Figura 2.14: Comparação da população total da cidade de Maputo dos anos de 2007 e 2017.....	82
Figura 2.15: População total dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe por sexo, 2017.....	82
Figura 2.16: Mapa de localização geográfica dos bairros inquiridos no Distrito Municipais de KaNyaka, 2017 ...	84
Figura 2.17: Tendência de variação da população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe entre 2007 E 2019.....	84
Figura 2.18a: Fotografia do tipo de terras usadas para a agricultura	86
Figura 2.18b: Fotografia do tipo de terras usadas para a agricultura.....	86
Figura 2.18c: Fotografia da via de acesso ao FAROL	87
Figura 2.19: Mapa de localização geográfica dos bairros inquiridos no Distrito Municipal de KaTembe, 2019	87
.....	87
Figura 2.20a: Horta com plantação de diversas verduras, Distrito Municipal de KaTembe, 2019.	88
Figura 2. 20b: Horta com plantação de legumes (couve, tomate), Distrito Municipal de KaTembe, 2019.	89
Figura 2.21a: Um dos tipos de solos usados, por exemplo, para plantio de mandioca, Distrito Municipa de KaTembe, 2019.....	89
Figura 2.21b: Um dos tipos de solos usados, Distrito Municipal de KaTembe, 2019	90
Figura 2. 22: Estrutura de suporte de um tanque de água da Associação de Camponeses do bairro de Chale, Distrito Municipal de KaTembe, 2019.....	90
Figura 2.23: Interligação entre pesquisa quantitativa e qualitativa, num estudo de caso.....	93
Figura 2. 24: Diagrama de operacionalização do Modelo teórico-metodológico	95
Figura 2.25: Alinhamento dos cinco paradigmas da Pesquisa por Métodos Mistos	100
Figura 2.26: Principais etapas do modelo teórico-metodológico de pesquisa quantitativa	104
Figura 2.27: Comparação vs combinação de métodos e indicadores “qualitativos” e “quantitativos.....	106
Figura 2. 28: Representação gráfica do algoritmo de operacionalização dos indicadores escalares de medição da InSAN.	116
Figura 2.30: Diagrama de ilustração do alinhamento das fontes de selecção dos elementos/categorias amostrais.	122
.....	122
Figura 2.31: Relação intuitiva entre o tamanho da amostra e o erro amostral.	123
Figura 2.32a: Agregados Familiares inquiridos e observados por Bairro no Distrito Municipal de KaNyaka, 2017	125
.....	125
Figura 2.32b: Agregados Familiares inquiridos e observados por Bairro no Distrito Municipal de KaTembe, 2017	125
.....	125
Figura 2.33: Sequência de etapas de selecção da Unidade Amostral primária (agregado familiar)	126
Figura 2.34: Fórmula para a conversão de variáveis para o mesmo limite inferior e superior.....	131

Figura 3.1: Proporção de agregados familiares seleccionados na amostra em relação ao total de AF de cada Distrito Municipal, 2017.....	138
Figura 3.2: Comparação da população total dos DM de KaNyaka e KaTembe com a dos DM da parte continental da Cidade de Maputo.....	139
Figura 3.3: Distribuição percentual da população dos AF abrangidos pelo estudo, por Distrito Municipal e sexo, 2017-2018.....	139
Figura 3.4: Distribuição percentual de chefes de agregados familiares abrangidos pelo estudo, por Distrito Municipal e Género, 2017-2018.....	140
Figura 3.5: Idades Máxima, Mínima e Média da população dos DM de KaNyaka e KaTembe, dos membros de AF abrangidos pelo Inquérito, 2017-2018.	141
Figura 3.6: Comparação dos Tamanhos Médios dos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe com os dos restantes DM da Cidade de Maputo, 2017-2018.....	142
Figura 3.7: Comparação dos valores máximos e mínimos da variável idade, segundo níveis de SA e InSA nos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	145
Figura 3.9: Comparação (em %) da população total abrangida pelo estudo, nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017, 2018.....	153
Figura 3.10: Principais fontes de Receitas (em %), dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 - 2018.	154
Figura 3.11: Comportamento tendencial da SA/InSA dos AF dos Bairros dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	156
Figura 3.12: O espaço social alimentar	159
Figura 3.13: Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar conforme o género do Chefe do agregado familiar, dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em 2017-2018.....	161
Figura 3.14: Correspondência entre as dimensões de Segurança/Insegurança Alimentar para a monitoramento da situação de SAN/InSAN.....	164
Figura 3.15: Respostas (%) dos AF de KaNyaka e KaTembe às perguntas sobre disponibilidade e acesso a comida, 2017-2018.	166
Figura 3.16: Modelo de Rash - <i>Item – Response – Theory</i>	168
Figura 3.17: Proporção de AF observados nos DM de KaNyaka e KaTembe cuja comida confeccionada é para ser consumida somente ao almoço ou ao almoço e jantar, 2017-2018.....	170
Figura 3.18: SA/InSA vs proporção de AF observados nos DM de KaNyaka e KaTembe cuja comida confeccionada é para ser consumida ao pequeno-almoço, almoço, ou jantar, 2017-2018.	173
Figura 3.19: Ilustração gráfica e comparativa da % de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, categorizados por níveis de SA/InSA , 2017-2018.....	175
Figura 3.20: Comparação entre o nível de InSA Média dos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe obtido neste estudo e o dos DM da zona continental da Cidade de Maputo obtido pelo SETSAN em 2017.....	176
Figura 3.21: Níveis de SA e InSA dos AF nos Bairros abrangidos pelo estudo nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	176
Figura 3.22: Fórmula para estimar as Chances de ocorrência de uma dada característica.....	179

Figura 3.23: Percentagem de agregados familiares (AF) em situação de InSAN, segundo Género do chefe do AF, por DM, 2017 - 2018.....	181
Figura 4.1: Resumo da distribuição percentual de respostas dos AF de KaNyaka e KaTembe às perguntas sobre o indicador escalar HFIAS sobre InSA , 2017, 2018.	186
Figura 4.2: Tipos de produtos vendidos no mercado informal do DM de KaTembe	189
Figura 4.3: Percentagem de agregados familiares que declararam depender da proveniência dos produtos que consomem, 2017 - 2018.....	190
Figura 4.4: Distribuição de <i>scores</i> (por grupos de alimentos) do indicador de Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	192
Figura 4.5: Proporção de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe de acordo com a sua capacidade de provisão de alimentos (MAHFP), por mês, 2017-2018	195
Figura 5.1: Senhoras (<i>Magwevas</i>) vendendo peixe e (outros mariscos – caranguejo e camarão), KaTembe, 2019.	202
Figura 5.2b: Barcos de pesca preparados para navegar para a pesca ano rio Matola, KaTembe, 2019.....	203
Figura 5.3a: Mercado Municipal destinado, especialmente, à venda de peixe, KaNyaka, 2017.....	204
Figura 5.3b: Mercado para venda de diversos produtos	204
Figura 5.4: Chances (probabilidades) de experimentar situações de SA/InSA dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.	208

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2: População total da Cidade de Maputo, por Distrito Municipal e Sexo, 2007-2019.....	6
Quadro 1: Relatórios de Estudos feitos pelo SETSAN entre 2013 e 2018.....	22
Quadro 2.2: Espaços por Categoria	73
Quadro 2.3: Método de pesquisa quantitativo vs método de pesquisa qualitativo: comparação e inter-relação analítica	96
Quadro 2.4a: Diferentes níveis de definição da pesquisa.....	97
Quadro 2.4b: Exemplo de definição de pesquisa (paradigma positivista).....	97
Quadro 2.4c: Exemplo de definição de pesquisa (paradigma interpretativista).....	98
Quadro 2.5: Os cinco paradigmas da Pesquisa por Métodos Mistos (PMM).....	99
Quadro 2.6: Resumo de vantagens e desvantagens dos métodos de estimativa (cálculo) dos níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares.....	108
Quadro 2.7: Quadro ilustrativo para a tabulação das respostas dos agregados familiares ao indicador escalar de Insegurança Alimentar (HFIAS), nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	115
Quadro 2.8: Algoritmo de criação e cálculo de categorias/níveis de Insegurança Alimentar, a partir das respostas às perguntas PHFIAS ₁ a PHFIAS ₉ do questionário.....	117
Quadro 2.9: Fórmula de cálculo do tamanho da amostra para a descrição de variáveis quantitativas e qualitativas	123
Quadro 2.10: Distribuição da amostra de AF inquiridos e observados nos DM de KaNyaka e Katembe, por Bairros, 2017.....	127
Quadro 3.1: Estatísticas Descritivas e comparativa de Médias das variáveis Idade vs HFIAP (Níveis de InSA), KaNyaka	143
Quadro 3.2: Estatísticas Descritivas e comparativas de Médias das variáveis Idade vs HFIAP (Níveis de InSAN), KaTembe.....	144
Quadro 3.3 : TMAF vs nível de prevalência de Insegurança Alimentar dos AF, por Distrito Municipal, 2017 - 2018.....	146
Quadro 3.4: Algumas variáveis usadas na análise e interpretação dos dados recolhidos nos DM de KaNyaka e KaTembe, no âmbito do estudo, 2017-2018	149
Quadro 3.5: Percentagem de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe	150
categorizados por níveis de SA/InSA 2017-2018.....	150
Quadro 3.6: Exemplos observados de formas de confeccionamento de alimentos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 - 2018.....	163
Quadro 3.7: Tabulação das respostas dos agregados familiares ao indicador escalar de Insegurança Alimentar (HFIAS), nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.....	169
Quadro 3.8: Distribuição percentual dos AF por receita (expressa em salário médio), segundo DM e categorias/níveis de InSAN, 2017-2018.....	174
Quadro 3.9: Percentagem de Agregados Familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, com acesso a alguns serviços básicos, 2017, 2018.....	177

Quadro 3.10: Características da habitação dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017, 2018.....	178
Quadro 3.11: Probabilidades, Chances/OR e Riscos dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe experimentar viver em situação de (In)segurança Alimentar, 2017-2018.....	180
Quadro 4.1: Grupos de Alimentos recomendados pela FAO vs respostas dos AF sobre se consomem ou não os produtos.....	187
Quadro 5.1: Matrix de combinação de grupos de alimentos consumidos	207
pelos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe.....	207

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AASPPS – Amostra Aleatória Simples com Probabilidade Proporcional ao tamanho da população

ADB – Asian Development Bank

AF – Agregado(s) Familiar(es)

AFSUN – African Food Security Network

AMDC – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado

AMIU – Aspiração Manual Intra-Uterina

CC – Centros Comerciais

CCAFS – Climate Change, Agriculture and Food Security

CBD – Central Business District

CdM – Cidade de Maputo

CMM – Conselho Municipal de Maputo

CS – Centro de Saúde

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DM – Distrito Municipal

DM1 – Distrito Municipal de KaMpfumo

DM2 – Distrito Municipal de Nlhamankulu

DM3 – Distrito Municipal de KaMaxaqueni

DM4 – Distrito Municipal de KaMubukwana

DM5 – Distrito Municipal de KaMavota

DSMSAS – Direcção dos Serviços Municipais de Saúde e Acção Social do Conselho Municipal de Maputo

DNP – Direcção Nacional de Saúde Pública

ESAN – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional

FAEF – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

FAEF – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal

FANTA - Food and Nutrition Technical Assistance

FAO – Food and Agriculture Organization

FEIMA – Feira Municipal de Artesanato

FI – Food Insecurity

FIES – Food Insecurity Experience Scale
FS – Food Security
GO – Guião de Observação
GoM – Governo de Moçambique
GAV – Grupo de Avaliação da Vulnerabilidade
GPlan – Gabinete de Planificação
HDDS – Household Dietary Diversity Score
HFIAP – Household Food Insecurity Access Prevalence
HFIAS – Household Food Insecurity Access Scale
HH – Household(s)
HLPEFSN – High Level Panel of Experts on Food Security and
IAF – Inquérito aos Agregados Familiares
ICA – Índice de Consumo Alimentar
IDS – Inquérito(s) Demográfico(s) e de Saúde
IESE – Instituto de Estudos Económicos e Sociais
IFPRI – Policy Research Institute
INE – Instituto Nacional de Estatística
InSA – Insegurança Alimentar
InSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional
Inhaca – Distrito Municipal de KaNyaka
IOF – Inquérito ao Orçamento Familiar
LSRO – Escritório de Pesquisas em Ciências Biológicas
MAHFP – Months of Adequate Household Food Provisioning
MD – Municipal District(s)
MEF – Ministério da Economia e Finanças
MICS - Inquérito sobre Indicadores Múltiplos
MINADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MISAU – Ministério da Saúde
MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MT – Metical (Moeda Moçambicana)

ODK – Open Data Kit (Aplicação Aberta de Armazenamento de Dados)

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

OMR – Observatório do Meio Rural.

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PDSAS – Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo

PEDSA 2011-2020 - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário para o período de 2011-2020

PMM – Pesquisa por Métodos Mistos

PF – Planeamento Familiar

PEN – Plano Estratégico Nacional de Combate ao SIDA

PHFIAS1 a PHFIAS9 – Perguntas de 1 a 9 do questionário sobre o indicador HFIAS

PIB – Produto Interno Bruto

PQG – Programa Quinquenal do Governo

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação

RL – Regressão Logística

SAI – Sistemas Alimentares

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAN/InSAN - Segurança Alimentar e Nutricional e Insegurança Alimentar e Nutricional

SAS – Statistical Analysis Software

SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

SPSS – Statistical Package for Social Science (Programa Estatístico para as Ciências Sociais)

TMAF – Tamanho Médio dos Agregados Familiares

TO - Técnica de Observação

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme (Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas)

USAID – Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional

VD – Variável Dependente

VI – Variável Independente

GLOSSÁRIO

Palavra/Expressão	Conceito
<i>Bazaras</i>	São mercados, na língua ronga. Os Bazaras incluem, também, os chamados mercados informais.
Biscate ou Ganho-Ganho	Biscate significa trabalho provisório. Pela sua natureza é irregular/inseguro. O Biscate não é legalmente vinculativo.
<i>Famílias</i>	Grupos de pessoas ligadas (ou não) por laços de parentesco, podendo (ou não) partilhar o mesmo tecto e refeição, diferentemente dos “agregados familiares” que, por definição, partilham o mesmo tecto e despesas (INE,2017).
Indicador escalar	Indicadores escalares são definidos, também, “como componentes do sistema social que descrevem o funcionamento do próprio sistema”, (Parahos, <i>et al</i> , 2013, p. 149).
Indicador <i>proxy</i>	É uma medida (escalar) indirecta ou cálculo aproximado de um fenómeno que é usado na ausência de uma medida ou cálculo directo. Também é designado de indicador indirecto. Para mais detalhes veja-se http://www.businessdictionary.com/definition/proxy-indicator.html , (acessado em 10/09/2020).
<i>Kakana</i>	Cientificamente é designada <i>Momordica balsamina</i> e que nasce espontaneamente. É um alimento (verdura) típico da Região Sul de Moçambique e que se adapta em meios áridos e semi-áridos.
<i>Madledlele</i>	São folhas de batata-doce cientificamente designadas <i>Ipomea batatas</i> .
<i>Magwevas</i>	Revendedores. Pessoas que compram mercadorias a grosso e depois vendem nos mercados (formais ou informais) a retalho.
<i>Mathapa</i>	Folhas de mandioqueira piladas. Na preparação incluem-se leite de amendoim e de coco e mariscos ou molucos.
<i>Metical (MT)</i>	Moeda moçambicana desde 16 de Junho de 1980 em substituição ao Escudo português.
<i>Mukwane</i>	Caril (feito de verduras ou carne)
<i>Ngamu yanga</i>	Minha família (<i>Ngamu</i> =Família; <i>yanga</i> =minha)
<i>Nhangana</i>	Também designado <i>mussone</i> ou folhas de feijão-nhamba, é cientificamente designado <i>Vigna unguiculata</i> .
<i>Odds Ratio</i>	Razão de Chances Obs 1: Chance (<i>Odds</i>) diferente de probabilidade (risco) ; Obs 2: <i>Odds</i> é entendido, também, como “complemento da probabilidade”, entendimento tomado neste estudo. Por exemplo: Se a probabilidade de ocorrência de um evento é 65%, a probabilidade de não ocorrência do mesmo evento é 1-65%=35% ou seja a “pessoa” Y tem 35% de chance de não experimentar a situação da pessoa Y (vide Selau e Ribeiro (2009, p. 401).
Proximidade	É um termo usado pelo autor desta tese e apenas para efeitos desta. Deve ser entendido aqui como significando “distância curta da casa do chefe/membro do AF aos centros comerciais ou <i>Bazaras</i> (dos mercados locais)”.
<i>Ratazana</i>	É um animal omnívoro cujo nome científico é <i>Rattus norvegicus</i> .

Regressão Logística	É uma técnica estatística que serve para descrever a relação entre várias variáveis independentes (X_j) e uma variável dependente binária (Y).
Risco	Risco é a probabilidade de exposição a um evento. Neste estudo, “Risco” deve ser entendido como sendo a probabilidade de exposição e prevalência à InSA, de um AF. No caso deste tipo de estudo em que se usa o método misto para a recolha de dados recomenda-se o uso da técnica de “análise do risco semi-quantitativa”.
<i>Tseque</i>	É um vegetal de nome científico <i>Amaranthus spinosus</i> que nasce espontaneamente e geralmente em lugares muito húmidos. É um alimento típico da Cidade de Província de Maputo.
<i>Xiguinha</i>	Mandioca cortada em cubos pequenos, misturada com qualquer verdura, amendoim em pó, água e ferver até cozer.
<i>Xima</i>	Farinha de milho (ou outro cereal) cozido até ficar em papa.

RESUMO

O estudo sobre Insegurança Alimentar (InSA) na Cidade de Maputo tomando como caso de estudo os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foi conduzido entre o primeiro trimestre de 2017 e o segundo de 2018 e teve como objectivos específicos determinar os níveis de InSA nestes distritos, medir o nível de acesso e consumo de alimentos pelos agregados familiares (AF) e verificar a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos AF Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. O tipo de estudo usado, foi o estudo de caso. Em termos de forma de abordagem do problema foi usado o método misto. Foram seleccionados, através de uma amostra aleatória simples com probabilidade proporcional ao tamanho da população de cada distrito, 289 agregados familiares em KaNyaka e 332 na KaTembe. O estudo revelou que o nível de Insegurança Alimentar nos distritos de KaNyaka e KaTembe, juntos em 2017, é cerca de 33%, valor mais alto que o dos Distritos Municipais da zona continental da Cidade de Maputo juntos e em 2017, que é cerca de 22%. Isto confirma a nossa de que os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu). Este gap reforça a necessidade e importância do conhecimento da Segurança Alimentar (SA) e InSA nestes dois distritos. Os agregados familiares dos distritos estudados têm uma Dieta alimentar diversificada com similaridades no tipo de alimentos que consomem, confirmando, assim, a nossa hipótese sobre a existência de similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de daqueles distritos pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos. Os diferenciais dos níveis de SA e InSA são estatisticamente pouco significativos. Os agregados familiares inquiridos em ambos distritos têm preditores semelhantes de InSA Severa, ou seja, os factores que influenciam a InSA nos dois distritos são, em geral, os mesmos. Um desses factores é o consumo diversificado de legumes. O cultivo deste tipo de alimentos é, por isso, importante para assegurar a disponibilidade destes. A pontuação (score) média para ambos os distritos é cerca de 25 (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe), não havendo, assim, diferenças estatisticamente significativas entre os dois distritos. Os resultados das observações feitas alinham com esta asserção, pois o tipo de alimentos confeccionados pelos agregados familiares observados pertence, em geral, à combinação dos mesmos grupos de alimentos

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar, Disponibilidade de Alimentos; Acesso a Alimentos, Diversidade da Dieta alimentar; Distrito Municipal de KaNyaka; Distrito Municipal de KaTembe.

ABSTRACT

The study on Food Insecurity (FI) in Maputo City, taking the Municipal Districts of KaNyaka and KaTembe as a case study, was conducted between the first quarter of 2017 and the second quarter of 2018 and had as specific objectives to determine the levels of FI in these districts, measure the level of access and consumption of food by the households (HH) and verify the existence of similarities in the diversity of the food diet of the HH of the Municipal Districts of KaNyaka and KaTembe. The type of study used was the case study. In terms of approach to the problem, the mixed method was used. 289 households in KaNyaka and 332 in KaTembe were selected through a simple random sample with probability proportional to the population size of each district. The study revealed that the level of Food Insecurity in the districts of KaNyaka and KaTembe, together in 2017, is around 33%, which is higher than that of the Municipal Districts of the mainland of Maputo City together and in 2017, which is around 22%. This confirms our view that households in the Municipal Districts of KaNyaka and KaTembe have higher levels of Food Insecurity than in the districts on the mainland of Maputo City (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo and NLhamankulu). This gap reinforces the need and importance of knowledge of Food Security (SA) and InSA in these two districts. The households in the studied districts have a diversified diet but with similarities in the type of food they consume, thus confirming our hypothesis about the existence of similarities in the Dietary Diversity of the households in those districts, as they consume foods from the same groups. . The differences in the levels of FS and FI are statistically insignificant. Households surveyed in both districts have similar predictors of severe FI, that is, the factors that influence FI in the two districts are, in general, the same. One of these factors is the diversified consumption of vegetables. The cultivation of this type of food is therefore important to ensure their availability. The average score for both districts is around 25 (26 for KaNyaka and 24 for KaTembe), so there are no statistically significant differences between the two districts. The results of the observations made are in line with this assertion, as the type of food prepared by the observed households generally belongs to the combination of the same food groups.

Keywords: Food Security, Food Insecurity, Food Availability; Access to Food, Diet Diversity; Municipal District of KaNyaka; Municipal District of KaTembe.

INTRODUÇÃO

1. Justificação do estudo: porquê estudar a Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe?

Como foi referido acima e em alinhamento com Haysom (2015, op. cit.), a questão da Insegurança Alimentar nas áreas urbanas, especialmente nos Países em Desenvolvimento, embora seja um assunto actual, ainda é uma questão relativamente pouco estudada. Por outro lado, nos dias de hoje, a Insegurança Alimentar deve ser vista e entendida, também, “como um problema de Desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento”, (Castells e Himanen, 2013: 21-25). Insegurança Alimentar não é apenas a questão de não ter alimento suficiente, mas de acesso e da qualidade desse alimento acedido pelos agregados familiares.

Ademais e como foi mencionado no ponto 1 deste capítulo, há um número limitado de pesquisas científicas publicadas sobre de Insegurança Alimentar urbana na Cidade de Maputo abrangendo, também, os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, que fazem parte da Cidade de Maputo. Estudos mais recentes, encontrados, sobre Insegurança Alimentar urbana em Moçambique, realizados na perspectiva de pesquisa e análise académica, particularmente da Cidade de Maputo, foram feitos por Raimundo et al (2008), Abrahamo (2014) e McCordic (2015). Os estudos em referência basearam-se nos métodos quantitativos, tendo usado o questionário (vide anexo 1) como instrumento de colecta de dados. Porém, esses estudos abrangeram apenas os cinco Distritos Municipais da zona continental (NLhamankulu, KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo) o que constitui uma lacuna e limitação dos estudos acima referidos para a investigação, o conhecimento e compreensão da Insegurança Alimentar em toda a magnitude da Cidade de Maputo, sobretudo em áreas com características específicas como são os casos dos Distritos Municipais de KaNyaca e KaTembe, situados na zona insular da Cidade de Maputo. Aliás, tais características (i) Distritos Municipais que fazem uma espécie de “conglomerado” de população de diferentes proveniências que se veio juntar à população que já vinha vivendo na “área urbana” vulgo “cidade de cimento”: referimo-nos à população proveniente das áreas que, Maloa (2016: 20-23), designa como sendo “Suburbana e Periurbana” mas que, de acordo com Araújo (1999^a: 173), têm um grau de urbanização relativamente pequeno e uma população ainda “ruralizada” cujo comportamento e hábitos culturais podem influenciar o perfil alimentar da população local e, por conseguinte, os níveis de Insegurança Alimentar. Aliás, acto contínuo, o mesmo autor refere que,

com a independência nacional, a quase totalidade dos estrangeiros abandonou o país e as cidades foram ocupadas por população moçambicana que, vinda dos subúrbios se deslocaram para o centro urbanizado e, oriundos do campo, se instalaram na área suburbana e também na urbana.

A combinação destes fenómenos que ainda ocorrem nos dias de hoje, pode, no nosso entendimento, explicar a actual situação em termos de proveniência da população da área urbana, digamos “cidade de cimento”, como designou o autor aqui referido, com quem alinhámos; e (ii) o seu grau de urbanização, a disponibilidade e acesso a infraestruturas e serviços básicos de saúde, educação, rede de comércio, entre outros, são questões que merecerão uma especial atenção deste estudo, pois chamam atenção sobre aspectos que carecem de explicação e compreensão para o enriquecimento da base de conhecimento sobre estes distritos. Embora o estudo de McCordic tenha incluído, ainda, o Município da Matola não abrangeu os Distritos Municipais que foram objecto deste estudo. De facto, nos estudos acima referenciados nota-se, como já foi apontado, a não inclusão dos Distritos Municipais da parte insular da Cidade de Maputo (KaNyaka e KaTembe).

A sistemática “omissão” dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em estudos oficiais, nomeadamente do SETSAN, instituição governamental que se ocupa de políticas e de estudos sobre Segurança Alimentar e Nutriciojal em Moçambique, espelha esta ‘negligência’ com implicações na definição de políticas governamentais mais abrangentes para a Cidade de Maputo no seu todo. Tal “omissão” pode ter, entre outros, como razões, (i) a pouca produção e conseqüente falta e/ou escassez de dados estatísticos actualizados sobre Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Os poucos existentes e disponíveis são muito pouco fiáveis e inconsistentes. A sua recolha e publicação é irregular; (ii) dificuldades de acesso àqueles locais, sobretudo à Ilha de Inhaca onde o acesso é feito através de um Batelão e mais tarde por um Barco (2020) ou “barquinhos” com precárias condições de segurança. No caso de KaTembe e antes da construção e funcionamento da Ponte (2018) o acesso era, também através, de um Batelão ou “barquinhos”; e (iii) dependência económica da parte continental, que mostrava uma espécie de “integração tácita” daqueles locais aos restantes DM da Cidade de Maputo. Mesmo as suas actividades económicas dependem, maioritariamente, da parte continental. Por exemplo o peixe, um dos principais produtos alimentares e fonte de receitas dos agregados familiares, é vendido na Cidade de Maputo (no continente).

Como é sublinhado no Plano Director de Saúde e Acção Social (PDSAS) do Município de Maputo elaborado em 2015, este Município

(...) tem características que incluem o urbano (urbano, sub-urbano e peri-urbano) e o rural”, os quais tiveram como origem diferentes factores, entre eles as alterações na sua classificação administrativa e incluindo os limites geográficos resultantes da “anexação” de Catembe e Inhaca, a “desanexação” de Matola e a constante mobilidade populacional (imigração, emigração e migração interna) que têm estado a contribuir para a alteração das características do Município de Maputo. (p.8)

Nesta linha e há pouco mais de vinte anos, Araújo (1999^a, op. cit), anotava que a Cidade de Maputo integra três áreas que, sendo distintas estão intimamente ligadas, asseverando, por exemplo, que

o Distrito Municipal KaMpfumo, é onde se encontra o CBD (Central Business District) e a área urbana da Cidade de Maputo. Enquanto os distritos municipais KaMaxaquene e Nlhamankulo ficam classificados como a área suburbana, onde ocorrem carências estruturais diversas. Os Distritos Municipais KaMubukwana e KaMavota seriam as áreas periurbanas onde as características urbanas e rurais por vezes confundem-se. (p.173)

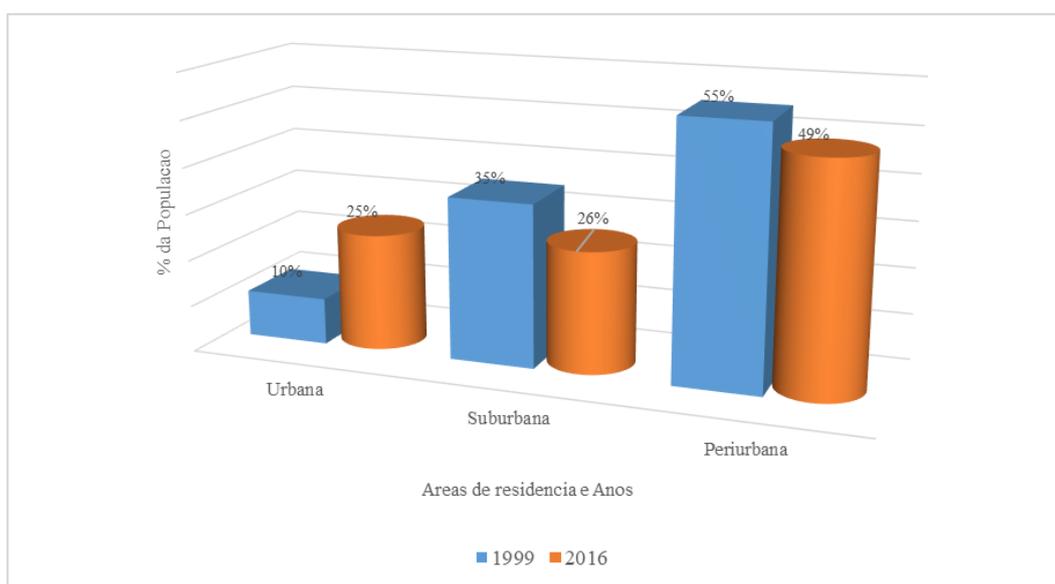
Por outro lado, Maloa (2016) apresentou uma classificação sobre a estratificação das áreas da Cidade de Maputo que, ademais, alinha com o formato de abordagem e classificação expressa no Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo aprovado em 2015. Nessa tese, o autor enfatiza a dificuldade tida, mesmo em termos de clareza sobre os “limites conceituais”, para a definição dos critérios de “delimitação de áreas” da Cidade de Maputo. Por causa dessa dificuldade no processo de definição e delimitação do urbano, (Maloa, 2016: 10) salienta, ainda, que

buscou-se captar as continuidades e discontinuidades do processo, identificando alguns arranjos que se promovem ao longo do tempo e suas múltiplas determinações, que acentuam cada vez mais a segregação urbana entre o núcleo e a periferia, organizando não apenas a dualidade urbana, mas exprimindo novas formas de segregação urbana – a gentrificação.

Para o autor anteriormente referenciado a Cidade de Maputo estrutura-se em três áreas: “cidade de cimento” (que, de facto, corresponde à área urbana), “periferias urbanas”, estas que correspondem à área que Araújo (1997) chamou de “cinturas peri-urbanas” e “cidade de

caniço” que, no entendimento do autor desta tese, correspondem ao que, no Plano Director de Saúde e Acção Social, é designado de “subúrbio”. Na Figura 3 está ilustrada a distribuição da população da Cidade de Maputo nos anos de 1999 e 2016, por área, podendo observar-se que, em termos diferenciais, os níveis de variação da população das três áreas mostram uma diminuição de cerca de 8% contra um aumento de cerca de 15% da população urbana. Este aumento que, certamente, significou pressão na oferta de serviços básicos bem como na disponibilização e acesso a alimentos, pela população urbana pode ter tido influência nos níveis de insegurança alimentar.

Figura 3: Distribuição percentual da população da Cidade de Maputo por áreas de residência, 1999 – 2016



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em Araújo (1999a:175-190) e Maloa (2016: 20 - 23)

Dos sete distritos que integram o Município de Maputo, KaNyaka e KaTembe têm características rurais. Estes dois distritos têm poucos habitantes, uma densidade populacional baixa, entre outras características rurais. Porém, ambos estão em franco desenvolvimento, sendo de destacar a melhoria das condições de acesso e transporte através da alocação de um barco grande para o transporte Maputo-KaNyaka e a conclusão e entrada em funcionamento da ponte Maputo-KaTembe que facilita a ligação entre as partes continental e insular, (DSMSAS, 2015: p. 16).

O estudo ora proposto contribuirá para a análise e conhecimento da Insegurança Alimentar urbana nos distritos da zona insular da Cidade de Maputo, alargando, ainda, o espaço de debate e investigação académica sobre InSAN urbana, despertada com realização, pelo AFSUN, em colaboração com a UEM, de um estudo sobre o "Estado da Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo", no contexto da região da África Austral. No entendimento

do autor da tese, estudos anteriores, sobretudo os realizados pelo SETSAN, contribuir, usando ferramentas apropriadas, no desenho de políticas públicas que reduzam a vulnerabilidade à Insegurança Alimentar em Moçambique.

O estudo contribuirá no alargamento do debate sobre a Insegurança Alimentar dos agregados familiares e, em particular, a análise dos seus resultados dará subsídios e elementos para posteriores pesquisas com a perspectiva académica, ajudando a preencher a lacuna existente no conhecimento da situação de Insegurança Alimentar dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Por outro lado, constituem, ainda, principais razões para a realização deste estudo (i) contribuir para a produção de conhecimento sobre Insegurança Alimentar urbana na Cidade de Maputo em particular e em Moçambique, em geral, (ii) alargar o estudo sobre Insegurança Alimentar urbana para todos os Distritos Municipais da Cidade de Maputo, abrangendo, também, os distritos da zona insular; e (iv) aprofundar e alargar a pesquisa iniciada com o estudo feito sobre este tema, no âmbito da Dissertação de Mestrado, o qual não abrangeu os DM de KaNyaka e KaTembe.

De acordo com os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, KaNyaka tinha uma população total de 5.958 em que 2.883 pessoas (cerca de 48%) eram homens e 3.075 (cerca de 52%) mulheres. Entretanto, o Censo de 2007 apurou que KaNyaka tinha uma população total de 5.216 pessoas (cerca de 52.7% mulheres e 47.3% homens). Por outro lado e segundo, ainda, os dados do mesmo Censo de 2007, KaTembe tinha uma população total 19.371 pessoas, (51.9% mulheres e 48.1% de homens). Os dados do Censo de 2017 mostrou que o DM de KaTembe tinha cerca de 28.788 dos quais 14.124 (cerca de 49%) são homens e 14.664 (51% são mulheres). A comparação da população dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo (Quadro 2) mostra que os DM menos populosos são os de KaNyaka e KaTembe cuja população, correspondendo apenas a cerca de 2% da população total dos DM da zona continental da Cidade de Maputo.

O quadro 2, cujos dados foram tomados das Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural dos Distritos da Cidade de Maputo 2007 - 2040 feitas pelo INE, mostra a distribuição da população total da Cidade de Maputo por Distrito Municipal e sexo, dos anos de 2008, 2014 e 2017, notando-se que o Distrito Municipal mais populoso da Cidade de Maputo, em 2017¹, é o de KaMubucwane, com 379.025 habitantes (cerca de 29.8% da população total da Cidade de Maputo) e o menos populoso, no mesmo ano, é o de KaNyaka

¹ Os dados do IV RGPH realizado em 2017, sobre a distribuição da população por distrito, ainda não estavam disponíveis para análises profundas. Os dados publicados são apenas os gerais referentes ao país e província.

com 5,662 habitantes (cerca de 0.4%, menos de 1% da população total da Cidade de Maputo em 2017).

Quadro 2: População total da Cidade de Maputo, por Distrito Municipal e Sexo, 2007-2019.

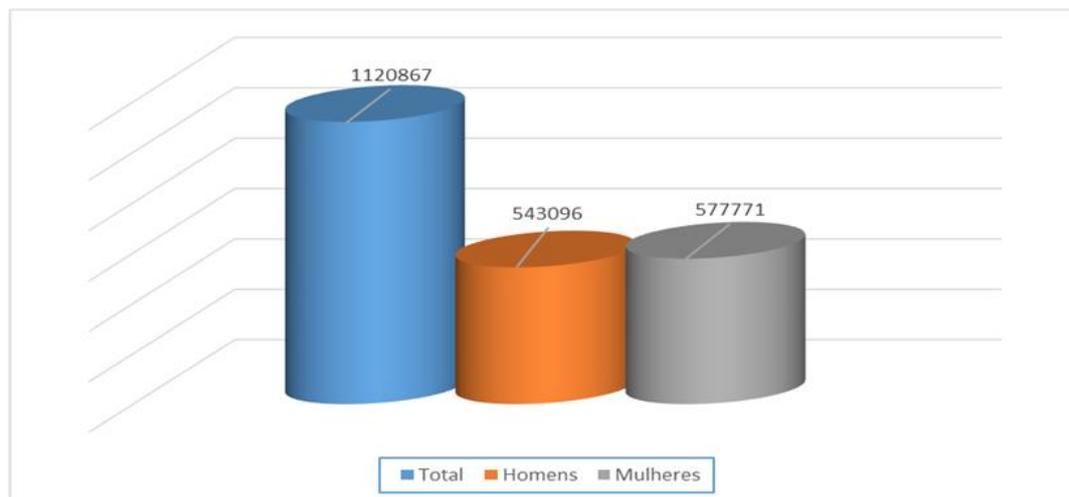
Distrito Municipal	2007			2014			2017			2018			2019		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres									
Total	1111638	535469	576169	1225868	590224	635644	1273076	610777	662299	1288722	617626	671096	3303510	1588530	1714980
NLhamanculo	227290	110576	116714	159569	77630	81939	160906	77964	82941	161353	78086	83267	129306	62410	66896
KaMavota	294967	141096	153871	341545	163376	178169	359268	171313	187954	365110	173940	191170	331968	159516	172452
KaMaxaqueni	156836	76512	80324	232248	113302	118946	233309	113479	119831	233596	113511	120085	199565	97464	102101
KaMubucwane	297657	142072	155584	353922	168928	184994	379025	180250	198775	387433	184050	203383	321438	153675	167763
KaMpfumo	109920	53188	56732	111152	53784	57368	112208	54088	58120	112569	54200	58369	80550	37975	42575
KaNyaka	19668	9474	10194	5574	2685	2889	5662	2748	2914	5689	2768	2921	6095	2918	3177
KaTembe	5300	2550	2749	21858	10519	11339	22699	10934	11764	22972	11071	11901	32248	15552	16696

Fonte: Dados tomados de INE (2010^a). Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural dos Distritos da Cidade de Maputo 2007 – 2040.

Obs.: Para a elaboração desta tabela foram tomados os dados das Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural dos Distritos da Cidade de Maputo 2007 - 2040, pois os do IV RGPH realizado em 2017, sobre a distribuição da população por distrito, ainda não estavam disponíveis.

Entretanto, o último Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2017, apurou que, a Cidade de Maputo, município onde se situam os dois Distritos Municipais que foram objecto de estudo, designadamente KaNyaka e KaTembe, tem 1.120.867 habitantes (Figura 3), dos quais 543.096 (48%) são homens e 577.771 (52%) são mulheres, tal como está ilustrado na Figura 4 que se segue. De acordo com os dados RGPH de 2017, a população da Cidade de Maputo conheceu uma ligeira diminuição em relação ao que havia sido projectado (vide Quadro 2 acima).

Figura 4: População total da Cidade de Maputo em 2017, por sexo, de acordo com o RGPH de 2017.



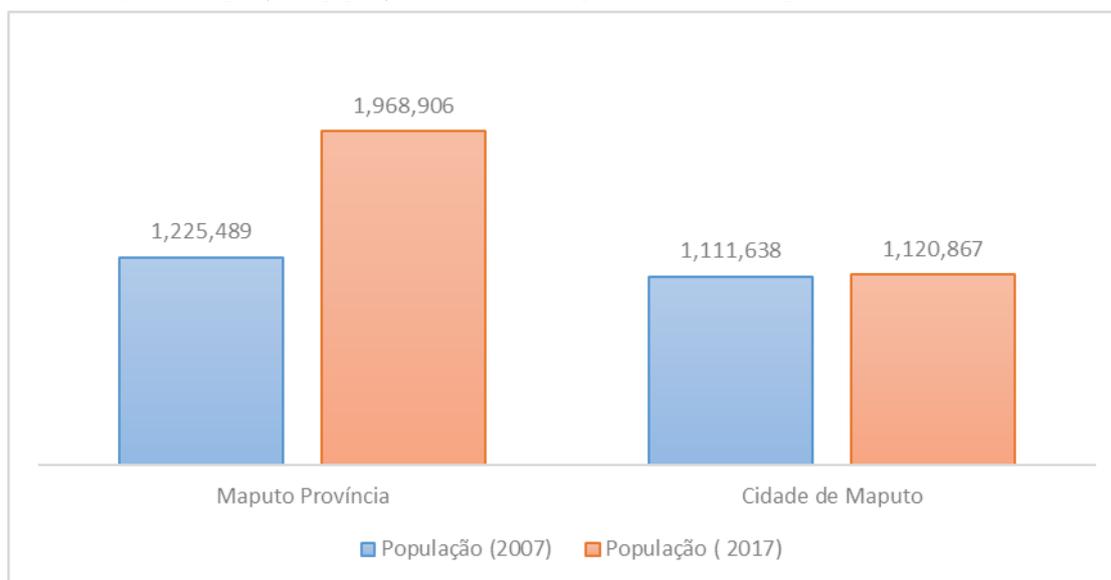
Fonte: Gráfico elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

Os dados da população do Censo de 2017 apresentados representam um certo decréscimo relativamente aos dados projectados, com base no Censo de 2007. Refere-se que o cálculo da amostra para este estudo foi feito com base nos dados das projecções do Censo de 2007, pois, até a data da aprovação do projecto de pesquisa ainda não tinha sido realizado

o IV Recenseamento geral da População e Habitação e, ainda assim os resultados oficiais apenas foram publicados em 2019 altura em que o autor da tese já estava avançado encontrando-se na fase de análise de dados. Tal decréscimo pode ter como causa, entre outras, os movimentos populacionais resultantes do surgimento e expansão de novos bairros de luxo nomeadamente, os de Belo Horizonte e Campoane no Município de Boane, Mozal no Município da Matola ou pelas facilidades de mobilidade que a Ponte Maputo-KaTembe proporciona.

A Figura 5 que se segue mostra a população da Cidade de Maputo comparada com a da Província de Maputo. Com efeito, observa-se que no período compreendido entre 2007 e 2017, a população da província de Maputo aumentou cerca de 60,7% enquanto a da Cidade de Maputo aumentou, no mesmo período, apenas cerca de 0,8%.

Figura 5: Comparação da população da Província de Maputo e da Cidade de Maputo, nos anos de 2007 e 2017.



Fonte: Gráfico elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

A Cidade de Maputo conheceu mudanças na designação dos nomes dos seus Distritos Municipais e passou a ostentar nomes que, originalmente, estão ligados à história da Cidade de Maputo. Assim, e de acordo com uma Resolução da Assembleia Municipal da Cidade de Maputo datada de 25 de Novembro de 2009, os antigos sete distritos municipais de Maputo, nomeadamente DM1, DM2, DM3, DM4, DM5, Catembe e Inhaca, passaram a designar-se KaMpfumo, Nihamankulu, KaMaxaqueni, KaMubukwana, KaMavota, KaTembe e KaNyaka, respectivamente. Entretanto, Sopa e Roque (1987) referem que a Cidade de Maputo já foi chamada “Baía da Lagoa” tendo, por volta do ano 1.544, recebido

o nome de “Lourenço Marques” (um comerciante português). Em 1887 ascendeu à categoria de cidade. Desde 1898 tornou-se capital de Moçambique, tendo mantido o mesmo estatuto de capital após a independência, passando, entretanto, a ser designada “Maputo” a partir de 1976, através de uma directiva anunciada pelo primeiro presidente de Moçambique Samora Moisés Machel, (pp. I – 207). A Figura 6 mostra a parte baixa da Cidade de Lourenço Marques no longínquo ano de 1905.

Figura 6: Vista parcial da parte baixa da cidade de Lourenço Marques (actual cidade de Maputo) em 1905



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3d/Lourenco-Marques-pe-c1905.jpg> (acessado em 23.01.2021)

Os autores anteriormente referidos e em alinhamento com (Araújo 1999a) anotam, ainda, que, em termos de infraestruturas de educação e saúde bem como actividade económica, a Cidade de Maputo tem uma posição de relevo. A maior parte dos serviços e sedes dos grandes grupos económicos e empresas, públicas e privadas localizam-se nesta cidade. O Porto marítimo de Maputo é o segundo maior da costa oriental da África e a ele confluem três linhas ferroviárias que a ligam à Suazilândia, África do Sul e Zimbabwe. A sua rede rodoviária liga-a, também, à Suazilândia, África do Sul e a todas as onze províncias do país. O maior aeroporto de Moçambique localiza-se na Cidade de Maputo. Nesta Cidade encontra-se, também, grande parte de infraestruturas de prestação de serviços o que, ademais, torna a cidade um grande polo estratégico no desenvolvimento sustentável de Moçambique, (Sopa e Roque, 1987, pp. I a 207).

2. Contextualização

O Governo de Moçambique definiu a agricultura como a base do seu desenvolvimento e suporte do crescimento da sua economia, (PEDSA, 2011-2020: 4-24).

Os problemas de Insegurança Alimentar em Moçambique resultam, entre outros, de problemas climáticos, colapso do mercado de culturas de rendimento, declínio do rendimento real e redução das oportunidades de emprego na África do Sul (World Bank: Mozambique, 1986). De acordo com Willis (2010:64), a maioria das pessoas que vivem em países pobres luta continuamente para garantir a sua subsistência face a situações sociais, económicas e, até, políticas. Nesses países, as pessoas enfrentam problemas de Insegurança Alimentar crónica devido às dificuldades ambientais encontradas tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas (FAO, 2000: 229-230). A questão da Insegurança Alimentar em África é grave. Como aponta Rosegrant et al (2005:1), apesar dos progressos que se registaram na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio adoptados no ano 2000 com vista a promover o desenvolvimento humano, reduzir a pobreza e as doenças, mais de 200 milhões de africanos sofrem, ainda, de Insegurança Alimentar e Desnutrição. Por exemplo, os problemas de Segurança Alimentar dos agregados familiares na África Austral e Oriental estão mais associados às dificuldades de acesso do que de disponibilidade de alimentos, (Teller, Tim e Yambi (1991: 15). As causas da Insegurança Alimentar diferem entre os países e dentro deles, o que exige a adopção de diferentes políticas e programas para aliviar esses problemas, (idem Teller, Tim e Yambi).

De acordo com a FAO (2012), cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo passam fome ou estão desnutridas. Nos países em desenvolvimento, mais de metade da renda familiar é gasta na aquisição de alimentos, o que torna os pobres vulneráveis a flutuações de preços (Cranfield et al, 2007; Ivanic e Martin, 2008). Por outro lado, e de acordo com Blaikie et al, (2003: 12) os sistemas alimentares estão cada vez mais expostos a múltiplos factores internos e externos de mudança, variando de choques repentinos àqueles que provocam *stress* de longo prazo e que, por sua vez, aumentam a vulnerabilidade desses sistemas provocando maiores choques (idem Blaikie et al., 2003). Várias mudanças lentas, mas importantes, como mudanças climáticas, degradação do solo, surtos de pragas, crises económicas e políticas e crescimento populacional estão aumentando a pressão ao sistema alimentar global (Rockström et al., 2009; Godfray et al., 2010; Pretty et al., 2010). As mudanças nos padrões de consumo de alimentos, sobretudo nos países em desenvolvimento, constitui, como refere a FAO (2009) um importante desafio nos dias de hoje. Adicionalmente, é de referir que os

debates sobre os Sistemas Alimentares (SAI) são, actualmente, cada vez mais entendidos como uma forma de melhorar os resultados e a sustentabilidade dessas abordagens sobre os SAI, de modo a explorar e compreender melhor as complexas relações existentes entre os componentes desses Sistemas, (Ericksen et al., 2010; Ingram et al., 2010; Garnett et al., 2013). Na verdade, trata-se, como apontam os autores aqui mencionados, de explorar também o papel e relação da resiliência nos SAI, tendo em conta que “os Sistemas Alimentares são sistemas sócio-ecológicos, formados por factores biofísicos e sociais ligados por meio de mecanismos de feedback” (Berkes et al., 2003; Ericksen, 2008a). Eles compreendem, no mínimo, as actividades envolvidas na produção, processamento e embalagem, distribuição e consumo de alimentos, (Ericksen, 2008b).

Em Moçambique, periodicamente, são feitas avaliações da situação de Segurança Alimentar e Nutricional por organismos governamentais e agências internacionais que lidam com estas matérias. São exemplos disso:

- (i) Os Inquéritos Demográficos e de Saúde – IDS, (1997, 2003, 2011);
- (ii) Inquéritos sobre Orçamentos Familiares – IOF, (2008/9, 2014/5, 2017/18, 2019/20);
- (iii) Inquéritos sobre Indicadores Múltiplos –MICS, (2008);
- (iv) O Estudo de Linha de Base da SAN, 2006,2008); e
- (v) Avaliações anuais de Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo, dos anos de 2014, 2015, 2016 e (2017/18), os quais tinham como finalidade, respectivamente: (a) 2014: fazer a monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo e abrangeu todas as capitais provinciais, excepto os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe da Cidade de Maputo; (b) 2015: fazer a monitoria da situação de SAN e InSAN pelo governo, tendo abrangido, igualmente, todas as capitais provinciais, excepto KaNyaka e KaTembe, no caso da cidade de Maputo; (c) 2016: monitorar a situação de SAN e InSAN, pelo governo; foram abrangidas todas as capitais provinciais, com excepção de KaNyaka e KaTembe, no caso da cidade de Maputo; e (d) 2017/18: monitoria da situação de Nutrição e de SAN e InSAN, tendo abrangido todas as capitais provinciais, excepto KaNyaka e KaTembe, no caso da cidade de Maputo.

Embora todos os estudos abarquem, em geral, a questão da SAN e InSAN, os primeiros quatro estudos medem a Insegurança Alimentar e Nutricional Crónica (InSAN Crónica), enquanto as avaliações anuais medem a Insegurança Alimentar e Nutricional

Aguda (InSAN Aguda), (MINADER, Programa SUSTENTA, *sine anno*). É de notar, todavia, que nenhum dos estudos acima referidos focaliza a pesquisa sobre a problemática de Segurança ou Insegurança Alimentar Urbana.

A agricultura tem um papel fundamental na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pois proporciona a disponibilização de alimentos (SETSAN, 2014, pp. 6-7). Com efeito, a agricultura fornece produtos básicos de consumo para cerca de 80% de famílias, e ocupa mais de 70% de homens e mulheres. Ademais e como referem (Massingue, Donovan & Garrett (2013: 1-4) “as famílias mais pobres (nas áreas urbana e rural) chegam a gastar cerca de 75% do seu consumo em alimentos”. Entretanto, Haysom (2015: 263-281) sublinha que a questão de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) nas áreas urbanas, embora seja um assunto actual permanece, ainda, uma questão relativamente pouco estudada, mesmo a nível de instituições de pesquisa académica. Os estudos de base sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique realizados em 2006, 2013 e 2017 pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) embora tenham abrangido, também, a Cidade de Maputo, não incluíram os distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Por outro lado, o acima mencionado estudo realizado pelo SETSAN (2013), caracterizou a situação de Segurança Alimentar em Moçambique considerando os seguintes indicadores:

- i. O Índice de Consumo Alimentar (ICA): é uma medida de diversidade da dieta e da quantidade de alimentos; é também um indicador de acesso a alimentos, bem como da qualidade alimentar e, portanto, de utilização alimentar”;
- ii. O número de meses em que o agregado familiar teve dificuldades em ter alimentos suficientes para comer nos últimos 12 meses;
- iii. Duração das reservas de cereais provenientes da produção própria;
- iv. As principais fontes de renda agrupadas em fontes seguras (salários, pensões e remessas) e extremamente inseguras (trabalho casual, vulgo ganho-ganho, pedir esmola, assistência alimentar); e
- v. O uso de estratégias de sobrevivência nos últimos 12 meses, (p. viii).

O mesmo estudo em alusão, refere, ainda, que em média, a nível nacional, a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar moderada era cerca de 23%. A Cidade de Maputo (sem incluir KaNyaka e KaTembe) registou, de acordo com esse estudo, o nível mais baixo de Insegurança Alimentar moderada comparativamente a outras cidades de Moçambique, ou seja, os agregados familiares com este nível de InSAN têm uma dieta alimentar não diversificada.

Por outro lado, o estudo de 2017, acima referido indicou que o nível de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo teve um ligeiro decréscimo, passando para cerca de 22%, nível que está abaixo da média nacional de pessoas em estado de Insegurança Alimentar que, de acordo com os dados da FAO em Moçambique referidos pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional foi estimado em cerca 35% para o período entre 2016-2018. Uma das recomendações que pode contribuir na melhoria da Insegurança Alimentar e Nutricional dos agregados familiares é o consumo de alimentos ricos em nutrientes. De acordo com o MISAU, alimentos ricos em nutrientes, são os que compõem uma alimentação balanceada e que contribuem para a saúde. Geralmente são combinações de alimentos que perfazem os grupos de alimentos recomendados no cabaz alimentar. Nesta pesquisa o consumo de produtos alimentares provenientes da agricultura, como por exemplo as hortícolas bem como os alimentos resultantes da pesca foram tomadas como indicadores indirectos para aferir sobre a qualidade de alimentos consumidos pelos agregados familiares.

A Figura 1 mostra uma das culturas (couve) produzidas e consumidas pelos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka. Anote-se que além deste tipo de culturas, os agregados familiares de KaNyaka consomem produtos provenientes do mar, principalmente peixe.

Figura 1: Fotografia de alguns tipos de culturas praticadas na Ilha de Inhaca



Fonte: UEM-FAEF (2016). Relatório feito no âmbito da visita presidencial à Ilha de Inhaca.

3. Apresentação da tese

A pesquisa científica sobre Insegurança Alimentar urbana em Moçambique e nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, em particular, os quais são parte integrante da Cidade de Maputo, ainda é pouca. Aliás, esta constatação é corroborada por Raimundo, Crush, & Pendleton (2008: 21 - 22) e McCordic (2015:12-14). Na preparação desta tese sobre Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo, tomando como estudo de caso os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe mostrou-se, como foi referido, haver um número limitado de estudos e publicações com a perspectiva de investigação científica sobre a questão de Insegurança Alimentar Urbana na Cidade de Maputo e, em particular, nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Estudos mais recentes sobre Insegurança Alimentar urbana em Moçambique, realizados na perspectiva de pesquisa e análise académica, particularmente da Cidade de Maputo (sem, no entanto, incluir os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe), referem-se aos anos de 2008 (Raimundo et al, 2008.), 2014 (Abrahamo) e 2015 (McCordic). Os estudos em referência, publicados nas Séries de AFSUN números 18 e 20, foram realizados em 2008 e 2020 por Raimundo et al (op. cit.), havendo a necessidade de alargar este debate para outros Distritos Municipais da Cidade de Maputo. O presente trabalho de pesquisa enquadra-se na discussão mais ampla sobre Segurança e Insegurança Alimentar urbana nesta Cidade metropolitana. Em nosso entender,

ao alargarmos o debate sobre o fenómeno da Insegurança Alimentar para os Distritos Municipais de KaNya e KaTembe pretendemos mostrar que, o fenómeno não só não pode ser assumido de forma apriorística, mas sim na base de uma pesquisa no terreno.

Com base em dados recolhidos em 2014 McCordic defendeu a sua tese de Doutoramento sobre “Urban Infrastructure and Household Vulnerability to Food Insecurity in Maputo, Mozambique” e, posteriormente, publicou artigos sobre “Predictors of Household Food Insecurity In Maputo and Matola, Mozambique” e “Family Structure and Severe Food Insecurity in Maputo and Matola, Mozambique”, enquanto o autor desta tese defendeu a sua Dissertação de Mestrado com o título “Análise comparativa dos Níveis de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo dos anos de 2008 e 2014”. Uma vez que os estudos até então realizados só se limitavam a parte continental da Cidade de Maputo e, porque os resultados da dissertação de Mestrado indicavam que a ausência de estudos e dados sobre Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe constituía uma grande lacuna não só a nível de conhecimento, mas também da disponibilização de informação para os investigadores e planificadores. Essa lacuna era, digamos, um ponto de desequilíbrio para a planificação do desenvolvimento do Município da Cidade de Maputo como um todo. Estes elementos constituem razões para seguir esta linha de pesquisa onde pudesse esclarecer o que estaria a acontecer na Ilha de Inhaca (actual Município de KaNyaka) e Catembe (hoje designado Município de KaTembe), considerados, em 2014 por Abrahama, como áreas isoladas da Cidade de Maputo e em 2015 por MacCordic, *op. cit.*

De acordo com os resultados do estudo feito pelo SETSAN (2017, p. 1), o nível de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo era cerca de 22%. Este estudo não abrangeu os DM de KaNyaka e KaTembe. Em termos de cobertura temporal, os dados para este estudo foram recolhidos entre o primeiro trimestre de 2017 e o segundo trimestre de 2018. O ano de 2017 é o mais próximo do período de recolha e divulgação dos resultados deste estudo, ou seja, neste ano, a Cidade de Maputo contou com dados mais recentes e actualizados sobre Insegurança. Embora estes resultados não incluíssem os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, eles são, na óptica do autor, importantes como referência em termos de informação e disponibilidade de dados para o conhecimento e compreensão do perfil de Insegurança Alimentar nos distritos em estudo, no período da realização da pesquisa. Aliás, é pois, do interesse do autor, determinar e medir o nível de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe na perspectiva de ajudar a esclarecer a penumbra resultante da sistemática omissão destes distritos em estudos anteriores e a verificar a existência ou não de similaridades na Dieta alimentar dos agregados familiares

daqueles distritos que, aliás, fazem parte do Município da Cidade de Maputo. Tal penumbra poderia, provavelmente, levar ao entendimento de que os níveis de Insegurança Alimentar dos distritos em estudo são iguais (ou próximos) dos da parte continental da Cidade de Maputo.

Por outro lado, na investigação para a elaboração desta tese e na busca da resposta à pergunta principal desta pesquisa, isto é, saber “Que níveis de Insegurança Alimentar têm os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e que factores os influenciam?”, emergiram duas perguntas de partida ou seja (i) Será que os níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe são mais altos que os dos agregados familiares dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu)?

e (ii) Haverá similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe e nos factores que influenciam a InSA? Na perspectiva de dar resposta a estas questões, e à pergunta principal colocada para este estudo, o autor formulou duas hipóteses segundo as quais os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) e há similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos.

As respostas àquelas questões e às perguntas principais ajudaram o autor a explicar e compreender a Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

A tese resulta de um estudo de caso que recorreu à investigação por métodos mistos ou *Mixed Methods Research*. Este método permite uma integração e triangulação sistemática de métodos quantitativos e qualitativos num único estudo. A adopção do Método Misto tem a vantagem de permitir a captação de informações não facilmente “captáveis” através de perguntas feitas com recurso questões colocadas no questionário. Como refere McCordic (2001), a pesquisa com recurso a Métodos Mistos é, também, muitas vezes referida como o “terceiro movimento metodológico” que conheceu um “crescente aumento de popularidade nos últimos 10 anos”, (pp. 96-108).

Neste estudo, a investigação assentou no paradigma pós-positivista que pressupõe que o investigador é influenciado por valores e conhecimentos prévios e esses podem influenciar as observações feitas pelo pesquisador. De facto e em termos metodológicos, a pesquisa analisou as relações entre as variáveis de estudo. Como refere Popper (1935)

o paradigma positivista enfatiza o estudo das relações entre variáveis ou fenómenos, cujos dados devem ser objectivamente coligidos/recolhidos e processados, com o apoio de métodos estatísticos. O "objeto" da ciência é construído pelos termos do experimento, e que finalmente, a observação é o fundamento de todo experimento científico possível. (p. 37).

Apoiando-nos nesta perspectiva, fizemos a combinação dos métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo para a colecta de dados. Foi feita, nesta linha, a observação participante que permitiu registar informações sobre o tipo de alimentos que os agregados familiares cozinham e consomem. A primeira etapa da metodologia foi quantitativa tendo-se seleccionado uma amostra de 289 agregados para o Distrito Municipal de KaNyaka e 332 AF para o DM de KaTembe. Foi usado um questionário como instrumento de colecta de dados. Na segunda etapa da nossa metodologia, foi escolhido, dentro da amostra, um corpus (universo) menor de AF para fazer uma análise qualitativa (Observação Participante), dentro desse corpus de pesquisa.

A tese está estruturada em cinco capítulos e inicia com uma **introdução** onde é apresentado o tema da pesquisa, a contextualização temática da pesquisa na qual se faz uma abordagem sobre as ligações pobreza – urbanização – Insegurança Alimentar, bem como a apresentação sumária da metodologia seguida e termina com as conclusões. Para cada capítulo são apresentadas as respectivas conclusões em forma de “caixa” e, finalmente, as conclusões gerais. Diferentemente do formato seguido na apresentação das conclusões dos capítulos, as conclusões gerais da tese, são destacadas e precedidas de uma introdução, sistematizadas, alinhadas e sequenciadas através de um ordenamento numérico. Na introdução apresenta-se, ainda, a contextualização e a pertinência do estudo. No **capítulo 1** é afluído o “Estado da Arte”, isto é, a discussão e apresentação do debate teórico em curso sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar urbana e feita a revisão da literatura sobre as actuais questões em discussão nesta problemática. Aqui, anota-se para o caso de Moçambique, o que Sen (1981) já havia referido, isto é, que “há comida, muitas vezes disponível, mesmo em condições de fome aguda”, (pp. 46-49). Não basta que os alimentos estejam disponíveis. É necessário, sim, que estejam disponíveis. Mas isso, por si só, não é suficiente para que estes estejam (sejam) acessíveis aos agregados familiares. É que, por outro lado, anote-se que Insegurança Alimentar significa, sobretudo, a incapacidade das pessoas acessar, ou seja não poderem adquirir os alimentos mesmo quando estes estão, em termos físicos e de quantidade absoluta, disponíveis.

A teoria de Amartya Sen (1981) sobre o que chamou de abordagem de Direitos² (*Entitlement Approach*) tenta explicar as causas da fome ao mesmo tempo que aborda a questão dos “Direitos” e “Liberdades” de escolha dos agregados familiares sobre o que comer. O nosso entendimento sobre isto é de que a limitação ou “pouca” liberdade de escolha, pelos agregados familiares, do que comer é, como aponta Sen (1981, op. cit) uma limitação do direito de acesso e consumo de alimentos. De facto, não se trata, quanto a nós, de uma mera limitação administrativa de direitos e liberdades, mas também uma limitação económica.

Tomando as contribuições críticas de De Waal (1981) sobre *Capability Approach* (cuja tradução aproximada nos parece ser “Abordagem de Direitos”) foi importante, neste Estudo, verificar que o baixo nível de receitas ou rendimentos dos agregados familiares, limita a sua capacidade de acesso a alimentos. Foram, igualmente, tomadas as contribuições de Chambers & Conway (1991) sobre o que chamaram de *Livelihood Approach* (que, nesta pesquisa foi entendido como sendo “Abordagem de meios de subsistência”). Nesta perspectiva, foi importante nesta pesquisa verificar se os AF têm capacidade de subsistência e resistência aos choques resultantes de flutuações no acesso e consumo de alimentos. O **capítulo 2** discute e problematiza o tema da pesquisa, apresenta a questão principal da pesquisa ou seja “Que níveis de Insegurança Alimentar têm os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e que factores os influenciam?” e duas perguntas de partida, isto é, será que os níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe são mais altos que os dos agregados familiares dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu)? e Haverá similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos distritos de KaNyaka e KaTembe? Na busca de respostas a estes questionamentos, o autor coloca algumas hipóteses como pressuposto para a pesquisa. Tais hipóteses supõem que os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) e que há similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos.

² /*Entitlement Approach*. A tradução para português é do autor desta Tese.

Ademais, apresenta-se, ainda neste capítulo, a motivação do autor para a realização desta pesquisa iniciada com a Dissertação de Mestrado apresentada em 2015 na qual destaca o fraco conhecimento sobre os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe tornando-se, assim, necessário e importante dar resposta à questão principal desta pesquisa, ou seja, “Que factores contribuem para os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe?”. Neste capítulo é, ainda, apresentada e definida a Metodologia e procedimentos na base dos quais foi seleccionada a amostra de agregados familiares para serem inquiridos (população-alvo para o estudo) bem como a escolha de AF para serem observados, isto é, o uso do Método Misto que consistiu na aplicação do Método quantitativo para a selecção de AF através uma Amostra Aleatória Simples com Probabilidade proporcional ao tamanho da população e o recurso ao Método Qualitativo - Observação Participante. É aqui onde foram, também, desenhados os instrumentos utilizados para a colecta de dados (Questionário) e para a Observação Participante (Guião de Observação), definidos os indicadores e variáveis seleccionados para a medição dos níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, definidos e incorporados no Guião de Observação os principais aspectos e formas de confeccionamento de alimentos (e outros elementos surgidos durante a observação), bem como a técnica usada para a análise, processamento e interpretação dos dados/resultados tanto quantitativos quanto qualitativos. No **capítulo 3**, onde é feita a determinação e análise comparativa dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, é abordada, também, a questão da Insegurança Alimentar na perspectiva dos residentes dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, enquadrando os agregados familiares como os actores sociais nos DM de KaNyaka e KaTembe, o palco da nossa pesquisa. Este capítulo inicia com uma breve abordagem ao debate sobre actores sociais, de Durkheim à Escola Francesa de Sociologia. A interpretação de dados feita no **capítulo 4** está focalizada na análise da questão de acesso e consumo de alimentos pelos agregados familiares dos Distritos Municipais de Kanyaka e Katembe, avaliando-se, nesta linha, os indicadores indirectos de produção de culturas agrícolas, como, por exemplo, a percentagem de agregados familiares cujo consumo de alimentos depende não só da pesca, mas, e em grande medida, de culturas produzidas na machamba. O **capítulo 5** aborda a problemática de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe procurando aferir sobre a existência ou não de similaridades ou diversidade quanto à Dieta Alimentar dos agregados familiares. Toda a análise e interpretação é feita em alinhamento com os objectivos e hipótese previamente apresentados,

procurando-se, por isso, conformar a análise e interpretação desses resultados com as perspectivas teóricas de suporte desta Tese. Para cada capítulo é feito um resumo das principais questões debatidas. Finalmente, são apresentadas, além das conclusões da Tese, algumas contribuições para estudos interdisciplinares que podem ser feitos a partir dos resultados deste estudo e limitações que se interpuseram no processo da realização desta pesquisa.

4. Urbanização e Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo

Embora a Segurança Alimentar, por si só, não seja suficiente para erradicar a pobreza é fundamental que, em qualquer estratégia de combate à pobreza se incluam e integrem, indissolúvelmente, políticas que visem garantir a Segurança Alimentar.

Em Moçambique, a pobreza é uma das faces determinantes da Insegurança Alimentar, tal como é referido nos Programas Quinquenais do Governo (PQG) 2015-2019 e 2020-2024. Aliás, Torres, et al. (2003) referem, a este respeito, que “...a pobreza ocupa o lugar de determinante principal da Insegurança Alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenómenos da fome e da desnutrição”, (pp.8-10). No mesmo alinhamento, a FAO (1996) havia adiantado a visão segundo a qual “a pobreza é uma causa importante de Insegurança Alimentar e Nutricional, de modo que o progresso sustentável visando a sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos”. Ademais, qualquer estratégia de combate à pobreza deve incluir e integrar, indissolúvelmente, políticas que visem garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.

Por outro lado, é importante referir que a agricultura urbana, embora seja, ainda, uma actividade que parece não estar devidamente enquadrada, ela tem um papel muito importante na produção de culturas de subsistência e constitui uma importante ferramenta a utilizar na promoção da segurança alimentar e na mitigação de situações de pobreza dos cidadãos de Maputo. A pobreza, como refere Sondeia (2005), cria problemas de baixa disponibilidade de alimentos e falta de alimentação adequada a todo tempo, facto que condiciona a população a ter uma vida activa e saudável, aumentando, deste modo, o número de malnutridos no país”, (pp. 20-23).

Para a UN-HABITAT (2010), a África subsaariana possui uma taxa de urbanização mais elevada do continente e a maior proporção de pessoas subnutridas. A mesma fonte refere, ainda, que este facto, por si só, faz com que a questão de Segurança Alimentar urbana constitua um assunto prioritário para as pesquisas e, mesmo, para as abordagens no contexto das políticas públicas. Entretanto, (idem Dodson et al, op. cit.), o que ocorre é que os

discursos políticos sobre Segurança Alimentar em África ainda estão focalizados na questão de produção de alimentos e fornecimento de insumos agrícolas aos pequenos agricultores nas áreas rurais apesar de haver, já, uma mudança significativa na compreensão académica da segurança alimentar, (pp. 1-12).

Por outro lado, Cecília (2020) refere a este respeito que a Segurança/Insegurança Alimentar e Nutricional urbana espelham uma ligação forte entre as áreas urbana e rural. Entretanto os formuladores de políticas e planificadores urbanos geralmente ignoram essa interdependência. A ligação e coordenação entre diferentes actores e sectores ligados à área de SAN/InSAN mostra a incontornável interdependência entre a agricultura, por um lado, e a indústria e os serviços, por outro. Segundo o autor em referência, nas próximas duas décadas, três questões relacionadas com a ligação e interdependência rural-urbana poderão emergir, designadamente:

- (1) mudanças no uso da terra em torno dos centros urbanos, de terras agrícolas para uso residencial ou industrial;
- (2) maior diversificação das fontes de renda nas áreas rurais e urbanas, muitas vezes envolvendo pessoas em migração ou deslocamento entre o campo e os centros urbanos; e
- (3) mudanças na direção e composição da migração interna, (p.5).

Como se pode depreender do exposto, a problemática da Segurança Alimentar Urbana ganha maior relevância nas pesquisas e, também, se torne uma prioridade cada vez maior nas políticas públicas em Moçambique. Não obstante, os discursos e debates públicos sobre a Segurança Alimentar em África (e em Moçambique), ainda estão amplamente focalizados na necessidade de aumentar a produção de alimentos e fornecimento de insumos agrícolas aos pequenos agricultores, sobretudo nas áreas rurais, embora hajam, já, alguma mudança significativa a nível da compreensão e abordagem académica da problemática de Segurança Alimentar urbana e sua indissolúvel ligação com a Insegurança Alimentar urbana.

A urbanização, assunto estudado por várias ciências que incluem as sociais e humanas, nomeadamente, a sociologia, geografia, antropologia, história, etc, faz parte das disciplinas que procuram estudar, compreender, regular, desenhar e planejar os processos de urbanização destacando-se o urbanismo, o planeamento urbano, o planeamento da paisagem, o desenho urbano, a geografia, entre outras. O nosso passado histórico como país outrora colonizado, os fluxos migratórios das zonas rurais para as urbanas (em que a Cidade de Maputo parece ser a mais “preferida”) podem, estes elementos todos, explicar, também, as alterações dos limites administrativos e geográficos ocorridos nalgumas cidades

moçambicanas como é o caso da Cidade de Maputo. Aliás Santos (1993) alinha nesta perspectiva, ao anotar que

O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial. No começo, a "cidade" era bem mais uma enramação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante, (p. 17).

O processo de urbanização deu lugar ao surgimento de grandes cidades, as quais foram, ao longo do tempo, perdendo os limites precisos entre elas o que, no caso da Cidade de Maputo pode explicar as redefinições e alterações dos seus limites administrativos e geográficos por exemplo, a transformação da cidade da Matola em capital da província de Maputo que, antes, era parte da Cidade de Maputo. A então “Cidade de Maputo”, igualmente capital de Moçambique, passou a ter estatuto de “Província”. Passou a haver o que se designou “Maputo Província” cuja capital é a Cidade da Matola e “Maputo Cidade” cuja capital é a actual “Cidade de Maputo”. De acordo com Sopa e Roque (1987: I a 207), a partir de 1976, através de uma directiva anunciada pelo primeiro presidente de Moçambique Samora Moisés Machel, a cidade capital de Moçambique deixou de chamar-se “Lourenço Marques” e passou a chamar-se “Maputo”.

Em termos demográficos o termo urbanização não significa apenas a redistribuição das populações das zonas rurais para assentamentos urbanos, mas também pode designar “a ação de dotar uma área com infraestrutura e equipamentos urbanos. Urbanização pode ser também o aumento proporcional da população urbana em relação à população rural, e só ocorre urbanização quando o crescimento da população urbana é superior ao crescimento da população rural.”³. Isto tem, geralmente, a ver com o crescimento rápido da população nos espaços urbanos que é característica dos Países em Vias de Desenvolvimento, como é o caso de Moçambique. O processo de urbanização não é apenas

(...) a redistribuição das populações das zonas rurais para assentamentos urbanos, mas também pode designar a ação de dotar uma área com infraestrutura e equipamentos urbanos, como água, esgoto, gás, eletricidade e serviços urbanos como transporte, educação, saúde e etc¹.

Esse processo traz consigo a necessidade de os países prestarem especial atenção à importância que esse processo representa, sobretudo no que diz respeito não só à

³ /Veja-se (<http://www.significados.com.br/urbanizacao/>, (online), consultado em 22.08.16.).

disponibilização, mas também ao acesso e consumo de alimentos. É que, como alude Araújo (1999) viver no meio urbano pode não significar, necessariamente, estar urbanizado, (pp. 175-190). Acto contínuo e na mesma linha, Santos (1993, op. cit., p. 11), assinala que “A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo condenada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções.”).

Por outro lado, Madeira da Silva (2012: 175-188) refere, ainda, nesta perspectiva, que “numa situação em que se torna difícil delimitar o urbano do periurbano e em que estes mesmos espaços se permeiam com o rural, particularmente no rápido e descontrolado processo de expansão das cidades, é necessário tomar em linha de conta o peso da produção agrária no abastecimento das cidades e sua contribuição para o consumo e rendimento das famílias da cidade capital”.

Os resultados do Estudo de base sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique realizado em 2004 pelo SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional) mostraram que cerca de 34% dos agregados familiares estavam em situação de vulnerabilidade elevada. Destes, cerca de 20.3% são classificados como altamente vulneráveis. De acordo com o referido estudo, “a infraestrutura deficitária, isolamento e o baixo poder de compra limitam severamente o nível do seu acesso aos alimentos e outros serviços básicos”. O Quadro 1 apresenta alguns relatórios de estudos feitos pelo SETSAN no período compreendido entre 2013 e 2018. Nesse período os níveis de Insegurança Alimentar melhoraram significativamente tendo, em 2017, atingido cerca de 22%.

Quadro 1: Relatórios de Estudos feitos pelo SETSAN entre 2013 e 2018

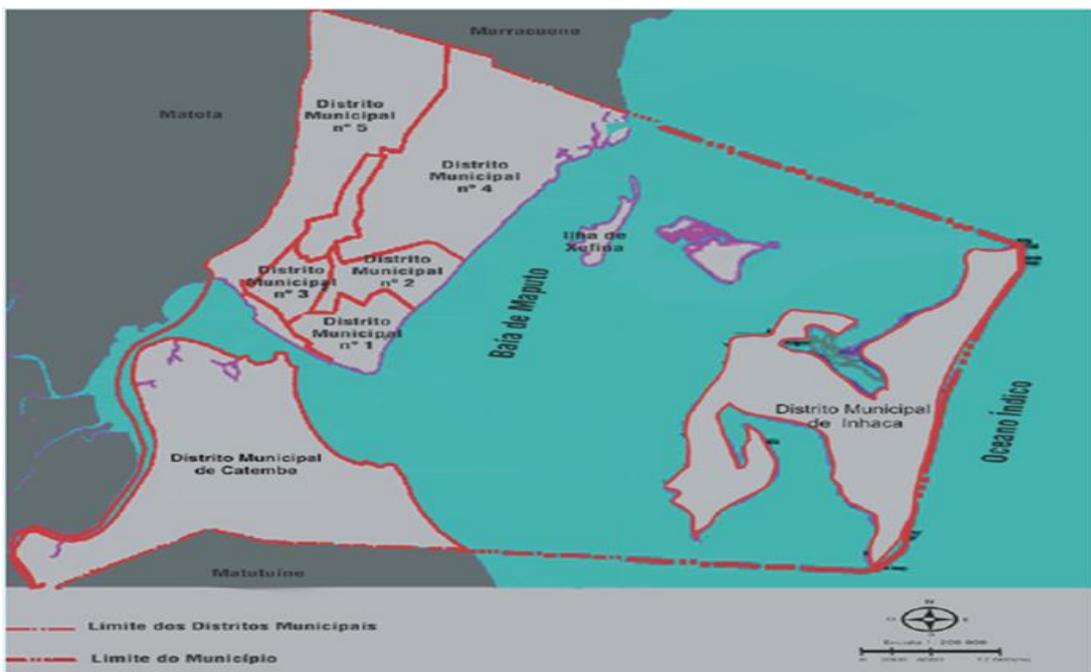
Ano de realização/publicação	Título	Natureza/Objectivo	Autor(es)	Cobertura
2013	Relatório de Estudo de Base de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique	Monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo	SETSAN	Todas as capitais provinciais, excepto os DM de KaNyaka e KaTembe da Cidade de Maputo
2014	Relatório de Avaliação Rápida da situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique	Monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo	SETSAN	Todas as capitais provinciais, excepto os DM de KaNyaka e KaTembe da Cidade de Maputo
2015	Relatório de Avaliação Rápida da situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique	Monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo	SETSAN	Alguns Distritos seleccionados em todo o país
2016	Classificação de Insegurança Alimentar Aguda em fases	Monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo	SETSAN	Todas as capitais provinciais, excepto KaNyaka e KaTembe, no caso

	IPC: Julho 2016/Fevereiro2017			da cidade de Maputo
2017	Relatório de Monitoria da Insegurança Alimentar Aguda, Outubro-Novembro de 2017	Monitoria da situação de SAN e InSAN, pelo governo	SETSAN	Todas as capitais provinciais, excepto KaNyaka e KaTembe, no caso da cidade de Maputo
2018	Relatório Final de Avaliação Sazonal de Nutrição, Março-Abril de 2018	Avaliação Sazonal de Nutrição	SETSAN	Todas as capitais provinciais, excepto KaNyaka e KaTembe, no caso da cidade de Maputo
	Relatório de Avaliação de IPC (Insegurança Alimentar Aguda)	Resultados das análises de IPC conduzidas em 36 distritos, no período de Abril-Maio de 2018		Todas as capitais provinciais

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, com base em SETSAN (2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018)

Porém, para o compreensão e conhecimento da Insegurança Alimentar urbana (em toda a magnitude da Cidade de Maputo) é fundamental e necessário estudar e conhecer, também, a situação de InSAN nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, parte integrante do Município, ou seja, da Cidade de Maputo. Aliás, foi também, referido por McCordic (2016: 10-13) na sua tese de Doutoramento intitulada “Urban Infrastructure and Household Vulnerability to Food Insecurity in Maputo, Mozambique” que compreender a Segurança Alimentar da Cidade de Maputo requer que seja vista a cidade como um todo, isto é, incluir a parte territorial que se encontra na margem oriental da Baía de Maputo ou seja, os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, como ilustra a Figura 2.

Figura 2: Distritos Municipais da Cidade de Maputo



Fonte: Município de Maputo. Perfil Estatístico do Município de Maputo, 2004-2007

(com actualização dos nomes - veja legenda abaixo - feita pelo autor).

Legenda: Nomes actuais dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo

Designação do distrito da Cidade de Maputo entre 1986 e 1997	Designação do distrito da Cidade de Maputo entre 1997-2009	Designação do distrito da Cidade de Maputo desde 2009-
Distrito Urbano nº 1	Distrito Municipal nº 1	Distrito Municipal Kampfumo
Distrito Urbano nº 2	Distrito Municipal nº 2	Distrito Municipal KaMaxaqueni
Distrito Urbano nº 3	Distrito Municipal nº 3	Distrito Municipal NLhamankulo
Distrito Urbano nº 4	Distrito Municipal nº 4	Distrito Municipal KaMubukwana
Distrito Urbano nº 5	Distrito Municipal nº 5	Distrito Municipal KaMavota
Distrito Urbano nº 6 (Catembe)	Distrito Municipal da Catembe	Distrito Municipal KaTembe
Distrito Urbano nº 7 (Inhaca)	Distrito Municipal de Inhaca	Distrito Municipal KaNyaka

Fonte: Silva, A. N da (2011) & Cumbane, R. (2015).

Ademais e reforçando a sua ideia, o autor acima referenciado aponta que o conhecimento da InSAN em toda a magnitude da Cidade de Maputo é “essencial para compreender a interseção entre vulnerabilidade urbana e Insegurança Alimentar como um problema de sustentabilidade alimentar”. Estudos feitos pelo SETSAN nos últimos cinco anos mostram melhorias dos níveis de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo.

Por outro lado como alude (Grady, H., personal communication, Jul 03, 2013) apud Abrahamo (2015: 4-5) “durante décadas reconheceu-se e estabeleceu-se uma ligação entre alimentação, população e o crescimento das cidades, sobretudo em termos de população e a área de terra por esta ocupada ou utilizada”. Durante essas décadas, refere ainda o autor, “estudos eram feitos com vista a identificar e encontrar o *nexus* entre cidades e agricultura”, numa reflexão que visava identificar uma forma que pudesse resultar no que o autor em apreço designou “alimentar mais com pouco”. Foi essa linha de reflexão que permitiu ao aludido autor, identificar “três das maiores tendências da Segurança Alimentar e Nutricional” as quais alinham com as diferentes perspectivas de abordagem do conceito de Segurança Alimentar e sua operacionalização. Tais tendências são,

Tendência 1: Expansão das áreas urbanas

Esta tendência refere-se ao facto de que, nas próximas décadas, o crescimento populacional ocorrerá, sobretudo, nas cidades. Como aponta o autor, “grande parte desse crescimento é em assentamentos informais, (...), com serviços de má qualidade”.

Tendência 2: Demanda de alimentação

A segunda tendência é a que sugere “maior demanda (procura) de alimentos ricos em nutrientes, pelos moradores urbanos”.

Tomando a perspectiva desta “tendência”, será importante compreender se os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe podem ser

explicados pelo tipo de alimentos consumidos ou por outras variáveis intermédias que possam, igualmente, ajudar a explicar tais níveis. Por outro lado, será interessante analisar se a sua localização geográfica pode ter alguma influência na disponibilidade e acesso a alimentos e, por conseguinte, nos níveis de Insegurança alimentar.

Tendência 3: Mudanças climáticas

Trata-se da tendência sobre mudanças climáticas, tendência que, segundo o autor acima referido, “irá influenciar e moldar o futuro da Segurança Alimentar nas cidades e cujo impacto, far-se-á sentir, de forma significativa, na capacidade de produção agrícola ao longo deste século”.

McCordic (2015, op. cit.) refere, a este respeito, que o “futuro parece indicar que a população será cada vez mais urbana”, (pp. 12-14). Porém, embora tal facto traga consigo benefícios arrasta, também, consigo, situações de vulnerabilidade. Uma dessas situações de vulnerabilidade é a Insegurança Alimentar dos agregados familiares, fenómeno que, como refere ainda o autor anteriormente mencionado “poderá, provavelmente, tornar-se algo cada vez mais comum, à medida que os riscos de escassez de alimentos se tornarem mais frequentes devido às mudanças climáticas”. Ademais, e referindo-se à importância do conhecimento sobre os factores que influenciam o padrão de consumo de alimentos da população e que podem ter influência nos níveis de Insegurança Alimentar, Timmer, Falcon & Pearson (1983: 30-31), apontam que o conhecimento sobre Segurança Alimentar é “(...) de suma importância para a aferição, estudo e conhecimento dos níveis de Insegurança Alimentar de grupos populacionais da sociedade”, enquanto Raimundo e Frayne (2012:97) referem, nesta linha, que “é dentro da rápida urbanização que, com o agravamento da pobreza urbana e o aumento das severas condições climáticas, que a Insegurança Alimentar se tornará cada vez mais severa na Cidade de Maputo”.

CAPÍTULO 1: ESTADO DA ARTE

1.1. Segurança Alimentar urbana e Insegurança Alimentar urbana: do debate teórico à conceptualização

Vários estudos, entre eles, de Crush e Frayne (2010), Raimundo e Frayne (2012), Raimundo, Crush, e Pendleton (2014), McCordic (2015) e Haysom (2016) apontaram que na África Austral a Insegurança Alimentar é, por um lado, vista, geralmente, como um problema que afecta os agregados familiares das áreas rurais e que, por outro lado, como um problema cuja solução deve resultar do aumento da produção agrícola dos pequenos agricultores das zonas rurais (Vogel e Smith, 2002; De Klerk et al., 2004; Misselhorn, 2004; Hendriks, 2005; Maunder e Wiggins, 2006; Aliber e Hart, 2009; Matshe, 2009; Altman e Jacobs, 2010).

Em África, continente que está conhecendo um rápido processo de urbanização e crescimento populacional, as discussões sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar urbanas têm sido, entretanto, negligenciadas. Aliás, embora se trate de questões relevantes que deveriam merecer grande atenção em debates sobretudo na esfera académica e nas pesquisas, não têm tido o devido destaque. Mesmo “(...) no âmbito dos debates sobre o desenvolvimento no mundo em geral e, sobretudo na África Austral, em particular”, essa não tem havido destaque, como asseveram, por exemplo, Crush e Frayne, (2011, p. 527). Entretanto, os desafios de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) enfrentados pelos pobres das áreas urbanas bem como os factores que afectam os sistemas alimentares urbanos, não podem continuar a ser ignorados ou marginalizados. Em Moçambique, a questão da disponibilidade de alimentos constitui preocupação e desafio. Porém e como aconselham Leão e Maluf (2012, p. 46) *apud* Vunjanhe e Adriano (2015),

Mais do que olhar-se para a segurança alimentar na perspectiva de disponibilidade física de alimentos (food security) independentemente da sua origem, modos de produção, ou adequação a cultura local, o governo socialista teve o mérito de introduzir ideias embrionárias da Soberania Alimentar. Para o presente estudo, entenda-se Soberania Alimentar como o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígena de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, no qual a mulher desempenha um papel fundamental, (p. 14).

Por outro lado, o debate teórico sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SA) tem-se mostrado estar intrínseca e indissolivelmente ligado às discussões sobre Insegurança Alimentar pois a SA existe ou se verifica na medida em que os agregados familiares (AF), portanto as pessoas que os constituem, têm capacidade de adquirir e consumir alimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades alimentares diárias, sempre que aqueles disponíveis e acessíveis e a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) quando os AF estão desprovidos do que foi anteriormente mencionado. Mais ainda, em Moçambique e em alinhamento com a evolução das abordagens feitas nos últimos tempos (veja-se, por exemplo, Leão e Maluf, 2012 - no Brasil, relatório da FAO 2021 no qual faz uma avaliação global da fome e da Insegurança Alimentar) o conceito de SA tornou-se, também, mais abrangente e passou a acrescentar o adjetivo “nutricional” à expressão “segurança alimentar” antes utilizada. Com isso, pretendeu-se estabelecer ligação entre as abordagens socioeconómica e de saúde e a questão da nutrição que, de facto, fora a base da evolução da noção de “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”. Esta noção de SAN integra, já, uma perspectiva intersectorial. Ao alinhar nesta abordagem, o SETSAN faz fé ao seu mandato como órgão cuja vocação é fazer estudos que permitam disponibilidade de dados e monitoramento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique. Por exemplo, os relatórios publicados em 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 tomados neste estudo mostram este facto.

Em alinhamento com os debates e perspectivas apresentadas acima, será tomada, nesta tese, a sistematização das definições sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Insegurança Alimentar e Nutricional propostos pela/por FAO (2021, op. cit), Burlandy (2007, op. cit.), Maluf e Menezes (2008) e Leão e Maluf (2012). Os debates destes autores convergem em que Segurança Alimentar e Nutricional é o acesso de todas as pessoas em todos os momentos a alimentos suficientes que lhes permitam desfrutar uma vida activa e saudável e inclui no mínimo: (i) a pronta disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros e (ii) a capacidade de adquirir alimentos socialmente aceitáveis (sem, por exemplo, recorrer a alimentos provenientes de emergência, roubo ou outras fontes (Bickel, 1996 e FAO, 2015). Por outro lado, Insegurança Alimentar e Nutricional Nutricional é a situação em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes e nutricionalmente adequados e seguros para satisfazer as suas necessidades alimentares diárias.

Esta definição de SAN e InSAN abarca o facto de que, nos agregados familiares, a SAN/InSAN é, de facto, resultado de um conjunto de determinantes. Corrobora com as

observações de Sly (2018) de que a definição de Segurança Alimentar “sugere a adequação dos alimentos à sociedade, a distribuição equitativa, o fornecimento confirmado, o acesso justo, fontes sustentadas, etc.” e nela está implícita a "preocupação com as fontes seguras de todos os alimentos, isentos de contaminação química e microbiana evitável (...)”. Ademais, a situação de SAN/InSAN facilita o surgimento de outros factores intermédios que, potencialmente afectam o bem-estar físico, mental e social das pessoas. Hoje reconhece-se, amplamente, que os efeitos podem ser tanto de natureza nutricional como não nutricional, (FAO-Brasil, 2015: 8).

Entretanto, as discussões sobre esta problemática ainda continuam a ser um desafio teórico permanente a nível global. É que as desigualdades entre as condições de vida nos agregados familiares podem também significar que o estado de InSA nos agregados familiares manifesta-se de forma desigual e, até, desproporcional. Como se pode constatar, apesar das mudanças positivas que se verificam a nível global no que se refere ao estado da Segurança Alimentar e Nutricional, os relatórios recentes da FAO sugerem, entretanto, que em África, o número total de pessoas subnutridas continua a aumentar (Haysom, 2016). Até à década de setenta acreditava-se que a produção insuficiente de alimentos era o determinante básico da fome no mundo. Entretanto, já na década de oitenta ficou evidente que, de facto, o problema de Segurança Alimentar e, por conseguinte, de Insegurança Alimentar não era de escassez ou falta de alimentos, mas, como aludiram Leonor e Pacheco (2008) “nas desigualdades na distribuição dos alimentos”, (pp. 7s-13s). Na verdade, o aumento da produção de alimentos não foi a resposta para o problema da fome, pois a questão residia na distribuição destes de modo a abranger a população. Foi neste contexto que a FAO (1983a) no Relatório da 8ª Sessão do seu Comité sobre Segurança Alimentar no Mundo realizado em Roma, alargou a abordagem conceptual passando a adoptar a actual definição de SA que inclui três objetivos específicos, nomeadamente “(i) garantir a adequação dos suprimentos alimentares; (ii) otimizar a estabilidade dos suprimentos; e (iii) garantir o acesso aos suprimentos disponíveis para todos os que precisam deles”. Esta definição foi prontamente adoptada por outros órgãos importantes como, por exemplo, o Conselho Mundial de Alimentação (World Food Council), o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (Economic and Social Council of the United Nations) e o Conselho e Conferência da FAO (Council and Conference of FAO) e constitui a base para o consenso internacional à volta das ações posteriores a realizar a nível global, regional e nacional para se alcançar a Segurança Alimentar no Mundo. Por outro lado, a Insegurança Alimentar foi entendida como sendo a falta de “acesso a alimentos suficientes para uma vida activa e

saudável”. Na mesma linha da FAO e enquadrando esta perspectiva num debate sobre pobreza, em 1986 o Banco Mundial descreveu a SA como, essencialmente, uma questão de “garantir a demanda efectiva, ao invés de vez de uma questão de abastecimento de alimentos”, ou seja, a SA “tem a ver com o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, a alimentos suficientes para uma vida activa e saudável e pode ser vista como um investimento em capital humano”. Com efeito, a relação entre pobreza, fome e questão alimentar foi ganhando maior atenção, reconhecimento e refinamento conceptual, do que resultou a definição e, até, identificação de grupos vulneráveis. Estas abordagens, alinham, também, com a perspectiva apresentada por (Sen, 1981), sobre o que chamou de “direito à alimentação”, (pp. 45-51). Nessa perspectiva, a noção de Segurança Alimentar passou a ser construída e, inicialmente, assente sobre a ideia de acesso aos alimentos (idem Leonor & Pacheco, op cit., loc. cit.). Nesta linha, Johnson-Welch et al (2000:3) define Segurança Alimentar como o grau de acessibilidade aos alimentos e sua adequação em qualidade e quantidade, para responder às necessidades alimentares de todos os membros do agregado familiar ao longo do ano anotando, ainda, que o acesso aos alimentos depende da renda (em dinheiro ou em espécie).

Porém, durante as duas últimas décadas, foram acrescentados, à noção de Segurança Alimentar, outros aspectos tais como, por exemplo, a noção de qualidade da dieta, o respeito aos hábitos alimentares dos diferentes grupos culturais, a ideia de alimento seguro e de Insegurança Alimentar urbana. Esta abordagem que integra perspectivas de saúde e segurança de alimentos (*food safety*) alarga, como aponta Pinto (2013: 10), o foco do debate conceptual, o acento da questão de Segurança Alimentar passa, também, a olhar para o indivíduo, e não apenas para o contexto nacional ou de agregado familiar. Esse foco, leva a considerar pelo menos duas questões levantadas por Hoddinott (1999) nomeadamente:

(i) a forma como a alimentação é distribuída dentro do agregado familiar, evitando o acesso desigual aos alimentos pelos diferentes membros deste;
e

(ii) a utilização biológica dos alimentos por parte dos indivíduos, levando em consideração a forma como os alimentos são assimilados pelo organismo e transformados em energia necessária para satisfazer as necessidades dietéticas mínimas, (p. 7).

Um outro aspecto destacado foi a incorporação dos conceitos de *equidade* e *sustentabilidade ambiental*. Ademais, teve-se também em consideração, no mesmo período, a necessidade de satisfação de outras necessidades básicas, tais como saúde, educação e habitação, para se

alcançar a plenitude da Segurança Alimentar. Já no começo dos anos ‘80’ não era possível falar de Segurança Alimentar como sendo apenas uma questão de disponibilidade de alimentos sem, pelo menos, “fazer referência à importância do acesso e direito a alimento”, Maxwell (1996, p. 157). Aliás e a alinhar com esta visão, Sen (1981, op. cit.) apontou que “há comida suficiente, muitas vezes disponível, mesmo em condições de fome aguda”, ou seja e por outras palavras, não basta que os alimentos estejam disponíveis. Ademais e parafraseando Sen acima referido se, de um lado, a malnutrição pode perpetuar a pobreza e a privação, por outro lado a pobreza agrava a malnutrição e gera Insegurança Alimentar. Na verdade, em muitas situações a fome não é causada directamente pela falta de alimentos, mas pela incapacidade financeira de comprar alimentos. A pobreza determina acesso insuficiente aos alimentos devido ao baixo rendimento familiar. Grafton, Daugbjerg & Qureshi, (2015:180) reforçam as abordagens anteriormente sobre a problemática da disponibilidade *versus* acesso afloradas ao afirmarem que nos dias de hoje as pessoas passam fome não porque não haja comida suficiente no mundo, mas porque não podem comprar alimentos ou não têm os meios para produzi-los. O grande problema reside, de facto, no acesso aos alimentos. A Insegurança Alimentar resulta, por assim dizer, de uma equação complexa que inclui duas variáveis: disponibilidade de alimento *vs.* capacidade de aquisição. Essa visão de Sen de escassez onde há abundância é muito notória nas áreas urbanas da África contemporânea (Frayne *et al*, 2010, p. 7). É, também, nesta linha que (idem Castells & Himanen, 2013, op. cit) asseveram que “nos dias de hoje a Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar devem ser vistas, e compreendidas, também, como uma questão de Desenvolvimento, sobretudo nos países em desenvolvimento (...)”. Este entendimento parece ser aplicável para Moçambique. Reforçando a aborgagem dos autores anteriormente referenciados e alinhando na mesma perspectiva, Ferreira (2018) refere que

A humanidade dispõe hoje dos recursos necessários para erradicar a pobreza extrema no espaço de uma geração, para acabar com a fome e com todas as formas de subnutrição, tal como estabelecido nos novos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável. Mas estarão os modelos e políticas internacionais a contribuir para a segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de desenvolvimento e de direitos humanos? As políticas e medidas implementadas são coerentes e coordenadas, potenciam o contributo sustentável do setor agrícola para o desenvolvimento e protegem os mais pobres e vulneráveis? Como assegurar uma ligação mais efetiva e positiva entre segurança alimentar e desenvolvimento? (p. 15)

Numa outra perspectiva, Bickel e De Grandpre, (1996, pp. 69-95) e o Escritório de Pesquisas em Ciências Biológicas (LSRO) da Federação das Sociedades Americanas de Biologia Experimental publicaram um documento sobre Segurança Alimentar e a sua mediação e propuseram uma definição e uma abordagem que vai para além de uma perspectiva nutricionista e de saúde pública, mas também de pesquisa e conhecimento da Insegurança Alimentar nas áreas urbanas. Entretanto, é de sublinhar que os níveis de Segurança/Insegurança Alimentar podem ser tomados como indicadores indirectos para avaliar o grau de acesso dos agregados familiares aos serviços básicos (de saúde, educação e infraestruturas) e, por conseguinte, o seu nível de vida. Já em 1976 Amartya Sen observou que as medidas de Segurança Alimentar agregadas a nível nacional eram insuficientes para captar o fenómeno de Insegurança Alimentar. Nessa perspectiva, Sen sugeriu que essas medidas deveriam ser tomadas na escala do indivíduo pois alguns indicadores como, por exemplo, as médias nacionais, podem “escamotear as características de pobreza contextualmente relevantes”. Por outro lado e em 1981, Sen publicou a obra “Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation”, na qual fez uma profunda abordagem e pesquisa sobre a pobreza e sua relação com a Insegurança Alimentar, tendo desenvolvido a sua teoria conhecida como “Entitlement approach”. Entretanto num outro trabalho sobre “Poverty: An ordinal approach to Measurement” publicado em *Econometrica*, 44 (2), 219 – 23, no ano de 1976, Sen introduziu o debate que contribuiu para os posteriores desenvolvimentos de algoritmos de medição da Insegurança Alimentar. Nesta mesma perspectiva e em (1981) o autor anteriormente referido avançou com uma abordagem microeconómica de um conceito que antes era abordado e conceptualizado como um fenómeno macroeconómico, ou seja, de uma perspectiva de análise “geral” aprofundou as suas abordagens fazendo-as incidir sobre o “indivíduo” como “elemento” de um agregado familiar. Esta visão analítica de Sen (1981, op cit) que o mesmo autor havia apresentado em anos anteriores tornou-se uma valiosa contribuição para o desenvolvimento de técnicas de medição da Insegurança Alimentar. A medição da Insegurança Alimentar depende, ainda, da qualidade de informações de base necessárias para se obter uma imagem do estado de InSAN a partir de um momento inicial no tempo. (Jacobs, 2009). A pesquisa e recolha de dados para esta tese teve, como referência temporal, o ano de 2017 que, por motivos organizacionais, entre eles o acesso às informações de base para a localização das áreas seleccionadas estendeu-se até ao ano de 2018. Anote-se que as informações e dados básicos recolhidos permitiram, parafraseando o autor acima mencionado, obter informações sobre “os agregados familiares que não têm acesso à alimentação adequada”. Entretanto teve-se

sempre em atenção, na análise e interpretação dos dados recolhidos, o facto de haver uma certa “proliferação de indicadores que não estão isentos de controvérsia (Rottenburg, e Merry., 2015:24). Como aludem Bartl, Papilloud, e Terracher-Lipinski, (2019: 8-9) quando falam do que chamam “Governando por Números”⁴, os indicadores não são ferramentas de medição neutras pois eles transformam o mundo que descrevem, isto é, “moldam o mundo social definindo expectativas por meio de seus princípios metodológicos, bem como de seus processos de produção sociais e tecnológicos”, (idem Bartl, Papilloud, e Terracher-Lipinski, pp. 7-9). Anand e Sen, (1994b) e Fioramonti, L., (2013:14) mencionam, a título de exemplo, que o uso do indicador sobre o PIB tem sido criticado pelo seu papel quase hegemónico como base informacional para a tomada de decisão. Entretanto, de acordo com Foucault, (2006: 18-19) a produção de conhecimento e, portanto, de estatísticas (oficiais) torna-se crucial para governar a sociedade moderna.

Mais ainda, foi importante ter em consideração o valor e importância que os indicadores possuem para ajudar a tomada de decisões colectivas, observando, entretanto, o que “os críticos alertam para a sua utilização ingénua, por exemplo na política, bem como para as diferentes questões metodológicas associadas à sua produção”, (Mayntz 2017: 2).

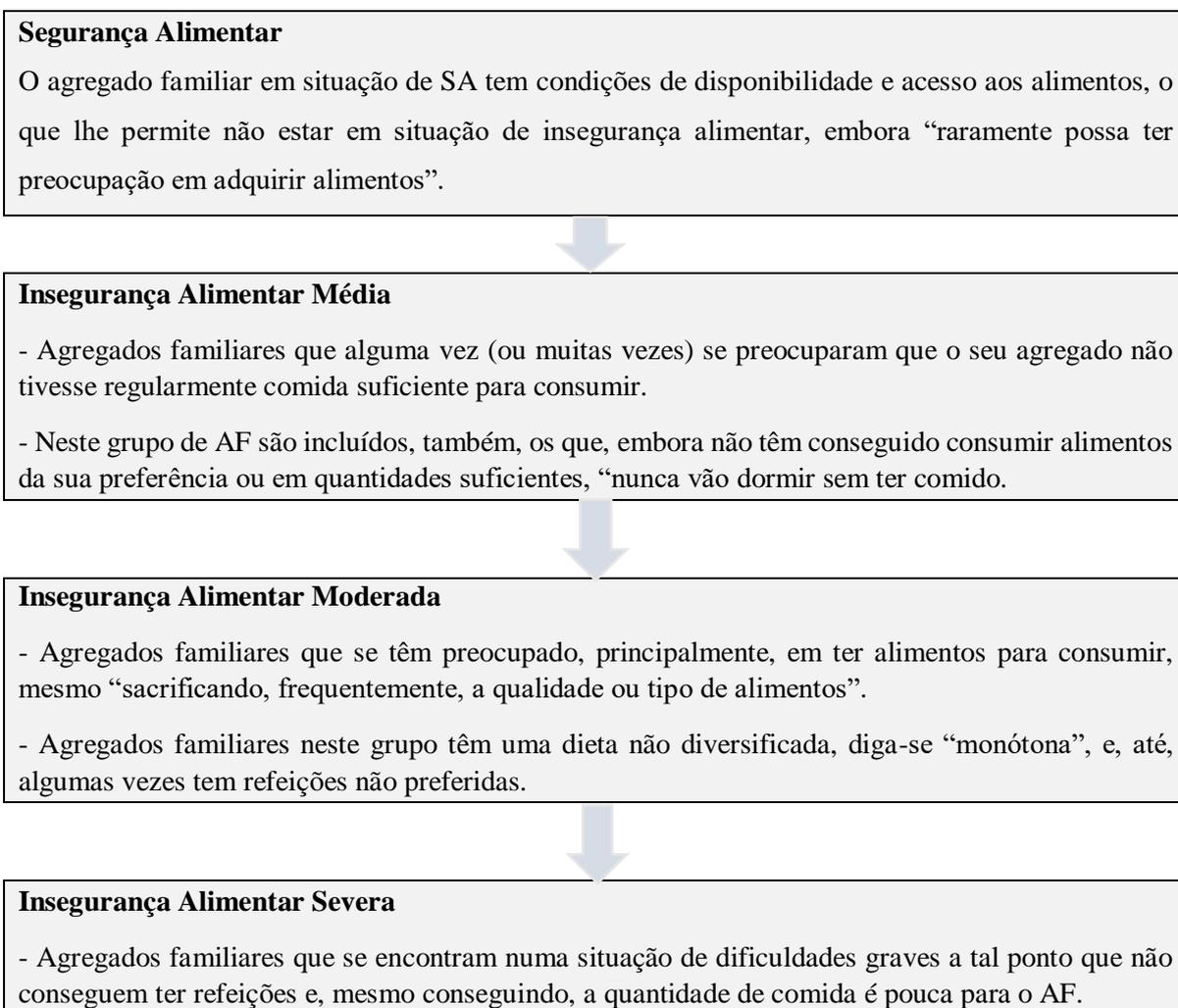
Não obstante, considerando a complexidade e multidimensionalidade da medição da Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional, e tomando o agregado familiar como unidade de análise, teve-se em conta: (i) A composição e estrutura dos agregados familiares, pois estes variam em termos de tamanho (número de membros do AF), A estrutura etária e composição por sexo (mulheres e homens) e (ii) A localização geográfica ou seja se as áreas de estudo fazem ou não parte da zona rural ou urbana e se têm maior ou menor proximidade aos mercados onde compram ou vendem os produtos/alimentos. Esta consideração tinha em vista a operacionalizar, da melhor forma possível, os indicadores, de acordo com o recomendado por Nord, M. & Hopwood, H. (2007: 533-536).

Através da operacionalização do indicador escalar HFIAS e sua transformação em variável categórica (vide Quadro 2.6), foi possível assignar e agrupar os agregados familiares em quatro categorias, ou seja, níveis de Insegurança Alimentar, designadamente agregados familiares em situação de Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Média, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar. Tal foi possível com a aplicação do algoritmo metodológico mostrado no Quadro 2.7, desenvolvido e adaptado pelo autor a partir do desenvolvido por Coates, Swindale e Bilinsky (2007: 13-20) para medir e inferir sobre o

⁴ O título original em inglês é “Governing by Numbers”.

grau de Insegurança Alimentar durante o mês anterior ao inquérito. De facto, trata-se, como foi referido no capítulo II, de um indicador escalar (composto) que, com base em *scores* relativos às respostas a cada uma das nove perguntas sobre Insegurança Alimentar (retrospectiva) - cujas respostas foram contadas e registadas como está ilustrado no quadro 3.1 – permite medir o grau de Insegurança Alimentar dos agregados familiares nas quatro semanas anteriores ao inquérito e, assim, tornar possível não só a medição mas também a avaliação do grau de Insegurança Alimentar com base nas experiências relatadas pelos agregados familiares. Tal experiência foi resumida com base em algumas assumpções metodológicas descritas no capítulo II e no Quadro 2.3 onde está, igualmente, resumido o método de medição adoptado neste estudo, isto e o “Método de escalas de medição baseadas na experiência dos AF sobre Insegurança Alimentar”. A Figura 1.1 é uma apresentação resumida, em forma gráfica, das definições e de alguns dos pressupostos considerados e afluídos no capítulo sobre a metodologia para agrupar e classificar os agregados familiares em diferentes níveis de Insegurança Alimentar.

Figura 1.1: Classificação resumida das categorias (níveis) de Insegurança Alimentar



- Os agregados familiares passam por situações de carências graves: o AF fica frequentemente sem comida; os seus membros chegam a dormir sem ter comido (e, por isso, com fome); ou os membros do AF chegam a passar um dia inteiro sem comer nada. Por outras palavras, o agregado familiar passou por estas situações pelo menos uma vez nas últimas 4 semanas (trinta dias).

Fonte: Adaptado pelo autor com base em FAO (2005, p. 10). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015. Agendas Convergentes. FAO-Brasil.

Refira-se, por outro lado, que a pontuação (*score*) do indicador HFIAS é, digamos, uma medida contínua do grau de Insegurança Alimentar (sob o ponto de vista de acesso a alimentos pelos agregados familiares) nas últimas quatro semanas (30 dias) anteriores à visita de recolha de dados no AF respectivo. Assim, foi calculada, para cada agregado familiar, a pontuação (*score*) do indicador HFIAS. Neste procedimento teve-se em conta a sensibilidade que a pontuação (*score*) média(o) do indicador HFIAS na captação de pequenas variações ou alterações no consumo de alimentos ao longo do tempo, pois ela é, na verdade, uma variável contínua. Os valores dos *scores* calculados e inseridos no Quadro 3.4 abaixo, obtidos, como foi referido, a partir das respostas às perguntas PHFIAS₁ a PHFIAS₉ do questionário, foram tabulados e programados para gerar os níveis de Insegurança Alimentar.

Para o indicador HFIAS, o *score* (pontuação) mínima considerada é 0 (zero) e o *score* (pontuação) máxima considerada é 27. Quanto maior for a pontuação, maior é nível de Insegurança Alimentar que o agregado familiar experimentou. Por outro lado e através do método, de escalas de medição baseadas na experiência dos agregados familiares sobre Insegurança Alimentar usado neste estudo, permitiu, também, captar informações individuais sobre a natureza da Insegurança Alimentar experimentada pelos membros dos agregados familiares.

A operacionalização do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional ainda apresenta muitos desafios. As metodologias e técnicas de medição e avaliação da SA diferem consideravelmente, mesmo tanto em termos de metodologia qualitativa assim como quantitativa. Por outro lado, a questão da medição é, indiscutivelmente, um elemento importante do processo de produção de conhecimento. A medição da segurança alimentar não é apenas uma questão técnica mas também política pois os resultados da medição ajudam a tomar e melhorar as decisões tomadas sobre o que é medido. Quando as ferramentas/instrumentos de medição são mal preparadas corre-se o risco de ofuscar o processo e, por isso, chegar-se a resultados incorrectos, neste caso, sobre Segurança ou Insegurança Alimentar, (Gareth e Godfrey, (2018, pp. 117 - 119).

Adicionalmente, e ainda na linha de Sen & Jacobs (2009, op. cit., pp. 411-412) os autores acima referidos reiteram que a Segurança Alimentar é multidimensional. Ela pode

ser medida a diferentes níveis: individual ou mesmo internacional, cada um com indicadores próprios que se interrelacionam. Isto torna difícil a sua medição. Para contornar esta dificuldade, Gareth e Godfrey, op. cit), com quem alinhamos, sugerem ser necessário identificar ou seja definir indicadores claros e mensuráveis. Esses indicadores devem ajudar a captar informação de base para dar respostas à questões como, por exemplo, “quais são os agregados familiares que não têm acesso a alimentos adequados”. Na preparação e elaboração de questões metodológicas, apoiámo-nos, também, nesta linha. Outra abordagem nesta perspectiva, mas que parte de outra visão analítica, é a que começa por estabelecer uma ligação entre Insegurança Alimentar e Resiliência. No entender de Béné et al (2016) Resiliência “é um conceito rico e tem como base a noção de processos dinâmicos complexos que descrevem apropriadamente a natureza e a dinâmica da vulnerabilidade e das mudanças que afetam o mundo em desenvolvimento”, (p.123). O autor que temos vindo a citar e com o qual perfilhamos o seu pensamento, alarga a reflexão ao considerar que

as ligações entre Resiliência, Segurança Alimentar e Nutrição parecem fáceis de definir. No entanto, as abordagens feitas sobre Resiliência ainda são relativamente fracas e enfrentam desafios conceituais e operacionais significativos. O conceito de Resiliência é rico e tem como base a noção de processos dinâmicos complexos que descrevem, de maneira apropriada, a natureza e dinâmica da vulnerabilidade e das mudanças que afectam o mundo em desenvolvimento, (idem Béné et al 2016).

Ainda sobre a relação entre a Resiliência e Segurança Alimentar, é importante referir, ainda, que existem razões que mostram quão é importante medir a resiliência no contexto da SA. Em primeiro lugar e do ponto de vista analítico, é fundamental identificar quem é mais (ou menos) resiliente, isto é, quem tem a capacidade de lidar com as situações de choque e *stress*, assim como enfrentar e superar adversidades e recuperar rapidamente.

Isso permitiria que os recursos fossem melhor direcionados para aqueles que mais precisam deles. Em segundo lugar, é útil saber se as intervenções destinadas a melhorar a resiliência das pessoas e dos sistemas realmente funcionam. Uma boa medição deve conduzir a um bom diagnóstico e resposta. Em suma, resiliência deve significar concentrar esforços para auxiliar as comunidades a reduzir a sua vulnerabilidade e propensão a desastres, o que pode ser alcançado através por meio da gestão de riscos de desastres e, ao mesmo tempo, incrementar melhorias nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional, como ilustra a Figura 1.2. (Barrett & Constan, 2012; Frankenberger & Nelson, 2013). Entretanto, Tendall, et al (2015), introduz o que chama de “ciclo de ação da Resiliência do Sistema Alimentar consiste não apenas em

ações reactivas (absorver, reagir, restaurar, aprender), mas também em ações preventivas (criar a robustez do sistema)”, (p. 19).

Figura 1.2: Diagrama de descrição dos pilares que fundamentam a resiliência



Fonte: Diagrama tomado de <https://learn.tearfund.org/pt-pt/how-we-work/what-we-do/resilience-and-food-security> (acessado em 23.03.2021)

Em consequência do contínuo desenvolvimento de debates sobre o conceito e medição de Segurança Alimentar, esta deixou de ser vista como simples problema de escassez da produção de alimentos para a subsistência dos agregados familiares. Esta mudança na perspectiva analítica, produziu avanços em direção à definição de medidas de SA mais direccionadas e focalizadas ao agregado familiar.

Entretanto e em momentos diferentes, Sen (1980), Jenkins e Scanlan (2001), (Barrett, 2002) abordam a questão conceptual e teórica de Segurança Alimentar, aflorando o que chamaram de gerações de paradigmas de SA:

(i) A **primeira geração de paradigmas de Segurança Alimentar** proporcionou uma contribuição na perspectiva da definição de SA a qual definiu a fome como resultado de uma interrupção no fornecimento de alimentos (Jenkins e Scanlan, 2001, op. cit.). Esta perspectiva de abordagem, dependia, em grande parte, como asseverava, Barrett (2002) “(...) das tendências macroeconómicas no fornecimento e demanda de alimentos”, (pp. 2103-2190). Esta visão de SA, ainda amplamente defendida, foi, entretanto, desafiada num trabalho sobre a fome publicado pelo economista e especialista sobre “bem-estar”

Amartya Sen em 1980, que estabeleceu o que viria a ser a segunda geração de paradigmas de Segurança Alimentar.

(ii) Mais tarde e na mesma perspectiva, e com suporte de Bickel e De Grandpre (1996, op cit.), estabeleceu-se o que seria a **segunda geração de paradigmas de Segurança Alimentar**. Sen ressaltou que a disponibilização de alimentos nos agregados familiares não alinhava, por si só com a problemática de SAN, apontando que a InSAN era o resultado do fraco acesso dos agregados familiares aos alimentos, devido ao que chamou de “direitos insuficientes” acrescentando que “os direitos são recursos à disposição de um agregado familiar que podem ser usados para acessar aos alimentos”. Nesta perspectiva, Sen (198170-77) delineou quatro tipos de direitos:

- a. “Os direitos baseados no comércio - isto, é um agregado familiar tem direito a possuir o que tiver adquirido legalmente;
- b. O direito à produção - um agregado familiar tem o direito de possuir o que produz e o que é produzido;
- c. O direito de ser trabalhador próprio - um agregado familiar tem direito a possuir e negociar o seu próprio trabalho; e
- d. Os direitos de sucessão ou transferência – um agregado familiar tem direito a transferir, ou receber transferências, de recursos de propriedade legal”.

Embora não tenha havido um único “fundador” da terceira geração de paradigmas de Segurança Alimentar, parece, entretanto, existir, entendimento entre alguns acadêmicos sobre uma nova conceptualização da Segurança Alimentar que foi ganhando popularidade na pesquisa sobre este assunto (Barrett, 2002; Ecker & Breisinger, 2012). Esta ideia com mais elaboração sobre a perspectiva e entendimento de “Segurança Alimentar” pode ser encontrada em Barrett, C. (2002: 2103-2190). Entretanto, para a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (1999: 2-12), SA tem três componentes, designadamente disponibilidade, acesso e utilização.

(iii) Nesta **terceira geração de paradigmas de Segurança Alimentar** assume-se que “a Segurança Alimentar existe dentro de um sistema externo de risco, em diferentes escalas que influenciam a estabilidade contínua da Segurança Alimentar nos agregados familiares e a sua capacidade para mitigar esse risco”. Assim, esta geração de paradigmas de SA olha o desenvolvimento como meio de aumentar a resiliência dos sistemas alimentares perante o impacto das perturbações do sistema (por exemplo, choques resultantes de baixa renda, altos preços ou desastres naturais) (Ecker e Breisinger, 2012). Além disso, esta

geração de paradigmas de Segurança Alimentar observa que a Segurança Alimentar deve ser medida a nível do indivíduo e, também, do agregado familiar (Barrett, 2002, op. cit.). Isso porque a Segurança Alimentar e Nutricional do indivíduo é influenciada por características em escalas múltiplas (por exemplo, renda, economia alimentar municipal e produtividade agrícola nacional), (idem Barrett, 2002, op. cit.). Adicionalmente, é importante sublinhar que os agregados familiares e os indivíduos têm ativos, como, por exemplo, trabalho, capital humano, capital físico, capital social, bens comuns e públicos à sua disposição que podem usar para ganhar a vida. Esses ativos podem ser usados de diversas maneiras para gerar receitas. A renda ajuda no acesso às dimensões do bem-estar, por exemplo, consumo, nutrição, saúde, etc. Entretanto, é importante ter-se presente que a transformação das receitas em dimensões de bem-estar está sujeita a riscos, Dercon (2001: 16-19). Nesta linha, o bem-estar e qualquer das suas dimensões como, por exemplo, Segurança Alimentar ou pobreza tornam-se medidas do processo de tomada de decisões pelos agregados familiares sobre seus bens e rendas (receitas) quando confrontados com uma variedade de situações de riscos, (Chaudhuri, Jalan e Suryahadi, 2002: 1-2). A Insegurança Alimentar é medida num determinado ponto no tempo, "um instantâneo", mas a vulnerabilidade é essencialmente voltada para o futuro, usando as informações em um determinado ponto no tempo. Vulnerabilidade seria a propensão a cair abaixo do limite (de consumo) e sua avaliação, portanto, lida não apenas com aqueles que são atualmente pobres, mas também com aqueles que provavelmente serão pobres no futuro (idem Chaudhuri, Jalan & Suryahadi). A situação, diga-se, de passagem da Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar é então determinada, segundo referem Ciani & Romano (2013) por:

- a) os riscos enfrentados pelos agregados familiares e indivíduos ao ganhar a vida;
- b) opções disponíveis para os AF (indivíduos ou comunidades) para ganhar a vida; e
- c) a capacidade de lidar com esse risco, (pp 1-3.).

Em geral, os paradigmas basearam-se na teoria económica (tanto microeconómica quanto macroeconómica) ou seja, como refere Holand (1992), a nova geração de teóricos de Segurança Alimentar parece estar a corresponder a uma nova abordagem deste sistema complexo de conceitos que alinham com o que mais tarde Maluf e Menezes (2001, op. cit.) referiram como sendo que Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar “são como que duas faces da mesma moeda”.

Ao longo dessa evolução de abordagem paradigmática, quatro conceitos (disponibilidade, acesso, utilização de alimentos e estabilidade) passaram a integrar a

definição de Segurança Alimentar, o que representou um avanço em relação à abordagem que integrava apenas três conceitos, nomeadamente disponibilidade, acesso e utilização de alimentos. Esses conceitos (disponibilidade de alimentos, acesso, utilização e estabilidade), constituíram as linhas analíticas de suporte deste estudo. Disponibilidade de alimentos refere-se ao fornecimento de alimentos através da produção destes (Barrett, 2010). Numa perspectiva crítica às abordagens acima, Sen (1980) referiu, no entanto, que o declínio da disponibilidade de alimentos tem sido, geralmente, considerado responsável pelo surgimento da fome, ao que Jenkins & Scanlan, (2001) acrescentaram que a disponibilidade de alimentos é, sim, uma condição necessária, mas não suficiente da Segurança Alimentar. Adicionalmente, Maxwell & Smith (1990) sistematizaram esta perspectiva tentando discutir e estruturar algumas percepções de diferentes autores à volta da ideia de “alimentos suficientes” para satisfazer as necessidades alimentares de um agregado familiar. Por outro lado, a conceptualização, de Segurança Alimentar tomada neste estudo integra este entendimento que, entre outros, suscitou atenção adicional do autor desta tese, na operacionalização do conceito de SA. Ao discutir esta questão, alguns autores, com os quais alinhamos, adiantam algumas propostas sobre o significado e como pode ser entendida a ideia de "alimentos suficientes". Assim, Reutlinger e Knapp (1980) sugerem que tal possa ser entendido como significando "Nível mínimo de consumo de alimentos" enquanto para Siamwalla e Valdes (1980) tal pode significar “Grupo seleccionado de alimentos”. Barraclough e Utting (1987:4) adiantam que “alimentos suficientes” pode significar alimentos "adequados para atender às necessidades nutricionais".

O acesso aos alimentos refere-se à capacidade de um indivíduo controlar os direitos para garantir alimentos (Sen,1980). Entretanto, alguns estudiosos, entre eles Carvalho (2013), Sobrinho et al (2013) e Sakyi (2012) referem-se frequentemente aos factores económicos como os determinantes do acesso a alimentos; existem, porém, outros factores intermédios que podem, também, influenciar negativamente o acesso aos alimentos. Um dos factores referidos, a título de exemplo, por Coveney e O'Dwyer (2009: 45-46) é a falta de acesso ao transporte, pois este pode, segundo os autores, dificultar o acesso a alimentos. Assim, o acesso pode ser assegurado através do que eles chamam de “acordos sociais legais ou políticos”. O acesso a alimentos é, por isso, um aspecto importante da Segurança Alimentar e é determinado por factores que vão além da actividade económica.

A utilização de alimentos é um conceito muito mais difícil de operacionalizar. Ele abrange todos factores que afectam o bem-estar nutricional de um indivíduo (idem FAO, 2008). Esses factores ajudam a compreender a relação entre o consumo de alimentos por um indivíduo e

o seu bem bem nutricional. A FAO (2008, op. cit. loc. cit.) sugere, ainda, que esses factores incluem (mas não estão limitados a) água potável, diversidade dietética e cuidados médicos, entre outros. Ademais e alinhando na mesma perspectiva, Burlandy (2007) refere, entretanto, que “o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e, por conseguinte, de insegurança alimentar e Nutricional, está ainda em construção, seja no campo teórico, seja no de formulação de políticas públicas”, (p. 8). Entretanto, Vergamini et al (2012:153-172) alarga a abordagem acima aludida acrescentado que “o processo de amadurecimento conceptual foi incorporando preocupações que emanavam de debates” e, assim, delinearão de início como relevantes, “os parâmetros disponibilidade e acesso, relacionados à quantidade suficiente e ao preço baixo dos alimentos, como importantes para compor o referido conceito”. O acesso a alimentos nutritivos tornou-se numa dimensão essencial da Segurança Alimentar. Aliás, tal como assinalou FAO (2010), a horticultura urbana e periurbana ajuda as cidades em desenvolvimento a enfrentar os problemas da má nutrição, contribuindo para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo e, assim, ajudar a melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional, reduzindo, desse modo, a InSAN. De facto, e no entendimento do autor desta tese e em alinhamento com Jenkins e Scanlan, (2001) a disponibilidade de alimentos, porque condição necessária da Segurança Alimentar e Nutricional, pode ser, sim, tomada como premissa maior do acesso a estes. É que, nos casos de KaNyaka e KaTembe a questão de “disponibilidade” pode ser vista em duas perspectivas: (i) a disponibilidade como premissa para o acesso e utilização de alimentos, e (ii) a disponibilidade como resultado da produção agrícola familiar vs sua comercialização (entendida como compra de alimentos). Presentemente, tornou-se consensual e amplamente aceite que a Segurança Alimentar é um conceito multidimensional cujas dimensões integram a disponibilidade de alimentos, isto é, o acesso físico a estes, a acessibilidade vista em termos de acesso económico aos alimentos, a utilização ou seja a absorção de nutrientes pelo corpo. Cada uma dessas características capta dimensões diferentes, mas interligadas do fenómeno subjacente à Segurança Alimentar, (idem Mahadevan1 e Hoang, op. cit.). Mais ainda e como foi considerado neste estudo em alinhamento com o proposto por Pinto (2013:12), a disponibilidade de alimentos é uma dimensão importantante “pois dela depende a existência de alimentos num dado lugar”. Entretanto, é importante ter-se presente, também, que a Insegurança Alimentar influencia indirectamente o comportamento individual e, por conseguinte, do agregado familiar como estrutura de partilha de formas de vida, através de vários factores psicossociais, Walker et al (2019: 2784). A InSAN, o acesso consistente ou não a alimentos suficientes (dependendo da posse de recursos financeiros – dinheiro) ou

outro tipo de recursos, está associado a saúde, especialmente em indivíduos com doenças crónicas (idem Walker et al (2019: 2789). Nesta linha, o autor sugere que os programas desenhados com vista a minimizar os efeitos psicossociais da InSAN nos indivíduos ou nos agregados familiares devem estar combinados com a posse ou disponibilidade de recursos ou alimentos. As asserções acima alinham, também, com as abordagens apresentadas em estudos anteriores sobre Segurança Alimentar em Moçambique, feitos pelo SETSAN nos quais são apresentadas novas perspectivas de abordagem da problemática de Segurança Alimentar em Moçambique e a sua indissociável ligação com questão da Insegurança Alimentar. Com efeito, a questão de segurança alimentar urbana em Moçambique começou a merecer maior atenção formal e debate institucional, em 1998, com a elaboração, pelo SETSAN, da primeira Estratégia de segurança alimentar e Nutricional (ESAN). Na aludida estratégia definida pelo SETSAN é clarificado que o objectivo das políticas governamentais de Segurança Alimentar não se reduzia apenas à questão da colmatação das necessidades alimentares da população e da autossuficiência na produção agroalimentar mas sim ao “direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, económico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa” (SETSAN, 2007).

Entretanto, já na sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (2008–2015) o SETSAN sublinha que a Segurança Alimentar e Nutricional nos centros urbanos “é fortemente influenciada pelo acesso económico aos alimentos e não apenas pela disponibilidade física destes. Nas cidades, a definição de grupos vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional depende fundamentalmente duma diversidade de factores, tais como, oportunidades de emprego, serviços básicos de saúde e educação, serviços de protecção social, êxodo rural e funcionamento dos mercados”. Ademais, a definição de insegurança alimentar, entendida na ESAN como “a situação em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes para satisfazer aos requerimentos alimentares diários”, suporta e complementa o que acima foi referido e alinha com a perspectiva que foi seguida na pesquisa para esta tese. Adicionalmente, a ESAN aponta existirem dois tipos de Insegurança Alimentar: (i) Insegurança Alimentar Crónica, também conhecida por “Fome Silenciosa”, que se refere ao consumo insuficiente de alimentos, e associada aos diversos factores da pobreza extrema e que pode causar “Kwashikor” e “Marasmo” nas crianças; e

(ii) Insegurança Alimentar Transitória, que se refere a falta temporária de alimentos para alcançar as quantidades diárias alimentares requeridas”.

Como que a pactuar com a abordagem do SETSAN, Carvalho (2001) apresenta uma outra reflexão segundo a qual é necessário diferenciar dois tipos de problemas de produção de alimentos que, embora distintos, são interrelacionados. De acordo com as reflexões do autor, verifica-se, contudo, que “é nos países tropicais que o potencial produtivo é maior, sendo também nessas regiões que ocorrem os maiores problemas de fome”, também referidos por Sen em 1981, o que, na sua opinião, com a qual alinhamos, pode levantar o que o mesmo autor chama de “paradoxos”, nomeadamente:

Paradoxo 1: Num mundo de excedentes alimentares persistem enormes problemas de fome. Nas regiões de maior potencial produtivo (meio tropical) ocorrem as maiores deficiências alimentares; e

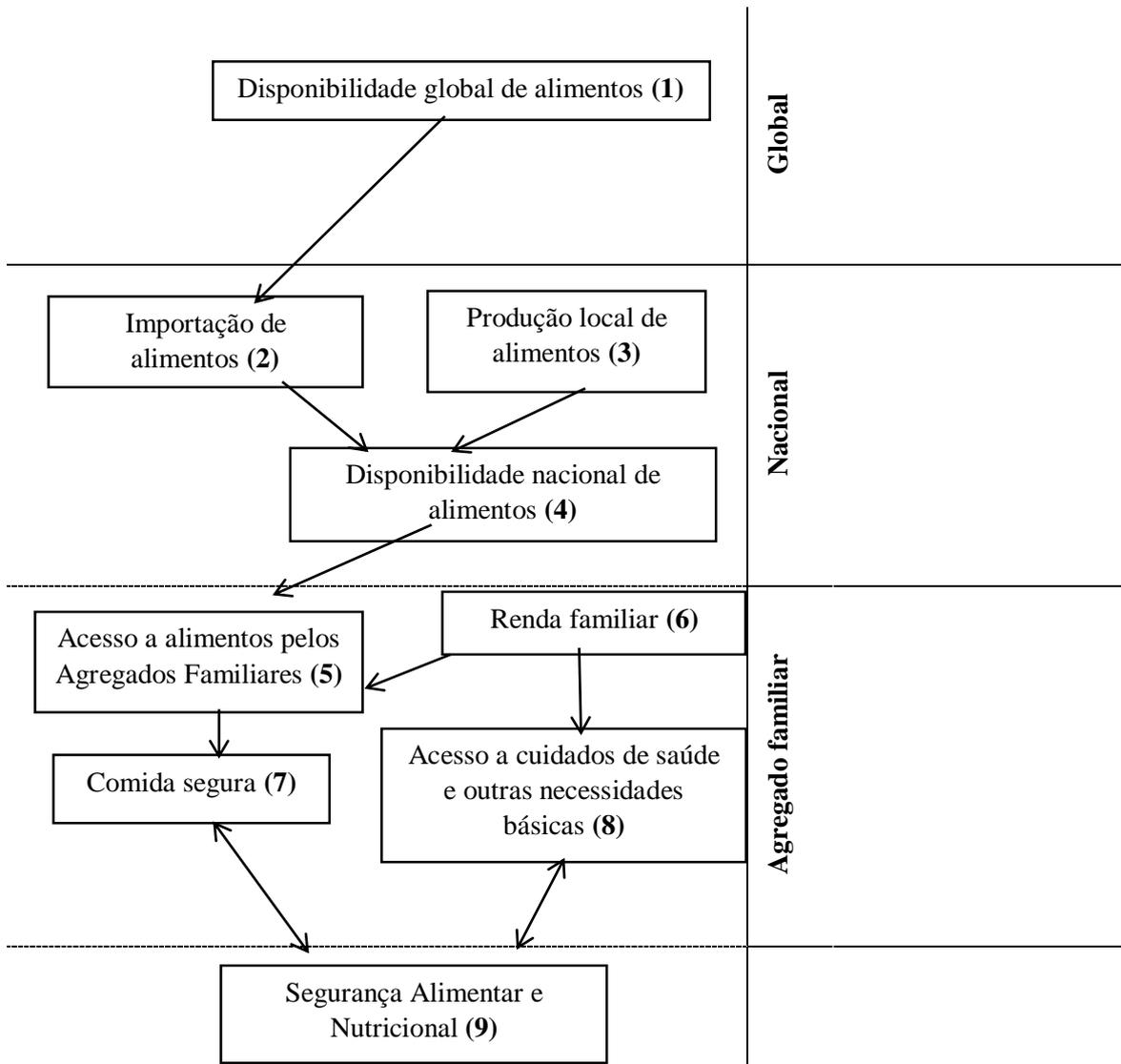
Paradoxo 2: Os maiores problemas alimentares têm surgido em regiões rurais, cuja principal actividade é a produção de alimentos.

Em Moçambique, existem vários estudos sobre Segurança Alimentar nas zonas rurais, como os feitos por Abbas, (2017), Vunjanhe & Vicente, Adriano (2015), Dodson *et al* (2012), GoM, (2011), Cruz e Silva, (2004) e Carrilho et al, (s.a), mas já não acontece o mesmo em relação as áreas urbanas, como já foi mencionado em páginas anteriores.

Dos debates e asserções teóricas sobre a problemática de Segurança Alimentar, ressaltam três momentos que marcaram, diga-se, os desenvolvimentos posteriores (até aos dias de hoje) do que, o autor da tese chamou de momentos de evolução das discussões conceptuais sobre o conceito de Segurança Alimentar, nomeadamente, (i) Primeiro momento: Disponibilidade entendida não apenas como provisão de alimentos mas, também, como “provimento (fornecimento) em todos os momentos, de alimentos básicos adequados que respondam às necessidades de expansão e crescimento constante do consumo de alimentos e assegurar a compensação da flutuação na produção e nos preços”, como foi ressaltado pela FAO, na sua Conferência Mundial de Alimentos realizada em 1974); (ii) Momento 2: Trata-se da era do surgimento e implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural, nos anos ’80, que preconizavam “Garantir que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico e económico aos alimentos básicos de que precisam”, (FAO, 1983); e (iii) Momento 3: Desde os anos 90 a Saúde e Desenvolvimento Humano são tomados como elementos fundamentais para assegurar a Segurança Alimentar, ou seja, “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida activa e saudável”, (Cimeira Mundial

da Alimentação, 1996). A Figura 1.3 que se segue apresenta, ilustrativamente, a estrutura conceptual subjacente na medição da InSAN bem como a estrutura conceptual e interligação entre os determinantes próximos e intermédios de Segurança Alimentar e Nutricional. É uma espécie de representação gráfica do modelo metodológico que suportou os diferentes níveis de medição da Insegurança Alimentar e análise dos resultados colhidos durante a pesquisa, nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, bem como o substrato do algoritmo desenvolvido para a operacionalização das variáveis. Nele são ilustradas as interconexões entre os diferentes níveis/escalas de abrangência (Global, Nacional, Agregado familiar, Indivíduo), em que as variáveis de Insegurança Alimentar foram medidas. O processo de operacionalização é crítico porque é a ponte entre o domínio teórico-abstracto e a nossa realidade observável, (Wernimont, 1977:3).

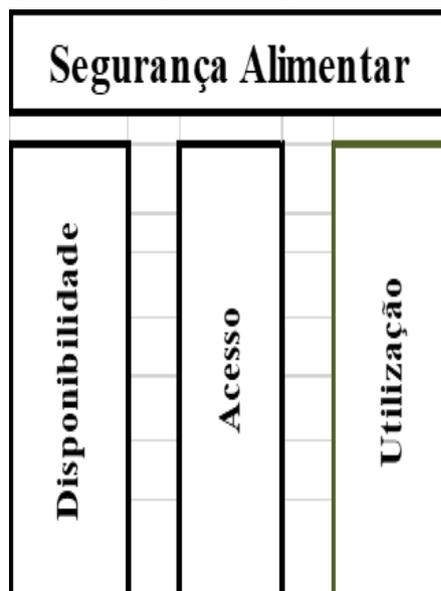
Figura 1.3: Níveis de medição da SA. Estrutura conceptual e determinantes próximos e intermédios de Segurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: Figura tomada de Frankenberger, R. *et al.* (1995) Meios de subsistência dos Agregados Familiares e Segurança Alimentar: uma estrutura conceitual unificadora. Notas do workshop da USAID sobre desempenho para medição de Segurança Alimentar, Dezembro, 11-12, 1995. Washington (DC). Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional, 1997.

Todas as perspectivas e abordagens acima apresentadas coincidem em que a Segurança Alimentar e Nutricional e, por conseguinte, de Insegurança Alimentar e Nutricional, deve ser visto como um sistema profundamente interconexo cujos elementos se interrelacionam e interdependem e não podem ser vistos apenas como uma questão nutricional ou de saúde pública. De facto e em termos analíticos, a presente tese incide na análise da Insegurança Alimentar urbana nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, na perspectiva do que Yeldah, (2011) designou como sendo “os três pilares da Insegurança Alimentar”, nomeadamente “Disponibilidade, Acesso e Utilização”, (pp. 20-25) tal como é ilustrado na Figura 1.4 que se segue.

Figura 1.4: Os três pilares de Insegurança Alimentar



Fonte: Figura tomada de Yeldah, B., (2011, p. 20):
The Three Pillars of Food Insecurity: Getting to the Guts of Utilization

Do ponto de vista da Sociologia comparativa a presente pesquisa enquadra-se, também, na asserção de Scanlan (2003) segundo a qual explicar os conceitos de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar interconexando-os com outros conceitos próximos, incluindo com os da sociologia, é um exercício que exige o que ele chama de “enfoque orientado numa linha de análise e avaliação integrada”, (pp. 88-111) pois, no nosso entendimento, não se pode falar de Segurança Alimentar sem Insegurança. Tal abordagem considera a interação dos sistemas sociais como responsável por grande parte das contribuições nos debates sobre Segurança Alimentar (Harper, 2003). De facto, como refere Crow (1997: 1-133) “uma abordagem teórica interdisciplinar sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar é melhor, sobretudo se se considerar que existem várias perspectivas de abordagem e explicações para a sua prevalência”. Ainda nesta linha, o autor acima referenciado discute algumas teorias e perspectivas, destacando o que considera “perspectiva Neomalthusiana”. Segundo esta linha de pensamento, a população é o ponto de partida chave. Assim e rebuscando o debate sobre o conceito de Segurança Alimentar e, apoiando-se em Bongaarts (1996) e Ehrliche P. e Ehrlich A (1990: 22-29), anota que esse debate “começa com as preocupações ecológicas da pressão populacional e a capacidade da Terra de alimentar o planeta; esse debate alerta sobre os cenários do crescimento descontrolado da população e o consumo (entendido como uso) dos recursos da Terra”. Nesta perspectiva, a Segurança Alimentar “só pode ser mantida numa sociedade sustentável que atenda e encontre equilíbrio das necessidades da população humana e a

capacidade da Terra, sem comprometer as gerações futuras e atender a essas necessidades sem causar danos ambientais irreparáveis”.

Ao discutir a questão da alimentação a partir duma perspectiva das Ciências Sociais, Poulain & Proença (2003: 245)) sugerem que, falar da ligação alimentação-Ciências Sociais pressupõe a superação de certos obstáculos epistemológicos que sustentam as posições teóricas dos fundamentos dessa disciplina. Por outro lado, e na perspectiva proposta por Georges Condominas (1980: 156), o conceito de espaço social para compreender as inter-relações entre um agrupamento humano e o seu meio, encontra na alimentação um campo de aplicação particularmente fecundo. Mais detalhes sobre este assunto são discutidos no seu livro “L'espace social à propos de l'Asie du Sud-Est”. Assim, os autores acima referenciados (com quem alinhamos) propõe o conceito de espaço social alimentar como um instrumento de estudo dos modelos alimentares, assinalando a

“conexão bioantropológica de um grupamento humano ao seu meio no qual se destacam seis dimensões principais que focalizam espaços e sistemas diversos: o comestível, a produção alimentar, o culinário, os hábitos de consumo alimentar, a temporalidade e as diferenciações sociais”.

Ainda sobre o mesmo assunto mais adiante, o autor defende que um modelo alimentar é uma configuração particular do espaço social alimentar, Por outro lado e ainda em alinhamento com Poulain & Proença (2003), autores como McMillan & Coveney, (2010) recordam que o debate sobre Segurança e Insegurança Alimentar vistas do ponto de vista da “sociologia da alimentação e da comida” ressurgiu recentemente como um problema, não apenas dentro da sociologia da saúde, onde as preocupações com uma alimentação saudável foram levantados, mas também em relação aos mercados emergentes de alimentos, seu consumo e governação, isto é, o que o autor chama de “controle social” da maneira como estes são distribuídos e utilizados. De facto, a questão central que se coloca é que todos nós, como seres humanos, temos que comer para sobreviver, (Paul, Coveney, & Henderson, 2010:347). Ademais, o desenvolvimento de novas tecnologias alimentares produz, em algum momento, desequilíbrios e exacerba diferenças nos sistemas alimentares globais (Giddens, 1990:48).

Ao longo da pesquisa para a produção desta tese procuramos, como recomendam Niederle, Schneider e Schubert, (2018:2), compreender a partir de uma perspectiva comunicacional com os agregados familiares, o que, de facto, eram as suas interpretações como actores, e captar as suas experiências sobre Segurança/Insegurança Alimentar.

A problemática da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar em Moçambique, a qual está intimamente ligada ao acesso e à qualidade dos alimentos consumidos em todo o país em geral e, nas cidades em particular, tem vindo, como já foi referido acima, a atrair grande interesse e atenção tanto de investigadores (e instituições de investigação) quanto das organizações públicas. Em Moçambique o assunto tem merecido, igualmente, a atenção do governo. Aliás, a criação do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) e, mais tarde a transformação do Ministério da Agricultura e Pescas em Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar que passou a ocupar-se também, e de forma mais explícita, pela problemática da SA a nível do governo pode ser considerado como um indicador do envolvimento directo dos decisores governamentais nessa matéria. O SETSAN foi criado em 2010, através do decreto nº24/2010 de 22 de Junho. É uma instituição vinculada ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e tem a responsabilidade de coordenar a articulação de políticas, planificar, avaliar e monitor os programas e acções dentro de um quadro intersectorial e propor estratégias e políticas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique.

O debate teórico sobre Segurança Alimentar está, também, intrinsecamente ligado ao de Insegurança Alimentar pois a SA existe ou se verifica na medida em que os agregados familiares têm capacidade de adquirir e consumir alimentos suficientes para satisfazer as necessidades alimentares enquanto a InSAN é a situação em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades alimentares diárias FAO (2015), Burlandy (2007), Maluf e Menezes (2008) e FAO (2010). Por outro lado, Maxwell (1995: 3-5) afluou, a este respeito, que “existem muitas definições e modelos de abordagem e análise de Segurança Alimentar”. Porém, todos eles coincidem em que o principal elemento comum que é característica da SA dos agregados familiares é “o acesso seguro em todos os momentos a alimentos suficientes”.

O Estudo feito por Garrett e Ruel (1999) sobre os determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional rural e urbana em Moçambique, o qual procurou verificar se haveria ou não diferenças nos determinantes da InSAN urbana e rural em Moçambique, anotou que

a questão da InSAN urbana não tem sido profundamente explorada por muitos pesquisadores. Com efeito, referiu, autores como por exemplo Sahn (1988); Sahn e Alderman (1997); Ricci, e Becker (1996); Blau, Guilkey e Popkin, (1996); Alderman e Garcia (1994); Thomas e Strauss (1992); Alderman (1990) têm-se debruçado sobre a questão de Insegurança Alimentar ou estado nutricional das pessoas das áreas rurais

e urbanas. Contudo, “nenhum explorou com profundidade a questão de saber se os factores que determinam a Insegurança alimentar e nutricional são diferentes entre as áreas rurais e urbanas, e quais as implicações dessas diferenças para o desenho de projectos e implementação de programas de alimentação, (p. 1).

Com efeito, dessa constatação ressalta a necessidade de realização de estudos que contribuam para o conhecimento da InSAN urbana, neste caso, da Cidade de Maputo e, particularmente, dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que foram propostos para a elaboração da tese.

Mostrando grandes avanços na asserção conceptual e definição de Segurança Alimentar, Maluf e Menezes (2001) apontaram que o termo SA (dissociado do acesso e consumo de alimentos) começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, constataram que ainda havia o entendimento de que

a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção manteve-se até a década de setenta”. Ademais, aqueles autores acrescentaram que Segurança Alimentar e Segurança Nutricional não dependem apenas da existência de “um sistema que garanta a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas também da sustentabilidade do sistema, (p. 4).

É nesta linha que os autores adiantam o entendimento (com que este estudo alinha) segundo o qual a Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar são como que duas faces da mesma moeda, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida ou seja (e por outras palavras), SAN e InSAN podem ser vistos, na perspectiva deste estudo, como uma interação das diferentes dimensões de SA de que resulte em “Estabilidade”, a dimensão que, no modelo de Kepple (2010: 5-26) representa o “equilíbrio”. Como refere (Gross et al (2000: 5), o que se pode entender a partir da dimensão “Estabilidade”, é que a Insegurança Alimentar pode ser vista como transitória, cíclica e, até, crónica. Dois elementos principais influenciam e, assim, determinam a Insegurança Alimentar, nomeadamente o determinante físico que o autor chama “fluxo alimentar” e que integra a Disponibilidade, Acessibilidade e Utilização de alimentos é o que o mesmo autor designa com sendo o “determinante temporal”. Como salienta, ainda, o autor em referência, a acessibilidade, ou seja, o acesso a alimentos é garantido quando todos os agregados familiares e os seus membros têm recursos suficientes para obter alimentos apropriados através da produção,

compra ou doação) de modo a poder ter uma dieta nutritiva, (idem Gross et al (2000: 5). Acto contínuo, Webb *at al* (2006), acrescenta que

A insegurança alimentar é causada por uma série de circunstâncias, incluindo empregos baixos ou instáveis, suprimento insuficiente de alimentos, doenças e pressões financeiras; as pessoas costumam ser vítimas de comida privação não tanto porque os alimentos não estão disponíveis no mercado, mas porque seu acesso aos alimentos é limitado, (p. 1405S).

Ainda nesta perspectiva McKay et al (2019: 35-38) refere, por exemplo, que em estudos anteriores feitos por McKenzie et al (2017) foi demonstrado que os agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar consomem alimentos de baixo custo e de baixa qualidade, com alto teor de energia, gordura e açúcar, mas baixo valor nutricional. Anote-se, por outro lado, que este estudo feito em nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe sugere que a comida se tornou uma das principais despesas dos AF. Esta asserção alinha com a abordagem de McKenzie *et al*, (2017: 38).

Assim, para estudar e compreender a InSAN na Cidade de Maputo é preciso, também e simultaneamente, estudar e compreender a SA, como se, digamos, de uma equação simultânea se tratasse.

As abordagens de Maluf e Menezes (2001, op. cit.), Burlandy (2007), FAO (2010) e Vergamini et al (2015), Kepple et as (2014) corroboram com a perspectiva analítica, também seguida nesta tese, sobretudo a proposta e contribuição do anteriormente referido autor na conceptualização e modelação das dimensões de Segurança Alimentar, apontando que: (i) A **dimensão Disponibilidade** “deve ser entendida como existência de alimentos suficientes para toda a população. Essa Disponibilidade inclui a produção, o comércio (nacional e internacional, abastecimento e a distribuição de alimentos); (ii) A **dimensão Acesso** (físico e económico) aos alimentos ocorre quando todos (individualmente ou nos seus agregados familiares) têm a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável, por exemplo, por meio da produção, compra, caça ou troca. Esta dimensão é bastante complexa: envolve preços, tanto dos alimentos quanto das outras necessidades básicas, além de incluir tudo o que afecta o conjunto de recursos disponíveis para a família; (iii) A **dimensão Utilização**, que significa “utilização dos alimentos (e dos nutrientes), é definida, geralmente, em termos da utilidade biológica destes. Essa utilidade pode ser influenciada pelas condições de saneamento básico e saúde das pessoas e a segurança microbiológica e química dos alimentos; portanto, essa dimensão abrange, também, o conhecimento nutricional, as

escolhas e hábitos alimentares, e o papel social da alimentação na família e na comunidade”; e (iv) A **dimensão Estabilidade** abrange e interrelaciona as outras três dimensões. Ela é, diga-se “elemento temporal das outras três dimensões”. Qualquer comportamento de instabilidade (crónico, sazonal ou transitório) na disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos pode influenciar a definição de ações pertinentes tanto das estratégias das famílias quanto das políticas públicas”.

De facto, a questão de Segurança Alimentar tem sido vista, como já foi referido, quase que exclusivamente na perspectiva nutricional (falta de calorias e nutrientes) e, por conseguinte, como apenas um problema de saúde pública. Porém, outras nuances como, por exemplo, a sua relação, digamos, biunívoca com a pobreza são pouco exploradas (Kynch e Sen, 1983: 365-366). Em Moçambique, esta visão parece estar enraizada. Por outro lado, e como focaliza a FAO (2010, op. cit.) na sua “Declaração da Agenda 21”, a abordagem da questão de Segurança Alimentar não deve ser vista apenas (...) como um conjunto de regras ou práticas produtivas, com preocupações muito restritas ao aspecto ambiental, (...) mas também deve-se ter em conta, também, as dimensões social, económica e política. Pensar de forma articulada estas dimensões permite deslocar o foco dessa discussão para o homem, em toda a diversidade que comporta.

Ademais, e tal como aponta Anjos e Hirai (2005: 338-339) é importante abordar, também, o tema sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar urbana ou rural no contexto da agricultura familiar, destacando as dinâmicas económicas e sociais e a diversidade sócio-espacial e cultural das populações e os

elementos que compõem a reprodução das unidades familiares (...) principalmente no que diz respeito à esfera do autoconsumo familiar ou consumo improdutivo, entendidos, como produtos ou processos que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar.

Kepple et al. (2014, op. cit.) refere, ainda, que as dimensões da Segurança Alimentar (Disponibilidade, Acesso, Utilização e Estabilidade) podem ser, também, melhor entendidas quando definidas através de um conjunto de indicadores. Este é o entendimento adoptado também ao longo deste trabalho. A Figura 1.5 ilustra uma certa correspondência e relação horizontal e vertical entre o modelo usado pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) nas dimensões do Sistema de Monitoria de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique e o Sistema de Indicadores de Monitoria adoptados

internacionalmente e tendo em conta que o modelo e as relações que encerra, está involucrado⁵ à dimensão cultural e, portanto, aos hábitos alimentares, . Aqui, o entendimento de “modelo” é o adoptado por Castells & Himanen (2014: 21), para quem o termo “modelo” é “(...) na tradição das ciências sociais usado para significar uma representação esquemática de um conjunto de práticas e instituições que caracterizam um determinado sentido e direcção do desenvolvimento. Tal tradição é derivada da observação do processo de desenvolvimento”. Com efeito, para se alcançar uma Segurança Alimentar, todas as quatro dimensões devem ser satisfeitas. O alcance insuficiente de qualquer das quatro dimensões pode levar a um consumo impróprio de alimentos e, conseqüentemente, a um elevado risco de malnutrição e Insegurança Alimentar.

Adicionalmente, embora não seja este o principal objecto da nossa Tese, é importante referir que na pesquisa teve-se em atenção o lugar da cultura e hábitos alimentares da população da Cidade de Maputo. É que, como refere Mintz (2001),

Nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e bem e são, em geral, inculcadas por adultos afetivamente poderosos, o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro. Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem, assim, uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. O comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido. (...) Os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência (pp. 31-32).

A alimentação é também uma abordagem para conhecer e entender a cultura. É assim que, “a comida é, então, entendida como alimento transformado pela cultura”, Renata, Mirasse e da Cruz (2020:195). E isto foi observável tanto em KaNyaka quanto em KaTembe. Ademais, tendo em atenção as observações feitas nas visitas aos agregados familiares e socorrendo-nos em (GARINE, 1987:4), podemos afirmar que os agregados familiares (portanto as pessoas) de KaNyaka e KaTembe alimentam-se de “acordo com a sociedade a que

⁵/Entenda-se que o ciclo do modelo é influenciado pelas dimensões que influenciam os hábitos alimentares.

pertencem. A sua cultura define as opções sobre o que é comestível e as proibições alimentares que eventualmente os distinguem de outros grupos humanos”.

Figura 1.5: Modelo relacional de correspondências das dimensões do Sistema de Monitoria de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique com os indicadores de Monitoria adoptados internacionalmente



Fonte: Figura elaborada por Ezequiel Abrahamo com base em Kepple et al (2014, p. 18) e (SETSAN, 2008:10-12).

Por outro lado, esta tese apoia-se na perspectiva teórico-analítica de Sen (1981) que focaliza e aborda a questão de Direitos, *Entitlement Approach* (segundo a tradução do autor desta Tese), e nas contribuições e críticas feitas por Alex De Waal (1990), abordando o que chamou de *Capability Approach* (*Capability Approach*) e por Robert Chambers & Gordon Conway (1991), trazendo a abordagem sobre meios de subsistência (*Livelihood Approach*). Os pressupostos da nossa pesquisa subjazem na linha teórica de Sen e, também, nas contribuições destes seus críticos. Assim, todo este enredo, permite-nos aferir que (i) nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe a questão da disponibilidade de alimentos como premissa para o acesso e utilização destes, pode ser vista em duas dimensões: a disponibilidade de alimentos por via da produção agrícola familiar ou a disponibilidade de alimentos por via da sua comercialização, entende-se nesta tese, comercialização como sendo “o conjunto de actividades na transferência de bens e serviços

desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final...”⁶. É que a produção agrícola familiar e, por conseguinte, os produtos dela provenientes e/ou os provenientes da pesca ou da comercialização são os que, de forma mais acentuada e frequente asseguram, em KaNyaka e KaTembe, o principal recurso de acesso e de utilização de alimentos pela população, o que Sen (1981, op cit.), na sua teoria de abordagem de direito à alimentação, deferiu, também, como sendo “direitos no acesso e utilização de alimentos”. Na verdade, no nosso entendimento, esse direito assegura o acesso aos meios de subsistência alimentar, tal como sugerem Chambers e Conway (1991, op. cit.), na sua abordagem de “meios de subsistência”; (ii) de facto e rebuscando, ainda, a perspetiva teórica de Sen (1981, op cit., loc. cit.), a disponibilidade de alimentos (o que é válido, também, para a população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe), embora não seja condição suficiente é, sim, uma condição necessária para a Segurança Alimentar e Nutricional da população daqueles distritos. Só que, nas circunstâncias e condições sócio-económicas do desenvolvimento dos referidos Distritos Municipais e, até, de Moçambique, a produção agrícola familiar é a base que assegura a disponibilidade vs acesso aos alimentos, pois o produtor (tomado aqui, para efeitos analíticos, como “agregado familiar”) tem, ele próprio, o poder, direito e capacidade de decidir sobre a sua produção agrícola. E que tipo de decisões pode tomar? Em condições de falta de alimentos e fome, por não ter outra fonte alternativa e acessível de alimentos, a decisão “quase” inevitável é levar o que produziu à boca. Aliás, como refere De Waal (1990) na sua contribuição crítica à teoria supra citada de Sen, alerta que, em situações de fome, as pessoas preferem, muitas vezes, vender os bens alimentares que conseguem, em vez de consumi-los. No nosso entender, isto reduz a “capacidade” de consumo dessas pessoas (aquí entendidas como membros dos agregados familiares). Isto corrobora, até, com o nosso entendimento e com o de Chambers & Conway (1991) para quem “o preço disso (isto é, das pessoas venderem o que conseguem) é que os próprios direitos constituem apenas parte de uma conta maior da fome”, (pp. 5-6); e (iii) a disponibilidade de alimentos vista na “dimensão comercial” suscita, nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, a consideração do factor distância aos centros comerciais vs acesso a serviços. É que, dependendo da distância da população em relação aos principais centros comerciais (incluindo “Bazaras”), o acesso visto em termos de “proximidade” pode ser maior. “Proximidade” deve ser entendido aqui como sendo distância curta dos centros comerciais ou dos mercados locais (*Bazaras*, como designa a população

⁶/Veja-se <https://www.ufrb.edu.br/proext/images/conceitosmercado.pdf> (acessado em 04/03/2020)

local) onde podem ser comprados os produtos alimentares. A Cidade de Maputo (parte continental) é dos mercados preferidos, se não mesmo o mais preferido para vender os produtos (incluindo o peixe). A Ponte Maputo-KaTembe (mostrada na Figura 1.6) parece estar a impulsionar este fenómeno.

Figura 1.6: Ponte Maputo-KaTembe



Fonte: <https://bigslam.pt/noticias/ponte-maputo-katembe-inaugurada-no-dia-10-de-novembro/> (acessado em 02.03.2021).

Entretanto e de acordo com dados do estudo feito pela AMDC (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado) em 2014 nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, a produção própria de alimentos tem um papel preponderante no acesso a estes pelos agregados familiares...”. Por outro lado, os resultados do mesmo estudo revelam que “a principal fonte de proteína na dieta alimentar em ambos distritos é o peixe fresco”, proveniente da pesca artesanal, consumido por cerca de 85% de agregados familiares.

O conhecimento sobre os factores que influenciam o padrão de consumo de alimentos da população e que podem ter influência nos níveis de Insegurança Alimentar, é de extrema importância. Ajuda a compreender os níveis de Insegurança Alimentar de grupos populacionais da sociedade e, neste caso, dos agregados familiares. Da preparação deste estudo emergiram algumas questões sobre o conhecimento dos níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e sobre possíveis similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles Distritos Municipais. É que a resposta a estes questionamentos poderá ajudar a preencher a lacuna resultante do fraco

conhecimento sobre os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Por outro lado, a busca de resposta a estes questionamentos, ter-se-á em conta duas dimensões metodológicas de análise nomeadamente, as dimensões quantitativas e qualitativas ambas enquadradas numa perspectiva de abordagem sociológica e de desenvolvimento tendo em conta, como refere Scanlan (2003), que

a Segurança Alimentar é um conceito interdisciplinar e tem relevância para inúmeras considerações económicas, políticas e sociais; a sociologia é, em particular, adequada para examiná-la e discutí-la

pois, adianta,

a sociologia tem potencial e força que lhe permite usar várias teorias e testá-las com recurso a métodos rigorosos que podem ajudar a determinar e encontrar explicações próximas para compreender a dinâmica da fome, (pp. 88-111).

1.2. Pobreza e Insegurança alimentar: haverá muitas “bocas para alimentar”?

De acordo com Garrett, (2020: 46) a percepção de que a pobreza urbana existe apenas em países industrializados não é aplicável à realidade de Moçambique, com uma taxa de pobreza de 69% e cerca de dois milhões de pobres a viverem nas áreas urbanas. Entretanto, de acordo com os resultados do IOF (2014/15) a Taxa de Pobreza na Cidade de Maputo é de 11,6%. O crescimento da pobreza urbana, da Insegurança Alimentar e da desnutrição e a tendência em concentrar-se mais nas áreas urbanas continuará a acompanhar o processo de urbanização. Por outro lado, e apesar da maioria, da população viver nas áreas rurais (os resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2017 indicam que 66% da população moçambicana vive nas áreas rurais), Moçambique enfrenta problemas de Insegurança Alimentar urbana e malnutrição. A Segurança/Insegurança Alimentar urbana depende, principalmente, da capacidade (ou incapacidade) que os agregados familiares têm de poder comprar alimentos para o seu consumo, (idem Garret, 1999: 1955). Por outro lado, a Segurança Alimentar dos agregados familiares é uma importante dimensão de aferição do bem-estar. Embora não englobe todas as dimensões da pobreza, a dificuldade ou incapacidade dos AF em obter alimentos (comida) suficiente ou terem acesso estes para poderem desfrutar uma vida activa e saudável é, certamente, indicador de pobreza desses AF, (Hoddinott & Yohannes, 2002: iii-1). A diversidade alimentar parece ser um meio eficaz para medir a Segurança e Insegurança Alimentar e monitorar as mudanças e o impacto de

políticas e acções pertinentes, especialmente nas situações em que os recursos disponíveis para tal medição são escassos, (idem Hoddinott & Yohannes, 2002). Neste ponto, é importante clarificar o nosso entendimento sobre o conceito de medição. Nesta tese tomamos a definição apresentada por Wernimont (1977, op. cit.) para quem

medição é a atribuição de números a pessoas ou coisas para representar as relações existentes entre elas com respeito a propriedades particulares. O número atribuído a alguma propriedade particular serve para representar os tamanhos/níveis relativos dessa propriedade associada à pessoa ou coisa em questão. Estamos interessados em medir o grau relativo ou severidade da Insegurança Alimentar e da fome, (p.3).

Medir é, de facto, a etapa mais importante para a colecta de dados que representam com precisão os fenómenos sob investigação; a medição é anterior e posterior à recolha de dados Trochim, (2002:3).

Um dos aspectos que constituiu o foco principal de estudo, é a questão do consumo de alimentos pelos agregados familiares. É que, apoiando-nos em Oldewage-Therona, Dicksb e Napierb (2006, p. 796), as receitas e o nível de consumo de alimentos pelos agregados familiares podem ser usados como “medidas *proxi* e os indicadores de receitas podem ser tomados para aferir sobre os factores determinantes da Insegurança Alimentar” nos AF. A investigação de que resultou esta tese baseiou-se, como foi já mencionado, no estudo da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Maluf e Menezes, (2001, op. cit.: 7), asseveram que “a pobreza ocupa o lugar de determinante principal da Insegurança Alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenómenos da fome e da desnutrição”, sendo que a Segurança Alimentar e a redução da pobreza são inseparáveis. Existem, digamos, no mesmo tempo e espaço. Embora a redução da pobreza seja um objectivo fundamental de desenvolvimento, em muitos países em desenvolvimento a Segurança Alimentar ocupou um lugar importante na arena política internacional, sobretudo depois da crise alimentar global de 2007/08, (Mahadevan1 & Hoang, 2015, pp. 123-135). Aliás, os ODS 1 (sobre erradicação da pobreza) e 2 (sobre fome zero e agricultura sustentável) referem a Segurança Alimentar e a redução da pobreza como sendo duas faces da mesma moeda e, por isso, devam ser vistos no mesmo diapasão. Na perspectiva deste estudo, a agricultura sustentável é entendida como sendo o desenvolvimento de uma agricultura que contribua para melhorar a eficiência na utilização dos recursos, fortalecendo a resiliência e garantindo a equidade e sua responsabilidade social e dos sistemas alimentares, de modo a garantir a Segurança

Alimentar e Nutricional para todos, (HLPEFSN (2016: 29). O desenvolvimento da agricultura é fundamental para a Segurança Alimentar pois contribui para a disponibilidade, o acesso e a estabilidade dos alimentos bem como a sua utilização, através da diversificação dos alimentos produzidos, FAO (2014: 25-26). Neste alinhamento, Santos (1993, op. cit.) referido no ponto 3 da introdução desta tese anota que

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconómico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos córtices) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o facto do modelo socioeconómico vigente, mas, também, do modelo espacial, (p. 10).

Embora a Segurança Alimentar, por si só, não seja suficiente para erradicar a pobreza é fundamental que, em qualquer estratégia de combate à pobreza se incluam e integrem, indissolavelmente, políticas que visem garantir a Segurança Alimentar e, por conseguinte, reduzir a Insegurança Alimentar. Tais estratégias devem ter suporte metodológico que ajude a explicar e compreender as inter-relações entre Pobreza e Insegurança Alimentar. Por outro lado, a pobreza e a desnutrição, são, entre outros, manifestações visíveis da Insegurança Alimentar e da pobreza. É que, a fome, essa “armadilha da pobreza”, faz com com os pobres gastem todos seus recursos exclusivamente para a sua própria sobrevivência, não sobrando, assim, recursos para uma poupança que possa gerar renda que possa permitir aos agregados familiares adquirir bens alimentares que contribuam para o seu sustento, Sachs (2005, p. 285). A fome e Insegurança Alimentar são importantes indicadores do padrão de vida de uma sociedade, como destacam Anand & Harris (1994^a: 228-229). Aliás Ferreira, (2018, op. cit.) reforça esta abordagem anotando que

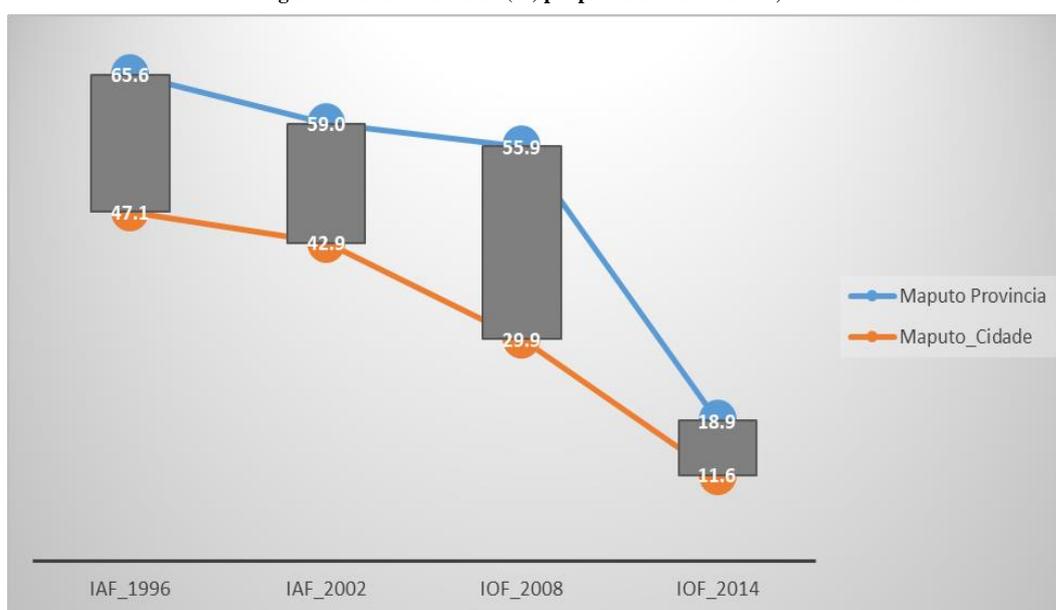
A fome, a desnutrição e a Insegurança Alimentar são simultaneamente causas e efeitos da pobreza, comprometendo o desenvolvimento humano, as perspetivas de desenvolvimento das sociedades e o potencial económico dos países. Encontrar alimentos a preços acessíveis, que promovam a saúde e a boa nutrição, para uma população mundial em crescimento, permanece um grande desafio internacional. A promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes, responsáveis, competitivos, diversos e inclusivos é um imperativo de Desenvolvimento, que requer a participação de todos, (p. 15).

Estudos feitos pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), Direcção Nacional de Estudos Econmicos e Financeiros em Maputo-Província e Maputo – Cidade, nomeadamente IAF (1996 e 2002) e IOF (2008 e 2014) mostraram que a taxa de pobreza,

expressa em termos de consumo, teve uma tendência decrescente no período entre 1996-2014, tal como ilustram os dados na Figura 1.7 que se segue.

Anote-se, adicionalmente que, de acordo com a antiga divisão administrativa, a Cidade da Matola e todos os Bairros periféricos, incluindo os da zona de Machava eram parte da Cidade de Maputo. Posteriormente foram desagregados e surgiram Maputo-Província tendo como capital a Cidade da Matola e Maputo-Cidade, tendo como capital a Cidade de Maputo.

Figura 1.7: Taxa de Pobreza (%) por provincia seleccionadas, entre 1996 – 2014



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do MEF, Direcção Nacional de Estudos Económicos e Financeiros (2016: 3-5). Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Resumo da Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014/15). Maputo.

Apesar de não ser objectivo desta pesquisa estudar os níveis de desnutrição crónica em crianças de Moçambique, é importante referir, de acordo com o Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional, já referido acima, realizado em 2013 pelo SETSAN, na Cidade de Maputo, a prevalência da desnutrição crónica em crianças dos 0-5 anos é de 31%, nível considerado alto pela OMS. Aliás, a desnutrição crónica pode ser tomada como indicador para aferir sobre o estado de saúde da população e, por conseguinte, o seu nível de vida e estado de Insegurança Alimentar, tal como anotaram, Barrett (2002), Raimundo (2008) e McCordic (2015).

Com a publicação, em 1981, do trabalho de Amartya Sen sobre “Pobreza e Fome” os investigadores, que se preocupavam com pesquisas sobre Segurança Alimentar, começaram a prestar maior atenção à dimensão “acesso” aos alimentos, tanto em termos de acesso físico quanto em termos socioeconómicos, ou seja em termos do que o autor anteriormente referido chamou de “disponibilidade directa de alimentos”. Na verdade, tal significou uma espécie de alerta para a abordagem da Insegurança Alimentar como o substracto para a conhecimento

e compreensão da própria Segurança Alimentar. Entretanto, em Moçambique a atenção principal a nível do debate das instituições continua a estar focalizada, principalmente, na produção e disponibilização de alimentos, sendo o debate, a nível das instituições de pesquisa, ainda ténue. Anote-se, porém, que e em termos agregados, a África Austral, por exemplo, consegue atingir a auto-suficiência alimentar, mas ao mesmo tempo, a fome e a desnutrição prevalecem em toda a região, tanto nas cidades como no campo, o que foi descrito por Crush & Bruce (2010: 6-7) como uma "crise invisível de Insegurança Alimentar". Por outro lado e como refere Nayak (2000: 60-65)., a revisão da literatura mostrou existirem três alternativas diferentes de interpretação da teoria de "abordagem de direito", apresentada por Sen, (op cit., designadamente:

- (i) a chamada hipótese específica que coloca a "abordagem de direito" em contradição directa com a popular noção de que a fome é causada pela disponibilidade reduzida de alimentos;
- (ii) a chamada hipótese geral que não nega que a fome possa ser causada pelo declínio da disponibilidade de alimentos, salientando dois aspectos fundamentais, nomeadamente: que o declínio na disponibilidade de alimentos tem impacto para a análise e avaliação da fome; e que a fome não é apenas causada pelo declínio da disponibilidade, mas também pela situação financeira que pode influenciar o acesso a alimentos pelos agregados familiares; e
- (iii) o que é referido como o enquadramento geral da teoria, segundo o qual "a lógica da abordagem de direito" não é sugerir nem negar nenhuma hipótese específica sobre as causas da fome, mas direccionar a busca das suas causas em questões mais gerais que envolvam um conjunto de doações e o conhecimento de direitos. Aliás Sen (1977: 33-59), na sua publicação sobre "Starvation and Exchange Entitlements: A General Approach and Its Application to the Great Bengal Famine", já havia asseverado que "a fome não é causada pela escassez de alimentos, mas pela redução do direito à alimentação". Ademais, dois outros fenómenos apontados por De Waal (1990) nas suas observações críticas à teoria de Sen referem-se, primeiro ao facto de que, mesmo em condições de fome, as pessoas optam por não consumir os seus alimentos preferindo, entretanto, vendê-los no lugar de consumí-los, acrescentando, acto contínuo, que, em grande medida, a maior parte da mortalidade causada pela fome não está directamente relacionada à desnutrição. Ela é, também, causada, por outros factores. Estes

elementos, conjugados, concorrem para o que Chambers & Cownway (1991) referem como sendo “redução da capacidade de subsistência”, (p. 7). A abordagem destes autores sobre o que chamam “meios de subsistência”, cujo ciclo pode ser visualizado e entendido no modelo de Chambers e Conway (1991) ilustrado na Figura 1.6, parece-nos que as pessoas ou seja os agregados familiares são, diga-se, empurrados a encontrar formas de sobrevivência à falta de alimentos que, paradoxalmente, os colocam a vender para, por sua vez, voltar a comprá-los ou adquirir outros bens que os ajudem a manter-se ou sobreviver. A Figura 1. 8 ilustra o que Chambers e Conway (1991) chamam de componentes de meios de subsistência.

Figura 1. 8: Modelo de Chambers & Conway vs Componentes e fluxos na Subsistência



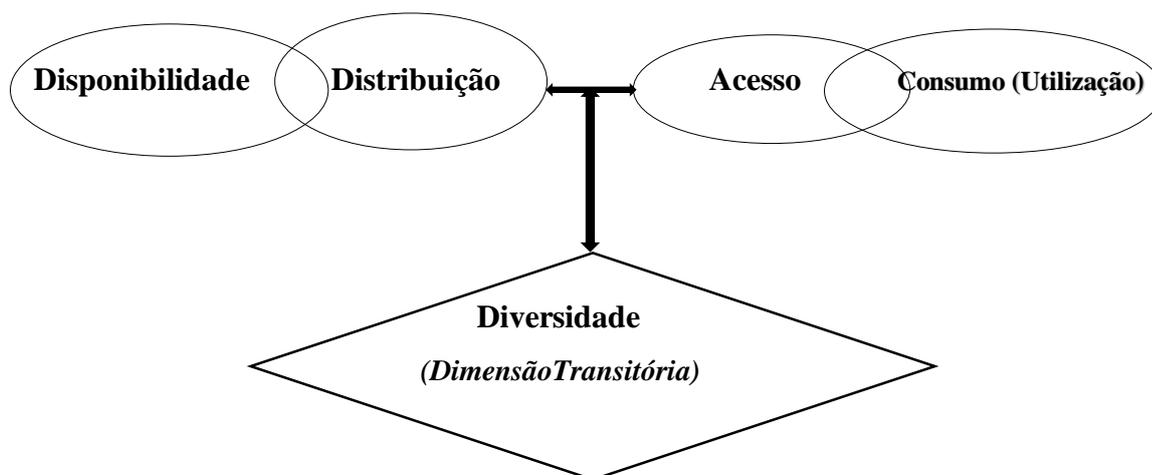
Fonte: Tomado de Chambers e Conway (1991: p. 7), com adaptações do autor desta tese.
A versão original desta figura está em inglês. A tradução é da responsabilidade do autor desta tese

Para investigar e determinar os níveis e, até, estudar as possíveis similaridades dos factores que podem determinar ou, diga-se, condeterminar tais níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaca e KaTembe optou-se, no caso de análise quantitativa dos dados, pelo método de escalas de medição baseadas na experiência dos agregados familiares sobre Insegurança Alimentar. A vantagem do uso de indicadores escalares é que eles medem o fenómeno directamente, a partir da experiência de Insegurança Alimentar que, como afloram (Panigassi at al, 2008), “é vivenciada e percebida pelas pessoas

afectadas. Essas medidas captam não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também a dimensão psicossocial da Insegurança Alimentar, tomando os agregados familiares como unidade de análise”. Além disso, os indicadores (medidas escalares) podem ser adaptados ou mesmo reformulados através da utilização de metodologias qualitativas, em diferentes contextos socioculturais locais, sendo a sua aplicação e análise relativamente simples.

Rebuscando a ideia de Sen (1981, op cit) parece que, pelo menos em Moçambique, o problema não é apenas do número de “bocas” para alimentar, mas sim, também, da disponibilidade, distribuição e acesso, pelos “donos das bocas”, aos alimentos. A este trinómio parece entropor-se, ainda, a questão da diversidade dos alimentos disponíveis que, suportando-se em Chambers & Cownway (1991:7), o autor desta tese chama de dimensão “transitória ou implícita”. É que a capacidade de compra de alimentos pelas pessoas (membros de agregados familiares), pode influenciar o direito e liberdade que elas têm de/para escolher o que podem comprar e, por conseguinte, saber se têm alimentos para consumir e que tipo de alimentos. E essas escolhas são influenciadas pela sua capacidade financeira. Esta abordagem pode ser ilustrada através da Figura 1.9 que se segue. Este diagrama mostrado na Figura 1.9, foi elaborado pelo autor para ilustrar (operacionalmente) o seu entendimento sobre a contribuição de Chambers & Cownway (1991) acerca da questão da capacidade de subsistência dos membros dos agregados familiares. O autor entende que, nas condições de KaNyaka e KaTembe, a Diversidade de alimentos embora importante, não é, por assim, imprescindível (no sentido de que deve verificar-se, incondicionalmente, diversidade de alimentos). A sua existência não influencia o tipo de alimentos preferidos e consumidos pelos AF. É que diversidade encerra diferenças e ou variações. E os dados mostra que as diferenças do tipo de alimentos consumidos são muito insignificantes. Esta dimensão é, fortemente determinada pelas escolhas determinadas por aquilo que as pessoas gostam de comer. A sua presença pode ser, por assim dizer, transitória. E implícita porque, de facto, ela existe como elemento que reflecte a disponibilidade de alimentos.

Figura 1. 9: Diagrama de inter-relação de dimensões de SA (Disponibilidade, Distribuição, Acesso e Consumo) incluindo a dimensão “transitória/implícita”.



Fonte: Diagrama elaborado pelo autor da tese com base em Chambers & Cownway (1991, p. 7)

1.3. Resumo do capítulo I

O contínuo desenvolvimento de debates sobre o conceito e medição de Segurança Alimentar, fez com que esta deixasse de ser vista como simples problema da baixa produção de alimentos para a subsistência dos agregados familiares. Esta mudança na perspectiva analítica, produziu avanços em direção à definição de medidas de Segurança Alimentar com enfoque nos agregados familiares contribuindo para que a Segurança e Insegurança Alimentar passassem a ser vistas e compreendidas, também, como questões de Desenvolvimento, sobretudo nos países em desenvolvimento, entendimento que parece ser aplicável para Moçambique.

A problemática de Segurança e Insegurança Alimentar urbana ou rural deve ser vista, também, no contexto da agricultura familiar, destacando as dinâmicas económicas e sociais e a diversidade sócio-espacial e cultural das populações porque a produção agrícola familiar e, por conseguinte, os produtos dela provenientes e/ou os provenientes da pesca ou da comercialização são os que, de forma mais acentuada e frequente asseguram, em KaNyaka e KaTembe, o principal recurso de acesso e de utilização de alimentos pela população. No caso destes dois DM a produção própria de alimentos tem um papel preponderante no acesso a estes pelos agregados familiares. Dos debates e asserções teóricas sobre esta problemática, ressaltam três momentos que marcantes, nomeadamente, Momento 1: Disponibilidade entendida não apenas como provisão de alimentos mas, também, como provimento (fornecimento) em todos os momentos, de alimentos básicos adequados que respondam às necessidades de expansão e crescimento constante do consumo de alimentos

e assegurar a compensação da flutuação na produção e nos preços. ; Momento 2: Este momento reflecte o surgimento e implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural, nos anos '80, cujo objectivo era garantir que todas as pessoas, em todos os momentos, tenham acesso físico e económico aos alimentos básicos de que precisam; e Momento 3: A Saúde e Desenvolvimento Humano são tomados como elementos fundamentais para assegurar a Segurança Alimentar.

A complexidade e multidimensionalidade da medição da Segurança e Insegurança Alimentar exige a operacionalização de indicadores e a consideração do agregado familiar como unidade de análise. Isso requer que se tenha em conta a composição e estrutura dos agregados familiares, pois estes variam em termos de tamanho (número de membros do AF), estrutura etária e composição por sexo; e (ii) A localização geográfica ou seja se as áreas de estudo fazem ou não parte da zona rural ou urbana e se têm maior ou menor proximidade aos mercados onde compram ou vendem os alimentos. O recurso a indicadores escalares para medir Segurança ou Insegurança Alimentar tem a vantagem de permitir a sua medição, directamente, a partir da experiência de Insegurança Alimentar que é vivida e percebida pelas pessoas afectadas. Essas medidas captam não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também a dimensão psicossocial da Insegurança Alimentar, tomando os agregados familiares como unidade de análise. Os indicadores (medidas escalares) podem ser adaptados ou mesmo reformulados através da utilização de metodologias qualitativas, em diferentes contextos socioculturais locais. As receitas e o nível de consumo de alimentos pelos agregados familiares podem ser usados como medidas *proxi* e os indicadores de receitas podem ser tomados para aferir sobre os factores determinantes da Insegurança Alimentar nos agregados familiares.

Por outro lado, a disponibilidade de alimentos é fundamental, como factor necessário, para a abordar a questão de acesso. Porém, não basta que os alimentos estejam disponíveis, ou seja a disponibilidade, por si só, não é suficiente para garantir que estes estejam (sejam) acessíveis aos agregados familiares. Em Moçambique, por exemplo, muitas vezes os alimentos estão disponíveis. O problema reside na capacidade de acesso a estes pelos agregados familiares. Este facto verifica-se em KaNyaKa e KaTembe. Por outro lado, é importante lembrar que Insegurança Alimentar significa, sobretudo, a incapacidade das pessoas acessarem, ou seja não poderem adquirir os alimentos mesmo quando estes estão, em termos físicos e de quantidade absoluta, disponíveis. Isto pode significar, por outras palavras, que o problema de comida ou alimentação, em geral e também em Moçambique, não é apenas do número de “bocas” para alimentar, mas sim, também, da cadeia

disponibilidade - distribuição - acesso pelos “donos das bocas” (membros dos agregados familiares), aos alimentos. A este trinómio parece entrepor-se, ainda, a questão da diversidade desses alimentos disponíveis pois esta alarga as opções de escolha das pessoas. A capacidade de compra de alimentos pelas pessoas (membros dos agregados familiares), pode influenciar o direito e a liberdade que elas têm de/para escolher o que podem comprar e, por conseguinte, saber se têm alimentos para consumir e que tipo de alimentos. Essas escolhas ou decisões estão reflectidas na teoria de direitos e liberdades de escolha desenvolvida por Sen (1981) conhecida como *Entitlement approach* e que suportou teoricamente este estudo. Esses direitos e liberdades são, muitas vezes, condicionados pela fraca capacidade financeira dos agregados familiares.

CAPÍTULO 2: PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

O capítulo que se segue apresenta a metodologia seguida em todas as etapas seguidas na recolha de dados e informações relevantes para realização deste estudo. Nele são abordados, com detalhe, as ferramentas desenvolvidas para o cálculo da amostra bem como os fundamentos metodológicos que justificam a identificação dos agregados familiares inquiridos observados. O agregado familiar é, neste capítulo, definido como a unidade de análise.

Este capítulo está estruturado em três subcapítulos, onde se problematiza e discute o tema da pesquisa, apresentam-se os objectivos da pesquisa, sendo o objetivo geral o de analisar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e os específicos os de (i) Determinar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe bem como os factores que os influenciam; (ii) Medir o nível de acesso e consumo de alimentos pelos agregados dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe; e (iii) Verificar a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. É, ainda, neste capítulo que é apresentada a delimitação da área de estudo, feita a justificação da opção metodológica, discutido o método de pesquisa usado (Método Misto), apresentados os indicadores e as variáveis usadas e, finalmente, a ferramenta utilizada para o processamento, a análise e interpretação dos dados.

2.1. Problematização

Embora haja consenso entre os académicos e os políticos sobre a maneira como em África se produzem e se distribuem os alimentos parece, porém, necessário aprofundar a ideia da necessidade de uma “produção sustentável” destes, bem como a busca de formas mais apropriadas de fazê-lo. Este aspecto permanece, ainda, difuso. Tal como refere Shilomboleni (2017), na última década, surgiram duas abordagens que se diferenciaram das de Segurança Alimentar e Sustentabilidade e “tornaram-se cada vez mais proeminentes na África Subsaariana”. Uma delas é a que se refere à Revolução Verde Africana, a qual foi implementada por um “consórcio de parceiros composto por governos africanos, sector privado, doadores filantrópicos e instituições multilaterais. Uma outra abordagem do problema relaciona-se com o chamado “movimento de soberania alimentar africana”, (p. 1) o qual foi liderado por sindicatos de camponeses da África e organizações da sociedade civil. As origens desses dois modelos agrários (que Shilomboleni (2017) se refere a estes modelos

como tendo “origens ontológicas”) influenciaram as abordagens sobre Segurança Alimentar, Sustentabilidade e Insegurança em diferentes partes da África Sub-Sahariana. De acordo com os resultados do estudo feito pelo SETSAN em 2017 o nível de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo é, neste ano, cerca de 22%. Este estudo não abrangeu, entretanto, os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

A realização deste estudo suscita, entretanto, algumas questões de partida, designadamente, (i) Será que os níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe são mais altos que os dos agregados familiares dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu)? e (ii) Haverá similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe e nos factores que influenciam a InSA? Estas questões estão sintetizadas na questão principal que constitui o problema levantado pelo autor desta pesquisa, o de saber “Que níveis de Insegurança Alimentar têm os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e que factores os influenciam?”. Em busca de respostas a esta questão principal e às perguntas de partida, o autor formulou duas hipóteses segundo as quais os “Os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) e há similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos.”.

Ademais, o grande interesse e a ligação a nível de pesquisa na área de Insegurança Alimentar urbana em Moçambique, particularmente da Cidade de Maputo, iniciada com a Dissertação de Mestrado apresentada em 2015 pelo autor desta tese, o fraco conhecimento sobre os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, levaram-no, a escolher este tema como linha central de investigação.

Com esta escolha, o autor pretende dar resposta à questão principal desta pesquisa, a de saber quais são os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em 2017.

2.1.2. Objectivos do estudo

2.1.2.1. Geral

Analisar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

2.1.2.2. Específicos

- (i) Determinar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe bem como os factores que os influenciam;
- (ii)
- (iii) Medir o nível de acesso e consumo de alimentos pelos agregados dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe; e
- (iv) Verificar a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

2.2. Metodologia

2.2.1. Delimitação da área de estudo

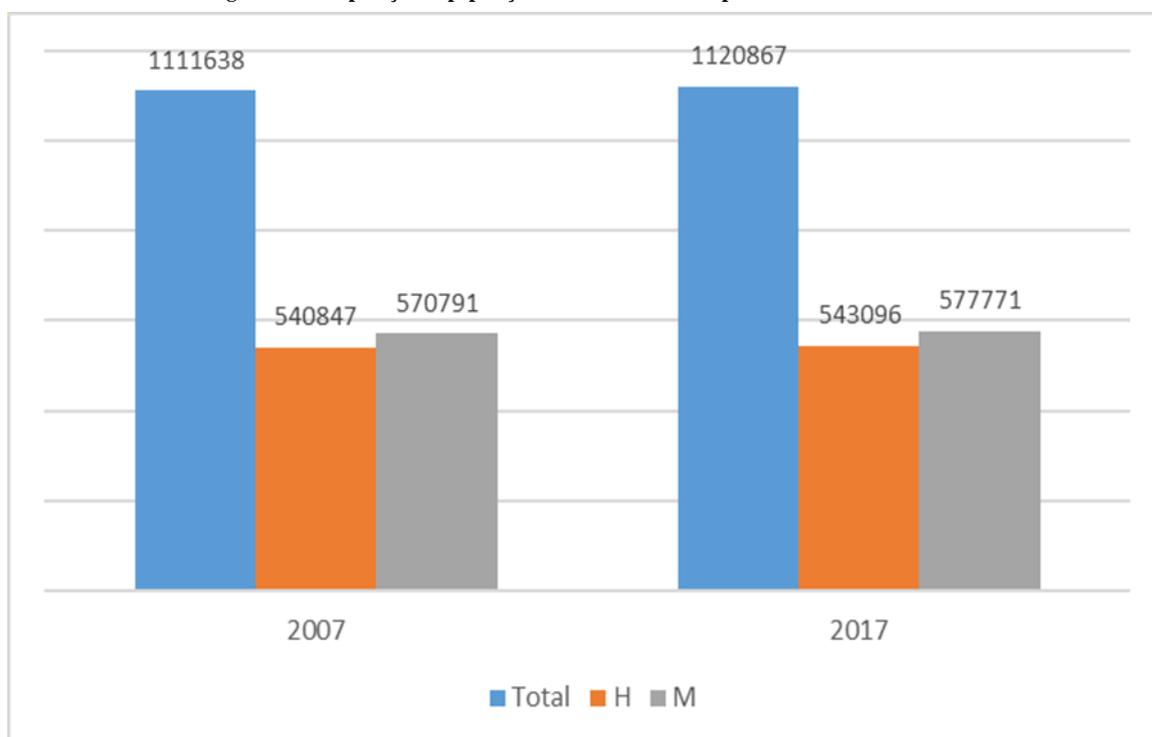
A Cidade de Maputo (CdM) é a capital da República de Moçambique. Ela situa-se no sul de Moçambique na costa ocidental da Baía de Maputo e banhada, igualmente a sul, pelo Estuário do Espírito Santo onde os rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Infulene desaguam e a nascente pela baía de Maputo, (Pimentel, 2013a: 47). O clima de Maputo é tropical seco. O período mais quente do ano ocorre entre os meses de novembro a abril e o mais frio, de maio a outubro. A maior precipitação surge nos meses mais quentes, entre novembro e março, (Pimentel, 2013a). A oeste está a Cidade da Matola (Município da Matola), capital da província de Maputo. A CdM tem estatuto de “Província”. Em termos administrativos está dividida em sete Distritos Municipais, nomeadamente KaMavota, KaMaxaqueni, KaMpfumo, KaMubucwane, KaNyaka (ilhas de Inhaca e dos Portugueses), apresentado no trabalho de Pimentel (2013a: 45), KaTembe e Nlhamankulu (veja-se Quadro 2.3) e tem uma superfície de 300 km².

Na Cidade de Maputo, o Distrito Municipal KaMpfumo tem o que Raimundo et al (2014: p. 6) chama “Bairros de luxo”. Trata-se de Bairros que, de acordo, ainda, com o mesmo autor, “diversas pesquisas realizadas em Maputo nos últimos anos mostraram diferentes facetas da luta pela sobrevivência nos bairros informais da cidade”. Tais estudos incluem pesquisas sobre a pobreza dos agregados familiares, habitação e acesso à terra, o abastecimento de água, entre outros. Embora, parafraseando o autor acima referido, essas investigações “proporcionem informação de muita utilidade para a compreensão da dinâmica da pobreza em Maputo, nenhum deles foca explicitamente as dimensões e determinantes da Segurança Alimentar” e, em particular, SAN/InSAN nos Distritos

Maputo (distritos da parte continental desta, designadamente KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) contou com dados oficiais mais recentes e actualizados sobre Insegurança Alimentar, disponibilizados em 2017 como resultado desta pesquisa e do estudo levado a cabo pelo SETSAN. Tal permitiu, também, comparar os resultados dos dois estudos.

De acordo com os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, a Cidade de Maputo tem uma população total de 1.120.867 habitantes, dos quais 543.096 são homens e 577.771 são mulheres. Entretanto, dez anos antes da realização deste estudo, isto é, em 2007 (2007 foi o ano da realização do III RGPH. As projeções dos resultados deste Censo serviram de base o cálculo da Amostra para o estudo feito no âmbito desta Tese), a Cidade de Maputo tinha uma população de 1,111,638 habitantes (540,847 homens e 570,791 mulheres). Como se pode depreender a partir da Figura 2.2 que se segue, parece não ter havido alterações significativas na estrutura da população, mormente no que diz respeito à sua composição por sexo, no período entre 2007 e 2017, (vide figura 2.1 que se segue). Por outro lado, os dados oficiais fiáveis disponíveis e mais próximos que pudessem ser usados para efeitos do cálculo da amostra foram as projeções dos resultados deste Censo de 2007. Os do Censo de 2017 não estavam, ainda, disponíveis.

Figura 2.2: Comparação da população total da cidade de Maputo dos anos de 2007 e 2017



Fontes: INE (2010). III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007. Resultados definitivos.
INE (2018). IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017. Resultados definitivos.

Em termos de número de Bairros, o Distrito Municipal com maior número de Bairros é, por ordem decrescente, o DM KaMubucwane com treze Bairros, seguido de KaMpfumo com doze, NLhamankulu com onze, KaMaxaqueni com nove, KaMavota e KaTembe ambos com cinco Bairros e, finalmente, KaNyaka com três Bairros.

O Quadro 2.1 apresenta todos os Distritos Municipais de Maputo e respectivos Bairros.

Quadro 2.1: Distritos Municipais e Bairros da Cidade de Maputo

Distrito Municipal	Bairros
KaMavota	Mavalane A e B; FPLM; Hulene A e B; Ferroviário; Laulane; 3 de Fevereiro; Mahotas, Albazine e Costa do Sol.
KaMaxaqueni	Mafalala; Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B e Urbanização.
KaMmpfumo	Central A, B e C; Alto Maé A e B; Malhangalene A e B; Polana Cimento A e B, Coop e Sommerchild.
KaMubucwane	Bagamoyo; George Dimitrov (Benfica); Inhagoia A e B; Jardim, Luís Cabral; Magoanine; Malhazine; Nsalane; 25 de Junho A e B; e Zimpeto.
KaNyaka	Ingwane; Ribjene e Nhaquene.
KaTembe	Gwachene; Chale; Inguice; Ncassene e Xamissava.
NLhamankulu	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuine; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pimentel, J. (2013b, p. 49), “Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo”, (online), consultado em 03.01.2021, Disponível em [file:///C:/Users/User/Downloads/JPimentel_Parte2%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/JPimentel_Parte2%20(3).pdf)

Como refere Pimentel (2013b: 79-85) a Cidade de Maputo possui espaços abertos público, os quais podem ser categorizados e classificados de acordo com a sua função que podem desempenhar, como é mostrado no Quadro 2.2. As informações mostradas neste Quadro são úteis para o conhecimento da Cidade de Maputo e, em particular, sobre o que a cidade dispõe, também, em termos de infraestruturas de prestação serviços de lazer e outros. Refira-se que tas estão localizadas na parte continental da Cidade de Maputo.

Quadro 2.2: Espaços por Categoria

Categoria (classificação)		Designação
Área de desporto ao ar livre		Clube de Golfe da Polana, Circuito de Manutenção Física “António Repinga”
Cemitério		Cemitério S. Francisco Xavier, Cemitério de S. José de Lhanguene
Espaço de Enquadramento		<u>Jardim da Fortaleza</u>
Espaço Multifuncional		Paio de Mahlazine, Parque da Paz, FEIMA (Feira Municipal de Artesanato) localizada no Parque dos Continuadores da <u>Cidade de Maputo</u>
Frente de água		Avenida Marginal
Habitat seminatural		Barreira do Maxaquene, Barreira Malanga, (Mangal, Dunas)
Hortas Urbanas		Vale das Mahotas, Vale do Infulene
Jardim público		Jardim Municipal Nangade, Jardim Municipal dos Professores, Jardim dos Cronistas, Jardim dos Namorados, Jardim do Centenário, Jardim da Ponta Vermelha, Jardim do Paraíso ⁷⁶
Jardim educativo	Botânico	Jardim Tunduru, Jardim Botânico Universitário, Jardim Botânico do IIAM
	Zoológico	Jardim Zoológico de Maputo
Miradouro		Largo do Miradouro
Praça		Praça da Independência, Praça 25 Junho, Praça Lurdes Mutola, Praça Robert Mugabe, Praça do Destacamento Feminino, Jardim das Berlengas, Jardim da Liberdade, Largo do Minho, Largo da Ilha de Moçambique, <u>Largo Nhazónia</u> , <u>Largo do Ribateio</u> , <u>Largo da Fé</u> .

Fonte: Tomado de Pimentel, J. (2013b, p. 85), com algumas alterações (acréscimos) do autor

A Cidade de Maputo possui áreas (espaços) específicos que são, de facto, lugares com características que podem ser enquadradas naquelas cuja utilização pode contribuir para a agricultura urbana ou para o que Da Silva et al, (2016) (2016: 78-79) chama agricultura nos “Quintais produtivos”, ou seja

“(…) os quintais produtivos estimulam a diversidade alimentar, assim como a preservação da cultura alimentar e dos recursos naturais, porque ajudam a suprimir e suplementar, mesmo que em parte, as necessidades de subsistência diárias, na maioria dos agregados familiares, colaborando para melhoria da qualidade alimentar das famílias. As pequenas produções vegetais desenvolvidas nos quintais domésticos permitem às famílias, além de uma melhor alimentação, acesso a frutas, hortaliças, especiarias e plantas medicinais”.

Em alguns destes espaços é possível produzir alimentos como, por exemplo, verduras cujo consumo pelas famílias pode contribuir para a melhoria da sua Dieta alimentar e, por conseguinte, do seu estado de Segurança Alimentar. São espaços diferenciados de acordo com as suas características e fins para os quais são utilizados e que Pimentel (2013, op. cit.) categorizou e classificou. Na sua publicação sobre “Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo”, Pimentel (2013ab, op. cit.) fez um levantamento, categorização e classificação dos espaços, conforme suas características. Nessa inventariação tomou o que classificou como sendo “espaços abertos públicos e semipúblicos”. Os espaços abertos públicos e semipúblicos identificados pelo autor abarcaram as categorias com maior expressão, isto é, aquelas que desempenham um papel fundamental na cidade e apresentam maior extensão e visibilidade.

As Figuras 2.1 a 2.10 mostram alguns exemplos de espaços classificados e categorizados pelo autor acima referido de acordo com a sua função, com algumas alterações e adaptações feitas pelo autor desta tese.

Categoria 1: Área desportiva ao ar livre

Nesta categoria encontram-se os espaços dedicados exclusivamente a prática de desporto ao ar livre como, por exemplo, o campo de golfe e o circuito de manutenção “António Repinga” que contribui na manutenção da saúde física e mental das pessoas. A Figura 2.3 mostra o exemplo de um espaço de prática de desporto ao ar livre, neste caso o Campo de Golfe.

Figura 2.3: Carta da cidade de Maputo assinalando a tipologia “Área desportiva ao ar livre” (Campo de Golfe da Polana).



Fonte: Tomado e adaptado a partir de Pimentel, J. (2013b, p. 49), “Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo”, (online), consultado em 03.01.2021, Disponível em [file:///C:/Users/User/Downloads/JPimentel_Parte2%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/JPimentel_Parte2%20(3).pdf)

Categoria 2: Cemitério

Esta categoria integra o espaço cemitério”. O Cemitério é, nesta linha de entendimento, um espaço destinado a sepultura ou guarda de defuntos. A Figura 2.4 mostra o exemplo desta tipologia.

Figura 2.4 Carta da Cidade de Maputo assinalando a tipologia “Cemitério” (Cemitério de S. Francisco Xavier).



Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 3: Espaço de enquadramento

A categoria “Espaço de enquadramento” é uma área livre cujo objectivo é a valorização de determinado elemento urbano (edifício, construção, monumento, etc), veja-se Figura 2.5. Estes espaços, que são complementares aos objectos que procuram valorizar, devem ser considerados parte integrante do conjunto “elemento urbano e espaço de enquadramento”, (idem Pimentel, 2013b: 81).

Figura 2.5: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Espaço de enquadramento”. (Jardim da Fortaleza situado na Baixa da Cidade de Maputo)



Fonte: Idem Figura 2.1.

Categoria 4: Espaço Multifuncional

Esta categoria inclui, por outro lado, um espaço considerado polivalente. Actualmente esta categoria abarca, entre outros, um espaço denominado “Praça da Paz” (veja-se Figura 2.6), resultante da requalificação para a comemoração dos 20 anos do “Acordo Geral de Paz” assinado em Roma, entre o Governo e a RENAMO, para cessação da guerra civil. Antes da sua requalificação, acolhia diversas actividades de índole social e económica como feiras.

Figura 2.6: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Espaço Multifuncional”



Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 5: Frente de água

Esta categoria integra a faixa marginal que permite uma vista ao mar, veja-se Figura 2.7. É um elemento estruturante na cidade enquanto fronteira de transição entre a terra e a água, e contrui como espaço de lazer, (idem Pimentel, 2013b: 82).

Figura 2.7: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Frente de água” (Avenida Marginal).



Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 6: Habitat seminatural

Esta categoria integra

Um conjunto de espaços que representam ecossistemas frágeis integrados no espaço urbano. Estes espaços pelas suas características apresentam funções importantes na conservação da natureza ao nível da biodiversidade, mas também de segurança pública, actuando na protecção contra erosão, contribuindo como forma de protecção da integridade física de pessoas e bens de acidentes naturais. No caso de Maputo encontram-se escarpas, mangais, áreas inundáveis e sistemas dunares, (idem Pimentel, 2013^b: 82), como está ilustrado na Figura 2.8.

Figura 2.8: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Habitat seminatural”. (Barreira do Maxaquene)



Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 7: Hortas urbanas

Trata-se de um espaço fortemente marcado pela presença da natureza e desenhado propositadamente para fruição, recreio, veja-se Figura 2.9. É, como refere Pimentel (2013b, *op. cit.*) um local de estadia e contemplação e pode contribuir para a melhoria da Segurança, enquanto espaço de produção de legumes consumidos na Cidade de Maputo.

Figura 2.9: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Jardim público” (Jardim dos Professores).



Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 8: Jardim educativo

O Jardim educativo é um espaço que, para além de reunir condições para o lazer, agrega uma função didáctica. É que, o Jardim Tunduro, também designado “Jardim Botânico” tem uma diversidade de plantas (veja-se Figura 2.10) que atraem os interessados na área. A sua vegetação é uma colecção viva documentada, para fins de pesquisa, preservação da biodiversidade, exibição de exemplares e formação científica. Em Maputo existem as duas tipologias mais comuns de jardins educativos, o jardim botânico e o jardim zoológico.

Figura 2.10: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Jardim educativo”.(Jardim Tunduro)

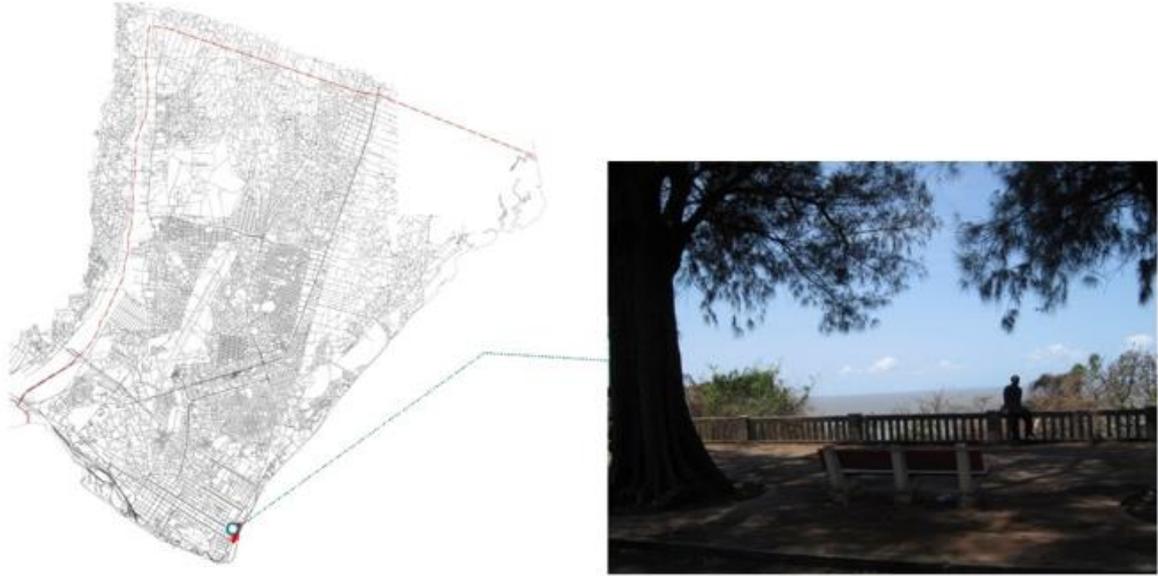


Fonte: Idem Figura 2.3.

Categoria 9: Miradouro

A Cidade de Maputo possui Miradouros: uns permitem uma vista a partir de um ponto elevado como é o caso do Jardim dos Professores e outros fornecem uma vista mais ou menos horizontal, como é, por exemplo, o Largo do Miradouro na marginal da baixa da cidade. A Figura 2.11 mostra o Largo do Miradouro Miradouro.

Figura 2.11: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Miradouro”, (Largo do Miradouro).

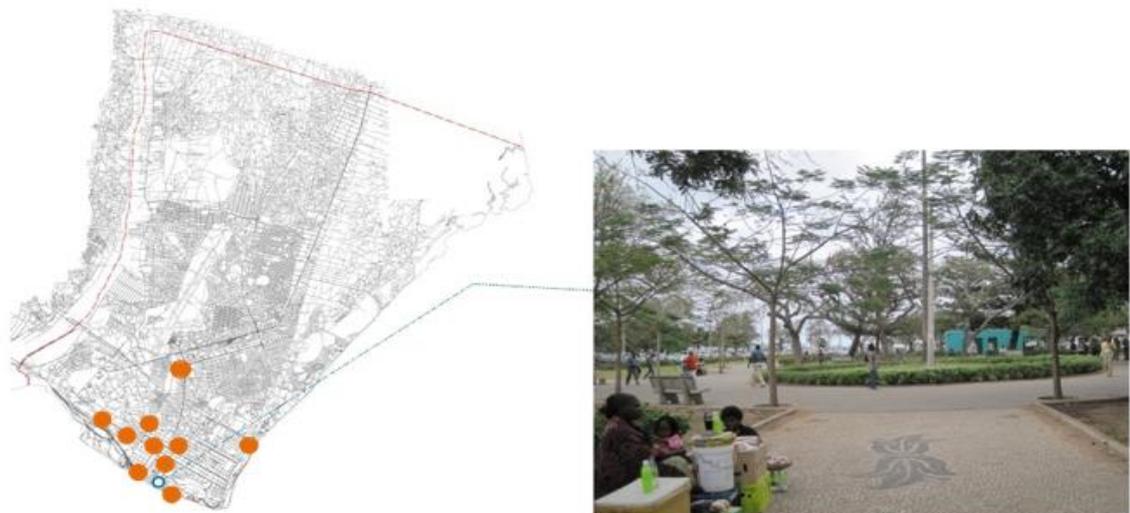


Fonte: Idem Figura 2.3

Categoria 10: Praça

Na Cidade de Maputo, o espaço “Praça” é um lugar de encontro e realização de eventos ou manifestações da vida urbana e comunitária (comemorações, manifestações culturais, feiras, etc.). A Figura 2.12 mostra uma das praças da Cidade de Maputo.

Figura 2.12: Carta da Cidade de Maputo indicando a tipologia “Praça”, (Praça 25 Junho).



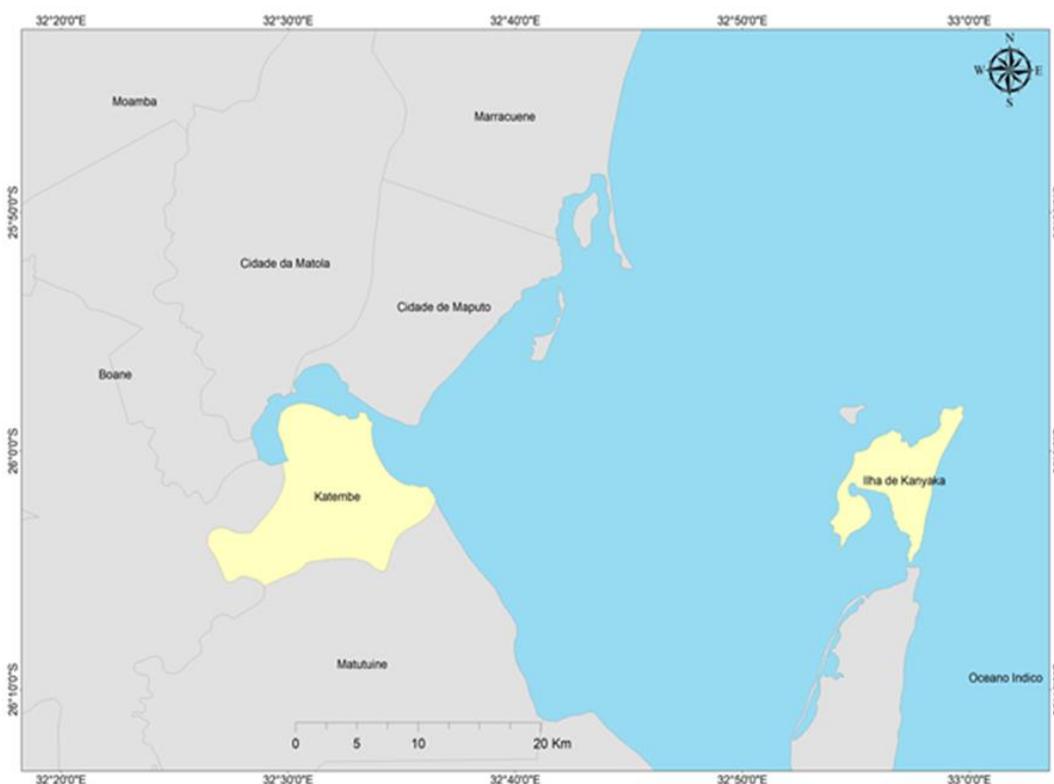
Fonte: Idem Figura 2.3

De acordo com INE (2010^b) Maputo tem uma densidade populacional de cerca de 3.670,6 habitantes/km² e

um traçado urbano reticular com amplas avenidas arborizadas onde se destacam vários exemplos do património arquitetónico da cidade, como o Palácio da Ponta Vermelha, a Estação do Caminho de Ferro, o emblemático Hotel Polana, a Fortaleza de Maputo, o edifício do Conselho Municipal, a Catedral, a nova estátua de Samora Machel ou a Mesquita⁷.

Os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, que são objecto de estudo nesta tese, localizam-se na parte insular da Cidade, a Sul e a Este da Cidade de Maputo, respectivamente. O Distrito Municipal de KaNyaka é uma ilha (veja Figura 2.13) enquanto Katembe é o ‘outro lado’ ou lado oriental da Baía de Maputo.

Figura 2.13: Mapa de localização geográfica dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe



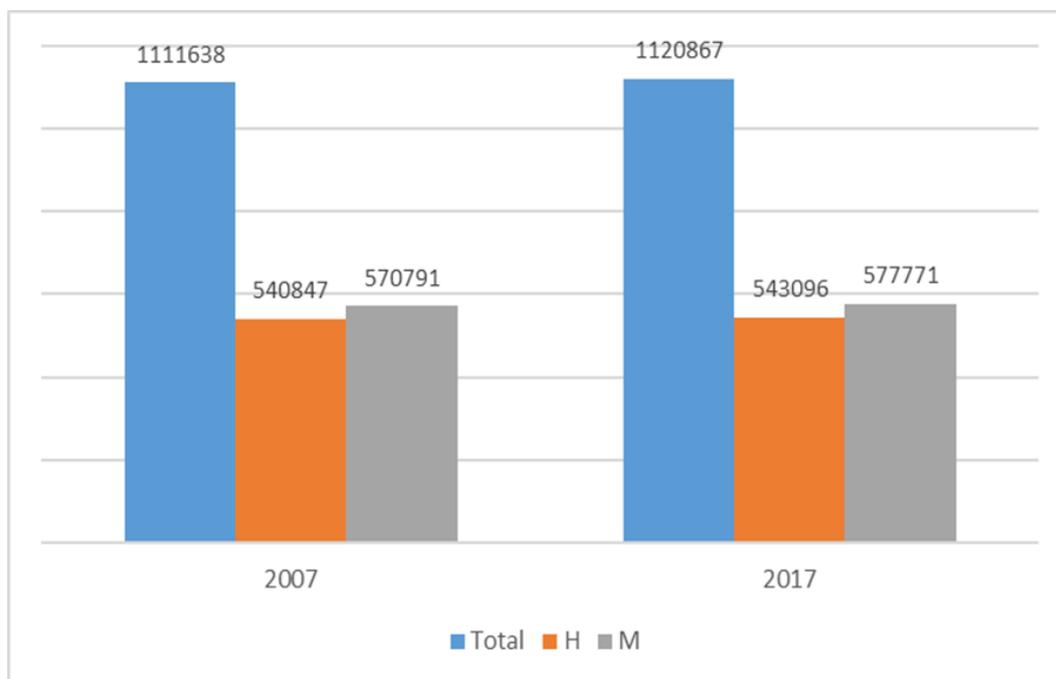
Fonte: Alane e Abrahamo (2019).

Como indicam os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, a Cidade de Maputo tem uma população total de 1.120.867 habitantes, dos quais 543.096 são homens e 577.771 são mulheres. Entretanto, dez anos antes da realização deste estudo, isto é, em 2007, a Cidade de Maputo tinha uma população de 1,111,638 habitantes (540.847 homens e 570.791 mulheres). Como se pode depreender a partir da Figura 2.14 que

^{7/} Para mais detalhes, vide INE (2010^b) e <https://www.uccla.pt/membro/maputo> (acessado em 11.01.2021).

se segue, parece não ter havido alterações significativas na estrutura da população, mormente no que diz respeito à sua composição por sexo, no período entre 2007 e 2017.

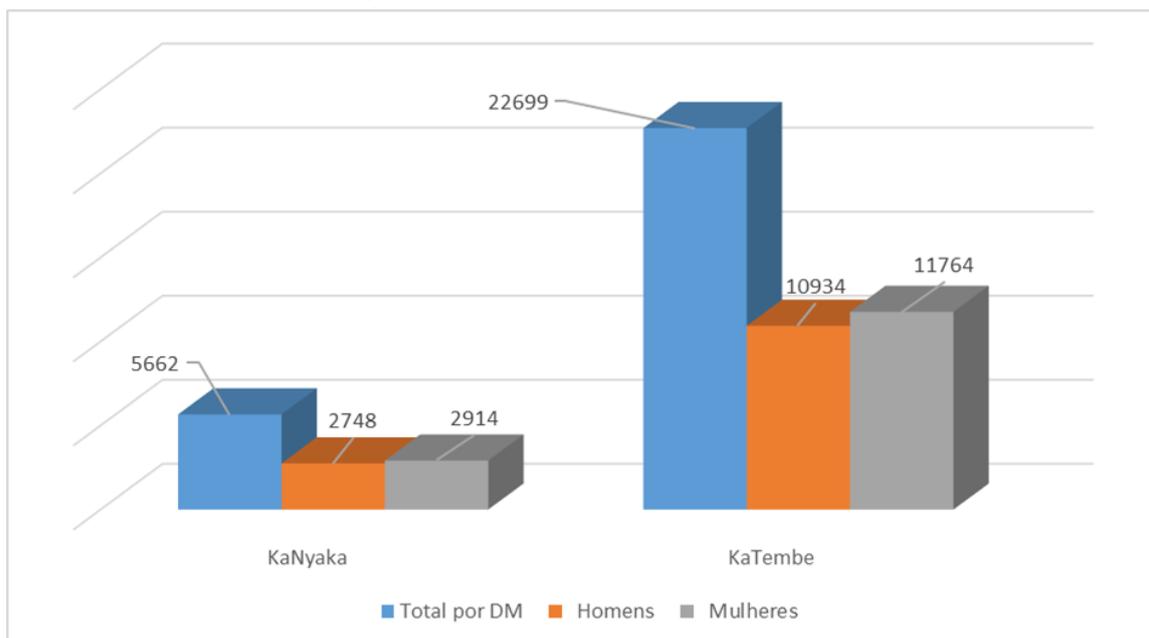
Figura 2.14: Comparação da população total da cidade de Maputo dos anos de 2007 e 2017



Fontes: Gráfico (1) - INE (2010). III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007. Resultados definitivos.
 (2) - INE (2018). IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017. Resultados definitivos.

De acordo com os resultados do Censo de 2017 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a Ilha de Inhaca tem cerca de 5.662 habitantes, (2,748 - 49% homens e 2.914 - 51% mulheres conforme está ilustrado na Figura 2.15.

Figura 2.15: População total dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe por sexo, 2017.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do Quadro 2.

O Distrito Municipal KaNyaka

O Distrito Municipal de KaNyaka tem uma superfície de 52 km² e está dividido em três bairros, nomeadamente Ingwane, Ridzene e Nhaquene, (Silva, 2011; Pimentel, 2013ab e Cumbane, 2015), conforme ilustra a Figura 2.16. Os dados usados para o presente estudo foram recolhidos em todos os três bairros mostrados no mapa que se segue.

Cobertura da amostra no Distrito Municipal KaNyaka e recolha de dados

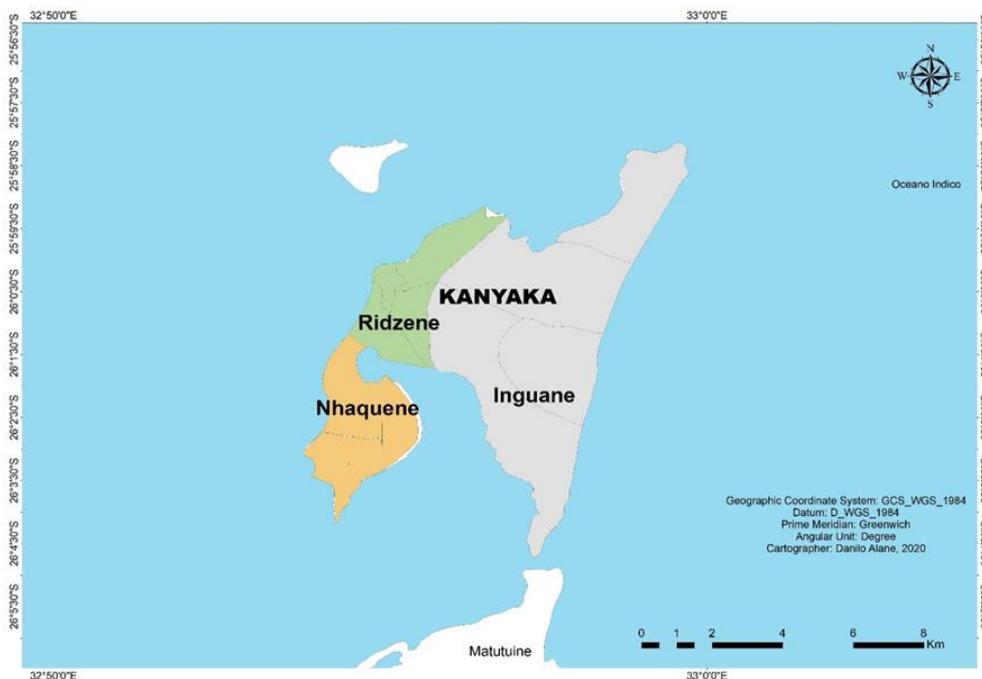
Neste DM foram inquiridos 289 agregados familiares e tomados 28 para serem observados. Os AF inquiridos foram selecionados através de uma amostragem Aleatória Simples com Probabilidade Proporcional ao tamanho da população (agregados familiares). Entretanto, para a selecção do número de agregados familiares observados recorreu-se à recomendação metodológica de Baker e Edwards (2012) segundo a qual nos

casos em que as entrevistas ou observações são parte de um estudo em que se usam métodos mistos, é recomendável tomar, pelo menos, um tamanho de amostra de cerca de 30 (trinta) unidades, sobretudo quando se prevê a existência de dados recolhidos por meio de um questionário, (pp. 8-9).

Deste modo, foram, em média, observados trinta agregados familiares em cada Distrito Municipal (28 em KaNyaka e 30 na KaTembe).

Neste DM foram, de facto, observados 28 agregados familiares. Os procedimentos para o cálculo da amostra de agregados familiares inquiridos bem como para a selecção de agregados familiares que foram abrangidos pela pesquisa qualitativa (Observação Participante), estão desenvolvidos Capítulo II (Metodologia).

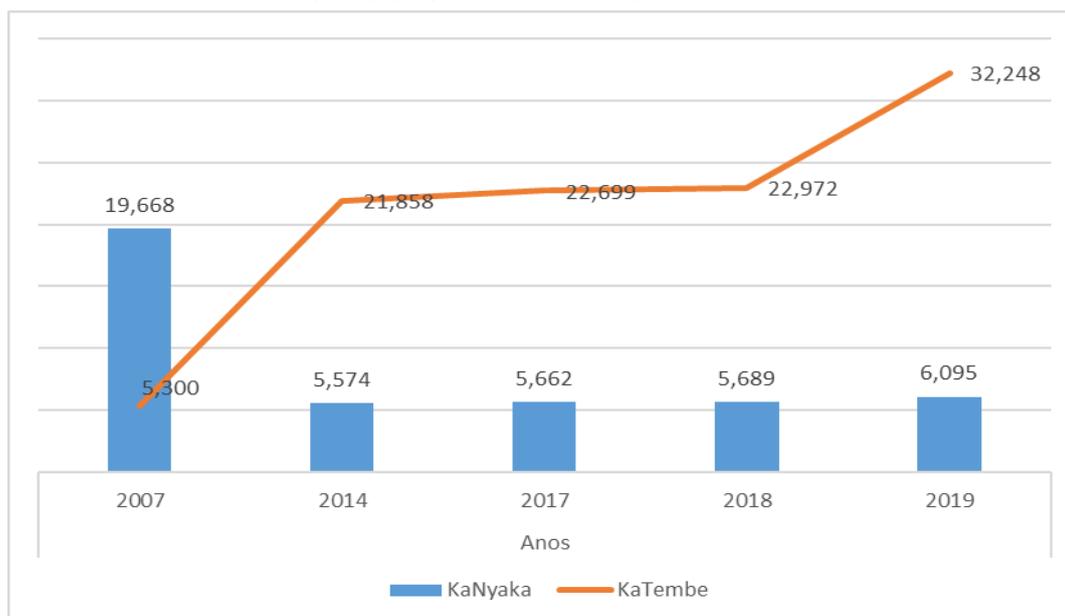
Figura 2.16: Mapa de localização geográfica dos bairros inquiridos no Distrito Municipais de KaNyaka, 2017



Fonte: Alane e Abrahamo (2019).

Em termos comparativos, a população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe tem tendência diferenciada no seu crescimento. Com efeito, a população de KaNyaka tem variação pouco acelerada comparativamente com a população de KaTembe que, como ilustra a Figura 2.17 que se segue, cresce de forma relativamente mais acentuada.

Figura 2.17: Tendência de variação da população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe entre 2007 e 2019.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos do INE 2007 e 2017.

O relatório elaborado pela equipa de investigadores da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM (2016) refere que as principais culturas praticadas incluem hortícolas (tomate, repolho, couve e cebola) e, raízes e tubérculos (batata-doce e mandioca). Segundo o relatório em alusão, naquela Ilha, a produção local de hortícolas é baixa, o que, aliado à fraca ligação com o continente, faz com que a sua disponibilidade seja igualmente baixa e, conseqüentemente, os preços de comercialização se tornem muito altos. A pesca é, também, uma das principais fontes de alimentação e receita financeira dos agregados familiares. Com efeito, para além da agricultura, a população dedica-se, também, à pesca, consumindo, preferencialmente, peixe seco. O peixe fresco é, em geral, trazido para a Cidade de Maputo – parte continental - onde é vendido.

KaNyaka experimenta uma grande pressão na exploração de recursos, em resultado do elevado crescimento populacional. O relatório da visita da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane feita em 2016, salienta que:

- (i) Há uma grande pressão na exploração de recursos, como resultado do elevado crescimento populacional. Este facto é bem visível através da expansão da actividade agrícola para as dunas muito pobres (com muitíssimo baixa produção), representando um risco de desertificação na ilha;
- (ii) Os solos das dunas são muito pobres e impróprios para agricultura. Alguma intervenção no sentido de usar tecnologias de produção que aumentam a matéria orgânica do solo pode aumentar ligeiramente o seu potencial. Em geral eles são arenosos. Entretanto, nas zonas baixas são razoavelmente ricos devido à acumulação de matéria orgânica e deposições lacustres; e
- (iii) As zonas baixas que têm ligação com o mar apresentam-se com um bom potencial para a prática agrícola. Porém, há outras com um alto índice de salinização. As áreas com bom potencial, se usadas intensivamente, correm o risco de se degradarem muito rapidamente por salinização, (p. 4-5), tal como ilustram as Figuras 2.18a e 2.18b.

Figura 2.18a: Fotografia do tipo de terras usadas para a agricultura



Fonte: Foto tirada pela equipa da FAEF, no âmbito da visita presidencial à Ilha de KaNyaka, Junho de 2016

Figura 2.18b: Fotografia do tipo de terras usadas para a agricultura



Fonte: Idem Figura 2.18a

As vias de acesso não facilitam o circuito de distribuição e comercialização dos produtos. Ademais KaNyaka possui terras não muito férteis para a prática da agricultura, como pode ser observado na Figura 2.18 c.

Figura 2.18c: Fotografia da via de acesso ao FAROL

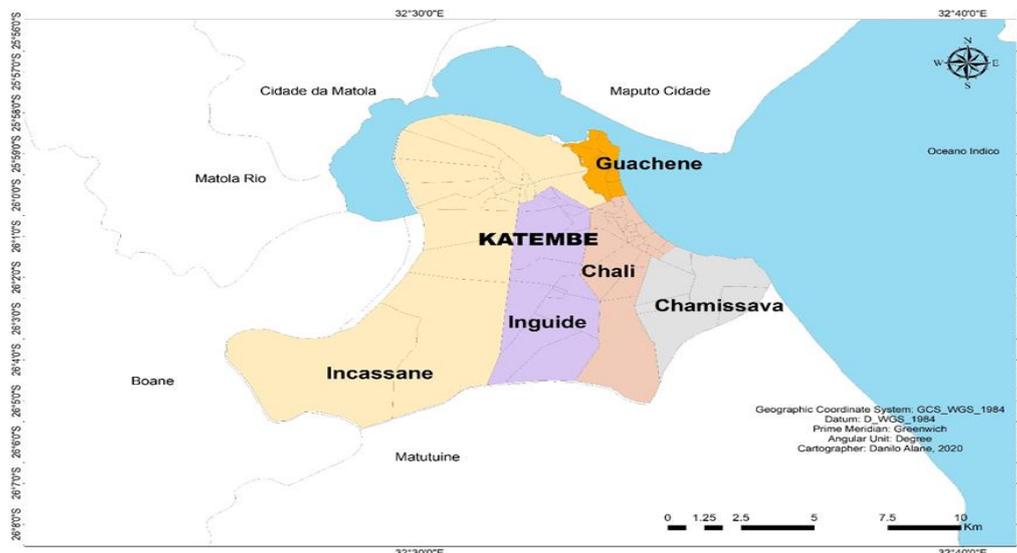


Fonte: Idem Figura 2.18^a

O Distrito Municipal KaTembe

O Distrito Municipal de KaTembe tem uma área de 101 Km² e está dividido em cinco bairros, nomeadamente Gwachene, Chale, Inguide, Incassane e Chamissava, veja-se Figura 2.19. De acordo com os dados do Censo de 2017, KaTembe tem uma população total de 22,699 pessoas, (10,934 homens - 48% e 11,764 mulheres - 52%).

Figura 2.19: Mapa de localização geográfica dos bairros inquiridos no Distrito Municipal de KaTembe, 2019



Fonte: Alane e Abrahamo (2019).

O distrito da KaTembe é, como acima referido, uma área de transição entre o rural e urbano, (Give, 2016: iii). Entretanto e de acordo com Pimentel (2013b: 76) “a relação mais próxima com a morfologia do terreno é dada pelas hortas urbanas que se desenvolvem nos sistemas

húmidos da cidade, veja-se Figuras 2.20a e Figura 2.20b. Ademais em Maputo, onde se localiza o maior centro urbano de Moçambique, o consumo de vegetais e frutas constitui, cada vez mais, a base da segurança alimentar e nutricional e do aumento da renda das comunidades. Apesar das suas deficiências e da sua informalidade, a produção familiar de hortícolas na Cidade de Maputo alimenta muitas famílias.

Actualmente, o mercado abastecedor de hortícolas em Moçambique encontra-se praticamente confinado aos grandes regadios na zona sul, Haber, Ecole, Bowen e Resende (2015: 23-25)

Figura 2.20a: Horta com plantação de diversas verduras, Distrito Municipal de KaTembe, 2019.



Foto tirada por Ezequiel Abrahamo numa horta do bairro Chale, Abril/2019

Figura 2. 20b: Horta com plantação de legumes (couve, tomate), Distrito Municipal de KaTembe, 2019.



Fonte: Idem Figura 2.19^a

Por outro lado, e como ilustram as Figuras 2.21a e Figura 2.21b, os solos predominantes no Distrito Municipal da KaTembe são arenosos amarelados, com características dominantes de areia castanha, solos muito profundos. Apresentam uma baixa fertilidade e baixa capacidade de retenção de água. Entretanto, cultivam-se legumes em hortas, (Muchangos, 1994: 9-12).

Figura 2.21a: Um dos tipos de solos usados, por exemplo, para plantio de mandioca, Distrito Municipa de KaTembe, 2019



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo numa machamba do bairro Chamissava, Abril/2019

Figura 2.21b: Um dos tipos de solos usados, Distrito Municipal de KaTembe, 2019



Fonte: Idem Figura 2.20a

Os agricultores de KaTembe estão organizados em Associações de camponeses. Isso ajuda-lhes a colocar a sua produção agrícola no mercado. A Figura 2.22 mostra uma das Associações de camponeses de KaTembe.

Figura 2. 22: Estrutura de suporte de um tanque de água da Associação de Camponeses do bairro de Chale, Distrito Municipal de KaTembe, 2019.



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo numa machamba do bairro Chale, Abril/2019

Cobertura da amostra no Distrito Municipal KaTembe e recolha de dados

A recolha de dados neste Distrito Municipal da KaTembe abrangeu, igualmente, todos os cinco bairros. A selecção dos agregados familiares que foram inquiridos foi feita com recurso uma amostragem Aleatória Simples com Probabilidade Proporcional ao tamanho da população (agregados familiares). Assim, foram seleccionados e inquiridos 332

agregados familiares. Destes, 30 foram tomados para efeitos de observação. Para a seleção destes trinta AF foi seguida, igualmente, a metodologia recomendada por Baker e Edwards (2012, op. cit. loc. cit.).

População e serviços de saúde nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe

Os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe são os menos populosos da Cidade de Maputo com uma população de 5,958 e 28,788 habitantes, respectivamente, cuja população total correspondendo apenas a cerca de 2% da população total dos DM da zona continental de Maputo.

Em termos de disponibilidade de serviços de saúde, no Distrito Municipal de KaNyaca existiam, em 2017, três Centros de Saúde (CS), dos quais um era do Tipo 1 e um com maternidade do Tipo 2 enquanto no DM de KaTembe existiam quatro Centros de Saúde, dos quais três eram do Tipo 1 e um com maternidade Tipo 2. É importante referir que os Centros de Saúde desempenham um papel importante no aconselhamento das mães e na educação destas ::em matéria de nutrição e saúde reprodutiva o que contribui para assegurar o desenvolvimento saudável das crianças.

De acordo com o MISAU – DNP (2009: 14), um Centro de Saúde de Tipo 1 fornece serviços como, por exemplo, de “Maternidade segura (cuidados pré-natais, parto, cuidados pós-parto, consulta de Planeamento Familiar (PF), (AMIU) Aspiração Manual Intra-Uterina”. Por outro lado, os Centros de Saúde de Tipo 2 forne, igualmente, os serviços disponibilizados pelos CS de Tipo 1 exceptuando-se os de AMIU.

2.2.2. Justificação da opção metodológica

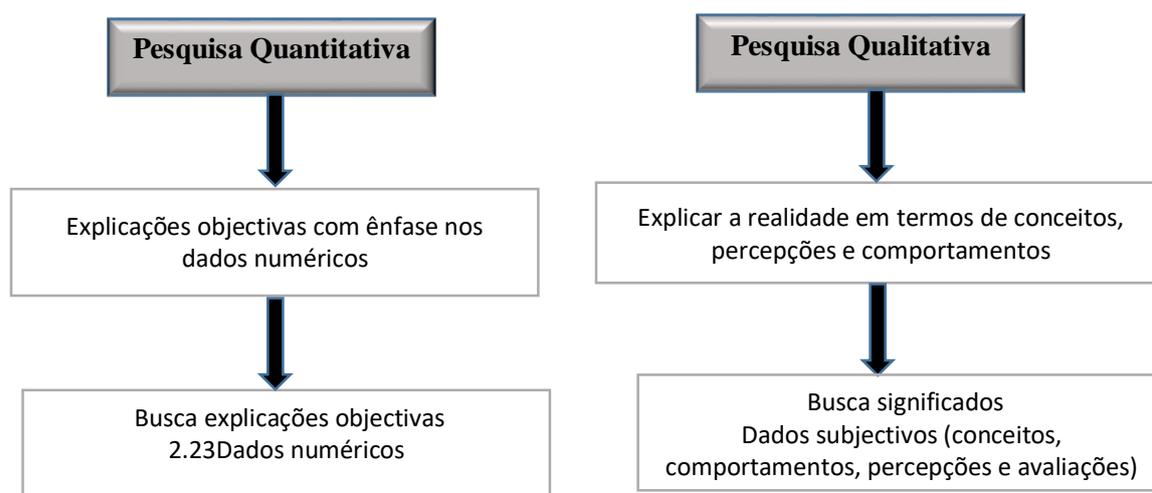
Para a colecta de dados deste estudo, foi feita uma combinação de dois métodos de pesquisa os quais permitem captar e cruzar informações de variáveis quantitativas e qualitativas, o que ajuda a melhor compreender e interpretar os resultados. Apoiando-nos na linha de Johnson e Onwuegbuzie (2004: 14-26), a nossa pesquisa não procurou saber, dos agregados familiares, apenas quanto, mas também o que e como comem. Assim, recorreu-se, neste estudo, ao uso da investigação por Métodos Mistos ou, como se designa também na literatura, *Mixed Methods Research*. O Método Quantitativo permite a colecta de informações e o tratamento dos dados com recurso a um questionário (vide anexo 1) e à quantificação com uso de técnicas estatísticas e indicadores quantitativos, enquanto o Método Qualitativo, ou seja, neste caso, a Observação Participante nas ciências sociais permite, como referem Lakatos e Marconi (1992), um elevado grau de precisão. Através deste método o cientista apenas observa algo que acontece ou já aconteceu. As pesquisas

qualitativas oferecem contribuições em diferentes campos de estudo, como, por exemplo, à Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação. (pp.105-107).

Do ponto de vista de procedimentos técnicos e metodológicos o tipo de estudo usado nesta pesquisa, foi o estudo de caso. O estudo de caso permite, como recomendam Romanowski, de Castro & Neris, (2019), com quem alinhamos, “fazer uma abordagem profunda e exaustiva de um ou poucos objectos de modo que se tenha um amplo e detalhado conhecimento”, (p. 3). Em termos de forma de abordagem do problema o método misto foi aquele que se considerou o mais apropriado para este estudo, pois permite fazer, no mesmo estudo, uma pesquisa quantitativa (tomar o que é quantificável, traduzir opiniões e números em informações que podem ser classificadas e analisadas) e uma pesquisa qualitativa (tomar informações não traduzidas em números; neste caso a pesquisa é descritiva e exige que o pesquisador avalie e interprete os dados recolhidos), (idem Romanowski, de Castro & Neris, 2019, p.6).

Por outro lado, Stake (1995) cuja perspectiva de abordagem metodológica, igualmente, tomamos neste estudo, aponta que “um estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua actividade em circunstâncias importantes”, (pp. 62-64). De facto, estudos de caso podem ser usados para testar hipóteses, Stake, (1978, p. 6). A Figura 2.23 que se segue ilustra a interligação entre pesquisa quantitativa e qualitativa num estudo de caso destacando-se que na análise de dados quantitativos buscam-se explicações objectivas do que os dados podem representar para o significado do objecto de estudo enquanto que na pesquisa qualitativa busca-se o significado que pode ser apreendido dos dados. Estes dados e seu significado, encerram consigo um sentido de subjectividade (conceitos, comportamentos, percepções e avaliações), (idem Romanowski, de Castro & Neris, 2019, p.6). A figura 2.23, sistematiza essa interligação entre pesquisa quantitativa e qualitativa, num estudo de caso.

Figura 2.23: Interligação entre pesquisa quantitativa e qualitativa, num estudo de caso.



Fonte: Tomado (com pequenas adaptações do autor) de Romanowski, F., de Castro & Neris, N. (2019: 3). Manual de Tipos de Estudo. Anápolis.

A definição de indicadores feita por (Gallopín, 1996) e frequentemente usada nesta tese, afirma que “indicadores desejáveis são aqueles que resumem ou simplificam informações relevantes, tornam visíveis ou compreensíveis, fenómenos de interesse, e quantificam, medem e fornecem informações relevantes”, (p. 108). A este respeito, Porter (2015:34) anota que embora esta definição possa não ser totalmente consensual ela destaca quatro características principais que são normalmente associadas aos indicadores, designadamente: (i) indicadores são uma forma de quantificação; (ii) as informações fornecidas são o resultado de uma redução na complexidade *do objecto a medir*⁸; (iii) os indicadores tornam os fenómenos visíveis que, de outra forma, não seriam directamente observáveis; (iv) provavelmente não é uma coincidência que a definição enfatize a relevância tanto dos fenómenos de interesse quanto do resultado numérico comunicado. Neste ponto é importante referir que em termos etimológicos, as palavras indicadoras e índice significam apontar; logicamente os indicadores apontam, detectam ou medem, mas não explicam”, (idem Porter 2015: 34).

Por outro lado, a adopção do Método Misto tem a vantagem de permitir a captação de informações não facilmente “captáveis” através de perguntas feitas com recurso questões colocadas no questionário. Aliás Romeli et al (1998), recomenda que “numa pesquisa é importante saber que existem diferentes lógicas, isto é, abordagens, (p. 1). O importante é que o pesquisador saiba manter-se dentro de cada uma dessas lógicas”, o que exige, como aconselham Johnson e Onwuegbuzie (2004, op. cit.) que o pesquisador saiba explicar a sua

⁸ O acréscimo em itálico é do autor desta tese

opção metodológica e todo o procedimento desenvolvido na construção da sua investigação e ter sempre em conta que qualquer escolha ou opção metodológica “tem sempre uma perspectiva ontológica, isto é, uma visão sobre o que se vai estudar”, conclui os autores acima referidos. Por outro lado, e como aconselham Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007: 118-121) a Investigação por métodos mistos ou *Mixed Methods Research* deve ser encarada de forma abrangente. Ela pode incluir “estratégias de recolha de dados (questionários, entrevistas, observações), outros métodos qualitativos de investigação (experiências, etnografia) e questões filosóficas adjacentes (ontologia, epistemologia)”. Utilizar o termo “Investigação Mista ou Investigação Integrativa” tem a vantagem de não se reduzir a sua aplicação apenas aos métodos utilizados, mas também aos tipos de dados recolhidos, o que se adequa à presente tese. A investigação com recurso a Métodos Mistos é actualmente considerada o terceiro maior paradigma de investigação. É uma abordagem ao conhecimento (abordagem teórica e abordagem prática) que tem o objectivo de considerar pontos de vista e perspectivas múltiplas.

Como refere ainda Johnson et al (2007, op. cit.) os estudos resultantes de processos de investigação com recurso a métodos mistos são caracterizados por se orientarem de acordo com os seguintes raciocínios ou objectivos:

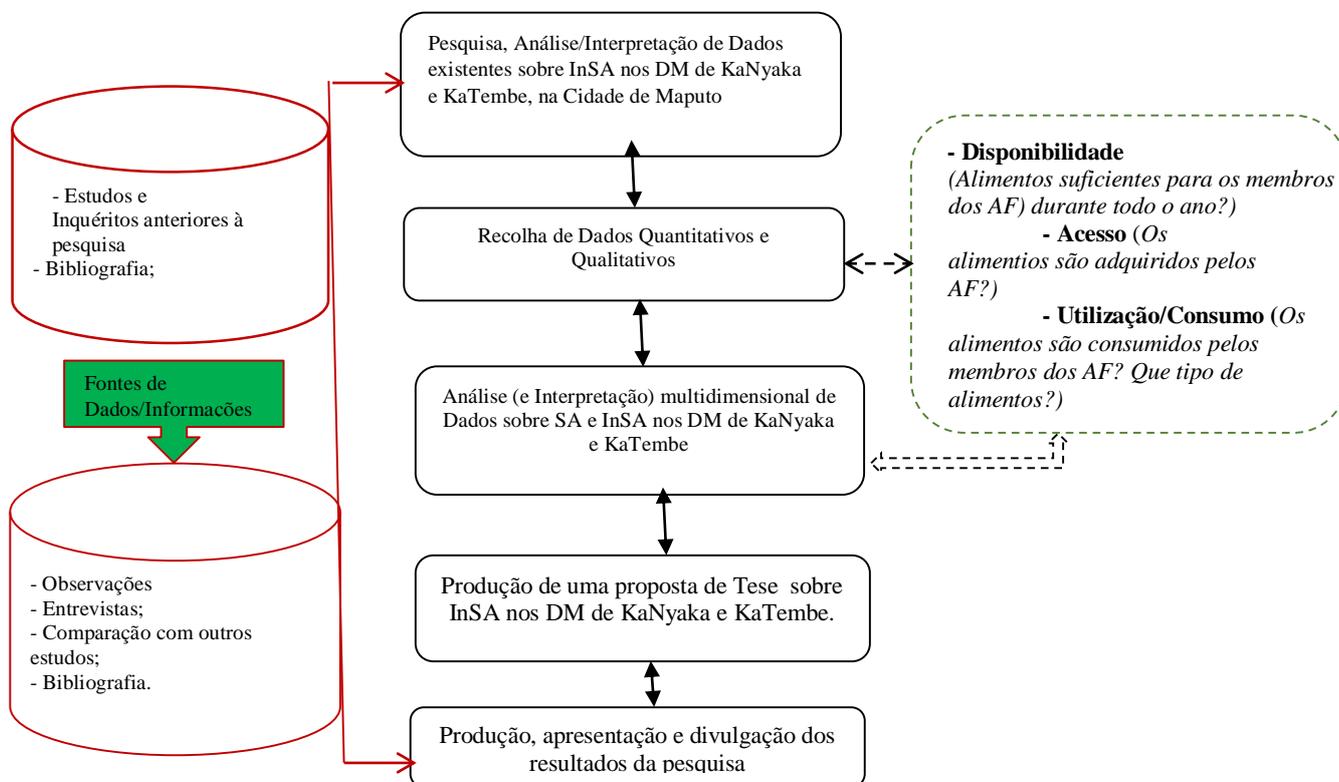
- (i) Triangulação (procura e convergência e corroboração através de diferentes estratégias);
- (ii) Complementaridade (procura de elaboração, ilustração e clarificação dos resultados de uma metodologia para outra);
- (iii) Desenvolvimento (usar os resultados de uma metodologia para informar outras);
- (iv) Iniciação (descobrir paradoxos e contradições que levam a um reenquadramento da questão de investigação); e
- (v) Expansão (procurar expandir o alcance e a diversidade da investigação através do uso de diferentes métodos para diferentes componentes da pesquisa).⁹

Na medição e análise da Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais que foram objecto de estudo, teve-se como foco as inter-relações entre os pilares de Insegurança

⁹Para mais detalhes veja-se <http://qualitativas.blogspot.com/2012/04/o-que-sao-metodos-mistos-mixed-methods.html> (acessado em 21.11.16).

Alimentar propostos por Yeldah (2011, op. cit.), seguindo o diagrama ilustrado na Figura 2. 24 que se segue que é, de facto, a operacionalização do método de pesquisa usado.

Figura 2. 24: Diagrama de operacionalização do Modelo teórico-metodológico



Fonte: Adaptado de Food Security ABM conceptual Framework (2002). Land Use and Land Cover Classification (LULCC) e Fortin, M-F., Côté, J. e Vissandidjeé, B. (1999: p. 38).

Como foi referido acima, o Método Misto permite a triangulação e integração sistemática de métodos quantitativos e qualitativos num único estudo, o que ajuda o investigador a obter uma visão mais abrangente do objecto e sujeito num estudo devendo, no entanto, minimizar os eventuais “riscos” que podem advir da opção metodológica do investigador, tal como ilustrado no Quadro 2.3.

Quadro 2.3: Método de pesquisa quantitativo vs método de pesquisa qualitativo: comparação e inter-relação analítica

Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
- Focaliza uma quantidade pequena de conceitos.	-Tenta compreender a totalidade do fenómeno mais do que focalizar conceitos específicos.
- Inicia com ideias preconcebidas do modo pelo qual os conceitos estão relacionados.	- Possui poucas ideias preconcebidas e salienta a importância das interpretações dos eventos mais do que a interpretação do pesquisador
- Utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para colecta de dados.	- Colecta dados sem instrumentos formais e estruturados.
- Colecta os dados mediante condições de controle.	- Não tenta controlar o contexto da pesquisa, e, sim, captar o contexto na totalidade.
- Enfatiza a objectividade, na coleta e análise dos dados. - Enfatiza a objectividade, na coleta e análise dos dados. - Analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos	- Enfatiza o subjectivo como meio de compreender e interpretar as experiências. - Analisa as informações narradas de uma forma organizada e mais intuitiva

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Gerhardt e Silveira (2009: 37-39) e Polit et al, (2004:33).

Por outro lado, o positivismo está fortemente relacionado a pesquisas de natureza quantitativa e o interpretativismo muito associado a estudos de carácter qualitativo. A compreensão desses paradigmas foi fundamental para a escolha da estratégia adequada de pesquisa. Aliás, é importante referir que paradigmas são, acima de tudo, visões de mundo e não métodos de pesquisa específicos, (Saccol, 2009: 254-255). Mais ainda e suportando-nos no autor anteriormente referido, é importante sublinhar que

Não existem, portanto, categorias totalmente excludentes em termos de estratégias e técnicas de investigação, pois, desde que sejam utilizadas com coerência, há que se preservar a liberdade e a criatividade do pesquisador, pois tanto técnicas de natureza quantitativa quanto qualitativa podem ser utilizadas na medida em que ambas contribuam com o objetivo básico da pesquisa científica, seja qual for o paradigma: conhecer e compreender melhor o nosso mundo. Quanto mais o pesquisador puder questionar e compreender os seus pressupostos básicos – o paradigma no qual se encontra, a sua visão de mundo – mais ele tenderá a fazer escolhas e mesmo combinações coerentes de métodos e técnicas de coleta de dados, o que colabora com a qualidade dos projetos de pesquisa. (idem Saccol, 2009)

Os Quadros 2.4a, 2.4b e 2.4c a seguir são uma ilustração das ideias aqui afloradas e estão em alinhamento com a perspectiva de abordagem seguida nesta tese.

Quadro 2.4a: Diferentes níveis de definição da pesquisa.

Ontologia	Epistemologia	Paradigma de Pesquisa	Método	Técnicas de colecta e análise de dados
Forma de entender como as coisas são	Forma de entender como o conhecimento gerado	Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	Técnicas e procedimentos para colectar e analisar dados
- Realismo - Interação sujeito - objeto - Idealismo	- Objetivista - Construtivista - Subjectivista	- Positivismo e Pós-Positivismo - Interpretativismo - Interacionismo Simbólico - Fenomenologia - Hermenêutica - Teoria Crítica - Feminismo - Pós-modernismo	- Estudo de Caso - Pesquisa-ação - Etnografia - Pesquisa Documental - Experimentos - Pesquisa - Levantamento (Survey ou enquête) - Grounded Theory	- Amostragem - Questionários - Entrevistas - Observação participante ou Não participante - <i>Focus Group</i> - Análise Estatística - Análise de Conteúdo - Análise do Discurso - <i>Story telling</i>

Fonte: Tomado de Saccol (2009, p.255), com algumas adaptações do autor da Tese.

Quadro 2.4b: Exemplo de definição de pesquisa (paradigma positivista).

Ontologia	Epistemologia	Paradigma de Pesquisa	Método	Técnicas de colecta e análise de dados
Forma de entender como as coisas são	Forma de entender como o conhecimento gerado	Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	Técnicas e procedimentos para colectar e analisar dados
- Realismo	- Objetivista	- Positivismo	- Estudo de Caso - Pesquisa-ação - Etnografia - Pesquisa Documental - Experimentos - Pesquisa - Levantamento (Survey ou enquête)	- Amostragem - Questionários Estruturados - Testes Estatísticos

Fonte: Idem Figura 2.2.1, com algumas adaptações do autor da tese.

Quadro 2.4c: Exemplo de definição de pesquisa (paradigma interpretativista).

Ontologia	Epistemologia	Paradigma de Pesquisa	Método	Técnicas de colecta e análise de dados
Forma de entender como as coisas são	Forma de entender como o conhecimento gerado	Instância filosófica que informa a metodologia de pesquisa	Estratégia, plano de ação ou desenho de pesquisa	Técnicas e procedimentos para colectar e analisar dados
- Sujeito-Objecto	- Construtivista	- Interpretativismo	- Etnografia	- Entrevistas não Estruturadas Observação Participante

Fonte: Tomado de Saccol (2009, p.256), com algumas adaptações do autor da tese.

O estudo apoiou-se, entretanto, no paradigma pós-positivista. De acordo com Popper (1935: 37) o paradigma pós-positivista pressupõe que o investigador é influenciado por valores e conhecimentos prévios e esses podem influenciar as observações feitas pelo pesquisador. Além disso, o paradigma pós-positivista assume que todas as premissas do conhecimento são baseadas em suposições, ou seja, em hipóteses probabilísticas as quais estão abertas ao desafio da confirmação (ou não confirmação). Quando as premissas do conhecimento são negadas por novas evidências, o conhecimento negado é alterado para melhor representar tanto a evidência nova como a antiga. Modelos científicos são, portanto, construídos para explicar as observações e/ou prever eventos futuros. Estes modelos podem ser posteriormente negados na medida em que explicam observações e/ou preveem eventos futuros (idem Popper, 1935).

Na teoria pós-positivista (que não nega a teoria positivista) acredita-se que o conhecimento humano não é baseado no incontestável ou em bases rígidas, mas sim em hipóteses. Como o conhecimento humano é, diga-se, hipotético, a afirmação das suas suposições está assegurada ou, mais especificamente, justificada por uma série de garantias, as quais podem ser modificadas ou descartadas no decorrer de mais investigações. Entretanto, o pós-positivismo não é uma forma de relativismo; ele mantém, geralmente, a ideia da “verdade objectiva, (Popper, 1935, op. cit. loc. cit).

O pós-positivismo é, como refere, Bogo (2015) um melhoramento do positivismo que reconhece estas e outras críticas contra o positivismo lógico. Não é uma rejeição ao método científico, mas uma reforma para responder a essas críticas. “Preserva as bases do positivismo: o realismo ontológico, a possibilidade e o desejo pela verdade objectiva, e o uso da metodologia experimental. Pós-positivismo é comum nas ciências sociais (especialmente na sociologia) por razões práticas e conceituais”, (pp. 169-170).

Entretanto, Cameron (2001) levanta alguns aspectos, igualmente de índole teórica, ao propor uma abordagem paradigmática do método misto. Com efeito, ele propõe o que chama *The five Ps of mixed methods research* os quais, segundo ele, alinham com os objectivos de ensino e aprendizagem desenvolvidos por Bazeley (2003). O Quadro 2.5 e a Figura 2.21 resumem o que, como foi referido, o autor designou como sendo os paradigmas da investigação por métodos mistos”.

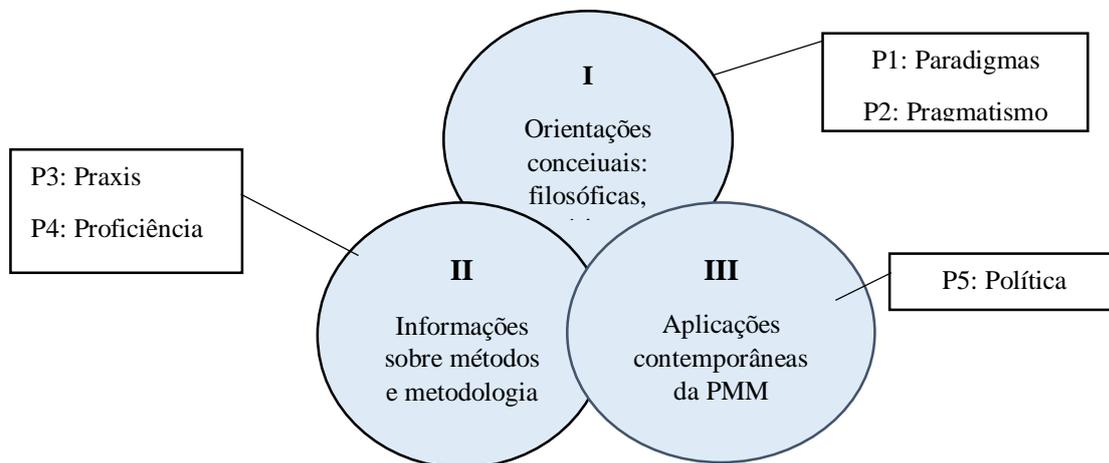
Quadro 2.5: Os cinco paradigmas da Pesquisa por Métodos Mistos (PMM)

Paradigmas	Questões e Desafios	Objetivos de aprendizado segundo Bazeley (2003)
Paradigma (P1)	<p><i>Critica:</i> De “puristas” paradigmáticos a reivindicações do ecletismo.</p> <p><i>Desafio:</i> Necessidade de documentar e argumentar a postura paradigmática na PMM.</p>	Ter suficiente entendimento das bases filosóficas da pesquisa para determinar se e como aparentes diferenças paradigmáticas na abordagem podem influenciar seu trabalho e serem resolvidas.
Paradigma(P2)	<p><i>Critica:</i> Relativismo epistemológico e praticismo míope.</p> <p><i>Desafio:</i> Informe-se sobre os principais debates e consulte a literatura sobre PMM na área de estudo escolhida. Defenda rigorosamente a posição e as escolhas feitas na interface entre filosofia e métodos.</p>	Familiarize-se com a literatura e os debates importantes sobre métodos mistos e com exemplos de uma variedade de métodos mistos para a pesquisa; – Aprenda a correr riscos, mas também a justificar as escolhas feitas.
Praxis (P3)	<p><i>Critica:</i> Problemas relacionados à integração metodológica e de dados.</p> <p><i>Challenge:</i> Escolhas informadas, utilização e aplicação de projetos de PMM e métodos e análise de dados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Ser capaz de determinar a adequação de um método ou métodos selecionados, com base nas perguntas que estão sendo feitas (ser orientado por perguntas na escolha de métodos) e ser capaz de determinar se os métodos de mistura oferecem uma vantagem econômica sobre o uso de um único método; – Ter conhecimento da variedade, regras e implicações de diferentes métodos de amostragem e de abordagens alternativas para lidar com 'erros' ou desvios da norma; – Esteja preparado para reconhecer e admitir o que não é conhecido e procure aconselhamento – Desenvolver habilidades no trabalho colaborativo com pesquisadores usando diferentes abordagens ou métodos.
Proficiência (P4)	<p><i>Critica:</i> Reivindicações superficiais da utilização de MM e a necessidade de ser proficiente no uso dos métodos QUALITATIVOS e QUANTITATIVOS.</p> <p><i>Desafio</i> Tornar-se hábil e competente nos métodos métodos QUALITATIVOS e QUANTITATIVOS escolhidos para a análise de dados, bem como ser hábil e competente no uso dos métodos mistos e na análise integrada de dados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Possuir habilidades bem desenvolvidas na realização de pesquisas usando, pelo menos, não só a abordagem metodológica, mas também uma compreensão abrangente de uma variedade de abordagens e métodos (se ainda não tiver sido feito), principalmente para entender os princípios subjacentes a esses métodos; – Ter a capacidade de interpretar os dados de maneira significativa e fazer perguntas sobre os dados, em vez de simplesmente seguir uma fórmula; – Conhecer e entender como o <i>software</i> pode ser usado para auxiliar nas tarefas de análise
Publicação (P5)	<p><i>Questões e desafios:</i> Natureza política de relatar e publicar os resultados da PMM na literatura acadêmica mtas vezes baseada em áreas como: tradições disciplinares; níveis de aceitação da PMM nas disciplinas e; relatar o MMR em sua totalidade fornece limitações de tamanho de palavra.</p>	Desenvolver novas formas de pensar sobre a apresentação dos resultados da pesquisa, especialmente quando os métodos utilizados e as informações obtidas não se encaixam perfeitamente no formato convencional.

Fonte: Tomado de Cameron, R. (2001, pp. 96-97), com pequenas adaptações feitas pelo autor da tese. Mixed Methods Research: The Five Ps Framework, (online), consultado em 02.05.17, Disponível em https://www.researchgate.net/publication/267722885_Mixed_Methods_Research_The_Five_Ps_Framework/link/554964dd0cf2ebfd8e3afabd/download.

A análise da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais que foram objecto de estudo, teve como foco as interrelações entre os pilares de Insegurança Alimentar propostos por Yeldah, B., (2011, op. cit.) bem como as suas dimensões referidas por Kepple (2010). Tais asserções foram, ademais, reforçadas com a descrição feita por Teddlie e Tashakkori (2010:1-14) que a descrevem como “paisagem contemporânea da pesquisa por Métodos Mistos (PMM)”, como pode ser apreendido do quadro 2.5 acima. Tal “paisagem”, esclarece o autor, é composta por três áreas sobrepostas: orientações conceituais; questões relacionadas a métodos e metodologia; e aplicações contemporâneas da PMM. Os principais problemas e desenvolvimentos no campo da PMM podem ser agrupados numa dessas três áreas. É de notar que os cinco paradigmas foram, digamos, sistematizados em três áreas, principais, como está ilustrado na Figura 2. 25: abaixo.

Figura 2.25: Alinhamento dos cinco paradigmas da Pesquisa por Métodos Mistos



Fonte: Tomado de Cameron, R. (2001: 96-97).

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.456.6853&rep=rep1&type=pdf>. (acessado em 02/05/17).

Nesta pesquisa teve-se em atenção que o pesquisador social procura tirar conclusões a respeito de um grande número de sujeitos de uma população, tomando partes ou subpopulações, isto é, amostras. A Amostra é, como refere (Levin, 1987: p. 10), um subconjunto de indivíduos extraídos de uma população. Há diversos métodos de amostragem. Para o pesquisador social, recomendam-se os métodos que permitem que qualquer indivíduo da população em estudo possa vir a fazer parte da amostra. Estes métodos de amostragem são denominados probabilísticos, (idem Levin, 1987). Entretanto, teve-se em atenção o facto de uma amostra não poder representar perfeitamente uma população e, por isso, a sua utilização pressupor a aceitação de uma margem de Erro Amostral. Para conferir a todas as unidades amostrais (agregados familiares) a mesma

chance de selecção foi aplicado, em cada Distrito Municipal, o método de selecção probabilístico, ou seja, uma amostragem aleatória simples com probabilidade proporcional ao tamanho da população. Entretanto e tendo em conta o recurso metodológico feito ao Método Misto, isto é, o uso combinado dos métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo para a colecta de dados a escolha do número de unidades amostrais seguiu os seguintes passos e procedimentos (também descritos acima): (i) Selecção do número de agregados familiares com uso da metodologia quantitativa. Neste estágio foram seleccionados 289 e 332 agregados, respectivamente para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Esta selecção foi feita com recurso à fórmula estatística $n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot (Za/2)^2}{(N-1) \cdot (E)^2 + p \cdot q \cdot (Za/2)^2}$ cuja aplicação foi detalhada acima. Esta fórmula permite calcular probabilisticamente, uma amostra aleatória simples com probabilidade proporcional ao tamanho da população em estudo. Onde as casas eram próximas umas das outras foi aplicado o método “Serpentina” (veja-se Figura 2.33) para a localização (identificação da casa do AF a inquirir). Foi usado um questionário como instrumento de colecta de dados; e (ii) Escolha do número de agregados familiares sujeitos à observação participante foi escolhido, dentro da amostra, um universo menor de 28 AF para KaNyaka e 30 para KaTembe para fazer uma análise qualitativa (Observação Participante), dentro desse *corpus* de pesquisa. Na identificação do(s) AF a observar, procurou-se assegurar um certo nível de aleatoriedade e reduzir a escolha “viciada”. Assim, foi usada a identificação (entenda-se “escolha”) dos AF com uso da tabela de números aleatórios ou da função estatística “Random”.

2.2.3. Unidade de análise

Tendo presente que objectivo geral do estudo é analisar os níveis de Insegurança Alimentar Urbana nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, o agregado familiar foi, por isso, a nossa unidade de amostragem ou seja a unidade de análise que constituiu objecto da nossa pesquisa sobre Insegurança Alimentar Urbana nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Neste sentido, o foco do estudo foi: (i) Determinar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe bem como os factores que os influenciam; (ii) Medir o nível de acesso e consumo de alimentos pelos agregados dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe; e (iii) Verificar a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Entretanto, nos agregados familiares a figura de “chefe do agregado familiar” ou alguém indicado pelos seus membros foi a pessoa de quem se obteve as respostas às perguntas sobre SAN e InSAN. Para efeitos analíticos e de interpretação dos dados tomou-se, igualmente, o agregado familiar como Unidade de Análise a partir da qual foi possível determinar e estudar os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar destes e, por conseguinte, das pessoas que os integram. Como aconselham Coates, Swindale e Bilinsky, (2007) o uso do agregado familiar como unidade de análise permite inferir sobre o fenómeno de Insegurança Alimentar dos seus membros. Reforçando este ponto de vista, Ciani & Romano, (2013: 23) referem que o pressuposto feito na maior parte da literatura que trata da Segurança Alimentar é que o agregado familiar é a unidade de análise e apontam, já numa perspectiva de ligação (embora não seja o foco principal de abordagem desta tese) da SA com a problemática de Resiliência, que pode ser interessante explorar como medir a resiliência a níveis mais elevados de agregação e, em particular, ao nível da comunidade. De facto, recorde-se que existem várias dimensões de resiliência, como acesso a serviços básicos (fortemente dependente de dotação de infraestrutura) ou redes de segurança informais que são desenvolvidas no nível da comunidade. Adicionalmente, Panigassi *et al* (2008, p. 71) aconselha que o respondente (chefe do AF ou representante designado) é aquele a quem é-lhe reconhecido o conhecimento da dinâmica da alimentação do AF, com idade maior ou igual a 18 anos. Como foi referido, a unidade de análise é o agregado familiar o qual, para efeitos operacionais, foi níveis Segurança/Insegurança Alimentar (SA, InSA Média, InSA Moderada, InSA), com base no indicador HFIAP. O recurso a indicadores escalares ajuda a captar informação sobre as dimensões da InSAN. operacionalmente, foram considerados dois principais tipos de variáveis que, de acordo com as exigências e necessidades de análise, interpretação e busca de compreensão dos resultados, foram sendo transformadas. Está-se falando, neste caso, de variáveis independentes (VI), também conhecidas como variáveis explicativas e variáveis dependentes (VD), também conhecidas como variáveis de resposta.

Por outro lado, teve-se em atenção que o procedimento estatístico usado para avaliar o efeito da VI sobre a VD fosse determinado em função da natureza da variável (se é numérica ou categórica) e a escala de medição da variável (nominal, ordinal, intervalar ou de razão). Ademais foi importante ter em consideração que muitos procedimentos estatísticos requerem que a variável dependente seja numérica ou dicotómica. Mas, também existem procedimentos estatísticos para analisar variáveis dependentes categóricas com mais de duas categorias.

Adicionalmente, é de referir que a tradução para a língua portuguesa de conceitos ou expressões, originalmente em inglês, foi feita pelo autor desta tese.

2.2.4. Método de pesquisa usado: Método Misto

2.2.4.1. Pesquisa quantitativa

2.2.4.1.1. Introdução

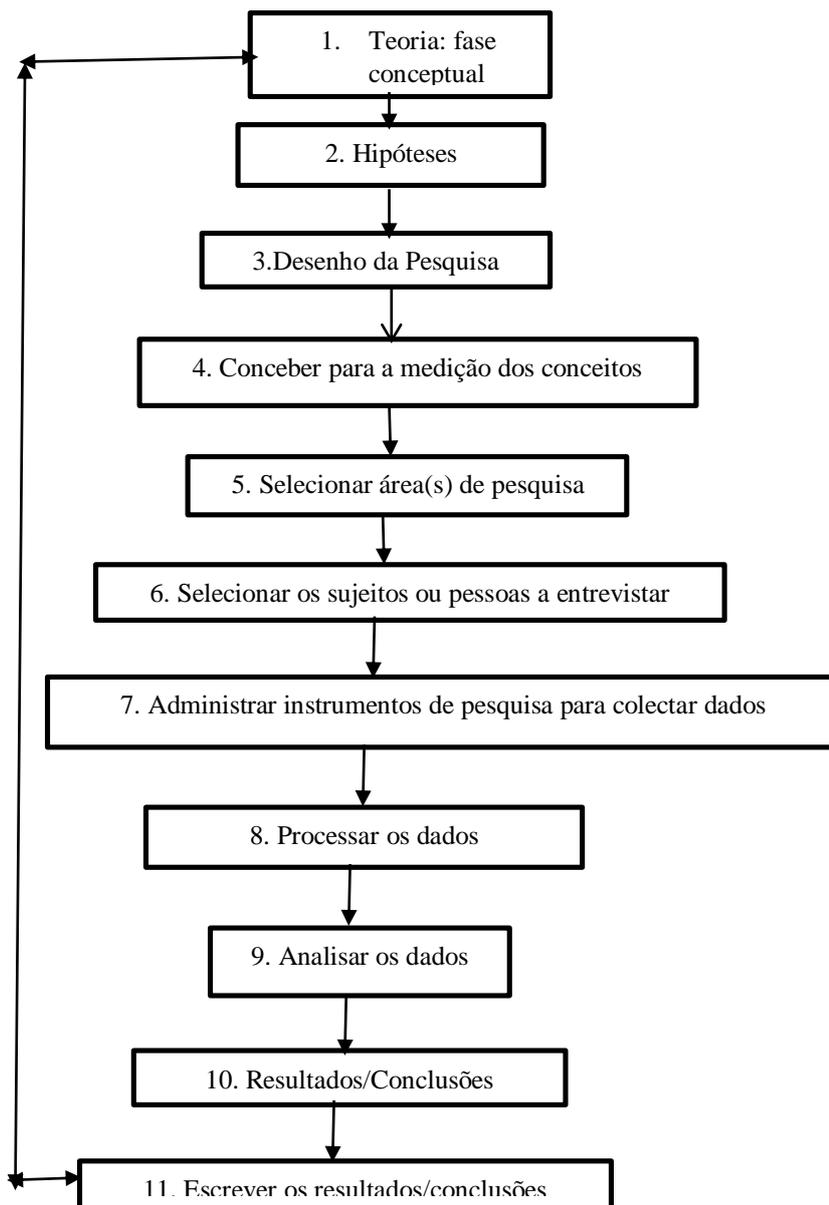
Uma das técnicas metodológicas usadas neste estudo, foi a recomendada por Gerhardt e Silveira (2009: 37-39) e por Fonseca (2002: 25-27), a qual é referida, também, por estes como método de pesquisa com *survey*". De acordo com aqueles autores, a pesquisa com o *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário (vide anexo 1) como instrumento de pesquisa. A pesquisa quantitativa, esclarecem ainda os autores anteriormente mencionados, "se centra na objetividade que é influenciada pelo positivismo segundo o qual a realidade pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros". Ela recorre à linguagem ou métodos estatísticos para descrever as causas de um fenómeno e as relações entre variáveis. A utilização conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente, ajudando, assim, a dar uma "fotografia" real de toda a população alvo da pesquisa.

Com recurso, ainda, a Fonseca (2002, op. cit. loc. cit.), fez-se uma pesquisa de campo, ou seja, uma investigação em que, além da revisão bibliográfica e/ou documental, foi realizado um trabalho de campo para a recolha de dados sobre os agregados familiares seleccionados na amostra. Refira-se, neste ponto, socorrendo-nos em Polit, Becker & Hungler (2004), que a pesquisa quantitativa, que tem as suas raízes no pensamento positivista lógico,

tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana, enquanto a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenómeno, (p. 201).

A Figura 2.26 é uma representação gráfica sequencial das etapas do modelo teórico-metodológico que suportou os diferentes momentos/etapas de medição e análise dos dados recolhidos durante a pesquisa sobre Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, bem como o substrato do algoritmo desenvolvido para a operacionalização das variáveis.

Figura 2.26: Principais etapas do modelo teórico-metodológico de pesquisa quantitativa



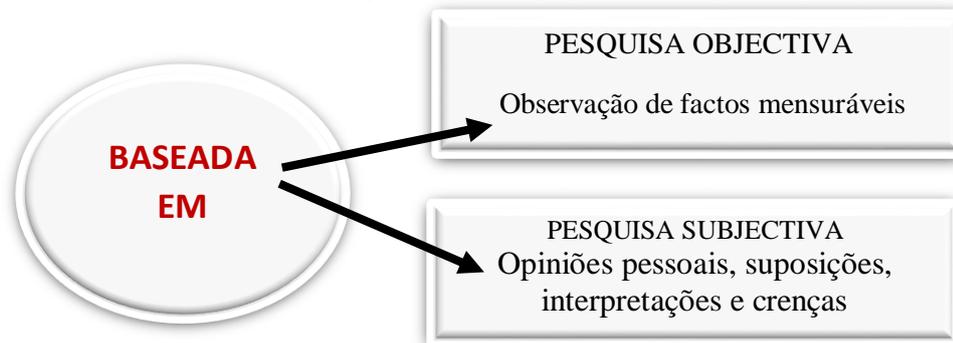
Fonte: Tomado de Bryman, B. Social Research Methods (2016: 150). Oxford University Press. Fifth Ed. United Kingdom.

Na literatura, sobretudo na literatura económica, há uma divisão entre os chamados métodos objectivos-quantitativos e técnicas subjectivas-qualitativas para medir a pobreza e

a Insegurança Alimentar. Nos debates actuais, esses dois tipos de formas e métodos de medição têm sido, cada vez mais, vistos e considerados como sendo complementares. Uma das principais conclusões do Simpósio Científico Internacional sobre "Medição e avaliação da privação de alimentos " realizada em 2002 sob organizada pela FAO, é a necessidade do uso de um conjunto de indicadores para capturar a natureza multifacetada do conceito de Segurança Alimentar, ou seja, a importância da combinação de métodos e indicadores “qualitativos” e “quantitativos”, (Migotto et al, 2005:1). Nesta perspectiva, Cucato, et al, (2013: 445-498); Spurin & Stansbie (s.a: 2-3) e Munro, E. & Hardie, J., (2019: 414) ao procurar clarificar e mostrar as proximidades conceptuais e práticas dessa divisão entre a pesquisa objectiva e subjectiva na abordagem metodológica para a medição da pobreza e Insegurança Alimentar, realçam que (i) A pesquisa objectiva não é baseada em sentimentos ou opiniões pessoais sobre os factos; (ii) A pesquisa subjectiva é baseada ou influenciada por sentimentos, gostos ou opiniões pessoais; (iii) A pesquisa subjectiva é, ainda, geralmente baseada em dados derivados de observações de eventos conforme eles ocorrem ou de entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas; (iv) A pesquisa subjectiva pode, ainda, ter como base o exame de documentos. Nesse exame e durante o processo de colecta e análise de dados, o pesquisador faz interpretações pessoais das experiências e fenómenos que observa. Essa forma de abordagem também é conhecida como pesquisa interpretivista. Os interpretadores, como, por exemplo Gabriel et al, (2013); Spurin et al (s.a) e Munro & Hardie, (2019), acreditam que, para entender e explicar situações específicas, é preciso ter em conta os pontos de vista, experiências, sentimentos e interpretações das pessoas envolvidas em situações específicas; e (v) A investigação em ciências requiere a colecta de dados para ajudar a compreender o fenómeno em estudo. Isso pode ser feito de várias formas mas tendo sempre em conta o conhecimento já existente sobre a temática a ser pesquisada.

A combinação de métodos e indicadores “qualitativos” e “quantitativos” pode ser, sistematizada como apresenta a Figura 2.27 que se segue.

Figura 2.27: Comparação vs combinação de métodos e indicadores “qualitativos” e “quantitativos



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Gabriel et al, (2013: 445-498); Spurin et al (s.a:2-3) e Munro, E. & Hardie, J., (2019: 414).

Como foi referido acima, Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar são como que “duas faces da mesma moeda”, não se podendo analisar uma sem ter-se em conta a outra, (Maluf & Menezes, 2001, p. 3). Sendo a SAN/InSAN multidimensional a sua medição é, por isso, complexa estando, ainda, em construção. Não existe, pois, ainda, uma técnica única com variáveis singulares para a sua medição. Todas as variáveis usadas são interdependentes. Existem diferentes métodos que podem ser utilizados para avaliar a situação de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar. As medidas podem ser agrupadas em objectivas e subjectivas. No primeiro grupo, estão os métodos baseados na antropometria ou aqueles que estabelecem um nível apropriado de consumo calórico ou de nutrientes (que pode ser medido a nacional, de agregado familiar ou individual). Essas medidas são, em grande parte, baseadas em pesquisas sobre renda e orçamento dos agregados familiares. As medidas subjectivas, por sua vez, são baseadas na percepção individual ou do responsável pelo AF no que diz respeito ao problema de insuficiência de renda e alimentos do(s) AF, Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008, :15s-26s). É de destacar que, embora o método de escalas de medição da Segurança/Insegurança Alimentar baseada na experiência seja uma medida subjectiva, ele permite gerar um algoritmo, a partir da classificação do agregado familiar em níveis de Segurança/Insegurança Alimentar, cujos dados podem ser analisados estatisticamente, com um certo grau de objectividade.

Entretanto, Webb et al (2006), referem que existem cinco métodos (ou técnicas) que são normalmente usados em pesquisas em inquéritos nacionais para medir ou avaliar os níveis de Insegurança Alimentar. Tais métodos/técnicas são, nomeadamente:

- (i) método da FAO para estimar calorias per capita disponíveis a nível nacional;

- (ii) Método de pesquisas com base nos inquéritos sobre as despesas e renda dos agregados;
- (iii) método de ingestão alimentar do indivíduo;
- (iv) método de antropometria; e o
- (v) método de escalas de medição da Insegurança Alimentar baseada na experiência. Cada um destes métodos tem as suas limitações, (pp.1404S-1405S).

Porém, e de acordo com (Webb et al, op. cit), para estudos como o que foi realizado no nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe no âmbito da preparação desta tese, recomenda-se o uso do método/técnica de “escalas de medição da Insegurança Alimentar baseadas na experiência”.

O Quadro 2.6, sistematiza os cinco métodos/técnicas de medição bem como as suas vantagens e desvantagens.

Quadro 2.6: Resumo de vantagens e desvantagens dos métodos de estimativa (cálculo) dos níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares.

Método	Vantagens	Desvantagens	Observações
Método da FAO para estimar calorias per capita disponíveis a nível nacional	<p>i) Quase todos os países geram os dados necessários e podem estimar a sua disponibilidade calórica diária per capita;</p> <p>ii) As estimativas são frequentemente actualizadas, permitindo, assim, que as tendências nacionais, regionais e globais de insegurança alimentar ao longo do tempo sejam examinadas e comparadas;</p> <p>iii) O método não acarreta custos elevados.</p>	<p>i) A qualidade da dieta não é levada em consideração;</p> <p>ii) A ingestão média de calorias per capita nacional não permite compreender a distribuição calórica intra-país em função das características do agregado familiar;</p> <p>iii) O método pressupõe que o consumo de calorias acima do mínimo indica segurança alimentar, quando de facto e nos dias de hoje, a obesidade se tornou um problema entre os pobres, com o consumo calórico excessivo associado a níveis de InSAN que variam entre “InSAN média e InSAN moderada”;</p> <p>iv) Alto grau de erro de medição.</p>	
Método de pesquisas com base nos inquéritos sobre as despesas e renda dos agregados familiares	<p>i) Permite a identificação de AF em risco de InSAN, além de permitir o mapeamento a partir do nível local até o nacional, de maneira que os determinantes e consequências da InSAN possam ser examinados;</p> <p>ii) Permite coletar dados sobre a qualidade da dieta (tipo de alimentos que podem ser levados em consideração para compreender, também, a dimensão da InSAN);</p> <p>iii) Pode ser usado para avaliar programas nacionais de alimentação e nutrição e alívio da pobreza.</p>	<p>i) A avaliação das estimativas das quantidades de alimentos consumidos nas 24 horas passadas é difícil, pois exige que os AF inquiridos se lembrem não apenas o que comeram, mas também a quantidade que comeram. Este exercício constitui grande desafio metodológico que pode levar a um erro de medição grande.</p> <p>ii) Além disso, é recomendável que as perguntas “retrospectivas” sejam feitas e aplicadas diferentes ocasiões para os mesmos indivíduos, a fim de obter uma estimativa razoável da sua ingestão habitual de alimentos e nutrientes.</p>	

Método	Vantagens	Desvantagens	Observações

Método de ingestão de alimentos pelo indivíduo	<p>i) Permite medir directamente o consumo de alimentos e não apenas a disponibilidade destes;</p> <p>ii) Permite aferir tanto sobre a qualidade da dieta (macro e micronutrientes) quanto sobre a ingestão calórica a nível individual;</p> <p>iii) Permite o mapear (a partir do nível local até o nacional), os determinantes e consequências da InSAN que, a nível do indivíduo, podem ser examinados; isso é importante para entender, por exemplo, os padrões de consumo alimentar dentro do AF;</p> <p>iv) Permite que diferentes métodos de ingestão alimentar possam ser usados para entender os padrões de consumo alimentar recentes (por exemplo, o que foi consumido nas últimas 24 horas) vs o que foi consumido a longo prazo (por exemplo, perguntas sobre frequência alimentar).</p>	<p>i) A avaliação das estimativas das quantidades de alimentos consumidos nas 24 horas passadas é difícil, pois exige que os AF inquiridos se lembrem não apenas o que comeram, mas também a quantidade que comeram. Este exercício constitui grande desafio metodológico que pode levar a um erro de medição inaceitavelmente alto, especialmente quando os entrevistadores não estiverem muito bem treinados. Além disso, é recomendável que as perguntas “retrospectivas sejam feitas em aplicados diferentes ocasiões para os mesmos indivíduos, a fim de obter uma estimativa razoável da sua ingestão habitual de alimentos e nutrientes.</p> <p>ii) Por outro lado, o custo da aplicação de “retrospectiva” de 24 horas é alto. Cada pergunta de busca de informação “retrospectiva” das últimas 24 horas pode durar, pelo menos, 20 a 30 minutos para ser respondida (dependendo da quantidade de comida consumida pelo entrevistado).</p>	
Método	Vantagens	Desvantagens	Observações
Método de antropometria	<p>i) As medidas de peso e altura são altamente padronizadas e fáceis de reproduzir entre indivíduos que fazem a antropometria.</p> <p>ii) Além disso, o custo de realizar as medições é relativamente baixo, tornando-o um método muito popular em pesquisas nacionais em todo o mundo.</p> <p>iii) Os pontos de corte (<i>cut-off points</i>) usados para interpretar medidas antropométricas produzem evidências relativamente fortes, em comparação com os pontos de corte para estabelecer a adequação da ingestão de nutrientes.</p> <p>iv) A antropometria também permite mapear a Segurança Nutricional a partir do nível local ao nacional e, assim, entender as tendências, os</p>	<p>Existem duas principais limitações ao usar indicadores antropométricos como indicadores <i>proxis</i> (substitutos) da InSAN:</p> <p>i) Esses indicadores são uma aproximação indirecta ao(s) nível de InSAN, pois medem o estado nutricional resultante da interação entre (in) segurança alimentar e o estado de saúde.</p> <p>ii) A interpretação da relação entre InSAN e obesidade é complexa. Há evidências crescentes de que, enquanto a InSA severa leva ao desperdício, a InSAN “leve” a moderada pode levar à obesidade.</p>	

	determinantes e as conseqüências da desnutrição a nível individual		
--	--	--	--

<p>Método de escalas de medição baseadas na experiência dos AF sobre Insegurança Alimentar.</p>	<p>i) É o único método que mede directamente o fenómeno de InSAN com base na experiência (de InSAN) vivida pelos membros dos AF afectados; ii) Capta não apenas as dimensões físicas, mas também psicossociais da InSAN; iii) O método pode ser usado para mapear e entender as causas e consequências da InSAN e da fome, usando o AF como unidade de análise; iv) A colecta, processamento e análise de dados são directos e relativamente baratos; v) A mesma escala, pode ser aplicada em contextos socioculturais muito diversos, produzindo resultados válidos e previsíveis.</p>	<p>i) A maioria das escalas de InSAN baseadas na experiência não tem perguntas sobre questões relacionadas ao acesso à água; ii) A maioria das medidas escalares de InSAN não tem perguntas sobre questões ligadas aos riscos relacionados com a SA e água, causados por contaminantes microbianos e outros ambientais; em vários países; iii) Pontos de corte (<i>cut-off points</i>): estabelecer pontos de corte para classificar as famílias em diferentes níveis de insegurança alimentar não é uma tarefa simples pois não se sabe se os pontos de corte serão semelhantes ou não em diferentes países, iv) prazo de referência (por exemplo, mês anterior) e a ocorrência das opções de resposta (como por exemplo prevalência, frequência e intensidade dos problemas capturados pelos itens da escala) é muito sensível ao desenvolvimento social e económico dos países e diferem em de país para país. Isso pode dificultar a comparação de resultados entre as regiões do mundo; v) A medida escalar não pode usada como critério para determinar a elegibilidade para programas de alimentação e assistência social; isso ocorre porque a percepção do benefício pode influenciar seriamente a maneira como os indivíduos respondem às perguntas da escala.</p>	<p>i) Nas últimas duas décadas, houve grandes avanços na medição da Insegurança Alimentar dos AF, utilizando escalas baseadas na percepção ou experiência relatada pelos indivíduos afectados.</p> <p>ii) A escala desenvolvida pela Cornell* concentra-se na falta de acesso a alimentos de boa qualidade nutricional em quantidades suficientes devido à falta de dinheiro.</p> <p>iii) Um AF em situação de Segurança Alimentar pode experimentar um evento negativo como, por exemplo, a perda de emprego do chefe do AF, o que pode criar uma situação de ansiedade e preocupação nos membros do AF e, também, um sentimento de incerteza sobre como obter e “colocar os alimentos na mesa”¹⁰.</p> <p>Este foi o método adoptado neste estudo.</p>
---	---	--	--

Fonte: Adaptado de Pérez-Escamilla, R. e Segall-Corrêa, A. (2008: 15s-26s). *Indicadores e medidas de Insegurança Alimentar*. Rev. Nutr. vol.21 suppl.0, Campinas.Juho/Agosto, 2008.

¹⁰ Ballard, T.J., Kepple, A.W. & Cafiero, C. 2013. The food insecurity experience scale: developing a global standard for monitoring hunger worldwide, (online), consultado em 12.06.17, Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/>). Technical Paper,. Rome, FAO.

2.2.4.1.2. Indicadores vs variáveis usadas

Tal como refere Derrickson (2000: 21-30), a informação mais completa sobre Insegurança Alimentar e fome não pode ser recolhida com base num único indicador. O nível de Insegurança Alimentar de um agregado familiar (AF) pode ser medido ou determinado através de informações ou dados diversificados sobre o(s) AF. Tais informações servem, parafraseando ainda Derrickson (2000, op. cit., loc. cit.), como indicadores de aferição dos níveis de Insegurança Alimentar dos agregados familiares. Este é o entendimento com o qual corroboramos e adoptamos no presente estudo.

Aliás, Kepple (2010) reforça a asserção acima, ao referir que “a medição da Segurança Alimentar e Nutricional tem múltiplas dimensões que reflectem diferentes perspectivas e propósitos de uso”. Essas dimensões foram operacionalizadas através das perguntas questionário. As suas respostas, permitiram avaliar quantitativa e qualitativamente cada uma das dimensões. Aliás, o modelo usado define como parâmetros (*score*) mínimo zero (0) e máximo vinte e sete (27) para avaliar os níveis de InSA, os quais contituiram ferramentas de medição da SA/InSA dos agregados familiares. A escala de medição pode ser classificada como subjectiva pois mede percepções dos entrevistados sobre a sua condição. Não é exactamente quantitativa. É por isso que se optou pelo exercício da operacionalização dos indicadores/variáveis. Porém, ela não é tão subjectiva assim pois permite, também, aperceber que um membro de um AF possa responder se “no período da pesquisa come ou não”. É, assim, por ter em conta esta observação que usamos o método misto.

A **primeira dimensão**, refere Kepple, é a disponibilidade do alimento, ou seja, a oferta de alimentos para a população. Tal oferta depende, entre outros, da produção e, refere, dos “sistemas de armazenamento e distribuição”. A **segunda dimensão** referida, ainda, por Kepple é o acesso físico e económico aos alimentos, isto é, a capacidade de obter alimentos em quantidade e qualidade nutricional suficientes. A **terceira dimensão** por ele referida, relaciona-se com a questão da utilização dos alimentos. De facto, trata-se do consumo de alimentos nutricionalmente ricos que, por isso, podem ter impacto positivo no organismo. A **quarta dimensão** de suma importância para definição da situação de Segurança ou Insegurança alimentar dos agregados familiares é a estabilidade, ou seja, o indicador que ajuda verificar o impacto real dos indicadores como sejam a utilização, o acesso e a disponibilidade dos alimentos.

A medição dos níveis de Insegurança Alimentar foi feita com recurso a indicadores, os quais foram operacionalizados de modo a torná-los mensuráveis. Assim, foram utilizados os

seguintes indicadores, os quais foram, como acima referido, tomados, operacionalmente, como variáveis analíticas, nomeadamente:

(i) O indicador HFIAS (Household Food Insecurity Access Scale)

O indicador HFIAS, que é Indicador escalar de Acesso à Insegurança Alimentar, permite medir e inferir sobre o grau de Insegurança Alimentar durante o mês anterior ao inquérito, tal como é mostrado no algoritmo mostrado na Figura 2.11, adaptado a partir do desenvolvido por Coates, Swindale e Bilinsky (2007: 13-20) no âmbito do projecto FANTA. O HFIAS é, como foi acima referido, um indicador escalar baseado em 9 questões da escala Likert sobre a frequência com que os agregados familiares experimentaram diferentes formas de Insegurança Alimentar nas quatro semanas anteriores à recolha.

De facto, trata-se de um indicador escalar (composto) que, com base em pontuações (*scores*) relativos a respostas a cada uma das nove perguntas sobre Insegurança Alimentar (retrospectiva) em cada Distrito Municipal em estudo, permite medir o grau de InSAN dos agregados familiares nas quatro semanas anteriores à visita do inquiridor. O registo e contagem das respostas dadas foi feito no capítulo III, seguindo o formato ilustrado no Quadro 2.7. Por outro lado, refira-se que a pontuação (*score*) do indicador HFIAS é, digamos, uma medida contínua do grau de Insegurança Alimentar (sob o ponto de vista de acesso a alimentos pelos agregados familiares) nas últimas quatro semanas (30 dias) anteriores à pesquisa de campo. Assim, foi calculado, para cada agregado familiar, a pontuação (*score*) do HFIAS. Neste procedimento teve-se em conta a sensibilidade que a pontuação (*score*) média do indicador HFIAS na captação de pequenas variações ou alterações no consumo de alimentos ao longo do tempo, pois ela é, na verdade, uma variável contínua.

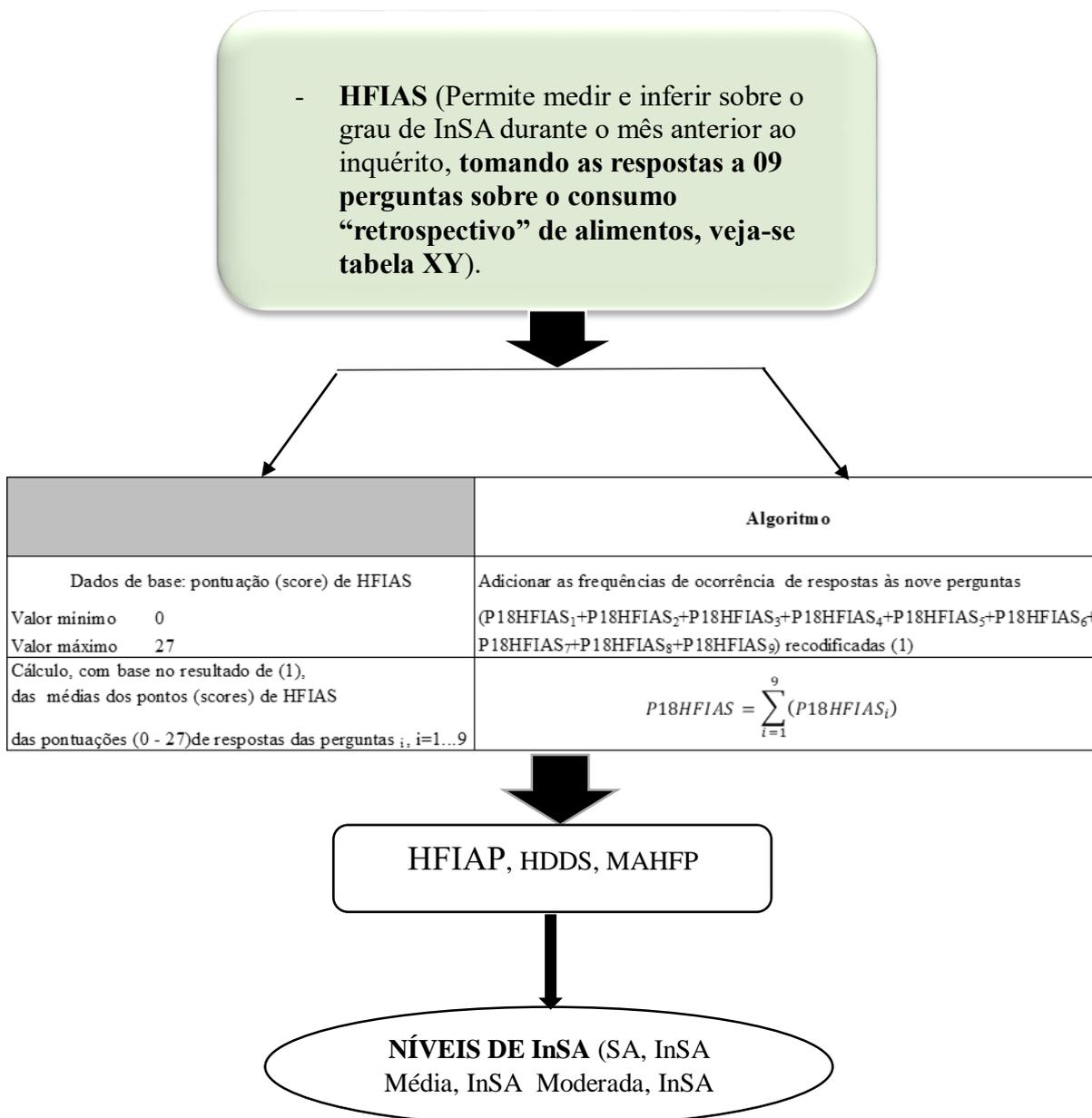
Quadro 2.7: Quadro ilustrativo para a tabulação das respostas dos agregados familiares ao indicador escalar de Insegurança Alimentar (HFIAS), nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.

Perguntas sobre Insegurança Alimentar (HFIAS)	KaNyaka				KaTembe			
	% de respostas "Não"	% de respostas "Raramente"	% de respostas "Algumas vezes"	% de respostas "Regularmente"	% de respostas "Não"	% de respostas "Raramente"	% de respostas "Algumas vezes"	% de respostas "Regularmente"
Nas últimas quatro semanas, você se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram impossibilitados de comer o tipo de comida que vocês preferem por falta de recursos (dinheiro)?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer uma variedade limitada de alimentos devido a falta de recursos?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer alguma comida que vocês realmente não queriam comer por falta de recursos?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que tomar uma refeição menor (menos comida) do que vocês acham que precisavam porque não havia comida suficiente?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer menos refeições durante o dia porque não havia comida suficiente?								
Nas últimas quatro semanas, ficaram sem nenhuma comida no vosso agregado por falta de recursos para comprar comida?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram dormir com fome porque não havia comida suficiente?								
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado passou o dia e a noite inteira sem comer nada, porque não havia comida suficiente?								

Fonte: Elaborado pelo autor com base tabela 14 de Raimundo, I., Crush, J. e Pendleton, W., (2014, p. 22). The State of Food Insecurity in Maputo, Mozambique. Urban Food Security Series n° 20.

Com base nas respostas a nove perguntas (Quadro 2.9) sobre a frequência/ocorrência de refeições, foram calculadas e tabuladas as “pontuações” (*scores*) de HFIAS para cada agregado familiar dos Distritos Municipais estudados. Os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar foram determinados seguindo o algoritmo apresentado no Quadro 2.8 e a lógica sequencial apresentada na Figura 2. 28.

Figura 2. 28: Representação gráfica do algoritmo de operacionalização dos indicadores escalares de medição da InSAN.



Fonte: Elaborado pelo autor da tese com base em Coates, J., (2007, p.18-22)

Os valores dos *scores* calculados e inseridos no Quadro 3.6 (capítulo III), obtidos, como foi referido, a partir das respostas às perguntas PHFIAS₁ a PHFIAS₉ do questionário (vide anexo 1) foram tabulados e programados para gerar os níveis de Insegurança Alimentar, seguindo o algoritmo mostrado no Quadro 2.8.

Quadro 2.8: Algoritmo de criação e cálculo de categorias/níveis de Insegurança Alimentar, a partir das respostas às perguntas PHFIAS₁ a PHFIAS₉ do questionário.

<p>Cálculo das categorias/Níveis da Escala de Acesso à InSA de cada AF, onde: 1=Segurança Alimentar; 2=Insegurança Alimentar Média; 3=Insegurança Alimentar Moderada; e 4=Insegurança Alimentar Severa considerando as seguintes relações lógicas:</p> <p>a) Categoria de HFIAP=1, se if [(PHFIAS₁=0 or PHFIAS₁=1) and PHFIAS₂=0 and PHFIAS₃=0 and PHFIAS₄=0 and PHFIAS₅=0 and PHFIAS₆=0 and PHFIAS₇=0 and PHFIAS₈=0 and PHFIAS₉=0];</p> <p>b) Categoria de HFIAP=2, se if [(PHFIAS₁=2 or PHFIAS₂=3 or PHFIAS₂=1 or PHFIAS₂=2 or PHFIAS₂=3 or PHFIAS₃=1 or PHFIAS₄=1) and PHFIAS₅=0 and PHFIAS₆=0 and PHFIAS₇=0 and PHFIAS₈=0 and PHFIAS₉=0]</p> <p>c) Categoria de HFIAP=3, se if [(PHFIAS₃=2 or PHFIAS₃=3 or PHFIAS₄=2 or PHFIAS₄=3 or PHFIAS₅=1 or PHFIAS₅=2 or PHFIAS₆=1 or PHFIAS₆=2) and PHFIAS₇=0 and PHFIAS₈=0 and PHFIAS₉=0]</p> <p>d) Categoria de HFIAP=4, se [PHFIAS₅=3 or PHFIAS₆=3 or PHFIAS₇=1 or PHFIAS₇=2 or PHFIAS₇=3 or PHFIAS₈=1 or PHFIAS₈=2 or PHFIAS₈=3 or PHFIAS₉=1 or PHFIAS₉=2 or PHFIAS₉=3]</p>

Fonte: Elaborado pelo autor da tese, com base na metodologia desenvolvida por Coates, Swindale e Bilinsky (2007, p. 13-20).

Este algoritmo de cálculo foi aplicado da mesma forma para os dados recolhidos em KaNyaka e KaTembe, tendo em atenção que a pontuação (*score*) mínima é de 0 (zero) e a máxima é de 27 (vinte e sete). Quanto maior for a pontuação, maior é nível de Insegurança Alimentar que o agregado familiar experimentou. Os resultados dos cálculos foram usados para operacionalizar o indicador HFIAP e, assim, tomá-lo como variável categórica de medição.

(ii) O indicador HFIAP (Household Food Insecurity Access Prevalence)

Este indicador, também entendido aqui como variável categórica que mede o *status* de Insegurança Alimentar do (s) AF, usa os dados obtidos a partir do indicador ou variável escalar HFIAS e agrupa as respectivas respostas dos agregados familiares em quatro níveis (categorias), nomeadamente SA, InSA média, moderada e severa. Este indicador pode ser usado para aferir sobre a prevalência de Insegurança Alimentar nos agregados familiares, sobretudo na perspectiva da dimensão “Acesso”. Os valores ou níveis do indicador HFIAP podem ser tabulados. Os níveis anteriormente referidos podem ser, resumidamente, afluídos como se segue:

- ✓ O agregado familiar em situação de SA tem condições de disponibilidade e acesso aos alimentos, o que lhe permite não estar em situação de insegurança alimentar, embora “raramente possa ter preocupação em adquirir alimentos”.
- ✓ O agregado familiar com o nível de InSA média está na categoria dos que alguma vez (ou muitas vezes) se preocuparam que o seu agregado não tivesse regularmente comida suficiente para consumir. Neste grupo de AF são incluídos, também, os que, embora não têm conseguido consumir alimentos da

sua preferência ou em quantidades suficientes, “nunca vão dormir sem ter comido”.

- ✓ Considera-se agregado familiar em situação de InSA moderada aquele que se tem preocupado, principalmente, em ter alimentos para consumir, mesmo “sacrificando, frequentemente, a qualidade ou tipo de alimentos”. O agregado familiar neste grupo tem uma dieta não diversificada, diga-se “monótona”, e, até, algumas vezes tem refeições não preferidas.
- ✓ O agregado familiar com o nível de InSA severa está numa situação de dificuldades graves a tal ponto que não consegue ter refeições e, mesmo conseguindo, a quantidade de comida é pouca para o agregado familiar. De facto, os membros deste AF passam por situações de carências graves: o agregado familiar fica frequentemente sem comida; os seus membros chegam a dormir sem ter comido (e, por isso, com fome); ou os membros do AF chegam a passar um dia inteiro sem comer nada. Por outras palavras, o agregado familiar passou por estas situações pelo menos uma vez nas últimas 4 semanas (trinta dias).

Como referem e recomendam Coates, Swindale & Bilinsky (2007, op. cit.) e Bickel (2000) os indicadores de Escala de Acesso à InSA do(s) AF (HFIAS) e de prevalência de Insegurança Alimentar (HFIAP) no(s) agregados familiares são muito importantes e úteis para reportar e abordar a questão de InSA do ponto de vista da sua dimensão e prevalência e, assim, permitir a disponibilização de elementos que possam apoiar o processo de tomada de decisões sobre a população em estudo. Entretanto, recomendam ainda, os indicadores ou variáveis HFIAS e HFIAP, não são destinados, no entanto, a ser utilizados para determinar as causas do problema de InSA ou para desenhar uma resposta a esta questão de InSA (por exemplo, fazer avaliações sobre o conhecimento da situação de nutrição com vista à concepção de intervenções que ajudem na mudança de comportamento). Embora, referem ainda os autores, a informação obtida a partir do indicador HFIAS possa ser usada a nível de indivíduos e/ou grupos populacionais seleccionados de acordo com as especificidades e objectivos de um dado estudo, é importante ter-se sempre cuidado pois as respostas dadas às perguntas sobre InSA têm um certo grau de subjectividade e, por isso, é necessário ter-se sempre presente um certo sentido de diferenciação dos agregados familiares. Os níveis acima referidos podem ser, resumidamente, aflorados, para efeitos operacionais e analíticos, como se segue:

- ✓ O agregado familiar em situação de SA tem condições de disponibilidade e acesso aos alimentos, o que lhe permite não estar em situação de insegurança alimentar embora, mas raramente, possa ter preocupação em adquirir alimentos.
- ✓ O agregado familiar com o nível de InSA média está na categoria dos que alguma vez (ou muitas vezes) se preocuparam pelo facto do seu agregado não tiver tido regularmente comida suficiente para consumir. Entenda-se por “suficiente” a satisfação do agregado familiar, depois do consumo da comida. Tal pode ser aferido com base nas respostas dos agregados familiares à pergunta “P18dHFIAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer alguma comida que vocês realmente não queriam comer por falta de recursos?”

Neste grupo de agregados familiares são incluídos, também, os que, embora não têm conseguido consumir alimentos da sua preferência ou em quantidades suficientes, “nunca vão dormir sem ter comido”.

- ✓ Considera-se agregado familiar em situação de InSA moderada aquele que se tem preocupado, principalmente, em ter alimentos para consumir, mesmo que, frequentemente, tais alimentos não correspondam à qualidade ou tipo de alimentos preferidos. O agregado familiar neste grupo tem uma dieta não diversificada, diga-se “monótona”, e, até, algumas vezes tem refeições não preferidas.
- ✓ O agregado familiar com o nível de InSA severa está numa situação de dificuldades graves a tal ponto que não consegue ter refeições e, mesmo conseguindo, a quantidade de comida é pouca para o agregado familiar. Com efeito, os membros deste agregado familiar passam por situações de carências graves:
 - O AF fica frequentemente sem comida;
 - Os seus membros chegam a dormir sem ter comido; ou
 - Os membros do AF chegam a passar um dia inteiro sem comer nada.
 - Por outras palavras, o agregado familiar passou por estas situações pelo menos uma vez nas últimas 4 semanas (trinta dias).
 - Por outro lado, e na perspectiva de responder aos objectivos desta dissertação, foram elaboradas algumas tabelas básicas, a partir das quais

serão feitas comparações dos valores dos indicadores (variáveis) e que permitirão avaliar os níveis de nos Distritos de KaNyaka e KaTembe.

(iii) O indicador HDDS

O indicador HDDS (Household Dietary Diversity Score) refere-se a contagem de quantos grupos diversificados de alimentos foram consumidos pelo AF nas últimas 24 horas anteriores ao inquérito. Cada grupo deve representar o “cabaz de alimentos” básicos recomendados, no caso de Moçambique, pelo Ministério da Saúde que perfaz, também, a classificação do número de grupos de alimentos recomendados para a África, pela FAO que é 12. O aumento no número médio de diferentes grupos de alimentos consumidos fornece uma medida quantificável de melhoria do acesso a alimentos pelas famílias.

No uso desta medida teve-se em conta que ela tem alguma limitação e podendo, até, ter um viés por se limitar às 24h anteriores.

(iv) O indicador MAHFP (Months of Adequate Household Food Provisioning)

Este indicador capta mudanças na capacidade do AF garantir que a comida esteja disponível durante o ano e acima de um nível mínimo. Ele permite verificar a existência ou não de flutuações nos níveis de InSA ao longo do ano. Durante o inquérito, os agregados familiares são convidados a identificar em que meses (nos últimos 12 meses) não tiveram acesso a alimentos suficientes para satisfazer o seu agregado familiar. Se o membro do agregado familiar responder que o agregado familiar ficou em algum momento sem comida adequada, o AF deverá indicar os meses durante os quais ficou sem comida nos últimos 12 meses.

Com recurso ao método estatístico de análise multivariada, e à técnica de transformação de variáveis, foi criada, e dicotomizada, uma nova variável, para permitir o uso da Regressão Logística Binária. O Modelo de Regressão Logística (MRL) é utilizado quando a variável resposta (neste caso SA e InSA) é qualitativa, com dois resultados possíveis. O MRL foi utilizado tendo em conta que a variável resposta é qualitativa com dois resultados possíveis que, neste caso, representam a presença/ocorrência ou não do acontecimento “Segurança Alimentar (SA) ou “Insegurança Alimentar (InSA)”. SA é, assim, probabilidade de sucesso e InSA a probabilidade de fracasso isto é a ausência/não ocorrência desta característica. Se considerar p a probabilidade de presença/ocorrência de SA e $q=1-p$ de InSA, as Chances para a presença de cada uma das característica é estimada pela relação expressa na Figura 2.29.

Figura 2.29: Fórmula para estimar as Chances de ocorrência de uma dada característica.

$$\text{Chance} = p/(1-p)$$

Fonte: Amaral, E. (2012), com algumas alterações do autor desta tese. Análise de Regressão Logística. Metodologia de Pesquisa (DCP 854B)

2.2.4.1.3. Desenho e cálculo da amostra para pesquisa quantitativa

Os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe seleccionados na amostra foram o grupo-alvo da pesquisa. Porém, as perguntas eram feitas aos chefes dos agregados familiares ou à pessoa escolhida por estes para o efeito. Com efeito e como já foi mencionado, para efeitos analíticos tomou-se o agregado familiar como unidade de análise para estudar os níveis de níveis de Insegurança Alimentar destes, isto é, para, entre outros:

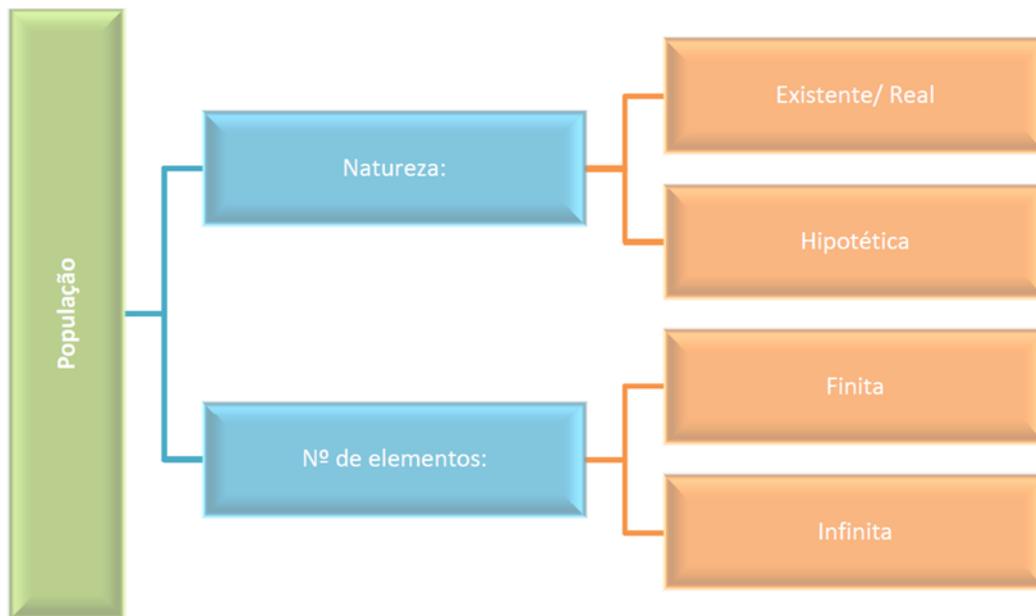
- (i) Determinar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe;
- (ii) Medir o nível de acesso e consumo a alimentos pelos agregados dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.; e
- (iii) Verificar as similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Como recomendam Kepple et al (2014, op. cit.) o acesso (físico e económico) aos alimentos ocorre quando todos (individualmente ou nos seus agregados familiares) têm a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável, por exemplo, por meio da produção própria, compra, caça ou troca. Esta dimensão é bastante complexa; envolve preços, tanto dos alimentos quanto das outras necessidades básicas, que com eles competem, além de tudo o que afecta o conjunto de recursos disponíveis para o agregado familiar.

É assim que, para aferir as características alimentares da população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foram inquiridos e tomados/seleccionados como unidades analíticas primárias, os agregados familiares. Para o efeito foi desenhada uma Amostra Aleatória Simples com Probabilidade Proporcional ao tamanho da população (AASPPS), cujos resultados são mostrados no Quadro 2.10. A escolha deste tipo (natureza) de amostragem, a determinação do tamanho (número de elementos a inquiridos) da Amostra teve em conta os objectivos do estudo, a população finita, isto é, o conjunto de pessoas enquadradas nos seus AF, bem como as características da unidade amostral estudada, (veja-

se Figura 2.30). A População-alvo, ou seja, as categorias com características comuns a serem estudadas foram os agregados familiares os quais fora objecto de análise estatística, para verificar o seu estado de Segurança/Insegurança Alimentar. Refira-se que a escolha da AASPPS garantiu a obtenção de uma amostra representativa em que a única fonte de erro que pudesse afectar o resultado fosse, também, aleatório.

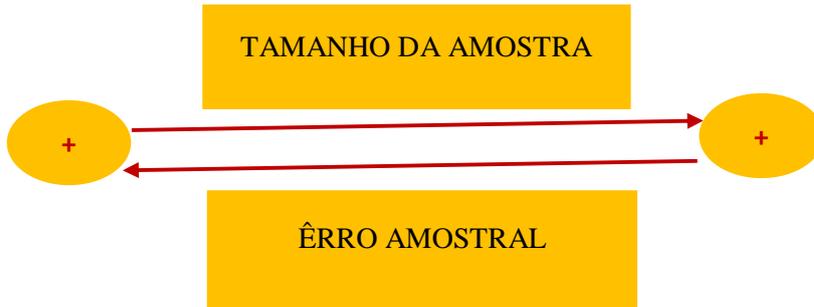
Figura 2.30: Diagrama de ilustração do alinhamento das fontes de selecção dos elementos/categorias amostrais.



Fonte: Tomado de Pocinho, M. (2014: 9). O livro que explica a estatística que precisa em 13 aulas, IBM-SPSS & Excel. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra. Instituto Superior Miguel Torga, Junho 27, 2014

Entretanto, tal como em todos os inquéritos por amostragem, os seus resultados são afectados por dois tipos de Erros: Erros Amostrais e Erros não Amostrais. É que não é possível evitar a ocorrência do Erro Amostral. Contudo pode-se limitar o seu valor através da escolha de uma amostra com tamanho adequado. O Erro Amostral e o Tamanho da Amostra seguem, digamos, sentidos contrários como ilustra a Figura 2.31. Quanto maior for tamanho da amostra, menor será o erro cometido e vice-versa, Miot (2011: 276-277).

Figura 2.31: Relação intuitiva entre o tamanho da amostra e o erro amostral.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Miot (2011)

Para a recolha de dados quantitativos foi utilizado um questionário (vide anexo 1) que continha perguntas para captar dados sobre os indicadores/variáveis definidos. Em cada Distrito Municipal foi seleccionada a mesma proporção de agregados familiares. Para o efeito, foi usada a metodologia e a fórmula estatística recomendada por Miot, (2011: 275-278) que permite a determinação do tamanho estatisticamente significativo da amostra proveniente de uma população finita, no caso em que a principal variável considerada é nominal ou ordinal que se exprime de acordo com as fórmulas ilustradas no Quadro 2.9.

Quadro 2.9: Fórmula de cálculo do tamanho da amostra para a descrição de variáveis quantitativas e qualitativas

$$\text{População finita } (n < 1000), \quad (1) \ n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot (Z\alpha/2)^2}{(N-1) \cdot (E)^2 + p \cdot q \cdot (Z\alpha/2)^2} \quad \text{ou} \quad (2) \ n = \frac{N \cdot \delta^2 \cdot (Z\alpha/2)^2}{(N-1) \cdot (E)^2 + \delta^2 \cdot (Z\alpha/2)^2}$$

Fonte: Tomado de Miot, H. (2011, p. 1).

onde:

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população finita (agregados familiares);

$Z\alpha/2$ = valor crítico para o grau de confiança desejado, usualmente: 1,96 (95%);

δ = desvio padrão populacional da variável;

E = erro padrão, usualmente igual a $\pm 5\%$ da proporção dos casos (precisão absoluta), ou $\pm 5\%$ da média ($1,05 \times$ média);

p = Estimativa da proporção da amostra de indivíduos (ou seja, neste caso, agregado familiar) da população com InSAN, que foi considerada como 0,5 que é a proporção que fornece o maior tamanho da amostra, mantendo os outros elementos constantes; e

q = Estimativa da proporção de pessoas em situação de SA igual a 0.5, obtida por $q=1-p$, o que correspondeu, de facto, a:

$$p=0,5;$$

$$q=1-p=0,5;$$

E =Erro máximo admissível (precisão)=0,05=(5%); e

$N=1.246$ (número total de agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka).

Assim, foi calculada, para o Distrito Municipal de KaNyaka a amostra que se segue:

$$n = \frac{1246 * (0.5 * 0.5) * (1.96)^2}{(1245) * (0.0505)^2 + (0.5 * 0.5) * (1.96)^2} = 289.365158; n = 289$$
 (número de gregados

familiares seleccionados para serem inquiridos), dos quais foram tomados $n_{ob}=28$ para serem observados. O número de Agregados Familiares observados foi determinado pelo autor da tese com base nas recomendações de Baker. e Edwards. (2012: 8-9).

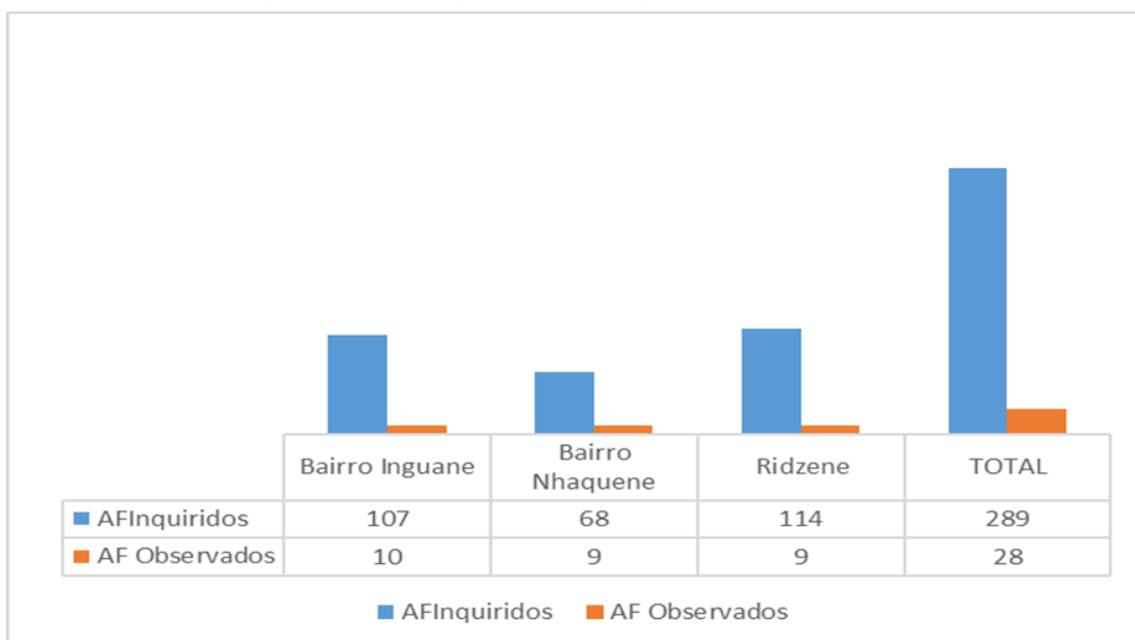
Para Distrito Municipal de KaTembe e tomando-se os mesmos parâmetros p , q e E , com $M=6963$ (número total de agregados familiares do Distrito Municipal de KaTembe), obteve-se a amostra que se segue, ou seja

$$m = \frac{6963 * (0.5 * 0.5) * (1.96)^2}{(6,962) * (0.0525)^2 + (0.5 * 0.5) * (1.96)^2} = 331.88388; m = 332,$$
 (número de

agregados familiares seleccionados para serem inquiridos), dos quais foram tomados $m_{ob}=30$ para serem observados.

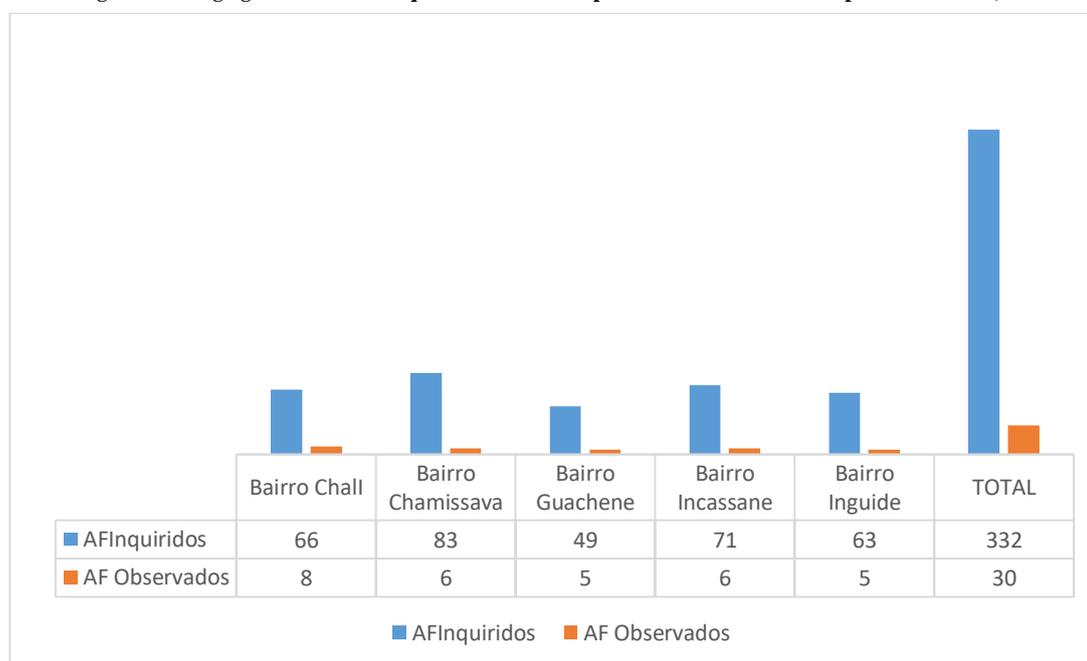
Como se pode observar, os tamanhos das amostras ($n=289$ de KaNyaka e $m=332$ de KaTembe) são estatisticamente significativos, pois os erros máximos observados estão no intervalo de confiança de 95%. Mesmo arredondando por excesso, a uma casa decimal, os erros não ultrapassarão 5% do erro máximo estimado. As Figuras 2.32a e 2. 32b mostram a ilustração gráfica da alocação proporcional do número de agregados familiares inquiridos e observados em cada bairro dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Figura 2.32a: Agregados Familiares inquiridos e observados por Bairro no Distrito Municipal de KaNyaka, 2017



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados do inquérito realizado no DM de KaTembe.

Figura 2.32b: Agregados Familiares inquiridos e observados por Bairro no Distrito Municipal de KaTembe, 2017

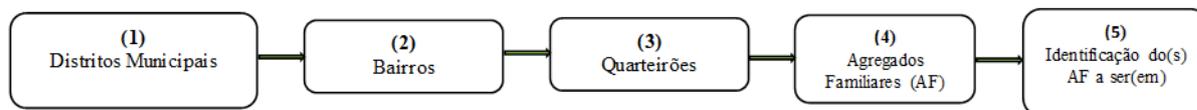


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados do inquérito realizado no DM de KaNyaka

O cálculo do tamanho da amostra teve como fonte de informação os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 e respectivas projecções, disponíveis no INE.

Para efeitos de “escolha” dos agregados familiares a inquirir, foi aplicado, a estes (onde foi possível), o método de “Serpentina” para a identificação (“escolha”) do(s) agregado(s) familiar(es), seguindo a sequência mostrada na Figura 2.33 que se segue. Onde as casas eram próximas umas das outras foi aplicado este método para a localização (identificação da casa do AF a inquirir). Para a identificação do(s) agregado(s) familiare(s) a observar, procurou-se assegurar um certo nível de aleatoriedade. Assim, foi usada a identificação (entenda-se “escolha”) dos AF com uso da tabela de números aleatórios ou da função estatística “Random”.

Figura 2.33: Sequência de etapas de selecção da Unidade Amostral primária (agregado familiar)



Fonte: Tomado de Abrahamo (2015, p.18).

Notas:

(1): DM (KaNyaka ou KaTembe)

(2): Bairros seleccionados na amostra

(3): Nº de AF seleccionados aleatoriamente.

(4): Identificação dos AF inquiridos/observados aleatória e proporcionalmente ao tamanho da população em cada DM. Neste estágio de selecção, partiu-se da assumpção segundo a qual cada casa corresponde, pelo menos, a um agregado familiar. O Quadro 2.10 seguinte mostra a distribuição da amostra de agregados familiares seleccionados.

Quadro 2.10: Distribuição da amostra de AF inquiridos e observados nos DM de KaNyaka e Katembe, por Bairros, 2017.

Bairros por Distritos Municipail		Total de AF, por DM/Bairro (=N ou =M)	AF seleccionados na Amostra_inquiridos (=n ou =m)	AF seleccionados Observados (=n _{ob} ou =m _{ob})
KaNyaka (a)	Total	1246	289	28
Inguane		461	107	10
Nhaquene		292	68	9
Ridzene		493	114	9
KaTembe (b)	Total	6963	332	30
Chali		1371	66	8
Chamissava		1741	83	6
Guachene		1034	49	5
Incassane		1493	71	6
Inguide		1324	63	5
Grande total= (a)+(b)		8209	621	58

Fonte: Elaborado pelo autor da tese, com base nos dados do INE (2010) e das Listas fornecidas pelas Autoridades Municipais Locais.

2.2.4.1.4. Instrumentos de colecta de dados

Como instrumento de colecta de dados foi utilizado um questionário (vide anexo 1) constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas pelo inquirido. O referido questionário foi adaptado (com a integração de novas perguntas) a partir de questionários usados em estudos anteriores, sobretudo o estudo publicado por Abrahamo em 2015. Tal adaptação encontra suporte metodológico na recomendação feita por Mazive (s.a.: 3-4) que sugere, nos casos em que se pretenda realizar uma pesquisa de campo com recurso a um questionário como instrumento de colecta de dados, haver duas opções para a elaboração do questionário, nomeadamente, (i) com base num ou mais questionários, fazer adaptações de acordo com os objectivos do estudo ou (ii) desenhar um novo questionário.

Para o registo tanto dos dados quantitativos quanto das observações foram usados *tablets*, nos quais foi instalado o ODK (Open Data Kit), programa informática apropriado para o desenho das Base de Dados e registo/inserção de dados. O programa permitia, também, controlar a qualidade e fiabilidade dos dados inseridos. O questionário e o Guião foram previamente gravados em todos os *tablets*. O questionário (anexo 1) aplicado aos agregados familiares, unidade analítica de base, além de recolher informações gerais, o questionário, incluirá perguntas que permitirão captar informações ou dados sobre a composição e estrutura dos agregados familiares, as suas receitas e despesas, sobretudo as relacionadas com a aquisição de alimentos, o tipo de habitação e condições de vida, entre outros. O questionário incluía, ainda, secções/partes nas quais foram colocadas perguntas específicas para captar informações e dados sobre os principais indicadores (variáveis) de medição da Insegurança Alimentar. As respostas eram directamente inseridas, pelos inquiridores, nos *tablets*. A

recolha de dados para este estudo foi realizada entre o primeiro trimestre de 2017 (na KaNyaka) e o segundo de 2018 (em KaTembe). No trabalho de campo foram envolvidos, em ambos os Distritos Municipais, dois técnicos-assistentes de campo e quinze inquiridores (seis em KaNyaka e nove na KaTembe). Conforme referido anteriormente, o questionário foi estruturado, basicamente, em nove secções/partes. que incluíam (i) informação geral sobre a pesquisa e obtenção de consentimento; (ii) identificação e composição do agregado familiar (iii) Dados sobre tipo de habitação, Renda do agregado familiar (de todas as fontes nos últimos mês/mês passado) e Despesas mensais do agregado do último mês; (iv) Contribuição das remessas (receitas) para a sobrevivência/sustento do AF; (v) Insegurança Alimentar (Recolher dados sobre o indicador HFIAS - indicador escalar que permite medir o grau de insegurança alimentar dos agregados familiares nas quatro semanas anteriores ao inquérito); (vi) Classificação da Diversidade da Dieta do AF (HDDS) Este indicador serve para aferir sobre os tipos de alimentos, ou seja, grupos de alimentos que foram consumidos pelo agregado, nas 24 horas anteriores ao inquérito); (vii) Meses de Um Suprimento Adequado do AF (MAHP), Experiência em relação a mudanças de preços dos alimentos e Fonte de alimentos; (viii) Doações e Insegurança alimentar e (vix) uma secção para recolher dados sobre Morbilidade.

2.2.4.2. Pesquisa qualitativa

2.2.4.2.1. Introdução

Como parte do método misto adoptado, recorreu-se à Observação Participante.

Na Observação Participante o investigador participa, até certo ponto, como membro da comunidade ou população pesquisada. Tal foi, também, a intenção do autor desta tese. A ideia de “inclusão” na população em estudo é, como referem Gerhardt e Silveira (2009, op. cit.), ganhar a confiança do grupo, “ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. Este tipo de observação foi introduzido nas ciências sociais por antropólogos no estudo das chamadas “sociedades primitivas”. A técnica de observação participante ocorreu através do contacto directo (ainda que de forma intercalar) do pesquisador com o fenómeno a observar nos agregados familiares (neste caso o tipo de alimentos e a forma da sua coinfecção), podendo, assim, obter-se informações sobre a realidade dos actores sociais dentro dos seus próprios contextos, o que pode permitir compreender o fenómeno em toda a sua extensão.

A Observação Participante permite, ainda, captar uma variedade de situações ou fenómenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenómenos são observados directamente na própria realidade. “A Observação Participante apreende o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” Gil (1999: 18-20). Como referem, ainda Gerhardt e Silveira (2009, op. cit. loc. cit.) na Observação Participante “partimos com uma problemática que permite fazer um Guião de Observação (instrumento de registo das observações), não de observação inocente, mas de observações estruturadas em função do que pesquisamos”.

2.2.4.2.2. Indicadores vs variáveis usados

Durante a observação no campo, foi possível registar as ocorrências sobre o indicador HDDS (*Household Dietary Diversity Score*) através do registo e da contagem de quantos grupos diversificados de alimentos foram consumidos pelo agregado familiar. Como foi acima mencionado, foi usado, como instrumento de registo das observações, um guião. As observações foram, para efeitos de análise e interpretação, sistematizadas e categorizadas, o que facilitou a análise tanto horizontal quanto vertical (agrupada ou individualizada, por Distrito Municipal e entre estes), dos indicadores de medição da diversidade/variação da dieta alimentar nos agregados familiares (os indicadores HDDS e MAHFP). Entretanto, coube ao pesquisador de campo “observar aquilo para o que não está preparado e estar em condições de produzir dados que o obrigarão a modificar suas próprias hipóteses”, Jorgensen (1989:12-16). Neste caso, o investigador observou o tipo de alimentos convencionados e consumidos pelos AF e se esses alimentos fazem parte do cabaz de alimentos recomendados nacional e internacionalmente. É, como asseveram os autores anteriormente referidos, “uma regra básica e uma posição epistemológica: a definição e os limites do objecto não são colocados a *priori*, mas construídos ao longo da pesquisa e submetidos a eventuais reajustes à medida que esta vai evoluindo”. Por outras palavras, neste tipo de abordagem metodológica os indivíduos não são abstraídos das suas condições concretas de existência, de trabalho, etc., “diferentemente dos indivíduos pesquisados por amostra e que devem ser representativos de variáveis abstractas e padronizadas” (Idem Gerhardt e Silveira, 2009: 8-9). Mais ainda: na Observação Participante o investigador participa até certo ponto como membro da comunidade ou população pesquisada. A ideia da sua inclusão na população é ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação. Este tipo de observação foi introduzido nas ciências sociais pelos antropólogos no estudo das chamadas sociedades primitivas. A técnica de Observação Participante ocorre pelo contacto directo do pesquisador com o fenómeno

observado. Obtém informações sobre a realidade dos actores sociais nos seus próprios contextos. A observação permite descrever o que vemos, mas também faz emergir questões (que podem ser exploradas nas entrevistas) sobre o que procuramos compreender das representações, do simbólico, das relações sociais, das interações lógicas, etc. Essas questões não podem ser colectadas como, por exemplo, um conjunto (ou uma amostra) de pedras que podem ser reunidas e colocadas numa caixa e enviadas para um laboratório. A compreensão dessas questões (subjectivas) se constrói, não está dada. (Idem Gil,1999, op. cit.). Tal como recomenda” Jorgensen (1989: 12-16, op. cit.):

- ✓ A Técnica de Observação (TO), digamos, “não invade o observado”. Se for adequadamente aplicada ela pode ser tomada como método e instrumento para analisar o comportamento espontâneo de populações (ou grupos) que têm normalmente dificuldades em aceitar as formalidades de inquéritos por questionário ou a prestar informação fiável. Ademais, ela é recomendável quando existem sérias dificuldades de acesso no terreno.
- ✓ A TO permite uma abordagem qualitativa ao “considerar critérios de presença, ausência e frequência de comportamentos” e registar, objectivamente, tais comportamentos e uniformiza-los.

2.2.4.2.3. Amostra para pesquisa qualitativa (Observação Participante)

De acordo com Baker. e Edwards. (2012, op. cit.) acima referido, na definição de uma amostra para entrevistas qualitativas, é importante pensar no que

se espera dos entrevistados, quanto tempo é preciso para conseguir boas entrevistas/observações, a facilidade de acesso aos possíveis entrevistados/observados, entre outros; Deste modo, o tamanho da amostra depende da maneira como são contrabalançados todas esses aspectos. Em casos em que as entrevistas ou observações são parte de um estudo em que se usam métodos mistos, é recomendável tomar um tamanho de amostra de cerca de 30 (trinta), sobretudo quando se prevê a existência de dados recolhidos por meio de um questionário, (pp. 8-9).

Assim, foram, em média, observados trinta agregados familiares em cada Distrito Municipal. Tais AF foram seleccionados de forma aleatoriamente e alocados proporcionalmente em cada Distrito Municipal, como pode ser visto no Quadro 2.5 (Distribuição da amostra de AF inquiridos e observados nos Distritos Municipais de KaNyaka e Katembe, por Bairros, 2017),

ponto 2.2.3.1.3 deste capítulo. De facto, foi observada a mesma proporção de agregados familiares, ou seja, 28 AF observados no DM de KaNyaka e 30 no DM de KaTembe.

2.2.4.2.4. Instrumentos de colecta de dados

Para o registo das observações foi usado um “Guião de Observação”, no qual os técnicos registavam (entenda-se “anotavam”) o que observavam e, também, anotavam seus próprios comentários sobre o processo de observação ou diálogo com a pessoa que confecciona os alimentos.

O Guião de Observação (GO) incluía campos onde foram registadas informações sobre (i) Dados gerais do AF observado; (ii) Aspectos ou Dados para a Observação; e (iii) Tipo de produtos utilizados na preparação da refeição, entre outros, (vide anexo 2).

2.2.5.2. Processamento, análise e interpretação de dados

O processamento, a análise e interpretação dos dados seguiram a lógica apresentada na Figura 2. 20 (Diagrama de operacionalização do Modelo teórico-metodológico). Entretanto, foi necessário assegurar a comparabilidade das variáveis. Para isso fez-se uniformização e conversão das escalas de medição destas para que pudessem ser comparáveis. Isso foi possível recorrendo ao método proposto por De Vaus (2002:108) que recomenda (i) a conversão de cada escala de modo a ter os mesmos limites inferior e superior e (ii) a padronização das variáveis exprimindo os *scores* como representando níveis de desvio padrão. O processo de conversão referido, consiste no ajuste das escalas, em cada variável, alongando algumas medidas e “comprimindo” outras; para qualquer variável numérica, a conversão pode ser feita usando fórmula mostrada na Figura 2.34 que se segue,

Figura 2.34: Fórmula para a conversão de variáveis para o mesmo limite inferior e superior

$$Y = \left(\frac{X - X_{\min}}{X_{\text{range}}} \right) n$$

Fonte: Tomado de De Vaus, D. (2002: 108). Analysing Social Science Data. 50 Key Problems in Data Analysis.

onde Y é a variável ajustada, X é a variável original, X_{\min} é o valor mínimo observado na variável original e X_{range} , é a diferença entre a pontuação (*score*) máxima observada e a pontuação (*score*) mínima observada na variável original e n é o limite superior da

variável redimensionada. A conversão pode ser facilmente feita usando o algoritmo de transformação de variáveis em SPSS, (idem De Vaus, 2002:108).

Por outro lado, os resultados do inquérito foram processados com recurso ao SPSS v. 22, programa estatístico concebido para análise de dados. Ademais, usou-se o EXCEL para produção de Tabelas/Quadros e gráficos e dinâmicos. O SPSS é uma ferramenta que se destaca no campo da análise de dados devido à sua interface com o EXCEL. Por causa dessa característica, tornou-se uma poderosa ferramenta para processamento e análise estatística de dados das áreas de ciências sociais. Permite a geração de Bases de Dados de Inquéritos bem como identificar tendências e construir modelos preditivos, isto é, o uso de técnicas analíticas avançadas como, por exemplo a utilização de dados históricos para descobrir informações em tempo real e prever eventos futuros. Antes da análise e geração de saídas (quadros ou figuras), os dados colectados foram editados para detectar possíveis êrros e omissões e, posteriormente, codificados. O SPSS permitiu fazer a análise da regressão logística binária para prever a variável dependente dado o conjunto de variáveis predictoras.

Como preparação, foi elaborado um plano de tabulações indicando as tabelas básicas que foram geradas para análise e interpretação.

2.2.6. Questões éticas de pesquisa

No seguimento do instituído pelo comité de ética, antes do início da recolha de dados ou da Observação Participante, foi solicitado, aos chefes dos agregados familiares, consentimento para a feitura de perguntas e/ou observação e o conteúdo da resposta foi anotado no próprio questionário (O questionário e Guião de Observação podem ser vistos nos anexos 1 e 2, respectivamente) ou Guião de Observação e as respostas foram anotadas no questionário. Foi, também, explicado o conteúdo e objectivos do estudo, tendo sido, também, solicitado o consentimento dos agregados familiares. O conteúdo do pedido de consentimento, cujo texto foi apenso ao questionário e lido em voz alta pelos inquiridores.

2.3. Resumo do capítulo II

Neste capítulo foram abordadas as questões metodológicas seguidas no processo de recolha de dados e informações relevantes para realização deste estudo. Foram, igualmente, apresentadas, com detalhe, as ferramentas desenvolvidas para o cálculo da amostra bem como os fundamentos metodológicos que justificam a identificação dos agregados familiares inquiridos observados. Neste capítulo, o agregado familiar é definido como a unidade de

análise. É por isso que o foco do estudo assenta nos objectivos da pesquisa, ou seja, (i) Determinar os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe bem como os factores que os influenciam; (ii) Medir o nível de acesso e consumo de alimentos pelos agregados dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe; e (iii) Verificar a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Dentro dos agregados familiares a figura de “chefe do agregado familiar” ou alguém indicado pelos seus membros foi a pessoa de quem se obteve as respostas às perguntas sobre SAN e InSAN. Para efeitos analíticos e de interpretação dos dados tomou-se, igualmente, o agregado familiar como Unidade de Análise a partir da qual foi possível determinar e estudar os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar destes e, por conseguinte, das pessoas que os integram.

Por outro lado, todo o desenho e alinhamento da metodologia teve em vista determinar e clarificar todas as questões metodológicas e de procedimento para realização do trabalho de campo, análise e interpretação dos dados recolhidos. Os dados e informações recolhidas foram operacionados e, onde se julgou necessário, as variáveis foram transformadas, com recurso a procedimentos e algoritmos apropriados. Todo o exercício feito neste âmbito assentou na definição de Segurança Alimentar e Nutricional e Insegurança Alimentar e Nutricional adoptadas nesta pesquisa, no entendimento de que SA e InSA são como que “duas faces da mesma moeda”. Não se podendo, assim, analisar uma sem ter-se em conta. A operacionalização de indicadores foi uma técnica importante utilizada para a transformação de variáveis, pois este procedimento permite transformar e tornar as variáveis mensuráveis. Isto ajudou a encontrar valores mais próximos (quantificados) dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar.

Para a recolha de dados quantitativos foi utilizado um questionário que contém perguntas que permitem captar dados e informações sobre os indicadores (variáveis) definidos. Em cada Distrito Municipal foi seleccionada a mesma proporção de agregados familiares tendo-se, assim, tomado uma amostra estatisticamente significativa, em que os erros máximos observados se situem no intervalo de confiança de 95%. e que, mesmo com arredondamento por excesso a uma casa decimal, o erro não ultrapasse 5% do erro máximo estimado.

Em termos de forma de abordagem do problema o método misto foi aquele que se considerou o mais apropriado pois permite fazer, no mesmo estudo, fazer uma pesquisa quantitativa (tomar o que é quantificável, traduzir opiniões e números em informações que

podem ser classificadas e analisadas) e uma pesquisa qualitativa, ou seja, tomar informações não trazidas em números; neste caso a pesquisa é descritiva e exige que o pesquisador avalie e interprete os dados recolhidos. O Método Misto permite, ademais, fazer a triangulação e integração sistemática de métodos quantitativos e qualitativos num único estudo, o que ajuda o investigador a obter uma visão mais abrangente do objecto e sujeito num estudo. Mais ainda, o Méto Misto facilita a colecta de informações e o tratamento dos dados através do uso de um questionário bem como a quantificação e algoritmização por meio do uso de técnicas estatísticas. Já o Método Qualitativo, neste caso a Observação Participante, ajuda a aumentar a precisão da análise, pois através deste método o investigador apenas observa algo que acontece ou já aconteceu. A Técnica de Observação, se for adequadamente aplicada ela pode ser tomada como método e instrumento para analisar o comportamento espontâneo de populações (ou grupos) que têm normalmente dificuldades em aceitar as formalidades de inquéritos por questionário ou a prestar informação fiável. Ademais, ela é recomendável quando existem sérias dificuldades de acesso no terreno, com foi o caso de algumas zonas de KaNyaka. Ela permite, também, obter informações da realidade dos actores sociais dentro dos seus próprios contextos. Tal ajuda a compreender o fenómeno investigado em toda a sua extensão. A Observação Participante permite, ainda, captar uma variedade de situações ou fenómenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenómenos são observados directamente na própria realidade. Foram usados os indicadores HFIAS (*Household Food Insecurity Access Scale*), HFIAP (*Household Food Insecurity Access Prevalence*), HDDS (*Household Dietary Diversity Score*) que se refere a contagem de quantos grupos diversificados de alimentos foram consumidos pelo AF nas últimas 24 horas anteriores ao inquérito e MAHFP (*Months of Adequate Household Food Provisioning*) que capta mudanças na capacidade do AF garantir que a comida esteja disponível durante o ano e acima de um nível mínimo. Durante a observação no campo, foi possível registar, por exemplo, as ocorrências sobre o indicador HDDS (*Household Dietary Diversity Score*) através do registo e da contagem de quantos grupos diversificados de alimentos foram consumidos pelo agregado familiar. Como foi acima mencionado, foi usado, como instrumento de registo das observações, um guião. As observações foram, para efeitos de análise e interpretação, sistematizadas e categorizadas, o que facilitou a análise tanto horizontal quanto vertical (agrupada ou individualizada, por Distrito Municipal e entre estes), dos indicadores de medição da diversidade/variação da dieta alimentar nos agregados familiares (os indicadores HDDS e MAHFP). Entretanto, coube ao pesquisador de campo observar mesmo os aspectos para os quais não estava preparado e estar em condições de produzir dados que o obrigarão a

modificar suas próprias hipóteses. Neste caso, o investigador observou o tipo de alimentos convencionados e consumidos pelos AF e se esses alimentos fazem parte do cabaz de alimentos recomendados nacional e internacionalmente.

A ferramenta utilizada para o processamento, a análise e interpretação dos dados foi o SPSS v. 22, programa estatístico concebido para análise de dados estatísticos das ciências sociais. O SPSS é uma poderosa ferramenta que se destaca no campo da análise de dados devido à sua *interface* com o EXCEL. Permite a geração de Bases de Dados de Inquéritos bem como identificar tendências e construir modelos preditivos, isto é, o uso de técnicas analíticas avançadas como, por exemplo a utilização de dados históricos para descobrir informações em tempo real e prever eventos futuros.

Antes da análise e geração de saídas (quadros ou figuras), os dados colectados foram editados para detectar possíveis erros e omissões e, posteriormente, codificados. Neste capítulo, são descritos, também, os procedimentos metodológicos da análise da regressão logística binária feita como forma para prever o comportamento da variável dependente dado o conjunto de variáveis predictoras.

CAPÍTULO 3: NÍVEIS DE SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE

3.1. Introdução

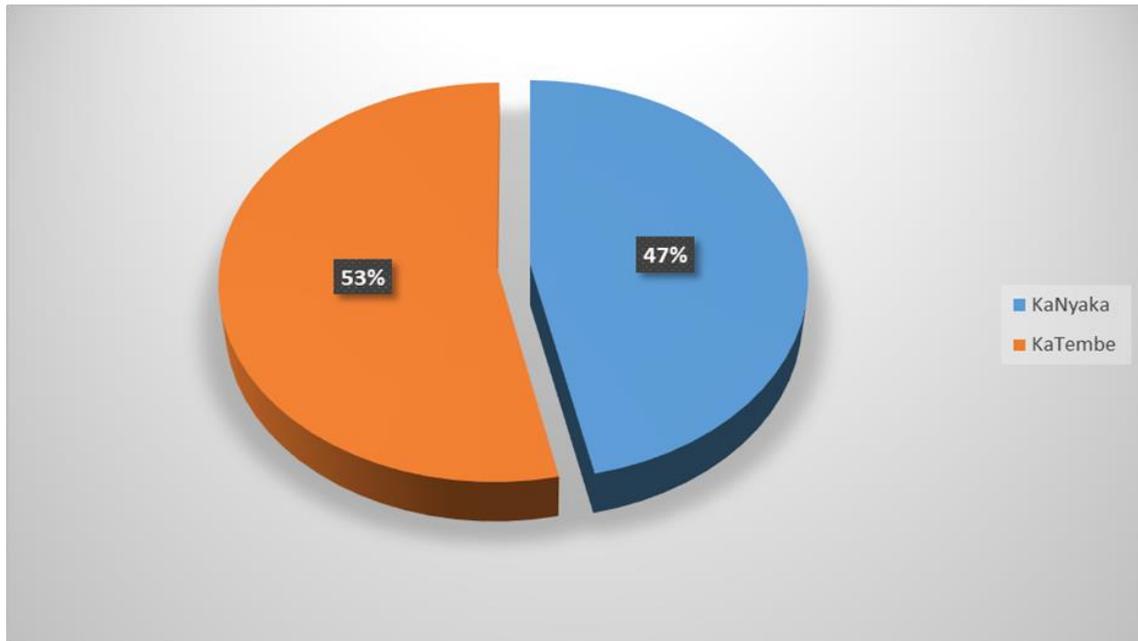
A preparação dos instrumentos metodológicos para a realização deste estudo designadamente o desenho da amostra, do questionário, guião de Observação Participante bem como as visitas prévias para a identificação/localização das áreas seleccionadas e interação com as autoridades locais dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que foram objecto de estudo no âmbito desta tese, tiveram lugar entre Janeiro e Julho de 2017. A recolha de dados decorreu entre Agosto de 2017 e Abril de 2018.

O estudo usou o Método Misto, isto é, uma combinação de dois métodos de pesquisa que permitem captar e cruzar informações de variáveis quantitativas e qualitativas. Com efeito, fez-se triangulação de dois métodos (método quantitativo e método qualitativo – Observação Participante). Para tal foram usados, como instrumentos de recolha de dados um questionário para a colecta de dados quantitativos e um Guião de Observação o qual foi utilizado para efeitos de registo e anotação das observações. O Método de Observação Participante ajudou a verificar a existência de similaridades e diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. O agregado familiar constituiu a unidade primária de análise. Para a determinação da população de estudo foi seleccionada, no Distrito Municipal de KaNyaka, uma amostra total de $n=289$ agregados familiares para serem inquiridos. A estes foi aplicado um mesmo questionário para a recolha de dados e, destes, foram tomados $n_{ob}=28$ AF para serem observados usando um guião para o registo das observações. No Distrito Municipal de KaTembe foi seleccionada e inquirida uma amostra de $m=332$ agregados familiares sobre quem foi, igualmente, administrado um questionário para a recolha de dados quantitativos. Destes foram tomados $m_{ob}=30$ agregados familiares para Observação Participante, usando, também, um guião como instrumento de registo das observações.

Para o registo tanto dos dados quantitativos quanto das observações foram usados *tablets*, nos quais foi instalado o ODK (*Open Data Kit*) onde foram, previamente, gravados o questionário e Guião de Observação. Trata-se de um programa informático apropriado para o registo de dados.

O número de agregados familiares seleccionados no Distrito Municipal de KaNyaka corresponde a cerca de 47% do total de AF e em KaTembe a cerca de 53%, tal como ilustra a Figura 3.1.

Figura 3.1: Proporção de agregados familiares seleccionados na amostra em relação ao total de AF de cada Distrito Municipal, 2017



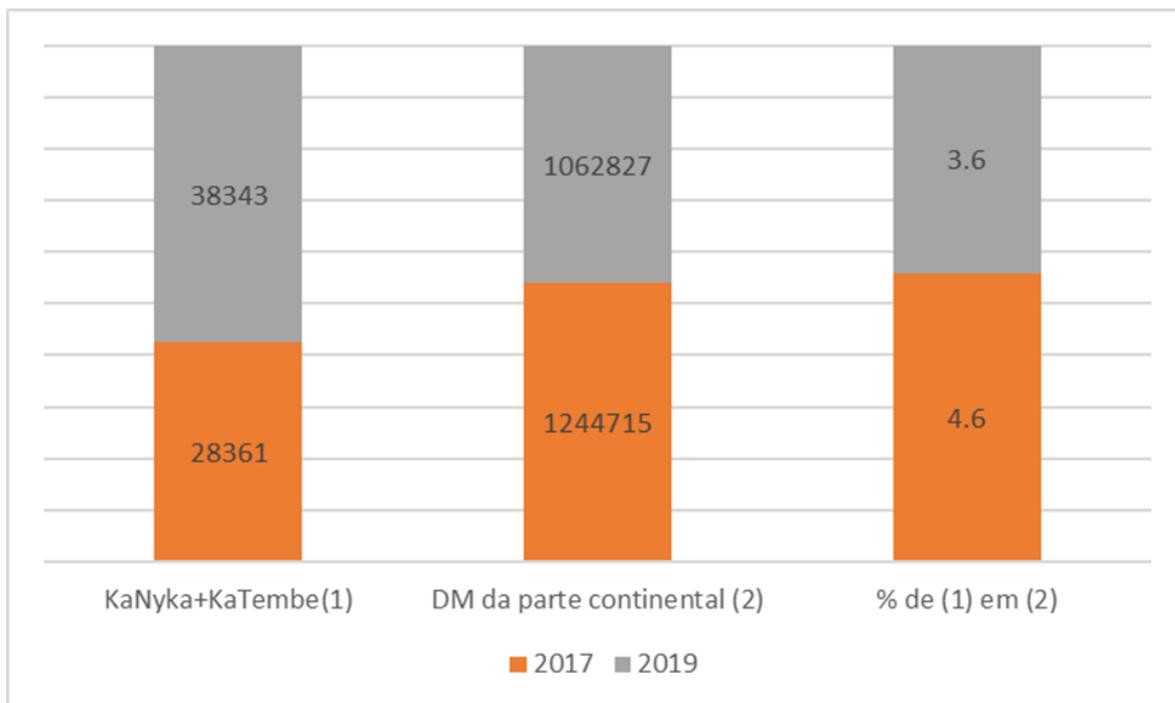
Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos resultados do Inquérito realizado no âmbito do estudo para a Tese.

Como foi referido acima, e tomando como elementos para a análise os dados recolhidos através do inquérito os quais foram correlacionados com os das Observações, foi feita a determinação, comparação e análise dos níveis de Insegurança Alimentar nos já mencionados Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe tendo-se sempre como foco verificar, a este nível, um dos pressupostos (hipótese) segundo o qual o nível de Insegurança Alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em 2017 é alto em relação ao dos distritos da zona continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu), no mesmo ano. Este pressuposto estimulou, também, a busca de resposta ao questionamento desta Tese e, por conseguinte, a procura de elementos que ajudassem a saber, explicar e compreender a questão principal desta pesquisa a de saber quais são os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Conforme mencionado acima e de acordo com os resultados do estudo feito pelo SETSAN (2017: 1), o nível de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo (sem incluir os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe) era cerca de 22%.

A população total dos distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe representava, em 2017 e 2019, cerca de 2% e 4%, respectivamente, da população total dos Distritos Municipais da parte continental da Cidade de Maputo, ou seja, a população da zona insular de Maputo é cerca de 1% inferior à da zona continental da Cidade de Maputo. Este facto está ilustrado na figura 3.2 a seguir.

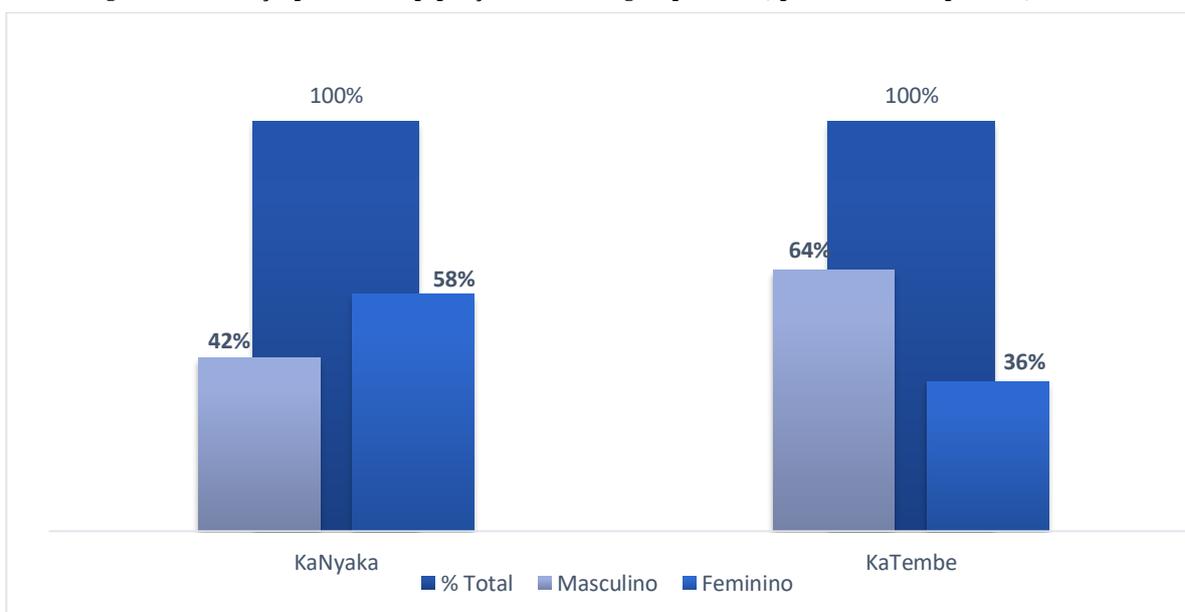
Figura 3.2: Comparação da população total dos DM de KaNyaka e KaTembe com a dos DM da parte continental da Cidade de Maputo.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do INE (2017, *op. cit.* e INE (2019, *op. cit.*).

Da população dos agregados familiares selecionados na amostra no Distrito Municipal de KaNyaka, cerca de 42% das pessoas são do sexo masculino e 58% do sexo feminino, enquanto no Distrito Municipal de KaTembe 64% de pessoas são do sexo masculino e 36% do sexo feminino, tal como está ilustrado na figura 3.3 que se segue.

Figura 3.3: Distribuição percentual da população dos AF abrangidos pelo estudo, por Distrito Municipal e sexo, 2017-2018

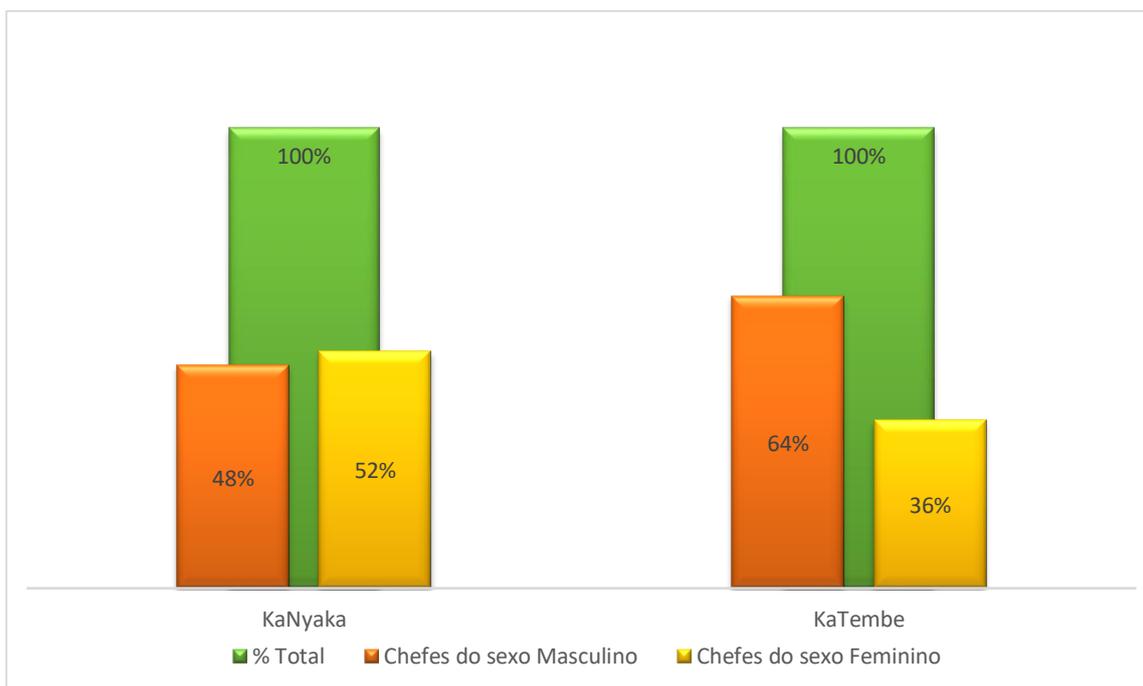


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados recolhidos nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

A Figura 3.4 que se segue mostra a estrutura da distribuição dos agregados familiares inquiridos nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Com efeito, é notório que a chefia dos agregados familiares está, em KaNyaka, distribuída de forma mais equilibrada (48% de chefes de AF são do sexo masculino e 52% de chefes de AF são do sexo feminino) enquanto no Distrito Municipal de KaTembe 64% de homens assumem a chefia dos agregados familiares, ou seja, o poder, está estruturalmente nas mãos dos homens o que, de certa forma, pode reflectir as relações de “poder masculino” nas famílias da zona sul de Moçambique. Como refere Agy (2018),

Nas abordagens sobre desigualdades sociais em Moçambique constata-se que a mulher constitui, frequentemente, o actor mais fraco, particularmente no que respeita ao acesso a recursos, como rendimento ou terra, ou ao nível da participação cívica e comunitária, (p. 369).

Figura 3.4: Distribuição percentual de chefes de agregados familiares abrangidos pelo estudo, por Distrito Municipal e Género, 2017-2018

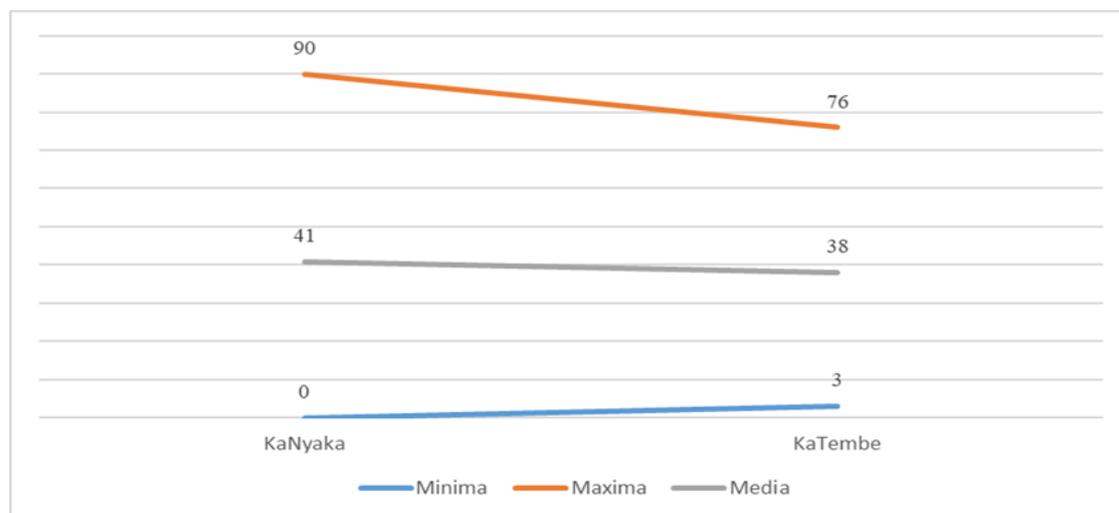


Fonte:Elaborada pelo autor com base nos dados recolhidos em KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

Por outro, é de destacar que a idade média dos membros dos agregados familiares abrangidos pelo estudo é de 41 anos e 38 anos, respectivamente para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Entretanto, os diferenciais entre as idades máxima e mínima dos dois DM é significativa, mostrando um relativo elevado grau de variação, ou seja, pouca homogeneidade dos dados desta variável, como é ilustrado pela Figura 3.5. Aliás e como assinala Vaus (2002, p. 219) esta variação, sobretudo para a variável “idade”, é comum e, em estudos

como estes, “não deve ser tomado para fazer generalizações”, sendo recomendável usar este tipo de resultado apenas “como estatísticas sumárias”.

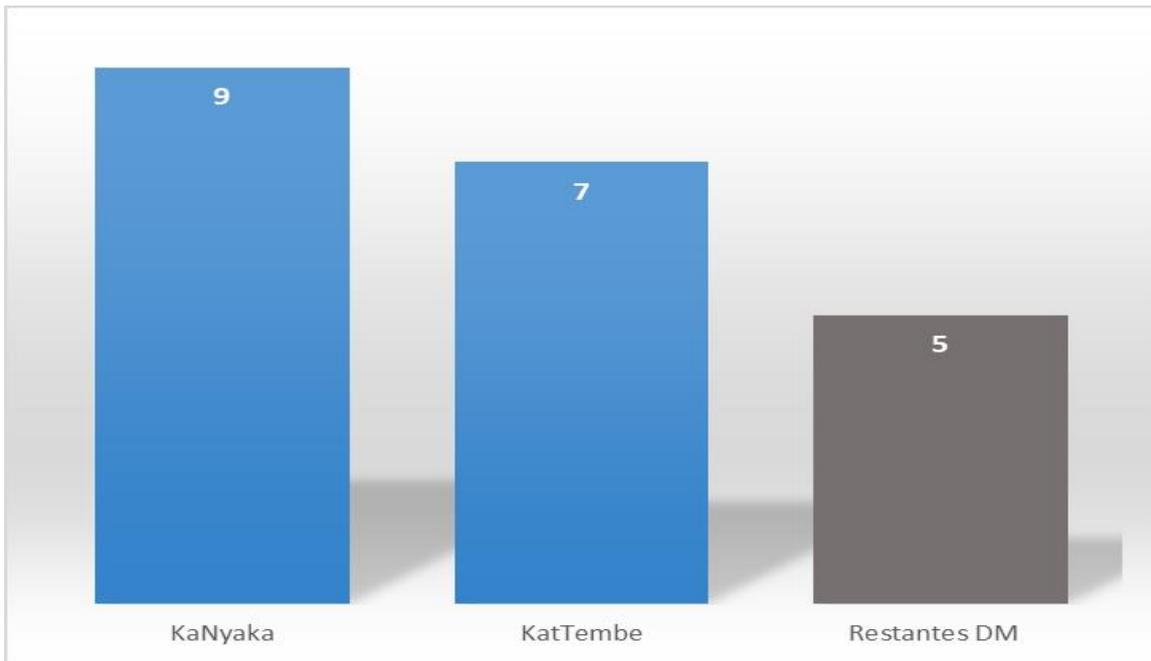
Figura 3.5: Idades Máxima, Mínima e Média da população dos DM de KaNyaka e KaTembe, dos membros de AF abrangidos pelo Inquérito, 2017-2018.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos resultados do Inquérito realizado no âmbito deste estudo, 2017-2018.

O tamanho médio dos agregados familiares inquiridos nos dois Distritos Municipais é diferenciado. Como pode observar-se na Figura 3.6, o Tamanho Médio dos Agregados Familiares (TMAF) de KaNyaka é nove, isto é, em cada agregado familiar deste distrito vivem, em média, nove pessoas, enquanto no DM de KaTembe vivem, sete pessoas. Esta diferença pode estar a reflectir o facto de KaTembe ser um Distrito Municipal cuja população, diga-se, está mais próxima do estilo de vida e “pressão” urbanas. Como refere (Give, 2016: iii) o distrito da KaTembe é uma área de transição entre o rural e urbano. Por outro lado, as pessoas têm uma percepção de existirem eventuais vantagens em ter um reduzido número de membros nos seus agregados familiares, ou seja, de viver, na mesma casa com um número reduzido de pessoas para, por conseguinte, ter poucas “bocas” para alimentar. É de notar, entretanto, que em cada AF dos restantes DM da zona continental da Cidade de Maputo vivem, em média cinco pessoas enquanto que nos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe (juntos) vivem, em média, aproximadamente oito pessoas.

Figura 3.6: Comparação dos Tamanhos Médios dos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe com os dos restantes DM da Cidade de Maputo, 2017-2018



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados do inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.

Por outro lado, a análise comparativa das idades médias dos membros dos agregados abrangidos *versus* níveis de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional, mostra, por exemplo, que (i) As pessoas abrangidas no Distrito Municipal de KaTembe são três anos mais velhas que os do DM de KaNyaka; (ii) Em termos de estrutura de SAN e InSAN e da relação entre esta e a variável idade, observa-se que no DM de KaNyaka, a idade média dos membros dos AF inquiridos e em situação de SAN é de 41anos, 45 anos em estado de InSAN Média e 41 anos em situação de InSA Moderada e Severa, respectivamente. Já em KaTembe os dados mostram algumas diferenças para menos. Com efeito, pessoas em estado de SAN têm, em média, 36 anos, os que se encontram em estado de InSA Média têm 42 nos, sendo 41 anos a idade dos que estão em situação de InSA Moderada e 37 anos dos que vivem em InSA Severa, respectivamente. Mais detalhes podem ser vistos nos Quadros 3.1 e 3.2.

Quadro 3.1: Estatísticas Descritivas e comparativa de Médias das variáveis Idade vs HFIAP (Níveis de InSA), KaNyaka

Idade vs	Segurança Alimentar	Mean	40.79	3.262			
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	34.04			
			Upper Bound	47.54			
		5% Trimmed Mean	39.94				
		Median	40.50				
		Variance	255.303				
		Std. Deviation	15.978				
		Minimum	18				
		Maximum	79				
		Range	61				
		Interquartile Range	13				
		Skewness	.808	.472			
		Kurtosis	1.261	.918			
		Insegurança Alimentar Média		Mean	45.05	2.978	
				95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	38.82	
					Upper Bound	51.28	
				5% Trimmed Mean	44.94		
				Median	40.00		
				Variance	177.313		
				Std. Deviation	13.316		
Minimum	28						
Maximum	64						
Range	36						
Interquartile Range	26						
Skewness	.410			.512			
Kurtosis	-1.408			.992			
Insegurança Alimentar Moderada				Mean	40.96	2.452	
				95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	36.03	
					Upper Bound	45.89	
				5% Trimmed Mean	40.44		
				Median	40.00		
				Variance	294.623		
				Std. Deviation	17.165		
		Minimum	18				
		Maximum	75				
		Range	57				
		Interquartile Range	30				
		Skewness	.362	.340			
		Kurtosis	-1.198	.668			
		Insegurança Alimentar Severa		Mean	40.35	1.274	
				95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	37.84	
					Upper Bound	42.86	
				5% Trimmed Mean	39.71		
				Median	36.00		
				Variance	318.065		
				Std. Deviation	17.834		
Minimum	0						
Maximum	90						
Range	90						
Interquartile Range	30						
Skewness	.561			.174			
Kurtosis	-.245			.346			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados recolhidos em KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

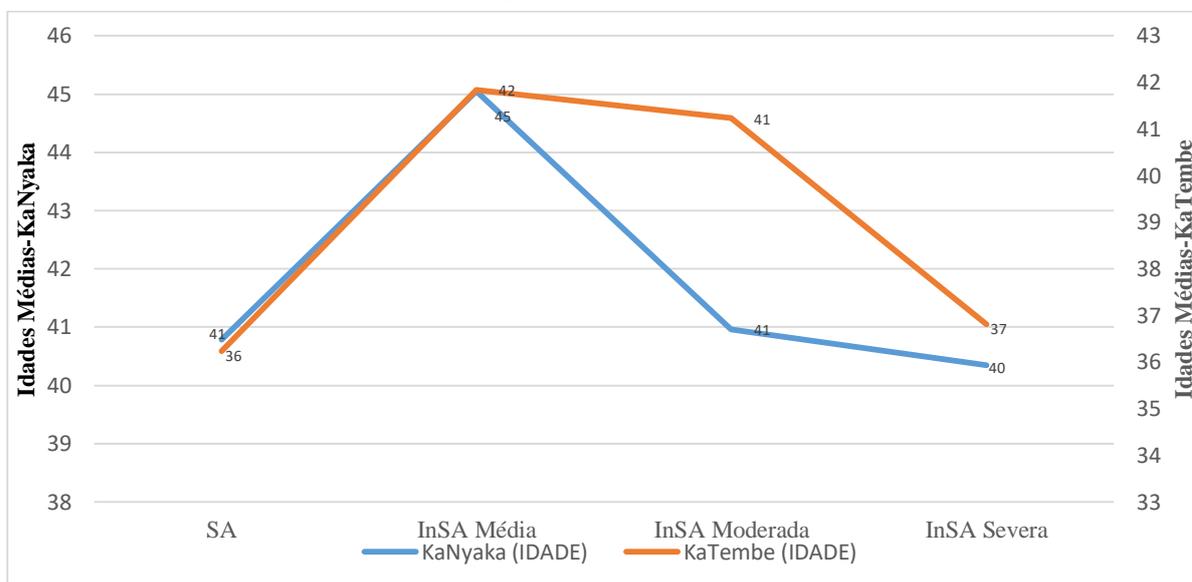
Quadro 3.2: Estatísticas Descritivas e comparativas de Médias das variáveis Idade vs HFIAP (Níveis de InSAN), KaTembe

Idade	vs	Segurança Alimentar	Mean		36.23	1.166
			95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	33.93	
				Upper Bound	38.53	
			5% Trimmed Mean		35.35	
			Median		35.00	
			Variance		267.721	
			Std. Deviation		16.362	
			Minimum		3	
			Maximum		76	
			Range		73	
		Interquartile Range		25		
		Skewness		.672	.173	
		Kurtosis		-.450	.345	
		Insegurança Alimentar Média	Mean		41.84	2.460
			95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	36.90	
				Upper Bound	46.78	
			5% Trimmed Mean		42.00	
			Median		40.50	
			Variance		302.586	
			Std. Deviation		17.395	
Minimum			3			
Maximum			75			
Range			72			
Interquartile Range		25				
Skewness		.004	.337			
Kurtosis		-.360	.662			
Insegurança Alimentar Moderada	Mean		41.23	1.982		
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	37.23			
		Upper Bound	45.23			
	5% Trimmed Mean		41.32			
	Median		43.00			
	Variance		168.945			
	Std. Deviation		12.998			
	Minimum		18			
	Maximum		63			
	Range		45			
Interquartile Range		25				
Skewness		-.028	.361			
Kurtosis		-1.046	.709			
Insegurança Alimentar Severa	Mean		36.81	2.469		
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	31.82			
		Upper Bound	41.80			
	5% Trimmed Mean		35.83			
	Median		34.00			
	Variance		255.963			
	Std. Deviation		15.999			
	Minimum		17			
	Maximum		75			
	Range		58			
Interquartile Range		26				
Skewness		.561	.365			
Kurtosis		-.451	.717			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados recolhidos em KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

Entretanto, a idade média de pessoas dos AF de KaNyaka em situação de InSA Severa é cerca de 41 anos enquanto em KaTembe é aproximadamente 37 anos, como se pode ler na Figura 3.7. Esta desigualdade (diferença), que não é estatisticamente significativa, se ajusta aos diferenciais dos níveis de exposição dos AF a situações de SA/InSA em ambos os DM. Estes valores foram estimados com um nível de confiança de 95%.

Figura 3.7: Comparação dos valores máximos e mínimos da variável idade, segundo níveis de SA e InSA nos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados recolhidos em KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

Ademais e como se pode observar no Quadro 3.3 os níveis de Insegurança Alimentar parecem estarem relacionados com o Tamanho Médio dos agregados familiares. Com efeito, AF onde vivem, em média mais pessoas têm maiores níveis de InSA. Por exemplo, no Distrito Municipal de KaNyaka em cujos agregados familiares vivem, em média, nove pessoas, cerca de 17% e 67,8% de AF vivem em estado InSA Moderada e InSA Severa, respectivamente.

Como foi mencionado acima, o tamanho médio dos AF de KaNyaka (9) é maior que o de KaTembe (7). Estes níveis (17% e 67,8%) de InSA nestes distritos, reflectem-se em termos de severidade da InSA. Com efeito, isto espelha que os AF de KaNyaka convivem, em maior profundidade, com a fome o que, provavelmente, pode significar viverem em situação de pobreza extrema. Por outro lado e de acordo com os resultados, do estudo, a idade média das pessoas dos AF de KaNyaka em situação de InSA severa é cerca de 41 anos enquanto em KaTembe é aproximadamente 37 anos. Mas, como foi igualmente mencionado acima, a tendência de variação é a mesma em ambos os distritos: a InSA varia com os valores máximos e mínimos das idades dos membros dos agregados familiares. Entretanto, já no DM de

KaTembe onde vivem, em média, sete pessoas, 13% e 12,7% de AF vive, respectivamente, em estado InSA Moderada e InSA Severa.

Estas desigualdades (diferenças nos níveis de InSA e na idade média), ajustam-se aos diferenciais dos níveis de exposição dos agregados familiares a situações de InSA em ambos os distritos. Os valores foram, como referido acima, estimados com um nível de confiança de cerca de 95%, tendo em conta o erro máximo (ou precisão) de 5%, como tal foi estimado no cálculo da amostra. Estes elementos permitem inferir que os níveis de InSA parecem estar associados ao o tamanho médio dos agregados familiares.

Quadro 3.3: TMAF vs nível de prevalência de Insegurança Alimentar dos AF, por Distrito Municipal, 2017 - 2018.

Distrito Municipal	TMAF	Nível de prevalência de Insegurança Alimentar		
		InSA Média (%)	InSA Moderada (%)	InSA Severa (%)
KaNyaka	9	6,9%	17,0%	67,8%
KaTembe	7	15,1%	13,0%	12,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados do inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.

Como foi referido em capítulos anteriores, a pesquisa sobre a problemática de Insegurança Alimentar urbana em Moçambique é um dos grandes desafios para os investigadores. Nas Universidades, esta temática parece, ainda, não estar a ser muito pesquisada em Moçambique, embora se trate de um assunto importante, sobretudo como contribuição para a produção de conhecimento e para o desenho de políticas e estratégias de desenvolvimento do país, no âmbito do combate à pobreza.

A localização geográfica dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, aliada às dificuldades de transporte de e para aqueles lugares, constitui uma limitante que não facilita o acesso e fluxo de iniciativas de desenvolvimento que possam influenciar positivamente na melhoria das condições de vida das pessoas daqueles locais. Até pouco antes do fim do ano de 2018, os dois Distritos Municipais tinham quase as mesmas limitações em termos de transporte da parte continental para aqueles locais. Só em 2018 é que KaTembe passou a ter uma Ponte que estabelece e facilita a ligação rápida e mais segura com a parte continental da Cidade de Maputo. Entretanto, KaNyaka ainda não tem uma via de acesso que permita chegar, facilmente, chegar àquela Ilha.

Em termos de actividades de investigação a Estação de Biologia Marinha da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) localizada na Ilha de KaNyaka é um Centro que atrai e facilita o trabalho de investigadores não só da UEM como de outras instituições e origens, embora, em geral, as temáticas das pesquisas realizadas não sejam, maioritária e directamente, sobre Insegurança Alimentar. De acordo com dados do estudo feito pela AMDC (2014: 5), “a produção própria de alimentos tem um papel preponderante no acesso a estes pelos agregados

familiares...”. Por outro lado, os resultados do mesmo estudo “mostram que a principal fonte de proteína na dieta alimentar em ambos distritos é o peixe fresco”, proveniente da pesca artesanal, consumido por cerca de 85% de agregados familiares. A AMDC (uma ONG) realizou, em 2014 um estudo sobre Insegurança Alimentar naqueles Distritos Municipais, cujos resultados foram, parcialmente, referidos no capítulo II desta Tese

A definição de Segurança Alimentar e Nutricional da Cimeira Mundial sobre Alimentação a qual foi adotada e amplamente difundida pela FAO, contém vários elementos ou dimensões-chave difíceis de, separadamente, medir a Insegurança Alimentar. Aliás, é muito difícil ou quase impossível de medir, na totalidade a InSAN, usando um único indicador, Coates (2007: p. 13-20)

Por outro lado, teve-se sempre em atenção ao longo das abordagens analíticas feitas nesta Tese, o facto de que, os indicadores escalares de medição da prevalência da Insegurança Alimentar são muito importantes e úteis para, como recomendam Coates (2007, op. cit.) e Bickel (2000), ajudar na abordagem da questão de Insegurança Alimentar do ponto de vista da sua dimensão e prevalência e, assim, permitir a disponibilização de elementos que possam apoiar o processo de tomada de decisões sobre a população em estudo. Anote-se, ademais, que a informação que se obtém, por exemplo, a partir do indicador escalar HFIAS pode ser usada a nível de indivíduos e/ou grupos populacionais seleccionados de acordo com as especificidades e objectivos de um estudo. Foi tendo em conta esta nota que foram produzidos e sistematizados no quadro 3.1 as respostas dos agregados familiares sobre o acesso a refeições, por conseguinte a alimentos, nas últimas quatro semanas.

De acordo, ainda, com a linha metodológica definida no capítulo II, a medição dos níveis de Insegurança Alimentar foi feita com recurso a indicadores escalares (HFIAS, HFIAP, HDDS e MAHFP), os quais foram operacionalizados, como está ilustrado na Figura 2.12, de modo a transformá-los em variáveis e, desse modo, torná-los mensuráveis e mais compreensíveis. Assim, foram utilizados os indicadores mencionados no capítulo II os quais foram tomados, operacionalmente, como variáveis analíticas que foram cruzadas e seus resultados correlacionados com as informações recolhidas através da Observação Participante e das respostas às perguntas PHFIAS₁ a PHFIAS₉ do questionário. As respostas foram correlacionadas, usando o modelo de Rasch que, como está referido no ponto 3.2 (veja-se Modelo de Rasch - “Item – Response – Theory”) deste capítulo, permite obter a estatística suficiente para aferir e estimar a gravidade ou severidade de Insegurança Alimentar de cada agregado familiar.

Os dados recolhidos permitiram calcular a pontuação (*score*) média para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que foi cerca de 25 para ambos os DM (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe). De acordo com os parâmetros referidos acima e na abordagem metodológica definida no capítulo II e em alinhamento com o modelo de Rash ilustrado na Figura 3.16, a pontuação média obtida para os dois DM considera-se alta. Aliás o *score* mínimo considerável é 0 (zero) e o máximo é 27 (vinte e sete).

Os resultados da pesquisa (veja-se Quadro 3.3) ilustram uma situação algo sombria da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Com efeito, os níveis de InSA são altos. Em KaNyaka, por exemplo, cerca de 67,8% dos agregados familiares vivem em situação de InSA Severa. Observando os resultados referidos acima e apoiando-nos na teoria de Amartya Sen (1981) sobre a questão de direitos e liberdades de escolha dos agregados familiares sobre o que comer bem como nas contribuições críticas de Chambers & Conway (1991) na sua “abordagem sobre de meios de subsistência” e de De Waal (1990) na sua abordagem sobre questão da “capacidade” de acesso e consumo de alimentos.

Além dos indicadores HFIAS, HDDS, MAHFP e HFIAP tomados como variáveis básicas (e tendo em conta que HFIAP é uma variável categórica resultante da transformação e atribuição das pontuações (*scores*) obtidos a partir das respostas às nove perguntas feitas sobre Insegurança Alimentar retrospectiva) definidas no capítulo II, a interpretação dos dados recolhidos no âmbito da preparação desta Tese baseou-se, também, na análise do comportamento de outras variáveis tomadas do questionário as quais permitiram compreender e captar, entre outros, informações sobre a composição, estrutura e receitas (expressas em salário) dos agregados familiares. Estamos a falar, por exemplo, do Género dos chefes de AF, Alimentos consumidos, Gastos em alimentação (em MT), Gastos em educação (em MT) e Gastos em Saúde (em MT). Tratou-se, de facto e socorrendo-nos em Coates, Swindale & Bilinsky (2007, op. cit.) e Bickel (2000, op. cit.) de uma forma indirecta de captar informação sobre Insegurança Alimentar dos agregados familiares.

O Quadro 3.4 abaixo, mostra algumas das variáveis exploradas na análise e interpretação dos dados.

Quadro 3.4: Algumas variáveis usadas na análise e interpretação dos dados recolhidos nos DM de KaNyaka e KaTembe, no âmbito do estudo, 2017-2018.

Nº de ordem	Variáveis
1	HFIAS
2	HDDS
3	Gastos em alimentação (em MT)
4	Gastos em educação (em MT)
5	Receita (expressa em salário medio)
6	Gastos em Saúde (em MT)
7	HFIAP
8	Alimento consumido pelo AF
9	Género
10	MAHFP

Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito no distrito municipal de KaNyaka, realizado no âmbito da preparação desta Tese, 2017-2018.

De acordo com dados do estudo feito pelo SETSAN em 2017, igualmente referidos no capítulo II desta Tese, o nível de Insegurança Alimentar média dos agregados familiares dos Distritos Municipais da parte continental da Cidade de Maputo era, naquele ano, cerca de 22%. De facto e em termos analíticos, a presente Tese incide na análise da Insegurança Alimentar urbana nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, na perspectiva do que Yeldah (2011: 20-25) designou como sendo “os três pilares da Insegurança Alimentar”, nomeadamente “Disponibilidade, Acesso e Utilização”, tal como é ilustrado na figura 1.2 do capítulo I.

Os resultados deste estudo mostram que, no Distrito Municipal de KaNyaka, cerca de 8% de agregados familiares estão em situação de Segurança Alimentar, 7% em Insegurança Alimentar média, 17% em InSA moderada, e 68% em estado de InSA severa. Entretanto, no Distrito Municipal de KaTembe, cerca de 59% de agregados familiares estão em situação de SA, 15% em InSA Média, 13% em estado de InSA Moderada e 13% situação de InSA Severa. O Quadro 3.5 que se segue apresenta os resultados obtidos sobre os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

As causas das situações que estes dados espelham, podem ser, entre outras, resultado de diversos fenómenos tais como a escassez de alimentos, problemas de disponibilidade (abastecimento), produção insuficiente de comida, perda de fontes de renda (por exemplo o desemprego), pobreza, preços elevados e, até, as mudanças climáticas que têm tido consequências dramáticas em todo o país, mormente as conhecidas “calamidades naturais”. Ademais e embora em níveis diferenciados, os agregados familiares de ambos os Distritos Municipais experimentam situações de InSA extrema o que configura convivência com a fome. Agregados familiares em condições de InSA severa encontram-se numa situação de

dificuldades graves a tal ponto que não conseguem ter refeições e, mesmo conseguindo, a quantidade de comida é pouca para o AF. Por outro lado, os dados mostram existirem AF que, não poucas vezes, vivenciaram situações em que se preocuparam em conseguir ter, com alguma regularidade, comida suficiente para consumir. É, também, por estas outras razões que um dos desafios do governo de Moçambique é incentivar e estimular a produção agrícola para assegurar a autossuficiência alimentar dos agregados familiares e, por conseguinte, o acesso a alimentos.

Quadro 3.5: Percentagem de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe categorizados por níveis de SA/InSA 2017-2018.

Categorias/Níveis de SA/InSA	KaNyaka		KaTembe	
	n	%	n	%
SA	24	8%	197	59%
InSA Média	20	7%	50	15%
InSA Moderada	49	17%	43	13%
InSA Severa	196	68%	42	13%
Total	289	100%	332	100%

Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do Inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018

3.2. As Vozes dos actores sociais sobre Segurança e Insegurança Alimentar

3.2.1. Uma nota ao debate sobre actores sociais: De Durkheim à Escola Francesa de Sociologia

A escola sociológica francesa é de reconhecida importância para o desenvolvimento da sociologia. Isto se deve, em larga medida e em primeiro lugar, às contribuições de Émile Durkheim¹¹ e Marcel Mauss mas também, a autores como C. Lévi-Strauss, G. Gurvitch, P. Bourdieu, A. Caillé entre outros. A sociologia francesa parte de outro paradigma: a lógica de Durkheim sobre diferenciação social que se desenvolve através da sistematização das noções de representação, simbolismo e totalidade social, (Martins & Guerra, 2013: 186-187) e Bourdieu (1979), apud Elaine Power (1999). O século XIX consagra a ideia de um projecto de Sociologia como uma ciência empírica, (idem Martins e Guerra, 2013) e Bourdieu (1979), apud Elaine Power (1999). Entretanto, para Durkheim, (1995) a ciência se constrói com factos. A este respeito, assevera que

(...). Os fenómenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas.

(...). Os fenómenos sociais apresentam incontestavelmente tal carácter. Não nos é dada a ideia que os homens formulam a respeito do valor; esta é

¹¹ Émile Durkheim (1858-1917); Marcel Mauss (1872 - 1950)

inacessível, e o que nos é dado são os próprios valores que se trocam realmente no decorrer das relações económicas. Não é esta ou aquela concepção do ideal moral; é o conjunto de regras que determinam efectivamente a conduta, (p. 24).

Nos finais do século XIX, altura em que a Sociologia iniciou a sua afirmação como ciência, Émile Durkheim preocupava-se em criar regras para o método sociológico. Contudo e na sua perspectiva, o mais importante não era apenas definir o método, mas também, definir o objecto de estudo da Sociologia, (Victor et al, 2018: 56-57). Para Durkheim, à sociologia caberia estudar somente os “factos sociais”, e estes consistiriam em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção sobre este mesmo indivíduo, (Durkheim, 2007: 1-15). Para este autor,

o facto social é distante do investigador. O Social não é o somatório de vários actores. O social sempre existiu, independentemente do indivíduo. Os factos sociais são produtos da vida em sociedade, e sua manifestação é o que interessa a Sociologia. Os factos sociais têm três características: são exteriores, coercivos e gerais. A família é um facto social.

De facto, o debate sobre “actores sociais” é uma discussão iniciada com Durkheim e Marx e mais recentemente, nos anos 80 em França, continuada com abordagens sobre ideologias políticas e nacionais baseadas na ideia do progresso e modernização, (Touraine et al, 1984, p.9). Entretanto mais tarde e alargando esta perspectiva, Touraine (1998:37) define o actor social como sendo “um cidadão ou alguém que, engajado em relações concretas, profissionais, económicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou género, procura aumentar a sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência”, ou seja, como refere Souza (1991),

o actor social representa e encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um actor social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser actores sociais. Mas a ideia de “actor” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais; instituições também podem ser actores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc. (pp. 53-54).

Por outro lado, Giddens (2005:33) recorda, entretanto, que Weber questionou a concepção materialista da história e defendeu que “as ideias e os valores são tão importantes quanto os factores de ordem económica”, diferentemente de Durkheim e Marx, que consideravam as

estruturas sociais como sendo exteriores e independentes dos indivíduos. Weber defendeu, ainda, que ao contrário, “as estruturas na sociedade eram formadas por uma complexa interação de acções movidas por indivíduos ou grupos, ou seja, por actores sociais”. No mesmo alinhamento, Touraine (1980) refere que,

As culturas ou civilizações, por serem sistemas de reprodução social, não fazem distinção entre o actor e o sistema social. Não se pode compreender o actor estudando a sociedade a que ele pertence. Para entender como as categorias de comportamento social são construídas, deve-se começar por compreender os actores e os conflitos que os opõem e por meio dos quais a sociedade se produz, (pp. 3-7).

Embora não se pretenda, neste subcapítulo, aprofundar o debate e discussão sobre a noção e o conceito de actor social mas, tão somente, destacar o facto de que, neste estudo e durante o processo de recolha de dados e informações (quer através do método quantitativo com recurso a um questionário para a recolha de dados quantitativos quanto do método qualitativo com uso de um guião para o registo dos fenómenos observados no processo de preparação e confecção de alimentos) os agregados familiares foram, quanto a nós e em alinhamento com Hannigan (1985, pp. 439 - 440), os “actores e intervenientes na produção dos ingredientes para o conhecimento” sobre Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. De forma indirecta, eles agiram, ao mesmo tempo, como grupos impelindo movimentos sociais para a transformação das suas comunidades e como sujeitos activos para tomada de decisões sobre a sua própria Segurança Alimentar (idem Scanlan (2003, *op. cit.*). De facto, os agregados familiares tomados aqui como estruturas nucleares das famílias, eles constituem-se em actores sociais agindo para a melhoria das suas condições de vida, neste caso para de melhoria de acesso e utilização/consumo de alimentos ricos em nutrientes, para a melhoria do seu estado de Segurança Alimentar.

3.2.2. Os Nossos Actores Sociais nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe: o Palco da Pesquisa

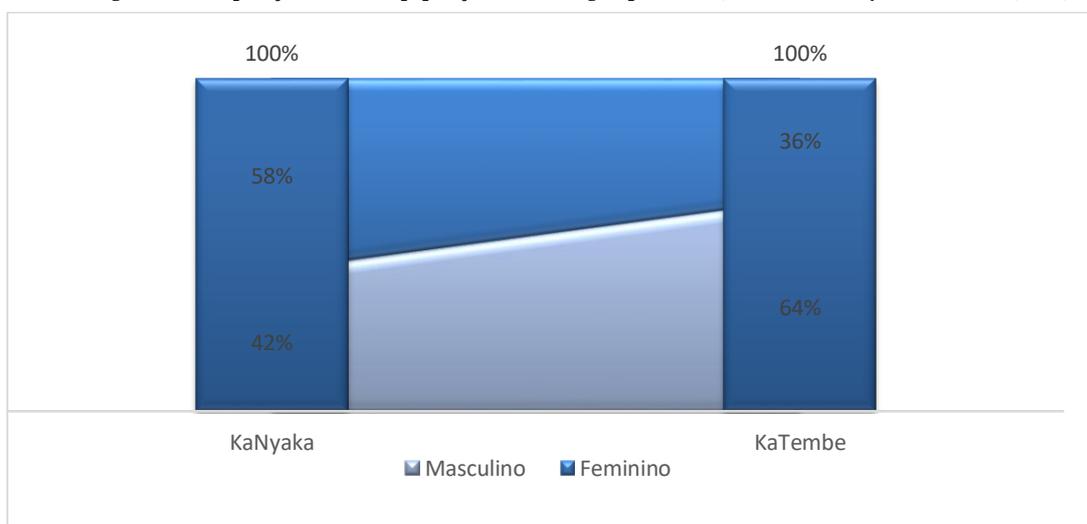
O agregado familiar enquanto estrutura da família, isto é, de organização de pessoas com certos laços (de parentesco ou não) que as ligam, foi tomado como unidade de análise para explorar e compreender as interrelações entre os seus membros enquanto actores sociais que, como assinalava Marx (1884: 63) cuja ideia é corroborada por Mendes, (2010:pp. 447-465), reivindicam e comungam a procura e busca de satisfação das mesmas necessidades alimentares pois, e de acordo ainda com Marx acima referenciado,

a produção das famílias é essencialmente colectiva e o consumo se realiza, também, sob um regime de distribuição directa dos produtos, no seio de pequenas ou grandes colectividades, isto é, das famílias entendidas como agregados familiares.

Como refere Scarbrough (2013), a forma como uma sociedade e seus integrantes ganha a vida tem muita influência nas interações que se geram no dia a dia dessa sociedade. Os agregados familiares, nossos actores sociais, constituíram como foi referido acima, a unidade de análise a partir da qual foi possível estudar os níveis de Insegurança Alimentar, de acesso e consumo de alimentos por estes e, por conseguinte, pelas pessoas que os integram. Coates, Swindale e Bilinsky, (2007, op. cit.) aconselham o uso do agregado familiar como unidade de análise pois através dele é possível inferir sobre o fenómeno de Insegurança Alimentar dos seus membros. O recurso a indicadores escalares ajuda a captar informação sobre as dimensões da InSAN.

Como foi referido acima, a temática da Segurança Alimentar e Nutricional dos agregados familiares tem merecido, do governo de Moçambique, nos últimos anos, especial atenção. O estudo de base de Segurança Alimentar e Nutricional feito pelo SETSAN em 2013 indica que na Cidade de Maputo a prevalência da desnutrição crónica em crianças dos 0-5 anos é de 31% considerada alta pela OMS. Cerca de 42% da população abrangida no Distrito Municipal de KaNyaka é do sexo masculino e 58% do sexo feminino, enquanto no DM de KaTembe, 64% da população são do sexo masculino e 36% do sexo feminino, tal como se pode depreender da Figura 3.9.

Figura 3.9: Comparação (em %) da população total abrangida pelo estudo, nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017, 2018.

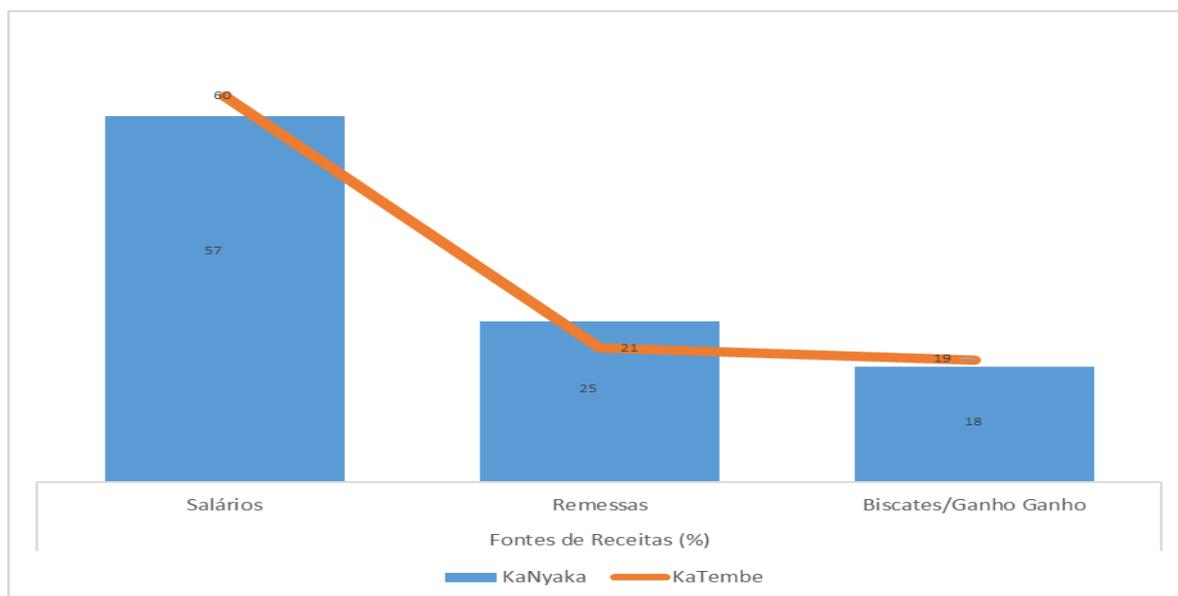


Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados recolhidos nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

Por outro lado, o tamanho médio dos agregados familiares (TMAF) do Distrito Municipal de KaNyak é nove, o que significa, como foi referido acima, que em cada agregado familiar deste distrito vivem, em média, nove pessoas, enquanto no DM de KaTembe vivem sete pessoas (menos duas pessoas que em KaNyaka). Esta diferença pode estar a reflectir o facto de KaTembe ser um DM cuja população, diga-se, está mais próxima do estilo de vida e “pressão” urbanas em que as pessoas têm uma percepção de eventuais vantagens em ter um reduzido número de membros nos seus agregados familiares, ou seja, de viver, na mesma casa com um número reduzido de pessoas o que, por conseguinte, tem a vantagem de haver, no AF, poucas “bocas” para alimentar. Os salários e remessas resultantes da renda de produtos da machamba, bens/comida provenientes de doações, são as principais fontes de receitas. Os chamados “biscates” ou “ganho-ganho”, embora sejam fontes, diga-se, inseguras, dão uma significativa contribuição nos rendimentos dos agregados familiares.

O nível de receitas dos agregados familiares pode ser tomado como indicador do nível de vida dos agregados familiares e, também, do estado de Segurança ou Insegurança Alimentar destes pois influencia, grandemente, o nível de acesso a alimentos pelos AF. A Figura 3.10 ilustra a estimativa da distribuição das principais fontes de Receitas dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 - 2018.

Figura 3.10: Principais fontes de Receitas (em %), dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 - 2018.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados recolhidos nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 e 2018.

Dos resultados da pesquisa pode-se, ainda, depreender que o poder de compra dos AF de KaTembe é, comparativamente, maior que o dos AF de KaNyaka o que se reflecte, também, no seu *status* de SAN/InSAN. Os dados revelam, ainda, que o nível de receitas dos agregados

familiares pode constituir um factor limitante da sua capacidade de acesso a alimentos o que, por sua vez, pode influenciar os níveis de Segurança/Insegurança Alimentar.

3.2.3. A Insegurança Alimentar na perspetiva dos residentes dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe

Para explorar, analisar e compreender a problemática da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe na perspectiva dos residentes destes distritos, olhamos, principalmente, a dimensão “disponibilidade”, considerando esta, como refere Sen (1981, *op. cit.*), a condição necessária da Segurança Alimentar. Adicionalmente, tivemos em consideração que a diversificação de fontes de renda é uma das estratégias que pode ajudar a minimizar as variações ou oscilações da renda dos agregados familiares e, assim, influenciar positivamente na redução da Insegurança Alimentar e os riscos e ela associados, Barrett et al (2001) & Jayne, et al (2003: 271-275). As principais variáveis explicativas (as variáveis independentes) foram seleccionadas olhando os procedimentos seguidos em estudos anteriores similares que examinaram a Segurança Alimentar, tendo em conta, também, os factores que a influenciam, tal como aconselham Kassie M., et al (2014), Maxwell & Smith (1992), Bashir MK. & Schilizzi, (2013). Essas variáveis incluíam: renda, ativos, trabalho, diversificação de safras e actividades, rendimentos agrícolas e orientação para o mercado. Por outro lado, deu-se atenção ao tamanho médio dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que é diferenciado e maior que a média nacional da área urbana e dos restantes DM da Cidade de Maputo, de que (KaNyaka e KaTembe) fazem parte. Com efeito, em cada agregado familiar de KaNyaka vivem, em média, nove pessoas, enquanto em KaTembe vivem, em média, sete pessoas. Entretanto, a nível nacional (na área urbana), o TMAF é cinco. Já em termos de estrutura por sexo da chefia dos AF, 48% de chefes de AF de KaNyaksa são do sexo masculino e 52% de chefes de AF são do sexo feminino enquanto no Distrito Municipal de KaTembe 64% de homens assumem a chefia dos agregados familiares e 36% de AF são chefiados por mulheres.

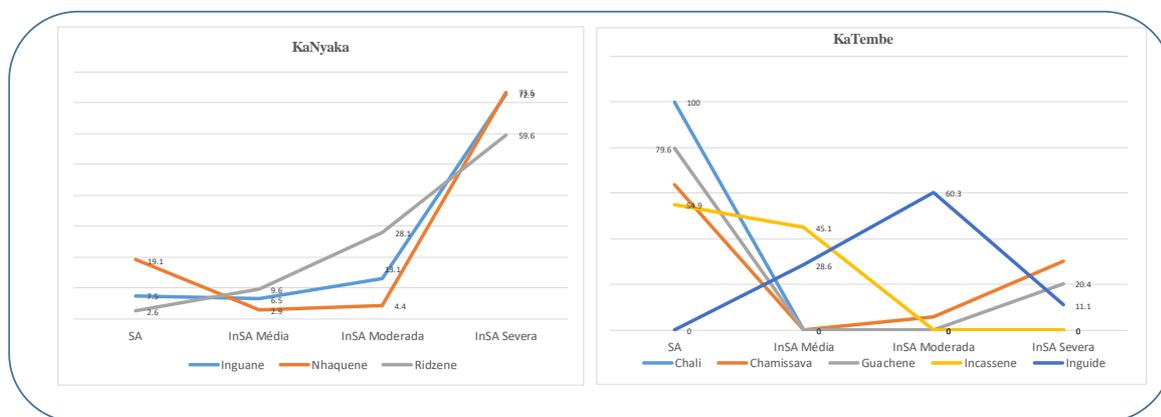
A informação obtida a partir do indicador HFIAS embora possa ser usada a nível de indivíduos e/ou grupos populacionais seleccionados de acordo com as especificidades e objectivos de um dado estudo, é importante ter-se sempre cuidado na sua utilização pois as respostas dadas pelos agregados familiares às perguntas sobre Insegurança Alimentar têm, diga-se, um certo grau de subjectividade. É necessário, por isso, ter-se sempre presente um certo sentido de diferenciação entre os AF. Tal como se pode ler da Figura 3.11 os agregados familiares do Distrito Municipal de KaTembe estão, relativamente, numa situação de menos

Insegurança Alimentar, comparativamente aos do DM de KaNyaka, ou seja, os AF de KaTembe têm, um melhor *status* de Segurança Alimentar. Quando isto ocorre, Bickel et al (2000:33) fala de melhoria do *status* de Segurança Alimentar e esclarece que a medição do nível do *status de* Segurança Alimentar é, como afirma,

um exercício no qual são (ou podem ser) identificados intervalos/escalas significativos do grau de gravidade de Segurança ou Insegurança Alimentar. A medição através da criação ou formação de categorias analíticas é uma forma adequada para se poder comparar os níveis de prevalência de Insegurança Alimentar em subpopulações ou grupos específicos.

Neste estudo, a análise da InSA de cada agregado familiar dos dois DM, permitiu-nos, por assim dizer, observar uma espécie de “histórico” dos níveis de SA e InSA dos AF dos distritos estudados, no momento da colecta dos dados. Em termos proporcionais, o “histórico” dos dois distritos exprime, quanto a nós, o mesmo comportamento, considerando e tendo em conta os valores das proporções amostrais. Por exemplo, em KaNyaka foram observados 28 AF num total de 289 AF Inquiridos. A proporção é de aproximadamente 0,097; em KaTembe foram observados 30 AF num total de 328 AF Inquiridos. A proporção é de aproximadamente 0,091. A diferença entre as proporções amostrais dos dois distritos ainda está dentro da margem de erro amostral admissível, neste estudo. A “tendência” é, neste caso, o comportamento da linha/curva entre os momentos vistos de forma dinâmica.

Figura 3.11: Comportamento tendencial da SA/InSA dos AF dos Bairros dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados do Inquerito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018.

De facto, as linhas ilustrativas dos níveis de Segurança ou Insegurança Alimentar dos AF de KaNyaka, têm, embora com “velocidades diferenciadas, a mesma tendência que as de

KaTembe. Neste estudo, os agregados familiares – unidades de análise – foram também tomadas como subpopulações.

Como já foi referido, para uma melhor compreensão dos aspectos de Insegurança Alimentar que mais afectaram os agregados familiares abrangidos na pesquisa, as respostas, estes foram tomados de forma individualizada, as respostas dadas sobre a situação de Insegurança Alimentar nos quatro meses anteriores ao inquérito (P18aHFIAS a P18jHFIAS do questionário). Essa informação resultou das respostas dadas às perguntas referentes à escala *HFIAS* (Escala de Acesso à Insegurança Alimentar do Agregado Familiar), as quais foram sumarizadas e comparadas. A recolha de dados e informações foi feita usando dois instrumentos, designadamente o questionário (vide anexo 1) e o Guião de Observação Participante (vide anexo 2). Estes instrumentos incluíram, respectivamente, perguntas para captar informações ou dados sobre a composição e estrutura dos agregados familiares, as suas receitas e despesas, sobretudo as relacionadas com a aquisição de alimentos, o tipo de habitação e condições de vida bem como campos onde foram registadas (no Guião) informações sobre o processo de preparação e confecção de alimentos para o consumo dos agregados familiares. Tais informações serviram, parafraseando Derrickson (2000, *op. cit.*), “como indicadores de aferição dos níveis de (In)Segurança Alimentar do(s) Agregados Familiares”. Na perspectiva dos agregados familiares inquiridos ou observados, Segurança Alimentar é apenas a questão de acesso e consumo de alimentos, independentemente, por vezes, do tipo ou qualidade destes. O consumo dos chamados “alimentos seguros” nem sempre é colocado em questão não sendo, por vezes, entendido pelos agregados familiares, como o consumo de produtos ricos em nutrientes. Alimentos seguros são, para os AF, geralmente, o que chamam “comida saborosa” ou os que fazem parte do seu *menú* habitual. Esta percepção dos AF está associada ao que Poulain & Proença (2003, *op. cit.*) referem como sendo “hábitos culturais alimentares das pessoas”. Entretanto, na perspectiva de Gustafson et al (2016: 8), sabor (gosto), custo (preço) e normas culturais são os principais factores que influenciam as escolhas ou opções de alimentos pelo consumidor. Esta ideia, com a qual alinhamos, está sumarizada na Figura 3.12 na qual os autores mostram que a satisfação das vontades/desejos das pessoas, inseridas nos seus agregados familiares, de consumir determinados tipos de alimentos faz parte do exercício de ocupação do seu “espaço de liberdade” o que, por outras palavras, Sen (1981, *op. cit.*), na sua teoria conhecida como “Entitlement approach” e que suportou teoricamente este estudo, chamou de liberdade do exercício do “direito à alimentação”. Esses direitos e liberdades são, em KaNyaka e KaTembe, limitados pela fraca capacidade financeira dos agregados familiares para comprar os alimentos. Com efeito, em

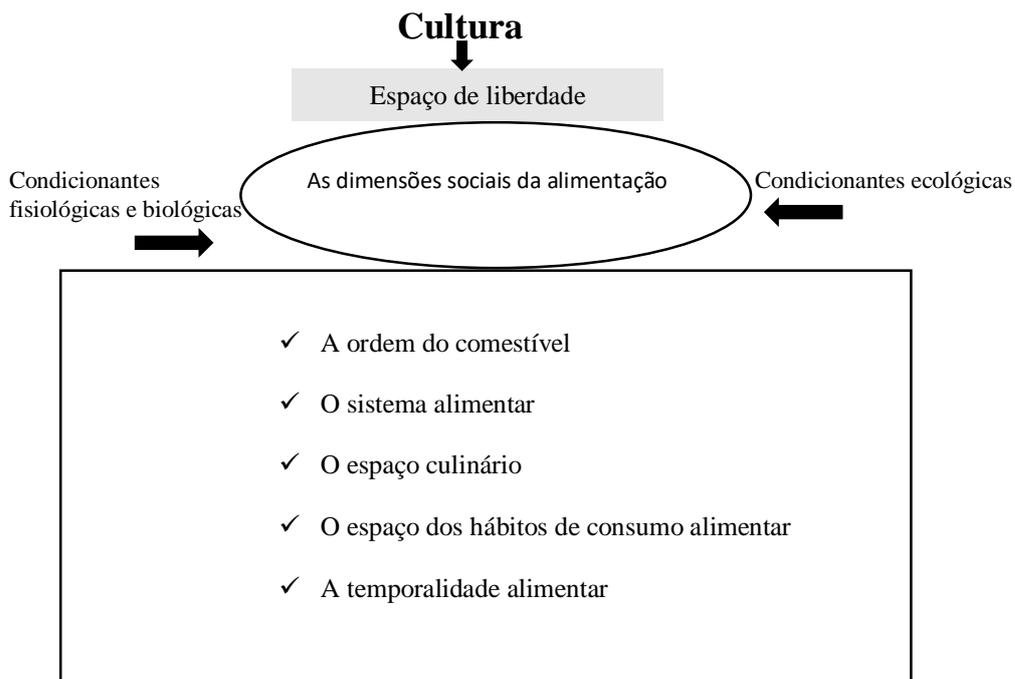
KaNyaka, cerca de 17% de agregados familiares com salários entre 4.258 e 5.258 Meticais estão em situação de Insegurança Alimentar severa enquanto em KaTembe cerca de 14% de AF do mesmo intervalo salarial estão, igualmente, em estado de InSA severa. As diferenças, pouco significativas, entre KaNyaka e KaTembe mostram que, de facto, em ambos locais os agregados familiares convivem com a fome ou se seja experimentam dificuldades financeiras que limitam seus direitos e suas liberdades no acesso a alimentos. Os dados ilustrados no Quadro 3.9 espelham uma situação que os permite dizer que o poder aquisitivo do salário mínimo ano em que este estudo foi realizado e, provavelmente, é baixo, em comparação ao valor monetário necessário para aquisição dos alimentos previstos na cesta básica (cabaz de alimentos). Com base em evidências analisadas neste estudo, é possível concluir ser necessária introdução de políticas de reajuste do salário mínimo e de distribuição de renda pois as actuais mostram-se pouco efectivas e não contribuem para a promoção de um melhor padrão alimentar da população que se reflecta na melhoria da sua Segurança Alimentar e Nutricional.

Por outro lado, perspectiva, a (FAO, 1999) assinala que o alimento, como direito humano, deve estar disponível não só para as pessoas presentes, mas também para as futuras gerações. O direito à alimentação adequada é realizado “quando cada homem, cada mulher e cada criança, vivendo sozinhos ou em comunidade, tiver acesso físico e económico sempre que necessário aos alimentos adequados”. Entretanto,

para se aproximar o máximo possível da epistemologia do termo *adequada*¹², quando se analisa o direito à alimentação, diversas outras questões têm que ser levadas em consideração como as condições sociais, económicas, culturais e climáticas de uma determinada população (idem FAO, 1999).

¹² O itálico é do autor desta tese.

Figura 3.12: O espaço social alimentar



Fonte: Tomado de Poulain, Jean-Pierre & Proença, (2003, p. 256).

Como destacam Canesqui e Garcia (2005), comemos conforme o meio e a sociedade em que vivemos e acrescentam que

o facto da comida e o acto de comer serem prenes de significados não nos pode fazer esquecer que também comemos por necessidade vital e conforme o meio e a sociedade em que vivemos, a forma como ela se organiza e se estrutura, produz e distribui os alimentos. Comemos também de acordo com a distribuição da riqueza na sociedade, os grupos e classes a que cada um pertence, marcados, também, por diferenças, hierarquias, estilos e modos de comer, atravessados por representações colectivas, imaginários e crenças, (p.11).

Por outro lado, os resultados da pesquisa mostraram o peso e impacto de algumas variáveis para compreender certos elementos de diferenciação dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar. Trata-se, exemplificadamente, das variáveis tamanho médio do agregado familiar, sexo e idade. Com efeito e como aponta Paddy (2003), (i) quanto maior for o tamanho do agregado familiar, isto é, o número de pessoas que vivem no AF maior será a pressão sobre o consumo; (ii) O agregado familiar torna-se mais vulnerável à Insegurança Alimentar à medida que aumenta o tamanho do seu AF, o rácio de dependência, a idade do chefe do agregado familiar e a distância do local de residência ao mercado mais próximo.

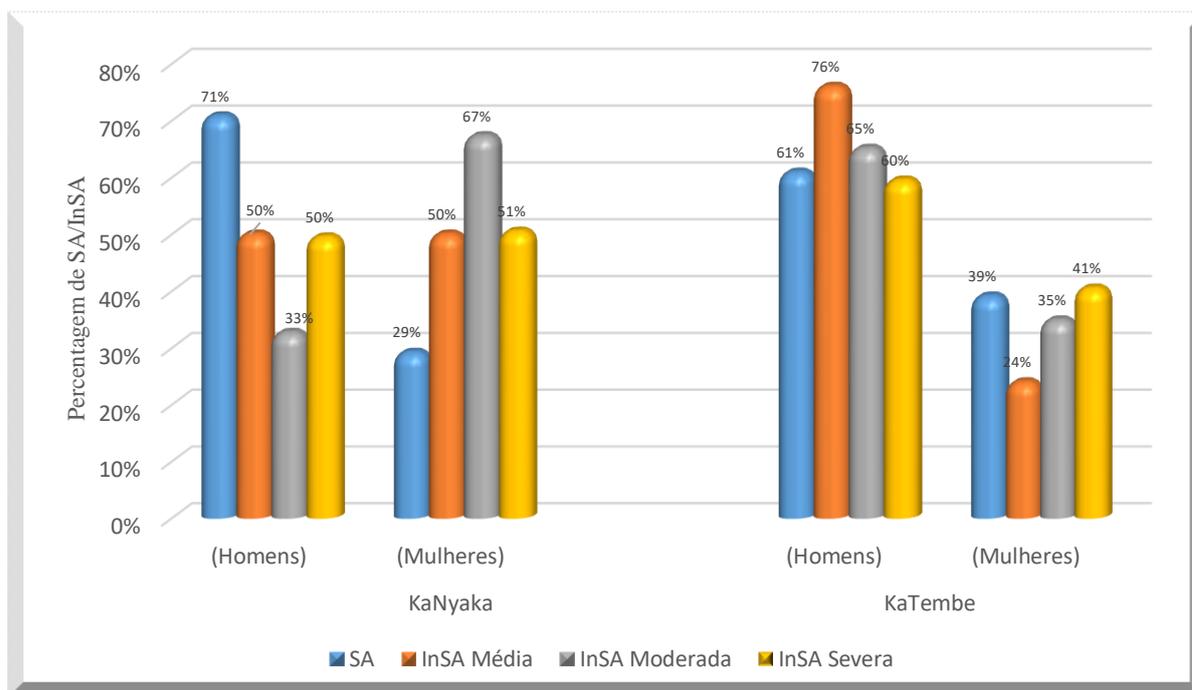
Assim, acrescenta o autor, é de esperar que haja uma correlação negativa entre o tamanho do agregado familiar e a Segurança Alimentar à medida que as necessidades alimentares aumentam em relação ao número de pessoas no agregado.

A variável sexo (sexo do chefe do agregado familiar) tem um papel importante na variação dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar. Por exemplo, nas áreas rurais, e nas que, como KaNyaka e KaTembe com um grau de urbanização relativamente pequeno e uma população ainda “ruralizada“, como caracteriza Araújo, (1999a, op. cit.), as mulheres desempenham um papel importante na garantia da Segurança Alimentar ao nível do agregado familiar. Elas são responsáveis por fornecer alimentos por meio da produção agrícola actividade de negócios donde obtêm renda; elas garantem, também, o processamento e preparação de alimentos para alimentar os membros dos seus agregados familiares. Apesar desses papéis, as mulheres têm pouco acesso a recursos e poder na tomada de decisões sobre a segurança alimentar da família em comparação com os homens (Mbukwa, 2013: 546).

Numa perspectiva de análise diferencial dos níveis médios de Segurança e Insegurança Alimentar por género dos chefes dos agregados familiares e fazendo a comparação dos valores médios por distrito municipal, observou que em ambos DM os níveis de SA dos AF chefiados por homens são, em média, mais altos que os dos AF chefiados por Mulheres, sendo mais altos em KaTembe que em KaNyaka onde cerca de 51% dos AF chefiados por Mulheres estão em situação de Insegurança Alimentar Severa enquanto em KaTembe 41% vivem, igualmente, em estado de InSA Severa. Esta constatação corrobora com a análise de Riley e Caesar (2018) no seu estudo intitulado *Urban Household Food Security in China and Mozambique: A Gender-Based Comparative Approach* (Segurança Alimentar urbana na China e Moçambique: Uma abordagem comparativa) cujos resultados mostram que os agregados familiares chefiados por mulheres estão mais propensos a Insegurança Alimentar do que os chefiados por homens. Resultados semelhantes foram encontrados, também, por Felker-Kantor e Wood (2021:604-617), no seu estudo intitulado *Female-headed households and food insecurity in Brazil* (Agregados Familiares chefiados por mulheres e Insegurança Alimentar). Ademais, Tarasuk (1999: 2675) destaca que as mulheres nos AF em situações de Insegurança Alimentar e que passam fome (severa ou moderada) reportam casos de ingestão limitada de alimentos do que os AF que não relataram estes problemas. Por outro lado, refere ainda o autor em referência, nos agregados familiares, embora o padrão de consumo de cada um deles, seja o mesmo, na hora de comer o espírito maternal das Mulheres que são chefes de AF faz com que, elas se coloquem em último lugar no consumo de alimentos, em benefício dos restantes membros do AF. A Figura 3.13 ilustra a diferenciação dos níveis de SAN e InSAN

conforme o género do Chefe do AF. Anote-se, ainda, que o acesso e consumo diferenciado e limitado de alimentos menos ricos em proteínas pode estar, também, associado aos níveis altos de InSAN observados nos AF enquanto, contrariamente, a ingestão regular de vegetais, carnes e frutas ajuda a melhorar a SAN. A observação das diferenças no consumo médio destes alimentos mostrou que estes contribuem, a um nível de significância estatística de p menor que 0,05, para a redução da força de uma possível associação directa entre o consumo daqueles alimentos e os níveis de SAN ou InSAN segundo o género do chefe do agregado familiar. O nível de significância estatística é o grau de “risco” de inexistência de relação entre duas variáveis da nossa população em estudo (os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe) que assumimos poder aceitar, da qual foi extraída a amostra para o estudo, (Bryman op. cit., 2016:347). O maior valor usado, sobretudo em investigações sociais, indica até 5 chances em 100, (idem Bryman, 2016).

Figura 3.13: Níveis de Segurança e Insegurança Alimentar conforme o género do Chefe do agregado familiar, dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em 2017-2018.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos resultados do Inquerito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018.

A alimentação tornou-se, por isso, objecto de estudo de diversas disciplinas. Para as ciências sociais trata-se de um fenómeno sociocultural com diversas dimensões subjectivas e simbólicas, as quais mobilizam o conjunto das instituições sociais (idem Poulain & Proença, op. cit.). Ademais, e como referem Guerra & Cardoso (2017: 4) o acto de consumir é indissociável da condição humana, sendo a alimentação considerada uma espécie de consumo que, dada à necessidade de subsistência, revela-se essencial. Consumir

é, reforçam ainda os autores, um hábito que acompanha as pessoas, desde os primórdios da humanidade, estando associado à sua personalidade individual ou social. E este entendimento, foi perceptível nos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que, para eles, alimentar-se é comer o que gostam, atitude que, acto contínuo, corrobora com asserção de Scautolino et al (2016: 4) para quem

(...) o consumo é, na verdade, um instrumento para a representação e para a reprodução de culturas, por parte dos indivíduos: uma espécie de compartilhamento cultural, utilizado principalmente para estimular hábitos de compra a influenciar comportamentos de outros consumidores.

Aliás, a maneira como as pessoas, nos seus agregados familiares, confeccionam (e preparam) os alimentos para consumir reflecte os seus hábitos alimentares que, de facto e rebuscando ainda acima referidos, são instrumentos para a representação e para a reprodução de culturas. A contribuição da produção própria na disponibilidade e no acesso a alimentos depende, tanto em KaNyaka como na KaTembe, do potencial agrogeológico naqueles distritos municipais. Aliás a produção agrícola familiar é, como já referimos, a base que assegura a disponibilidade vs acesso aos alimentos O cultivo da batata-doce, mandioca e de hortícolas tem mais expressão em KaNyaka do que na KaTembe. Nos dois DM há, também, produção pecuária com destaque para criação de aves, caprinos e suínos. KaNyaka apresenta maior proporção de agregados familiares que criam animais. Por outro lado, o sector informal tem, também, um importante papel na disponibilização e, até, na facilitação do acesso a alimentos pelos agregados familiares. Em geral, os preços praticados pelos vendedores informais são mais suportáveis e acessíveis em relação aos do mercado formal. Como refere Raimundo et al (2020, p. 1), um elemento importante da informalidade urbana é o que diz respeito à distribuição e preparação/confecção de alimentos referindo, ainda, que

na maioria das cidades, incluindo Maputo, a economia alimentar informal compreende uma rede densa e diversa de mercados informais, fornecedores, transportadores, vendedores ambulantes, vendedores ambulantes retalhistas e vendedores ambulantes de comida, tornando os alimentos mais acessíveis e baratos em áreas de baixo rendimento. O sector informal de alimentos é, portanto, crítico para a Segurança Alimentar de famílias urbanas pobres em vilas e cidades em rápido crescimento no Sul Global.

Na literatura, a abordagem sobre o sector informal tem, geralmente, assumido duas posições. A primeira é uma posição com uma perspectiva de sobrevivência, isto é, considera que as pessoas desempregadas são “captados” pelo sector informal porque, na sua situação de

desempregados, são vulneráveis não tendo, por isso, capacidade para sustentar a si mesmos e seus dependentes (Berner et al, 2012: 5-6). Entretanto, eles não se assumem como eternos trabalhadores do sector informal, podendo deixar o sector informal assim que houver oportunidades de emprego formal. A segunda posição, a que o autor chama de “oportunista”, é aquela em que os fornecedores do sector informal são motivados mais pela escolha do que pela necessidade, (idem Berner et al, 2012).

Os resultados das observações feitas nos agregados familiares dos distritos abrangidos pela pesquisa (KaNyaka e KaTembe) mostraram que a maior parte dos AF, de ambos os distritos, consome, nas suas refeições, arroz ou *xima* acompanhado de verduras, carne ou peixe confecionados de acordo com os hábitos alimentares locais, como mostram os exemplos ilustrados no Quadro 3.6.

Quadro 3.6: Exemplos observados de formas de confeccionamento de alimentos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 - 2018.

EXEMPLO	FORMA DE CONFECCIONAMENTO DA COMIDA
Exemplo 1	Arroz com caril de peixe com amendoim Produtos usados: Amendoim, peixe frito, coco, cebola, alho, caldo, folhas de limoeiro, sal.
Exemplo 2	<i>Xima</i> com caril de amendoim de peixe, primeiro pila se amendoim e depois escama peixe cuar e poe se a cebola começa a mexer durante cerca de três minutos e depois põe dentro da panela a ferver durante, no máximo, 45 minutos.
Exemplo 3	Arroz com feijoada, confecionado da seguinte forma: primeiro tiro aqueles bichinhos ou pedrinhas que ficam dentro do feijão, lavo ponho dentro da panela com água e a seguir acendo o lume usando lenha; depois deixo a panela no lume e quando começa a ferver meto um pouco de sal, enquanto pilo alho, lavo e corto tomate e cebola; deixo o óleo aquecer depois meto o alho a cebola, e o tomate cortado em pedaços, começo a mexer quando já estiver torrado meto feijão na panela, caldo folha de louro e deixou ferver até cozer.
Exemplo 4	<i>Xima</i> ou arroz com caril de matapa, meio kg de folhas de mandioca, uma chávena de amendoim pilado e peneirado, um coco ralado, meia chávena de camarões fino fresco ou seco, sal que baste uma cebola.
Exemplo 5	<i>Xiguinha</i> de mandioca com <i>cacana</i> ou, por vezes, com <i>Tseque</i> preparado com amendoim pilado.

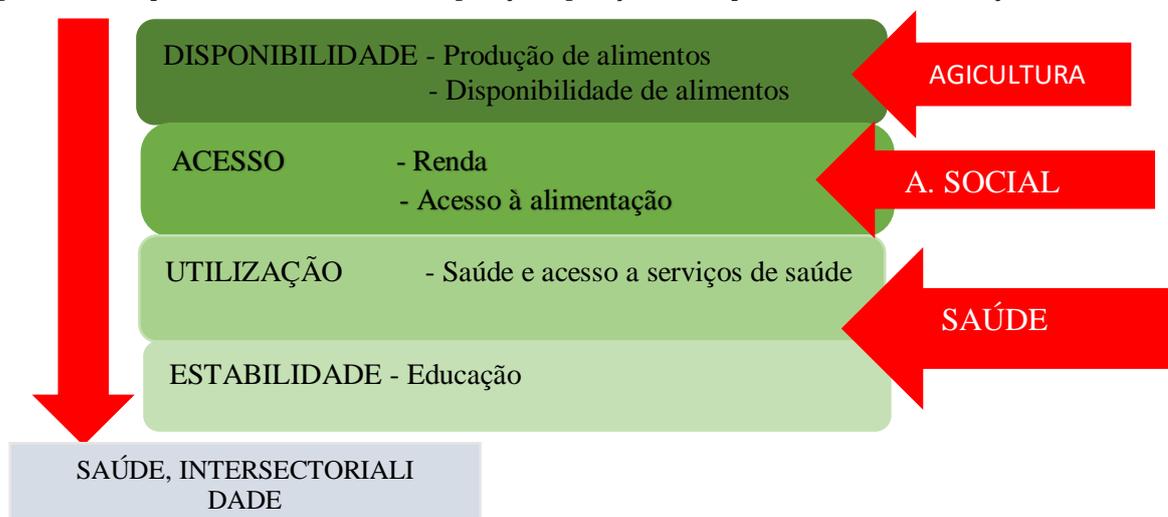
Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo, com base nos registos no Guião, das observações feitas aos AF, dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018.

Por outro lado, os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe responderam, por exemplo, e com assinaláveis diferenças, às perguntas:

- ✓ “Nas últimas quatro semanas, você se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?”.
- ✓ “Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram impossibilitados de comer o tipo de comida que vocês preferem por falta de recursos (dinheiro)?”.
- ✓ “No último quarto semanas, você ou um membro do seu agregado foram dormir com fome porque não havia comida suficiente?”.

Estas perguntas (constantes no Questionário – Anexo 1), também usadas para a medição da Segurança/Insegurança Alimentar, foram igualmente tomadas para se aferir sobre a intensidade e regularidade com que os agregados familiares tomam as refeições e, por via das respectivas respostas, perceber a questão do consumo de alimentos por estes, isto é, como os AF utilizam os seus produtos alimentares: comem-nos (consomem-nos)? Ou vendem-nos? ou, ainda, usam-os como meios para a obtenção de recursos financeiros que, por sua vez, são aplicados para a obtenção de outros bens que não são, necessariamente, bens alimentares (?). Para compreender este ciclo, foi importante explorar a dimensão “estabilidade” e sua interligação com outras dimensões de Segurança Alimentar, designadamente disponibilidade, acesso e utilização de alimentos, conquanto que ela representa uma espécie de ponto de equilíbrio para o monitoramento da situação de Segurança/Insegurança Alimentar, como se pode depreender da Figura 3.14.

Figura 3.14: Correspondência entre as dimensões de Segurança/Insegurança Alimentar para a monitoramento da situação de SAN/InSAN.



Fonte: Tomado (com pequenas alterações) de FAO (2005). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015. Agendas Convergentes. FAO-Brasil.

Depois do processo de recolha formal de dados e informações bem como o registo das observações abriu-se um espaço de conversa informal entre o inquiridor e o agregado familiar. Esse espaço de conversa estava aberto a todos membros dos agregados familiares. Foi uma conversa na qual os intervenientes estavam livres para dizer o que era, para eles, Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar. Seguem-se, dois exemplos de registos de comentários feitos por dois agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe:

Registo 1:

“Temos tido dificuldades para termos produtos para cozinhar. Temos cozinhado *Xima* com caril de peixe, nhangana, couve ou mesmo *Kakana*. A vida está cara e por isso difícil. Minha esposa e eu temos que “desenrascar” para conseguir ter comida para a nossa família. Enquanto eu vou à pesca minha esposa vai à machamba. Mas a maior parte do peixe que consigo vou vender na Cidade de Maputo para conseguir dinheiro para as despesas da casa. A minha mulher é que senta no mercado ou vai a Cidade de Maputo para vender ao público ou aos *magwevas*. Quando conseguimos cozinhar e comer o que gostamos temos Segurança Alimentar.”

(Homem chefe de um AF do DM de KaNyaka, Bairro Inguane)

Registo 2:

“Temos dificuldades de ter comida, mas nunca dormimos sem comer. O negócio das nossas barracas ajuda muito. Mas também a produção das nossas machambas ajuda. Agora com a Ponte as coisas melhoraram um pouco. O negócio está a andar, apesar dos preços que não ajudam. Para mim Segurança Alimentar “dele” é ter comida na mesa para “encher” o estômago da *ngamu yanga* (minha família). Se não consigo então tenho a tal de “Insegurança Alimentar” na minha família”.

(Mulher chefe de um AF do DM de KaTembe, Bairro Chamissava)

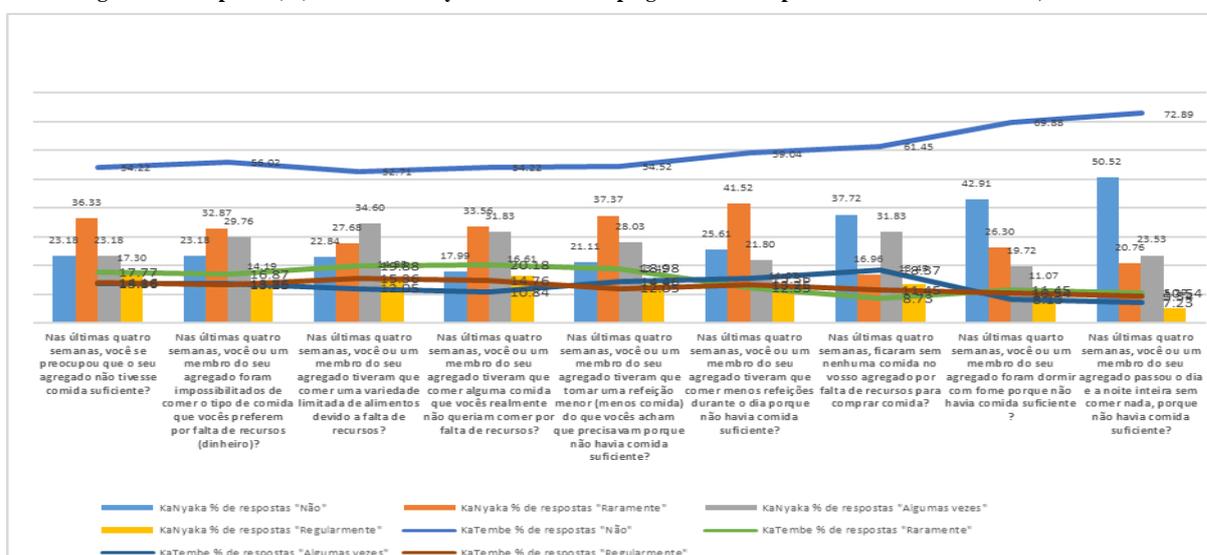
A Figura 3.15 que se segue sistematiza as respostas dadas pelos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe sobre a disponibilidade, acesso e consumo de alimentos, podendo destacar-se que

(i) À pergunta sobre se “Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer uma variedade limitada de alimentos devido a falta de recursos?” cerca de 35% dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka responderam que "Algumas vezes" experimentaram essa situação, contra cerca de 12% de AF de KaTembe;

(ii) Em resposta à pergunta “Nas últimas quatro semanas, ficaram sem nenhuma comida no vosso agregado por falta de recursos para comprar comida?”, cerca 32% de AF do DM de KaNyaka ter tido essa limitação enquanto em KaTembe apenas 18% deram a mesma resposta. Isto pode significar que os AF de KaNyaka têm menos recursos para comprar alimentos do que os de KaTembe ou seja os AF de KaNyaka têm maiores limitações de acesso a alimentos. Isto significa, portanto, que há ocorrência de fome em nível elevado nos AF nestas condições; e

(iii) Os AF de KaNyaka ao serem solicitados a responder se “Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado passou o dia e a noite inteira sem comer nada, porque não havia comida suficiente?”, cerca de 24% disseram que "Algumas vezes" vezes tinham passado por essa situação e, entretanto, apenas 7% de AF de KaTembe viveu a mesma experiência.

Figura 3.15: Respostas (%) dos AF de KaNyaka e KaTembe às perguntas sobre disponibilidade e acesso a comida, 2017-2018.



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito no Distritos Municipais de KaNyaka e Distrito Municipal Katembe, 2017 e 2018.

3.3. Determinação e análise dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe

Neste subcapítulo apresentam-se os resultados da determinação (cálculo) e análise dos níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Como foi referido no capítulo II, os indicadores escalares são importantes e úteis para, como referem Coates, Swindale, e Bilinsky, (2007, op. cit.), reportar e abordar a questão de Insegurança Alimentar do ponto de vista da sua dimensão e prevalência e, assim, permitir a disponibilização de elementos que possam apoiar o processo de tomada de decisões sobre a população em estudo. Eles

não são destinados a ser utilizados para determinar as causas do problema de Insegurança Alimentar e Nutricional ou para desenhar uma resposta a esta questão de InSAN (por exemplo, fazer avaliações sobre o conhecimento de nutrição com vista à concepção de intervenções que ajudem na mudança de comportamento.

Embora, referem ainda os autores acima apontados, a informação obtida a partir do indicador HFIAS possa ser usada a nível de indivíduos e/ou grupos populacionais seleccionados de acordo com as especificidades e objectivos de um dado estudo, é importante ter-se sempre algum cuidado pois as respostas dadas às perguntas sobre Insegurança Alimentar têm um certo grau de subjectividade e, por isso, é necessário ter-se sempre presente um certo “sentido de diferenciação dos agregados familiares”. Esta limitação foi, neste estudo, minimizada. Apoiando-nos em Rash (1960: 7), na medição da Insegurança Alimentar e análise dos dados obtidos para a variável escalar HFIAS foram tomamos em consideração, operacionalmente, duas recomendações teórico-metodológico feitas por este autor, para este tipo de estudos, nomeadamente:

- (i) Na análise dos dados sobre Insegurança Alimentar é fundamental ter sempre presente que se está a “medir o atributo da variável” que, neste caso, se trata da medição da “severidade da Insegurança Alimentar”.
- (ii) O modelo estatístico de Rash originalmente designado “Item-Response Theory” e fundamento da teoria deste autor, foi usado e aplicado na análise e interpretação dos dados obtidos a partir das respostas às perguntas feitas para captação de dados para a variável *HFIAS* e é sistematizado pela fórmula mostrada na Figura 3.16.

Entretanto, é de referir que Rasch desenvolveu um modelo teórico estatístico que chamou de “Item-Response Theory”. Este modelo está sendo muito usado pelos Estatísticos da FAO no desenvolvimento de métodos de análise e medição da Insegurança Alimentar através do indicador escalar “Food Insecurity Experience Scale (FIES)”. De acordo com o modelo de Rasch a simples “soma” de respostas afirmativas nos fornece estatística suficiente para aferir e estimar a gravidade ou severidade de InSAN do agregado familiar. Para mais detalhes veja-se Rasch, G. (1960: 7). Probabilistic Models for Some Intelligence and Attainment Tests. Copenhagen: Danish Institute for Educational Research. Reprinted with a foreword and afterword by B.D. Wright in 1980 by the University of Chicago Press, and in 1993 by MESA Press, Chicago, IL.

Figura 3.16: Modelo de Rasch - Item - Response - Theory

$$Prob(X_{i,j} = 1) = \frac{\exp(a_i - b_j)}{1 + \exp(a_i - b_j)}$$

Onde:

- $X_{i,j} \in \{0,1\}$ é a “resposta” do i-ésimo inquirido à j-ésima “pergunta” (j=1...9).
- A probabilidade para que um inquirido cuja posição na escala é função (logística) da diferença ($a_i - b_j$).

Fonte: Rasch, G. (1960, p. 7). Probabilistic Models for Some Intelligence and Attainment Tests. Copenhagen: Danish Institute for Educational Research. Reprinted with a foreword and afterword by B.D. Wright in 1980 by the University of Chicago Press, and in 1993 by MESA Press, Chicago, IL

Tal como referido no capítulo II, o *HFIAS* é um indicador escalar baseado em nove questões da escala Likert sobre a frequência com que os agregados familiares experimentaram diferentes formas de Insegurança Alimentar nas quatro semanas anteriores à recolha. O Quadro 3.7 que se segue, mostra o registo tabulado de respostas dadas pelos agregados familiares a nove perguntas do indicador escalar *HFIAS* de medição da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Estes resultados mostram que os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe apresentam graus de Insegurança Alimentar que, embora diferentes em termos absolutos, são semelhantes se se observar a proporção de respostas dadas pelos AF ao mesmo tipo de perguntas feitas sobre o indicador escalar de Insegurança Alimentar (*HFIAS*) através do qual foi captada informação retrospectivas sobre o acesso e consumo de alimentos. Com efeito, a pontuação (*score*) média para ambos os DM é cerca de 25 (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe), não havendo, assim, diferenças estatisticamente

significativas entre ambos. Esta pontuação, ajuda, na verdade, a compreender que, de facto, em ambos os distritos as diferenças podem ser, também espúrias. Aliás, os resultados das observações feitas alinham com esta asserção, pois o tipo de alimentos confeccionados (cozinhados) pelos AF observados pertence, em geral, ao(s) mesmo(s) grupo de alimentos. Adicionalmente, é de notar, ainda, que no Distrito municipal de KaNyaka cerca de 23.2% dos agregados familiares inquiridos não “tiveram preocupação em não ter comida suficiente nas últimas quatro semanas” contrastando, entretanto, com os cerca de 54.2% de respostas, para a mesma pergunta, dadas pelos AF do DM de KaTembe. Isto espelha, por isso, que estes agregados familiares vivem em melhores (relativamente aos de KaNyaka) condições de SA. Porém, estes percentuais, revelam também níveis altos de insa.

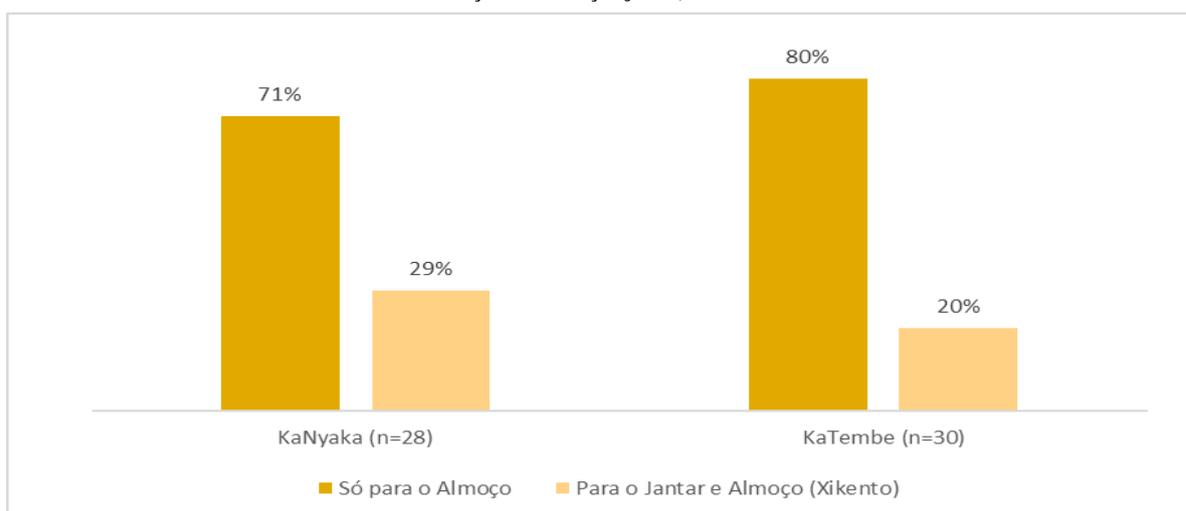
Quadro 3.7: Tabulação das respostas dos agregados familiares ao indicador escalar de Insegurança Alimentar (HFIAS), nos Distritos Municipais de KaNyaka KaTembe, 2017-2018.

Perguntas sobre Insegurança Alimentar (HFIAS)	KaNyaka				KaTembe			
	% de respostas "Não"	% de respostas "Raramente"	% de respostas "Algumas vezes"	% de respostas "Regularmente"	% de respostas "Não"	% de respostas "Raramente"	% de respostas "Algumas vezes"	% de respostas "Regularmente"
Nas últimas quatro semanas, você se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?	23.18	36.33	23.18	17.30	54.22	17.77	13.86	14.16
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram impossibilitados de comer o tipo de comida que vocês preferem por falta de recursos (dinheiro)?	23.18	32.87	29.76	14.19	56.02	16.87	13.86	13.25
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer uma variedade limitada de alimentos devido a falta de recursos?	22.84	27.68	34.60	14.88	52.71	19.88	12.05	15.36
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer alguma comida que vocês realmente não queriam comer por falta de recursos?	17.99	33.56	31.83	16.61	54.22	20.18	10.84	14.76
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que tomar uma refeição menor (menos comida) do que vocês acham que precisavam porque não havia comida suficiente?	21.11	37.37	28.03	13.49	54.52	18.98	14.46	12.05
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer menos refeições durante o dia porque não havia comida suficiente?	25.61	41.52	21.80	11.07	59.04	12.35	15.36	13.25
Nas últimas quatro semanas, ficaram sem nenhuma comida no vosso agregado por falta de recursos para comprar comida?	37.72	16.96	31.83	13.49	61.45	8.73	18.37	11.45
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram dormir com fome porque não havia comida suficiente?	42.91	26.30	19.72	11.07	69.88	11.45	8.13	10.54
Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado passou o dia e a noite inteira sem comer nada, porque não havia comida suficiente?	50.52	20.76	23.53	5.19	72.89	10.54	7.23	9.34

Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito no distrito municipal de KaNyaka, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

Mais ainda e como se pode observar da Figura 3.17 abaixo, em média, a maior proporção de AF observados nos dois distritos abrangidos - cerca de 80% - informou que a comida que preparava era apenas para a refeição do almoço e cerca de 25% (29% em KaNyaka e 20% na KaTembe) informou que o que estava a cozinhar era para o jantar e almoço. De facto, o almoço a que se referem é o que, também, chamam *Xikento* (resto de comida preparada no dia anterior e que é, geralmente, consumida no dia seguinte como pequeno-almoço, também localmente chamado “mata-bicho”).

Figura 3.17: Proporção de AF observados nos DM de KaNyaka e KaTembe cuja comida confeccionada é para ser consumida somente ao almoço ou ao almoço e jantar, 2017-2018.



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito nos Distritos Municipais de KaNyaka e Katembe, 2017 e 2018.

A pontuação (*score*) média obtida para KaNyaka e KaTembe, mostra que maior parte dos agregados familiares destes Distritos Municipais está experimentando uma situação de Insegurança Alimentar. Os resultados mostram que a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, considerando que as pontuações (*scores*) do indicador escalar de Acesso à Insegurança Alimentar em ambos distritos não apresentam diferenças significativas (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe), e se se tiver em conta que

(i) a proporção amostral em relação à população total, isto é, $N=1,246$ (número total de agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka, tomados como base para o cálculo do tamanho da amostra neste distrito) e $M=6963$ (número total de agregados familiares do Distrito Municipal de KaTembe, tomados, igualmente neste distrito, como base para o cálculo do tamanho da amostra). Trata-se (em ambos distritos, como foi acima referido) do número total de agregados familiares que serviram de base para o cálculo do tamanho da amostra nos distritos estudados; e

(ii) o resultado do teste de significância estatística em que a probabilidade de aceitação ou rejeição das nossas hipóteses de partida é maior que $0,05$, ou seja, $p > 0,05$ mostra não haver diferenças estatisticamente significativas. Este resultado mostra, de novo, que a diferença entre as pontuações (*scores*) de KaNyaka e Katembe não é estatisticamente significativa, o que permite aceitar as nossas hipóteses que afirmam que os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) e que há similaridades na Diversidade da Dieta

alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos. Com efeito, os resultados revelam que o nível de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, juntos em 2017, é cerca de 33%, valor numericamente mais alto que o dos Distritos Municipais da zona continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu), no mesmo ano que é cerca de 22%. É quase inevitável notar que o nível de Insegurança Alimentar de dois Distritos Municipais da mesma Cidade de Maputo (KaNyaka e KaTembe) é cerca de onze vezes mais alto que o de cinco Distritos Municipais igualmente da Cidade de Maputo. Este *gap* reforça o ponto de vista do autor desta tese sobre a necessidade e importância do conhecimento da Segurança e Insegurança Alimentar nestes dois distritos que, pelo menos em termos administrativos, são parte do Município de Maputo (Cidade de Maputo) para que os resultados de estudos sobre Segurança e Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo correspondam, de facto, a dos os Distritos Municipais.

Por outro lado, foi feito o cálculo e análise do número de diferentes grupos de alimentos isto é, do número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares (como mostra a Figura 4.3 do capítulo IV), ao invés de se analisar, apenas e individualmente, o número de diferentes tipos de alimentos consumidos. Tal ajudou a inferir melhor sobre a combinação de diferentes associações de alimentos consumidos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe e sobre a qualidade da Dieta Alimentar e saber, por exemplo, que os agregados familiares de KaNyaka e KaTembe consomem combinações de, pelo menos, três ou quatro grupos de alimentos, havendo, quase inevitavelmente, coincidências em, pelo menos, um grupo de alimentos (veja-se Quadro 5.1). Isto significa, por outras palavras, que os agregados familiares destes Distritos Municipais têm uma dieta alimentar algo diversificada, mas, também, com similaridades no tipo de alimentos que consomem. Ademais, o tipo de alimentos confeccionados (cozinhados) pelos agregados familiares observados pertence, em geral, à combinação dos mesmos grupos de alimentos. Estas asserções concorrem para a confirmação da nossa hipótese sobre a existência de similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles dois Distritos Municipais, em resultado do consumo de alimentos do mesmo grupo.

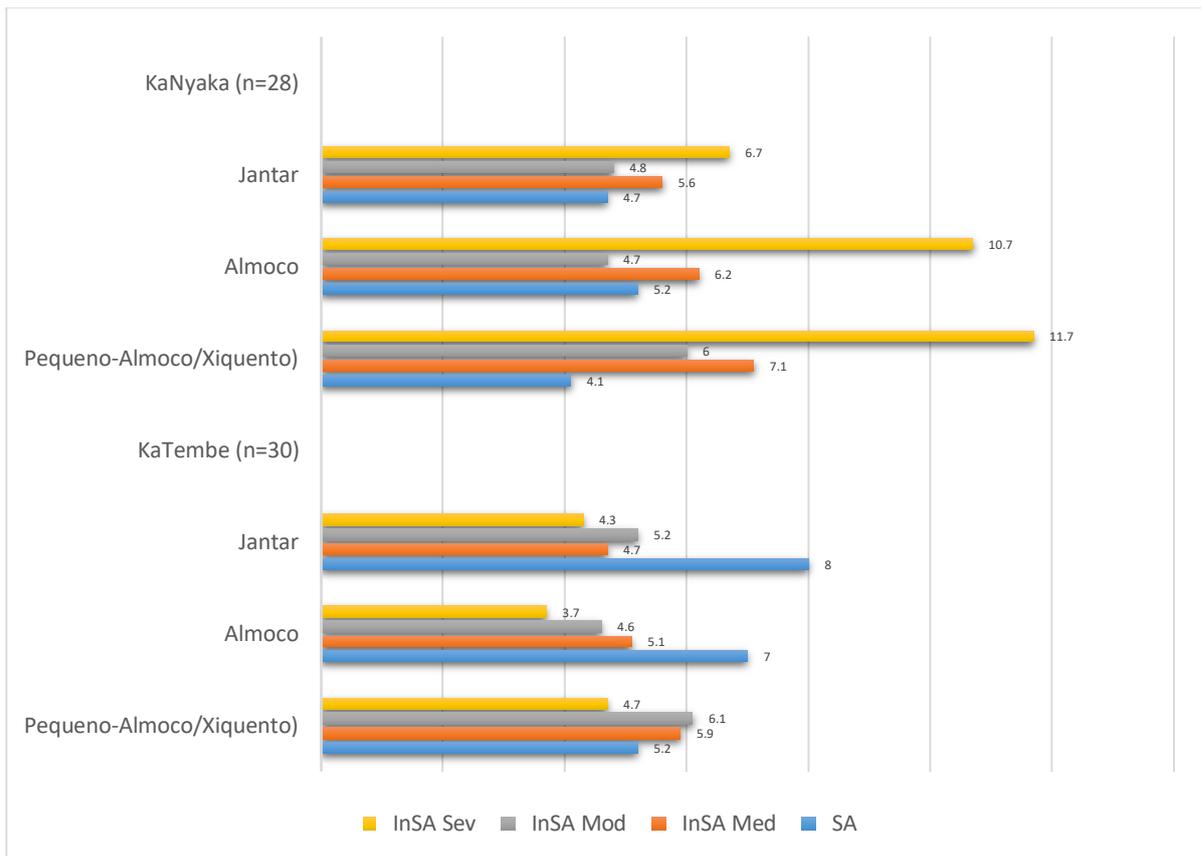
Adicionalmente, ao invés de se examinar, apenas e individualmente, o número de diferentes tipos de alimentos consumidos, foi calculado e analisado o número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares.

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram, ainda, não haver diferenças substanciais em termos de variação e diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares

dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Observou-se, entretanto, que em KaNyaka os agregados familiares consomem, para além de peixe, quase sempre presente nas suas refeições, fruta e carne (alimentos dos Grupos 4, 5 e 7) enquanto os de KaTembe (que também consomem muito peixe e outros mariscos) carne, leite (e seus derivados) e vegetais (alimentos dos Grupos 3, 5 e 9), (veja-se Figura 4.4). Ademais, os resultados do inquérito revelam, também, que a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, o que permite inferir sobre a existência de similaridades (na diversidade) quanto à dimensão (níveis) de InSAN. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar são, estatisticamente, pouco significativos.

Por outro lado, para verificar, nesta etapa, a possível associação entre variáveis categóricas, foi utilizado o teste Qui-quadrado. Por outro lado, foi feita a análise da frequência de realização diária das refeições principais – pequeno-almoço, almoço e jantar – com base nos dados recolhidos nos informantes dos agregados familiares. Fez-se uma análise comparativa do perfil de consumo de alimentos segundo nível de Segurança/Insegurança Alimentar, como pode ser visto na Figura 3.18. Para verificar a existência de associação entre variáveis categóricas, foi utilizado o teste Qui-quadrado, sendo considerada significativa a associação com valor de $p \leq 0,05$. Foram encontradas diferenças significativas de consumo alimentar entre categorias de Segurança Alimentar. A proporção de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar e que não consome diariamente leite e derivados, frutas, verduras/legumes, e carnes é significativamente maior do que aqueles AF em situação de Segurança Alimentar. Um dos factores que influenciam a Segurança Alimentar e melhora a Dieta Alimentar dos agregados familiares dos dois distritos estudados é o consumo diversificado de legumes. O cultivo deste tipo de alimentos é, por isso, importante para assegurar a disponibilidade destes.

Figura 3.18: SA/InSA vs proporção de AF observados nos DM de KaNyaka e KaTembe cuja comida confeccionada é para ser consumida ao pequeno-almoço, almoço, ou jantar, 2017-2018.



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do inquérito nos Distritos Municipais de KaNyaka e Katembe, 2017 e 2018.

É importante referir, ainda, que a Insegurança Alimentar e os factores psicossociais a ela associados são outros elementos que influenciam indirectamente os comportamentos das pessoas nos agregados familiares. O sentimento de sofrimento e *stress* que podem resultar, por exemplo, da fome, suportam, de acordo com Rebekah, W., et al (2019: 2779) a hipótese de que a InSAN pode causar dôr, angústia e *stress* nos AF. A melhoria do acesso a recursos deve estar combinada com o acesso a alimentos pelos AF, para minorar o estado de InSAN destes, (idem Rebekah, W., et al).

O facto das diferenças entre os *scores* não serem estatisticamente significativas, ou seja, existir relativa proximidade numérica entre elas e, entretanto, os agregados familiares consumirem, em geral, o mesmo tipo de alimentos (ou produtos do mesmo grupo) pode significar, como referem Garret e Ruel (1999, op cit., p. 1957), com quem concordamos, a existência de similaridades no que diz respeito a Dieta alimentar e, até, às causas de Insegurança Alimentar, isto é, das variações dos níveis de InSA nestes Distritos Municipais. Os autores anteriormente referidos apontam, ainda, que “...o acesso de um agregado familiar a alimentos depende, por um lado, da capacidade que este tem de comprá-los ou, por outro lado, da posse ou acesso a terra para produzir a comida de que necessita...”, o que parece ser

o caso de KaNyaka e KaTembe, como se pode depreender a partir dos dados do Quadro 3.8 que mostra a distribuição de AF de acordo com os seus níveis de InSAN e de receitas expressas em dinheiro/salário. Com efeito, observa-se que o poder de compra dos AF de KaTembe é, comparativamente, maior que o dos AF de KaNyaka o que se reflecte, também, no seu *status* de SAN/InSAN. Os dados revelam, ainda, que o nível de receitas dos agregados familiares, sobretudo os do Distrito Municipal de KaNyaka, pode constituir um factor limitante da sua capacidade de acesso a alimentos o que, por sua vez pode influenciar os níveis de Segurança Alimentar e, por conseguinte, de Insegurança Alimentar.

Quadro 3.8: Distribuição percentual dos AF por receita (expressa em salário médio), segundo DM e categorias/níveis de InSAN,

Salário médio (em MT) dos AF's	Categorias/níveis de SA/InSA			
	Segurança Alimentar (%)	Insegurança Alimentar Média (%)	Insegurança Alimentar Moderada (%)	Insegurança Alimentar Severa (%)
KaNyaka				
<4258.00	54.2	60.0	85.7	57.7
4258.00_5258.00	29.2	40.0	8.2	16.8
5300.00_7000.00	8.3	0.0	6.1	17.9
>7000.00	8.3	0.0	0.0	7.7
KaTembe				
<4258.00	58.9	54.00	46.5	52.4
4258.00_5258.00	10.7	16.00	16.3	14.3
5258.00_7000.00	18.8	18.00	18.6	23.8
>7000.00	11.7	12.00	18.6	9.5

2017-2018.

Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017, 2018.

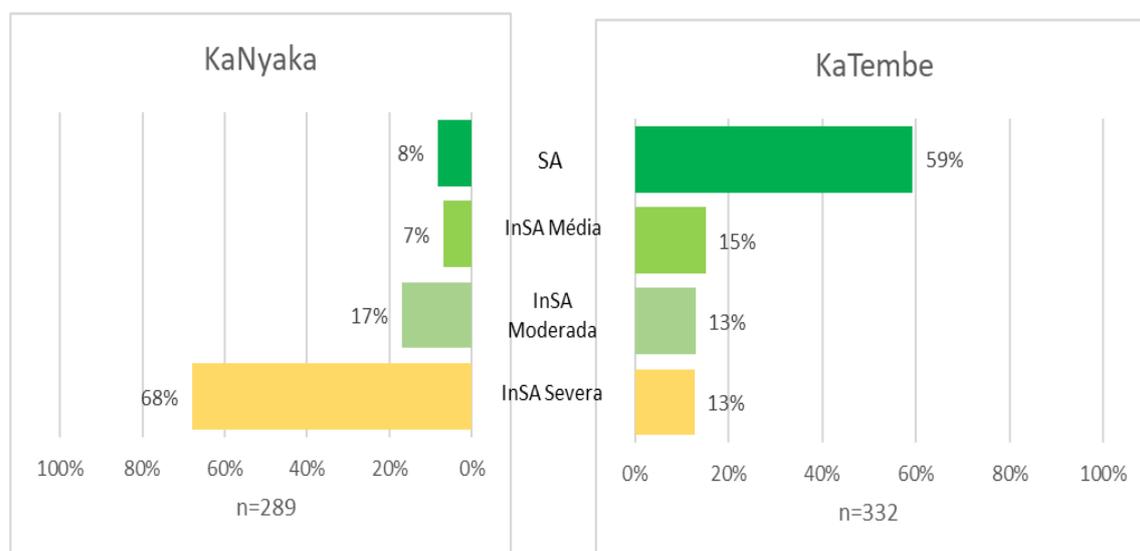
Na análise dos resultados do Indicador de prevalência de Insegurança Alimentar nos agregados familiares (HFIAP), estes foram agrupados em quatro níveis (categorias), nomeadamente Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Média, Insegurança Alimentar Moderada e Insegurança Alimentar Severa, como está, ilustrativamente, representado na Figura 3.7 acima. Esses níveis foram determinados a partir das respostas às perguntas da variável HFIAS. As categorias de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar dos agregados familiares foram classificadas como ilustra a Figura 3.8.

Uma leitura comparativa dos resultados obtidos nos dois Distritos Municipais em estudo permite observar que no Distrito Municipal de KaNyaka, apenas cerca de 8% dos agregados familiares estavam em situação de Segurança Alimentar ou seja apenas 8% dos AF tinham condições de disponibilidade e acesso aos alimentos, o que lhes permitia não estar em situação de Insegurança Alimentar, embora raramente eles possam ter preocupação em

adquirir alimentos enquanto que cerca de 68% estavam na categoria de Insegurança Alimentar Severa, isto é, os AF deste distrito enfrentavam dificuldades graves a tal ponto que não conseguiam ter refeições e, mesmo conseguindo, a quantidade de comida é pouca para o agregado familiar. Porém os resultados do Distrito Municipal de KaTembe mostraram um quadro melhor. Com efeito, no Distrito Municipal de KaTembe cerca de 59% dos agregados familiares estavam em situação de Segurança Alimentar ou seja quase 60% dos AF tinham condições de disponibilidade e acesso aos alimentos, não estando, assim, em situação de Insegurança Alimentar, embora raramente esses agregados familiares possam ter preocupação em adquirir alimentos. enquanto cerca de 13% estavam em situação de Insegurança Alimentar Severa, contrastando com os cerca de 68% do DM de KaNyaka igualmente em estado de Insegurança Alimentar Severa, como se pode observar na Figura 3.19.

De facto, estes dados mostram haver diferenças não só entre os AF de um mesmo distrito mas, também, diferenças absolutas significativas entre os dois DM.

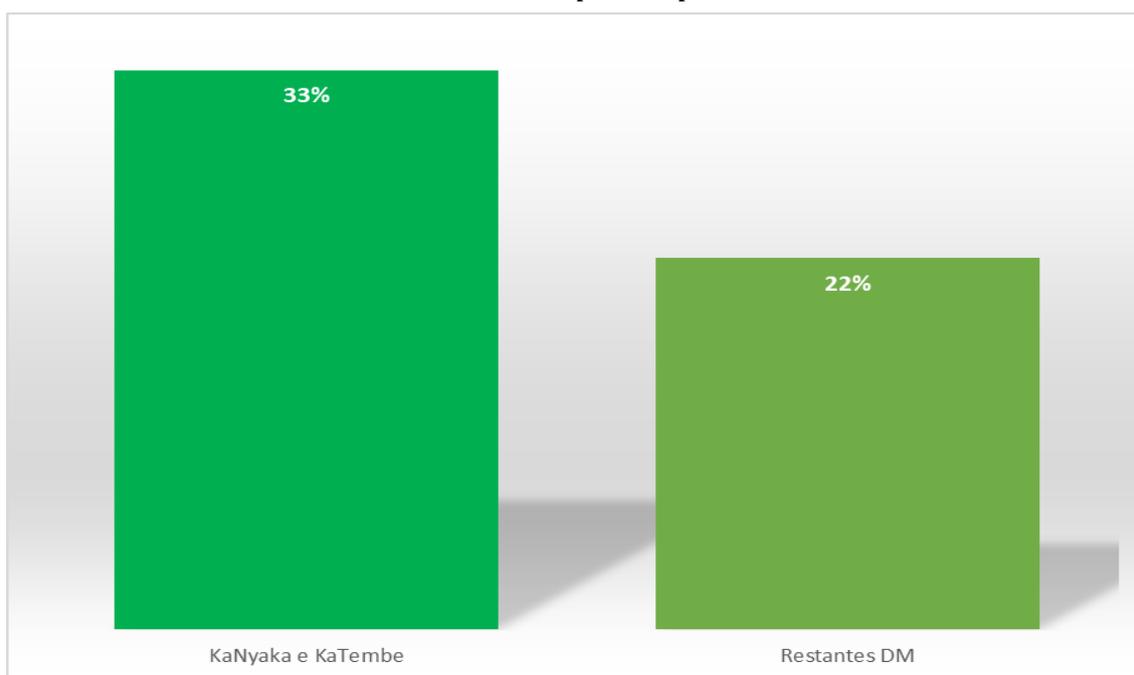
Figura 3.19: Ilustração gráfica e comparativa da % de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, categorizados por níveis de SA/InSA, 2017-2018



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do Inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018.

Ademais, a comparação dos resultados do inquérito feito no âmbito desta pesquisa com os do estudo feito pelo SETSAN em 2017, revela que a estimativa do nível de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe juntos (cerca de 33%) foi, em 2017, mais alto que o estimado pelo SETAN, no mesmo ano, para os distritos da zona continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni, Kampfumo e NLhamankulu), que foi de cerca de 22% (veja-se Figura 3. 20).

Figura 3.20: Comparação entre o nível de InSA Média dos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe obtido neste estudo e o dos DM da zona continental da Cidade de Maputo obtido pelo SETSAN em 2017.



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do Inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018 e com os resultados do estudo do SETSAN, 2017.

Entretanto, os resultados, do inquérito, vistos ao nível dos bairros abrangidos, tal como está ilustrado na Figura 3.21 seguinte, mostram que, em termos proporcionais, a situação de Insegurança Alimentar mantém-se, ou seja, a proporção de agregados familiares em situação de SAN e InSAN média em cada Distrito Municipal é, aproximadamente, a mesma. Saliente-se, entretanto, que, de acordo com resultados do estudo, nenhum agregado familiar do Bairro Chali (no DM de KaTembe) apresenta característica de Insegurança Alimentar Severa.

Figura 3.21: Níveis de SA e InSA dos AF nos Bairros abrangidos pelo estudo nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do Inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018.

Por outro lado, a disponibilidade e acesso a serviços básicos¹³ nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe não é, ainda, satisfatória. O Acesso a cuidados de saúde, educação e outras necessidades básicas constituem elementos importantes e, até, determinantes próximos e intermédios de Segurança Alimentar e Nutricional. Constitucionalmente, em Moçambique todas as pessoas têm direito de acesso e usufruto dos serviços básicos. Porém, acontece em termos práticos, o que Assis & De Jesus (2012: p. 2866) assinalam como “não se cria igualdade por Lei, ainda que não se consolide a igualdade sem a Lei”. Em termos de disponibilidade de serviços de saúde, no Distrito Municipal de KaNyaka existiam, em 2017, três Centros de Saúde (CS) para uma população de cerca de 5.958 pessoas e no DM de KaTembe quatro centros de saúde, dos quais três eram do Tipo 1 para cobrirem cerca de 28.788 pessoas. Entretanto, os resultados de um estudo feito por Carolini (2012) sobre as condições de água e saneamento na KaTembe mostram que, apesar de este distrito fazer parte dos sete DM da Cidade de Maputo e ter maior proximidade com a capital do país em relação, por exemplo a KaNyaka, ainda enfrenta dificuldades no que se refere ao acesso a serviços de água, saneamento e saúde. Embora de forma diferenciada, refere a autora do estudo mencionado, as latrinas são, ainda, a opção padrão de saneamento para a maioria dos residentes de KaTembe. A latrina típica em KaTembe está situada ao ar livre (sem cobertura por cima) e na maioria das vezes cercada por uma pequena sala com teto aberto para privacidade. Os Quadros 3.9 e 3.10 apresentam informação sobre outros serviços básicos importantes, como por exemplo, água potável, eletricidade e tipo de habitação.

Quadro 3.9: Percentagem de Agregados Familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, com acesso a alguns serviços básicos, 2017, 2018

Tipo de serviço	Distrito Municipal	
	KaNyaka (% de AF)	KaTembe (% de AF)
Água potável	86,2	92,2
Eletricidade	75,8	94,0
Serviços de saúde	90,0	98,8

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos resultados do inquérito realizado no âmbito da pesquisa, 2017 e 2018.

¹³ Entenda-se, aqui, como serviços básicos, os de saúde, educação, água e electricidade o que Assis, M. e de Jesus, W. (2012) chamam “serviços essenciais ou básicos para viver”.

Quadro 3.10: Características da habitação dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, 2017, 2018.

Tipo de habitação	Distrito Municipal	
	KaNyaka (% de AF)	KaTembe (% de AF)
Palhota	9,0	0,9
Cimento	38,8	94,3
Madeira e Zinco	50,5	4,8
Outros	1,7	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos resultados do inquérito realizado no âmbito da pesquisa, 2017 e 2018.

Para investigar se as variáveis independentes têm ou não uma relação de predictoras, isto é, previsoras da Insegurança Alimentar nos agregados familiares dos distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, foram calculados e usados os *odds ratios* (razão de chances) para avaliar se a mudança no valor de qualquer uma das variáveis independentes está associada a uma mudança nas probabilidades de ocorrência da variável dependente (neste caso Insegurança Alimentar). Os *odds ratios* foram calculados independentemente da influência de qualquer outra variável. Foi, ainda, examinada a correlação entre as variáveis, usando o rácio *r* de Spearman que é semelhante ao de Pearson, mas que é mais usado para examinar associações não paramétricas. O indicador escalar HFIAS foi ajustado de modo que uma pontuação (entenda-se rácio) mais alta indique maior Insegurança Alimentar enquanto *scores* mais altos do indicador HDDS indicam maior diversidade alimentar e, portanto, menor Insegurança Alimentar. Por outro lado e com recurso, ao método estatístico de análise multivariada, e à técnica de transformação de variáveis, foi criada, e dicotomizada, uma nova variável, para permitir o uso da Regressão Logística Binária, expressa pela função ilustrada no Apêndice 10. Tal teve fundamento na recomendação de Hosmer & Lemeshow (2012) segundo a qual

o que distingue o modelo de regressão linear do de regressão logística (RL) é que no caso da RL a variável dependente (ou de resultado) é binária. O *odds ratio* é uma poderosa medida de associação com muito uso, especialmente em epidemiologia. A interpretação dada para o *odds ratio* é baseada no fato de que em muitos casos ele se aproxima de uma quantidade chamada de risco relativo. (pp. 47-50).

O modelo de Regressão Logística é adequado em muitas situações, porque permite que se analise o efeito de uma ou mais variáveis independentes (categóricas ou métricas) sobre uma variável dependente dicotómica, (Hosmer & Lemeshow, 1989). Neste caso, foi considerada

como variável dependente a situação de Insegurança Alimentar medida numa escala categórica, isto é, Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar considerando, para este último, os seus níveis de intensidade designadamente InSA Média, Moderada e Severa. Como referem, ainda, Selau e Ribeiro (2009, op. cit.) o MRL é útil em muitas situações, pois possibilita o estudo do efeito de uma ou mais variáveis independentes (categóricas ou métricas) sobre uma variável dependente dicotómica em que, por exemplo, o código (1) representa a probabilidade p de presença/ocorrência de um acontecimento ou (0) a probabilidade q de ausência/não ocorrência de uma característica. Como foi referido, o Modelo de Regressão Logística é utilizado quando a variável resposta é qualitativa, com dois resultados possíveis. O MRL foi utilizado tendo em conta que a variável resposta é qualitativa com dois resultados possíveis que, neste caso, representam a presença/ocorrência ou não do acontecimento “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ou “Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN)”. SAN é, assim, a probabilidade de sucesso e InSA a probabilidade de fracasso, isto é, a ausência/não ocorrência desta característica. Se se considerar p a probabilidade de presença/ocorrência de SAN e $q=1-p$ de InSAN, as Chances para a presença/ocorrência de cada uma das característica é estimada pela relação expressa na Figura 3.22. A regressão logística permite descrever a relação entre várias variáveis independentes (X_j) e uma variável dependente binária (Y), codificada como 1 ou 0”.

Figura 3.22: Fórmula para estimar as Chances de ocorrência de uma dada característica.

$$\text{Chance} = p/(1-p)$$

Fonte: Amaral, E. (2012), com algumas alterações do autor desta tese. Análise de Regressão Logística. Metodologia de Pesquisa (DCP 854B)

Os resultados do modelo de regressão logística apresentados no Quadro 3.11 que se segue, mostram que os agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka têm 0,2945 de probabilidades de viver em situação de Segurança Alimentar, 0,3037 de probabilidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Média, 0,2714 de probabilidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Moderada e 0,1303 de probabilidades de viver em Insegurança Alimentar Severa. Entretanto, os de KaTembe têm 0,5944 de probabilidades de viver em situação de Segurança Alimentar, 0,1519 de probabilidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Média, 0,1268 de probabilidades de viver em Insegurança Alimentar Moderada e 0,12684 de probabilidades de viver em situação Insegurança Alimentar Severa. Por outras

palavras, os agregados familiares de KaNyaka estão mais propensos/expostos (ou seja, têm maior risco) a experimentar viver em situação de Insegurança Alimentar que os do Distrito Municipal de KaTembe.

Quadro 3.11: Probabilidades, Chances/OR e Riscos dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe experimentar viver em situação de (In)segurança Alimentar, 2017-2018.

Distritos Municipais		Experiencia de viver em Situação de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar			
		Probabilidade de viver em Segurança Alimentar	Probabilidade de viver em Insegurança Alimentar Média	Probabilidade de viver em Insegurança Alimentar Moderada	Probabilidade de viver em Insegurança Alimentar Severa
KaNyaka	Probabilidade	0.294502115	0.303729335	0.271434064	0.130334487
KaTembe	Probabilidade	0.594377510	0.151941098	0.126840696	0.126840696
Razao relativa (<i>odds ratios</i>) entre Kanyaka e KaTembe	Chance	0.495479909	1.998993948	2.139960377	1.027544713
	Risco	-0.504520091	0.998993948	1.139960377	0.027544713

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados recolhidos no Inquerito realizado no âmbito deste estudo, 2017, 2018.

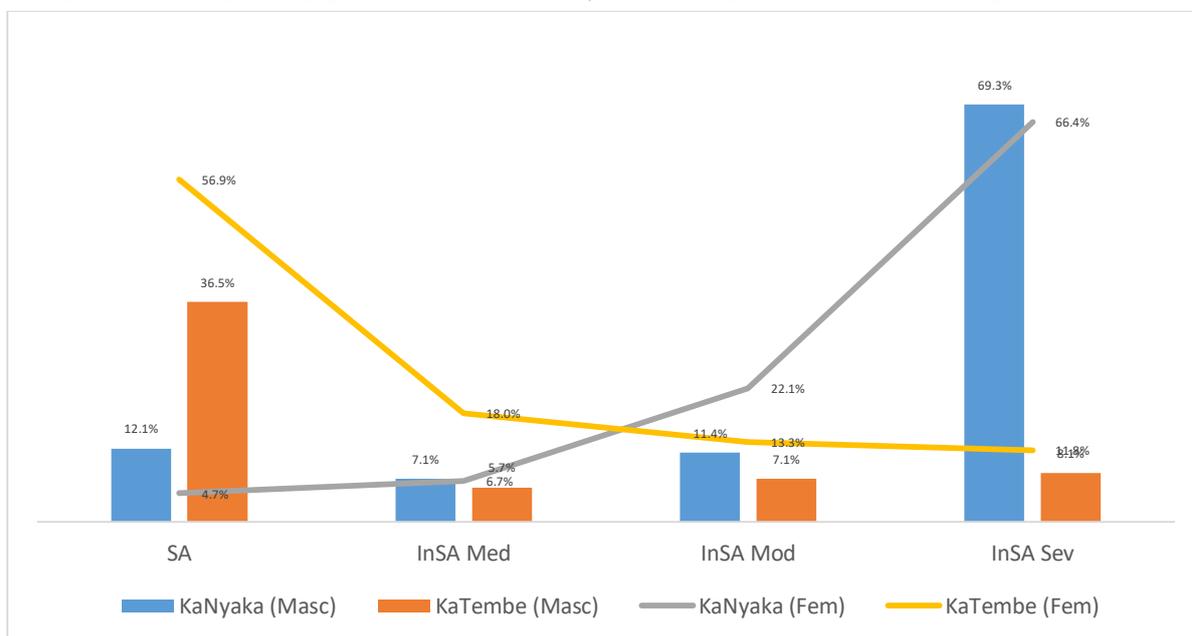
Entretanto, para a análise do risco de exposição e prevalência à Insegurança Alimentar, Modorres (2006, pp. 5-7)) recomenda, neste este tipo de estudos em que se usa o método misto para a recolha de dados, o que ele chama de “análise do risco semi-quantitativa”. Segundo o autor, com quem alinhamos, neste tipo de análise está patente a avaliação qualitativa e quantitativa do risco. Acto contínuo, refere, ainda, que nestes casos, a análise (avaliação) pode ocorrer de duas formas, nomeadamente, “a frequência ou o potencial de perda, isto é, ausência de um atributo” (neste caso a Insegurança Alimentar) pode ser medido qualitativamente, mas “a sua magnitude ser dada de forma quantitativa e vice-versa”. Ademais, com base na análise e avaliação do risco podem ser desenhadas políticas e tomadas decisões.

Apoiando-nos, assim, na perspectiva analítica do autor acima referenciado e com base na Razão relativa (*Odds Ratios*) entre Kanyaka e KaTembe mostrada no Quadro 3.10, podemos aferir que, estatisticamente, o Distrito Municipal de KaTembe tem menos risco de exposição à Insegurança Alimentar Severa em relação ao DM de KaNyaka.

Analisando, contudo, os resultados deste mesmo estudo numa perspectiva de exploração da relação entre o género dos chefes dos agregados familiares e os níveis de Insegurança Alimentar, por Distrito Municipal, observa-se que a proporção de AF em situação de InSAN no Distrito Municipal de KaNyaka tem a mesma tendência crescente que a dos AF chefiados por homens, o que ocorre de forma inversa, nos AF do DM de KaTembe onde a maior proporção de AF vive, tendencialmente, em situação de Segurança Alimentar, como é observável na Figura 3.23 que se segue. Aliás o comportamento dos dados nela ilustrados, verifica-se, também, na relação entre o nível de receitas (expresso em salário dos agregados familiares) e os níveis de Insegurança Alimentar expressos em termos de probabilidades, chances/*odds ratios* e riscos dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe

experimentarem viver em situação de SAN/InSAN. Adeais, o nível de prevalência de InSAN severa em ambos os DM diminui, na proporção correspondente, com o aumento do nível de rendimento dos agregados familiares expressos em termos probabilidades, chances/*odds ratios* e riscos dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe experimentarem viver em situação de SAN/InSAN.

Figura 3.23: Percentagem de agregados familiares (AF) em situação de InSAN, segundo Género do chefe do AF, por DM, 2017 - 2018.



Fonte: Elaborada por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do inquérito realizado nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.

3.4. Resumo do capítulo III

Neste capítulo é feita a apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa. É aqui onde são apresentados os resultados que nos permitiram calcular (determinar) os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

A pesquisa de campo para a recolha de dados quantitativos (realização de um Inquérito) e qualitativos (através da Observação Participante) foi antecedida da preparação dos instrumentos metodológicos para a realização deste estudo designadamente. Trata-se o desenho cálculo da amostra, do questionário, indicação dos agregados familiares observados, preparação guião de Observação Participante bem como as visitas prévias para a identificação/localização das áreas seleccionadas e interação com as autoridades locais dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. A recolha de dados decorreu entre Agosto de 2017 e Abril de 2018.

O estudo usou o Método Misto, isto é, uma combinação de dois métodos de pesquisa que permitem captar e cruzar informações de variáveis quantitativas e qualitativas. Com efeito, fez-se triangulação dos métodos quantitativo e qualitativo (Observação Participante). Foram usados, como instrumentos de recolha de dados um questionário para a colecta de dados quantitativos e um Guião de Observação para efeitos de registo e anotação das observações. O Método de Observação Participante ajudou a verificar a existência de similaridades e diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. O agregado familiar constituiu a unidade primária de análise. Para a determinação da população de estudo foi seleccionada, no Distrito Municipal de KaNyaka, uma amostra total de $n=289$ agregados familiares para serem inquiridos. A estes foi aplicado um mesmo questionário para a recolha de dados. Destes 289 AF, foram tomados $n=28$ AF para serem observados usando um guião para o registo das observações. No Distrito Municipal de KaTembe foi seleccionada e inquirida uma amostra de $m=332$ agregados familiares sobre quem foi, igualmente, administrado um questionário para a recolha de dados quantitativos. Destes foram tomados $m=30$ agregados familiares para Observação Participante. A estes foi administrado, também, um guião como instrumento de registo das observações. No registo tanto dos dados quantitativos quanto das observações foram usados tablets, nos quais foi instalado o ODK (Open Data Kit) onde foram, previamente, gravados o questionário e Guião de Observação. Trata-se de um programa informático apropriado para o registo de dados. Por outro lado, é de referir que na análise dos dados foi, ainda, usado o modelo de Rash, um modelo teórico estatístico que chamou de Item-Response Theory. Este modelo está sendo muito usado pelos Estatísticos da FAO no desenvolvimento de métodos de análise e medição da Insegurança Alimentar através do indicador escalar Food Insecurity Experience Scale (FIES). De acordo com o modelo de Rasch a simples “soma” de respostas afirmativas nos fornece estatística suficiente para aferir e estimar a gravidade ou severidade de InSAN do agregado. Ademais, foi feito, neste capítulo o teste de significância estatística e aplicado o Modelo de Regressão Logística. Este modelo foi muito útil pois, através dele é possível analisar o efeito de uma ou mais variáveis independentes (categóricas ou métricas) sobre uma variável dependente dicotómica. No nosso caso, foi considerada como variável dependente a situação de Insegurança Alimentar medida numa escala categórica, isto é, Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar considerando, para este último, os seus níveis de intensidade designadamente InSA Média, Moderada e Severa.

O número de agregados familiares seleccionados no Distrito Municipal de KaNyaka corresponde a cerca de 47% do total de AF e em KaTembe a cerca de 53%, tal como ilustra a Figura 3.1.

Os resultados revelaram que o nível de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, juntos em 2017, é cerca de 33%, valor numericamente mais alto que o dos Distritos Municipais da zona continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu), no mesmo ano que é cerca de 22%. É quase inevitável notar que o nível de Insegurança Alimentar de dois Distritos Municipais da mesma Cidade de Maputo (KaNyaka e KaTembe) é cerca de onze vezes mais alto que o de cinco DM igualmente da Cidade de Maputo. Este gap reforça o ponto de vista do autor desta tese sobre a necessidade e importância do conhecimento da Segurança e Insegurança Alimentar nestes dois distritos que, pelo menos em termos administrativos, são parte do Município de Maputo (Cidade de Maputo). Em KaNyaka os agregados familiares consomem, para além de peixe, quase sempre presente nas suas refeições, fruta e carne (alimentos dos Grupos 4, 5 e 7) enquanto os de KaTembe (que também consomem muito peixe e outros mariscos) carne, leite (e seus derivados) e vegetais (alimentos dos Grupos 3, 5 e 9). Tal mostra que, de certo modo, os agregados familiares consomem alimentos ricos em nutrientes. Os agregados familiares de KaNyaka e KaTembe têm uma Dieta alimentar algo diversificada, mas, também, com similaridades no tipo de alimentos que consomem, confirmando, assim, a nossa hipótese sobre a existência de similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles dois Distritos Municipais, em resultado do consumo de alimentos do mesmo grupo. Os diferenciais dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar são estatisticamente pouco significativos. A proximidade numérica dos níveis de SAN e InSAN de ambos os DM pode significar uma espécie de identidade quanto à estrutura de consumo e acesso a alimentos pelos AF de KaNyaka e KaTembe o que, também, pode, no nosso entendimento, mostrar a existência de similaridades no que pode estar a explicar os níveis de SAN e InSAN nos DM de KaNyaka e KaTembe. O nível de receitas dos agregados familiares pode ser tomado como indicador do nível de vida dos agregados familiares e, também, do estado de Segurança ou Insegurança Alimentar destes pois influencia, grandemente, o nível de acesso a alimentos pelos AF. Com efeito, o poder de compra dos AF de KaTembe é, comparativamente, maior que o dos AF de KaNyaka o que se reflecte, também, no seu status de SAN/InSAN. Os dados revelam, ainda, que o nível de receitas dos agregados familiares pode constituir um factor limitante da sua capacidade de acesso a alimentos o que, por sua vez, pode influenciar os níveis de Segurança/Insegurança

Alimentar. Por outro lado, a pontuação (score) média obtida para KaNyaka e KaTembe, mostra que maior parte dos agregados familiares destes Distritos Municipais está experimentando uma situação de Insegurança Alimentar. A percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, considerando que as pontuações (scores) do indicador escalar HFIAS à Insegurança Alimentar em ambos distritos não apresentam diferenças significativas (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe). O resultado do teste de significância estatística em que a probabilidade de aceitação ou rejeição das nossas hipóteses de partida é maior que 0,05, ou seja, $p > 0,05$ mostra não haver diferenças estatisticamente significativas. Este resultado mostra, de novo, que a diferença entre as pontuações (scores) de KaNyaka e Katembe não é estatisticamente significativa, o que permite aceitar as nossas hipóteses.

CAPÍTULO 4: ACESSO E CONSUMO DE ALIMENTOS PELOS AGREGADOS FAMILIARES DOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE

4.1. Introdução

Este capítulo aborda a problemática de acesso e consumo diversificado de alimentos pelos agregados familiares dos distritos municipais de KaNyaka e KaTembe, isto é, a questão de verificar se o tipo de alimentos consumidos faz parte dos grupos de alimentos recomendados no cabaz alimentar da FAO e, portanto, pelo MISAU de modo a ter uma dieta alimentar diversificada.

O grupo de alimentos que perfaz o cabaz alimentar recomendado pelo MISAU integra os alimentos do cabaz da FAO para a África. Assim, sempre que nos referirmos ao cabaz da FAO estaremos, implicitamente, a referir-mo-nos, igualmente, ao cabaz do MISAU (e vice-versa). No cap III, foi examinada a correlação entre as variáveis que podem ajudar a compreender e, simultaneamente, verificar o acesso e consumo, pelos agregados familiares, de alimentos constantes no cabaz definido pela(o) FAO/MISAU e que está de acordo com as necessidades de consumo de comida rica em nutrientes e proteínas. De acordo com o MISAU o consumo mensal, por agregado familiar, tem, como cesta básica 3kg de arroz, 9,1 kg de farinha de milho, 2 kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,3 kg de peixe seco, 0,5 litro de óleo, 1,2 kg de açúcar, 1 kg de sal, 3,4 kg de vegetais e 3,6 kg de frutas da época, (MISAU, s.a, apud SETSAN 2013, p. 50). No entanto, o salário mínimo entre 2013 e 2014 para o sector da agricultura, pecuária, caça e silvicultura era de 2.500,00 meticais/mês. Em 2018, salário mínimo era de 4.258MT.

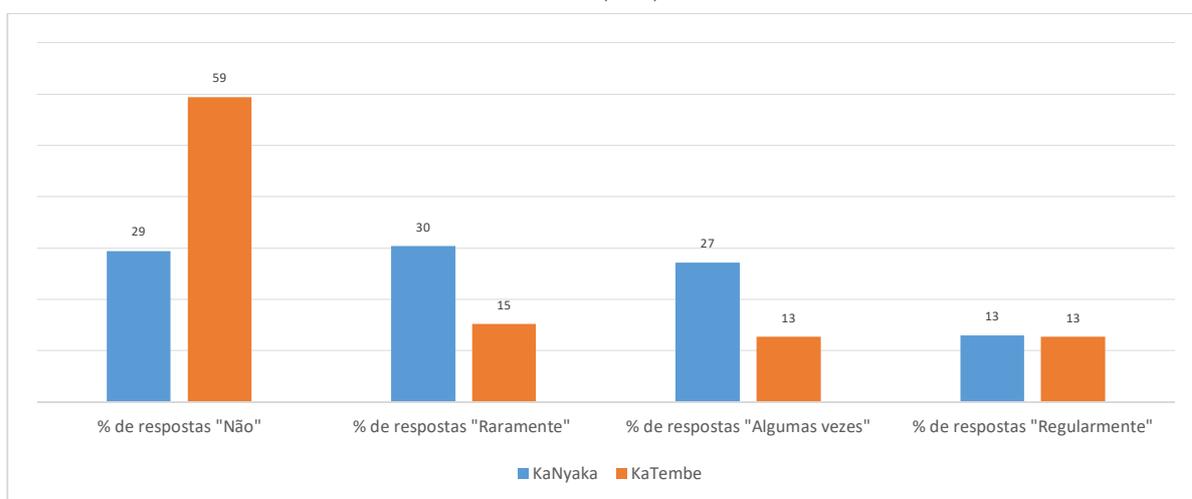
Por outro lado, foi calculado e usado o rácio r de Spearman que é semelhante ao de Pearson, mas que, entretanto, é mais usado para examinar associações não paramétricas.

O indicador escalar HFIAS (tomado como variável) foi ajustado de modo que uma pontuação (entenda-se rácio) mais alta indique maior Insegurança Alimentar enquanto *scores* mais altos do indicador HDDS indicam maior diversidade alimentar e, portanto, menor Insegurança Alimentar. Lembramos que o indicador HFIAS permite medir e inferir sobre o grau de Insegurança Alimentar durante o mês anterior ao inquérito. Ele é, como foi mencionado no capítulo II, um indicador escalar baseado em 9 questões (perguntas) da escala Likert sobre a frequência com que os agregados familiares experimentaram diferentes formas de Insegurança Alimentar nas quatro semanas anteriores à recolha. Com efeito, trata-se de um indicador escalar (composto) que, com base em pontuações (*scores*) relativos a respostas a

cada uma das nove perguntas sobre Insegurança Alimentar (retrospectiva) em cada Distrito Municipal em estudo, permite medir o grau de InSAN dos agregados familiares nas quatro semanas anteriores à visita do inquiridor. O registo e contagem das respostas dadas foi feito no capítulo III. As respostas dos agregados familiares à série de perguntas do indicador HFIAS sobre Insegurança Alimentar, as quais, para efeitos analíticos, foram agrupadas em quatro categorias de respostas sobre InSAN retrospectiva (isto é, sobre a experiência de InSAN vivida pelos AF nas quatro semanas anteriores ao inquérito). O agrupamento das respostas foi feito com base no que está formulado no questionário desenhado e usado para a colecta de dados (veja-se anpêndice 1) bem como, diga-se, na sensibilidade de busca pelo investigador, de informação retrospectiva sobre se, nas últimas quatro semanas, o “AF se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?”. As respostas foram agrupadas em “Não”, “Raramente”, “Algumas vezes” e “Regularmente”. As respostas foram correlacionas com o conteúdo do registo das observações feitas durante as visitas aos agregados familiares na linha da Observação Participante. Com efeito, cerca de de 29% de agregados familiares do DM de KaNyaka informaram não terem tido preocupação relacionada com falta de alimentos contra 59% de AF do DM de KaTembe.

Por outro lado, os resultados mostraram que os agregados familiares têm acesso, em geral, aos produtos que fazem parte do cabaz alimentar básico recomendado pelo Ministério da Saúde, como foi referido acima.

Figura 4.1: Resumo da distribuição¹⁴ percentual de respostas dos AF de KaNyaka e KaTembe às perguntas sobre o indicador escalar HFIAS sobre InSA , 2017, 2018.



Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito no distrito municipal de KaNyaka, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

¹⁴ Vide Quadro que mostra a Tabulação das respostas dos agregados familiares ao indicador escalar de Insegurança Alimentar (HFIAS), nos Distritos Municipais de KaNyaka KaTembe, 2017-2018.

Neste capítulo foi, ainda, analisada, em particular, a questão da diversidade da dieta alimentar e a frequência com que os agregados familiares consumiram determinados alimentos. Foi analisado o comportamento do indicador HDDS pois este permite fazer análise dos dados sobre o consumo de alimentos nas últimas 24 horas. Segundo a recomendação da FAO, o número máximo de grupos de alimentos é 12 ou seja o aumento no valor médio de grupos diferentes de alimentos consumidos fornece uma medida quantificável da melhoria do acesso do agregado familiar a estes. Os valores (*scores*) do indicador HDDS foram calculados somando o número de grupos de alimentos consumidos durante as últimas 24 horas, conforme descrito e recomendado por (Krebs-Smith et al, 1987 apud Rathnayake et al, 2012:2) e Ruel, 2002a). Segundo estes autores, a diversidade alimentar é, assim, geralmente medida usando uma simples contagem de alimentos ou grupos de alimentos durante um determinado período de referência. Em aditamento, Ruel, M. T., (2002b: 3912S) observa que o período de referência varia, normalmente de 1 a 3 dias, sendo, porém aceitável, até 7 dias. O autor em referência acrescenta, ainda, que embora a maioria das medidas de diversidade dietética consista numa simples contagem de alimentos ou grupos de alimentos, algumas escalas desenvolvidas nos chamados países vias de desenvolvimento tomam em consideração o número de refeições preparadas com base em diferentes grupos de alimentos. Esta perspectiva analítica foi desenvolvida com detalhe por Guthrie & Scheer (1981: 892-894).

O Quadro 4.1 apresenta os diferentes grupos de alimentos recomendados pela FAO e a percentagem de respostas dos agregados familiares sobre o consumo ou não de tais produtos. Os produtos estão alinhados com as constantes do cabaz alimentar definido pelo MISAU.

Quadro 4.1: Grupos de Alimentos recomendados pela FAO vs respostas dos AF sobre se consomem ou não os produtos

Grupos de alimentos	Grupos de alimentos	Sim	Não
1	Pão, arroz, shima, massa esparguete, biscoitos, bolachas ou qualquer tipo de comida feito de milho miúdo, sorgo, milho, arroz, trigo.	56.6%	43.4%
2	Batata Reno, batata doce, inhame, mandioca, ou qualquer outro tipo de comida feita de tubérculos ou raízes.	60.2%	39.8%
3	Algum vegetal ou legume (repolho, couve, alface, tomate, cenoura, etc.).	58.5%	41.5%
4	Fruta	70.7%	29.3%
5	Came de vaca, carne de porco, carne de carneiro, carne de cabrito, coelho, porco selvagem, frango, pato, outras aves, fígado, rim, coração, ou outras partes de alguma carne.	67.5%	32.5%
6	Ovos	57.7%	42.3%
7	Algum peixe fresco ou seco ou outro tipo de marisco.	64.2%	35.8%
8	Algum tipo de comida feita de feijão, ervilhas, lentilhas, ou amêndoas.	64.2%	35.8%
9	Queijo, leite ou outro derivado de leite.	63.4%	36.6%
10	Alguma comida feita de óleo, gordura ou manteiga.	62.6%	37.4%
11	Açúcar ou mel.	47.2%	52.8%
12	Qualquer outro tipo de comida ou complemento como café, chá, milo, etc.	64.2%	35.8%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do inquérito no distrito municipal de KaNyaka, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

Os resultados do estudo mostraram, por outro lado, que a agricultura e pesca e, em segundo lugar, o comércio são as actividades mais praticadas pela população local e constituem as principais fontes de rendimento, alimentação e sustento dos agregados familiares, tanto em KaNyaka assim como em KaTembe. A pesca e a agricultura ocupam, em média, cerca de 29% dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka e cerca de 23% dos AF de KaTembe. O peixe, que é uma das principais fontes de alimento e de receitas em ambos Distritos Municipais, o qual é vendido, maioritariamente, no mercado local ou na cidade de Maputo. Em KaNyaka cerca de 64% dos AF consome, preferencialmente, peixe seco. Entretanto a pecuária, embora em pequena escala, é uma das actividades desenvolvidas pelos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe. A posse ou acesso a bens como terra, gado, transporte e outros bens de uso doméstico, influenciam positivamente, embora de forma diferenciada, a Segurança Alimentar dos agregados familiares e, por conseguinte, a qualidade de vida destes. Por exemplo, a posse da terra contribui fortemente para a renda e para os meios de subsistência. Isto é muito notório em África, (idem Jayne, et al, op. cit.). Este fenómeno foi observado, igualmente, nos Distritos Municipais de KaNyaka e Katembe. Por outro lado, o desenvolvimento da pecuária contribui grandemente na melhoria da Dieta alimentar e da SA dos AF pois o consumo de carnes contribui para o fornecimento de energia no organismo e, a venda de animais (carne) gera receitas (dinheiro) que por sua vez podem ser usados para a aquisição de outros bens, como refere, Smith J., et al (2013:10). Ademais, os AF dos DM estudados possuem outro tipo de bens como rádios, telefones celulares, fogões, etc. melhoram o bem-estar da família que, de forma indirecta, contribuem para o bem-estar emocional e cultural dos AF e auxiliam estes na busca e troca de informações, facilitando, assim, a tomada de decisões, (Silvestri S., et al (2012) & Bryan E., et al, (2009).

Como afluído no capítulo III, foi explorada a correlação entre as variáveis, usando o rácio r de Spearman que é semelhante ao de Pearson, mas que é mais usado para examinar associações não paramétricas. Assim, o indicador escalar HFIAS foi ajustado de modo que uma pontuação (entenda-se rácio) mais alta indique maior Insegurança Alimentar enquanto *scores* mais altos do indicador HDDS indicam maior diversidade alimentar e, portanto, menor Insegurança Alimentar.

4.2. Nível de consumo e acesso a alimentos pelos agregados familiares

A produção agrícola de culturas proporciona, aos agregados familiares alimentos que podem contribuir para reforçar o conjunto de alimentos para o seu consumo. Nesta perspectiva, ela (a produção agrícola de culturas) pode ser tomada, tal como consideramos neste estudo, como

um importante indicador de disponibilidade de alimentos e, de certo modo, como um elemento que ajuda a aferir sobre o acesso a alimentos, especialmente para os DM de KaNyaka e KaTembe, que possuem um misto de hábitos alimentares (e de consumo) influenciados pelo estilo de vida urbano e rural.

Esta pesquisa avaliou indicadores indirectos de produção de culturas agrícolas, como, por exemplo, a percentagem de agregados familiares cujo consumo de alimentos depende não só da pesca, mas, e em grande medida, de culturas produzidas na machamba. De facto, e tal como referimos no capítulo I desta tese e em alinhamento com Jenkins e Scanlan (2001, op. cit.) a disponibilidade de alimentos, porque condição necessária do acesso a alimentos, pode ser, por outras palavras, tomada como premissa maior para o acesso a estes. É que, reiterando o que dissemos no capítulo I, nos casos de KaNyaka e KaTembe a questão de “disponibilidade” pode ser vista, ainda, em duas perspectivas: (i) a disponibilidade como premissa para o acesso e utilização de alimentos, e (ii) a disponibilidade como resultado da produção agrícola familiar vs sua comercialização. A Figura 4.2 mostra alguns dos produtos consumidos e comercializados no mercado informal do DM de KaTembe, podendo destacar-se alguma fruta (neste caso laranja, papaia e ananás).

Figura 4.2: Tipos de produtos vendidos no mercado informal do DM de KaTembe

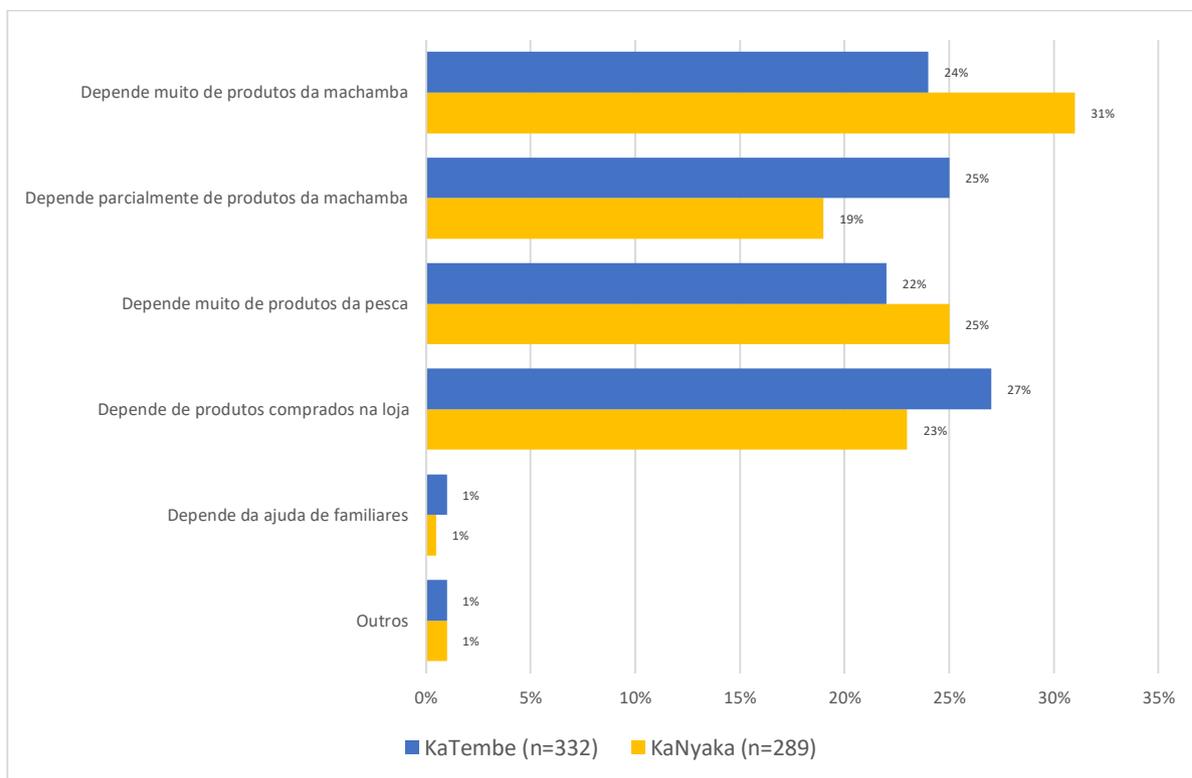


Fonte: <https://hungrycities.net/crossing-realities-experience-qes-waterloo-canada/>
(tomado do Blog do autor da tese)

Como está ilustrado na Figura 4.3 cerca de 32% dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka depende muito do consumo de produtos provenientes da machamba (ou seja, da agricultura) enquanto que 24% dos AF do DM de KaTembe dependem, igualmente, do consumo de produtos oriundos da machamba. Entretanto, os agregados familiares de KaTembe (cerca de 28%) consomem mais produtos comprados nas lojas ou no mercado informal, contra 20%

dos AF de KaNyaka, o que pode estar a reflectir o facto de KaTembe estar, potencialmente, mais influenciado pelos hábitos da Cidade de Maputo (parte continental) dadas as facilidades resultantes da entrada em funcionamento da Ponte Maputo-KaTembe que acelerou e melhorou o fluxo e circulação de pessoas e bens.

Figura 4.3: Percentagem de agregados familiares que declararam depender da proveniencia dos produtos que consomem, 2017 - 2018.



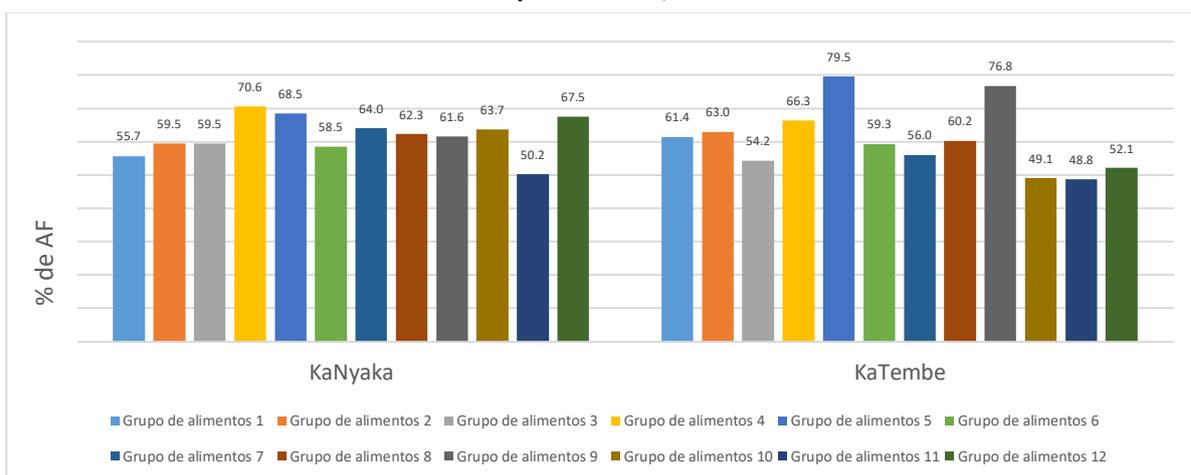
Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito nos Distritos municipal de KaNyaka e KaTembe, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

O que foi referido anteriormente pode, por um lado, reflectir a capacidade dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaTembe terem maior poder de compra que os de KaNyaka ou, por outro lado, o facto de, como foi mencionado, ter melhorada a circulação, acesso e trocas comerciais com as pessoas da parte continental da Cidade de Maputo. Aliás, o nível de receitas (expresso em salário) dos agregados familiares de KaTembe pode estar a influenciar o poder de compra dos seus agregados familiares e, assim, o acesso destes a alimentos. Ademais, a proximidade à Cidade de Maputo e, sobretudo, as facilidades criadas com a existência da Ponte Maputo-KaTembe podem, também, explicar o maior acesso a produtos comercializados nas lojas. Já em relação ao consumo de produtos provenientes da pesca, os dados recolhidos mostram que os agregados familiares de KaNyaka (cerca de 25%) consomem mais produtos da pesca que os do DM de KaTembe (cerca de 22%). Na verdade, e como foi mencionado no capítulo I, o problema de Segurança Alimentar e, por conseguinte, de Insegurança Alimentar não pode ser visto apenas em termos de escassez ou falta de

alimentos, mas, como aludiram Leonor e Pacheco (2008, op. cit.) “nas desigualdades na distribuição dos alimentos”. Esta ideia, está em consonância, com a perspectiva teórica apresentada por (Sen, 1981: 45-51), sobre o que chamou de “direito à alimentação”. Nessa perspectiva, a noção de Segurança Alimentar passou a ser construída e, inicialmente, assente sobre a ideia de acesso aos alimentos (idem Leonor & Pacheco, op cit.). O acesso diferenciado a alimentos nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe está, também, relacionado com a distribuição destes. A este respeito, é de referir, por exemplo, que a localização geográfica do DM de KaNyaka, agravado pelos limitantes meios de transporte de e para aquela Ilha, reduz, em larga medida, a sua capacidade de acesso a alimentos diversificados e, até, de realização de trocas comerciais com a Cidade de Maputo. Destaca-se, nesta linha, que cerca de 40% dos produtos pesqueiros frescos (em particular o peixe) são vendidos na Cidade de Maputo (na zona do Porto de Maputo). Os agregados familiares inquiridos, sobretudo os do Distrito Municipal de KaNyaka, reportaram consumir, preferencialmente, peixe seco, contrariamente aos de KaTembe. Ao que parece, tal não está, necessariamente, relacionado com o acesso à electricidade.

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram não haver diferenças substanciais em termos de variação e diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Observa-se, entretanto, que em KaNyaka os agregados familiares consomem, para além de peixe, quase sempre presente nas suas refeições, também fruta e carne (alimentos dos Grupos 4, 5 e 7) enquanto os de KaTembe (que também consomem muito peixe e outros mariscos) carne, leite (e seus derivados) e vegetais (alimentos dos Grupos 3, 5 e 7), Figura 4.4. Tal mostra que, de certo modo, os agregados familiares consomem alimentos ricos em nutrientes. Provavelmente o consumo desses alimentos não é feito em quantidades suficientes por se tratar de alimentos, que não fazem parte dos seus “hábitos alimentares” e, por isso, o seu consumo não ser, digamos, atractivo para as pessoas. O MISAU, (s.a) referido pelo SETSAN (2013, p. 50) recomenda, por exemplo, o consumo mensal, por agregado familiar, de 3kg de arroz, 9,1 kg de farinha de milho, 2 kg de feijão seco, 0,5 kg de amendoim, 3,3 kg de peixe seco, 0,5 litro de óleo, 1,2 kg de açúcar, 1 kg de sal, 3,4 kg de vegetais e 3,6 kg de frutas da época. O consumo destes alimentos nestas quantidades pode assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional dos agregados familiares.

Figura 4.4: Distribuição de scores (por grupos de alimentos) do indicador de Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018



Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito nos Distritos municipais de KaNyaka e KaTembe, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

Embora em graus diferenciados, os dados recolhidos nos agregados familiares destes dois distritos municipais mostram, entretanto, que estes estão em exercício do que Sen (1981, op. cit) chamou de “abordagem de direito”. Ademais os contributos teóricos Alex De Waal (1990, op. cit.) sobre o que designa “abordagem de capacidade” de acesso e consumo de alimentos e Chambers & Conway (1991, op. cit.) referem como sendo a “abordagem de meios de subsistência” acoplam-se com o que os resultados espelham. No nosso entendimento resultante da análise e interpretação dos dados recolhidos no âmbito deste estudo, é de referir que: (i) os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, embora com limitações, exercem o poder, direito e liberdade de escolher o que comer; (ii) a seu nível, os agregados familiares têm capacidade de subsistir e, assim, poder resistir aos choques resultantes de flutuações no acesso e consumo de alimentos; e (iii) Entretanto e em alinhamento com as observações críticas de De Waal (1990) notou-se que, de facto, “durante a fome, muitas pessoas preferem vender os bens alimentares que conseguem, em vez de consumi-los”. É, por exemplo, o caso de peixe que embora seja uma das principais opções alimentares dos dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe, são vendidos na Cidade de Maputo (parte continental). O peixe constitui uma das principais fontes de receitas. Sobre este assunto, o autor anteriormente referido usa a expressão “bens vitais” para referir-se aos “bens alimentares”. No nosso entender, isto reduz o acesso a alimentos e, por isso, a “capacidade” de consumo destes pelas pessoas (aqui entendidos como agregados familiares). Os dados/informações recolhidos durante a pesquisa espelham esta ideia, em ambos os distritos. Nesta linha, o autor desta Tese reitera o seu entendimento de que (a) nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe a questão da disponibilidade de alimentos como premissa

para o acesso e utilização destes, pode ser vista em duas dimensões: a disponibilidade de alimentos por via da produção agrícola familiar ou a disponibilidade destes por via da sua comercialização. É que a produção agrícola familiar e, por conseguinte, os produtos dela provenientes e/ou os provenientes da pesca são os que, de forma mais acentuada e frequente asseguram, em KaNyaka e KaTembe, o principal recurso de acesso e de utilização de alimentos pela população, o que Sen (1981, op cit.), no seu enfoque teórico sobre a abordagem de “direito à alimentação”, chamou, também, de direitos no acesso e utilização de alimentos. Na verdade, esse “direito” assegura o acesso aos meios de subsistência alimentar, tal como sugerem Chambers e Conway (1991, op. cit.), nas suas contribuições teóricas de abordagem de “meios de subsistência”; (b) de facto e rebuscando, ainda, a perspetiva de Sen (1981, op cit., loc. cit.), a disponibilidade de alimentos (o que é válido, também, para a população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe), embora não seja condição suficiente é, sim, uma condição necessária para a Segurança Alimentar da população. É que, antes de se preocuparem com o tipo de alimentos os agregados familiares, particularmente a pessoa ou as pessoas responsáveis por alimentar os membros dos AF, preocupam-se, isso sim e em primeiro lugar, por trazer algo para o consumo/alimento dos respectivos membros dos AF. Nas condições socioeconómicas do desenvolvimento dos referidos DM a produção agrícola familiar é uma importante base e fonte que assegura a disponibilidade e acesso aos alimentos, pois o produtor (tomado aqui, para efeitos analíticos, como “agregado familiar”) tem, ele próprio, o poder, direito e capacidade¹⁵ de decidir sobre a sua produção agrícola. E que tipo de decisões pode tomar? Em condições de falta de comida e fome, por não ter outra fonte alternativa e acessível de alimentos, a decisão “quase” inevitável é levar o que produziu à boca; e (c) a disponibilidade de alimentos vista na “dimensão comercial” suscita, nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, a consideração do factor distância aos centros comerciais e acesso a serviços. É que, dependendo da distância da população em relação aos principais Centros Comerciais (CC) (incluindo *Bazaras*¹⁶), o acesso pode ser condicionado pelo factor “proximidade” aos CC. O Quadro 4.2 que se segue apresenta alguns dos produtos/alimentos (e suas fontes) consumidos ou usados pelos agregados familiares inquiridos e observados nos DM de KaNyaka e KaTembe, para confeccionar os alimentos.

¹⁵Veja-se Sen (1981), De Waal (1990) e Chambers & Conway (1991).

¹⁶*Bazaras* (plural de *Bazara*) são mercados, na língua local. *Bazaras* incluem, também, os chamados mercados informais.

Quadro 4.2 Principais produtos/alimentos (e principais fontes) consumidos ou usados para confeccionar os alimentos nos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017 – 2018

DM de KaNyaka		DM de KaTembe	
<i>Principais Produtos/Alimentos consumidos</i>	<i>Principais Fontes</i>	<i>Principais Produtos/Alimentos Consum</i>	<i>Principais Fontes</i>
Arroz	(1) ou (2)	Arroz	(1)
Farinha de milho	(1) ou (2)	Farinha de milho	(1) ou (2)
Cebola, Tomate	(1)	Cebola, Tomate	(1)
Alface	(1)	Alface	(1)
Couve	(1)	Feijão Nhemba	(1) ou (2)
Feijão Nhemba	(1)	Cenoura	(1)
Cenoura	(1)	Matapa	(1)
Peixe	(3)	Peixe	(3)
Carne	(4)	Carne	(4)
Matapa	(1)	óleo	(2)
óleo	(2)	Camarões	(3)
Macaroca	(1)	Folhas de abóbora	(1)

Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos resultados do Inquerito realizado no âmbito deste estudo, 2017-2018
 Legenda:

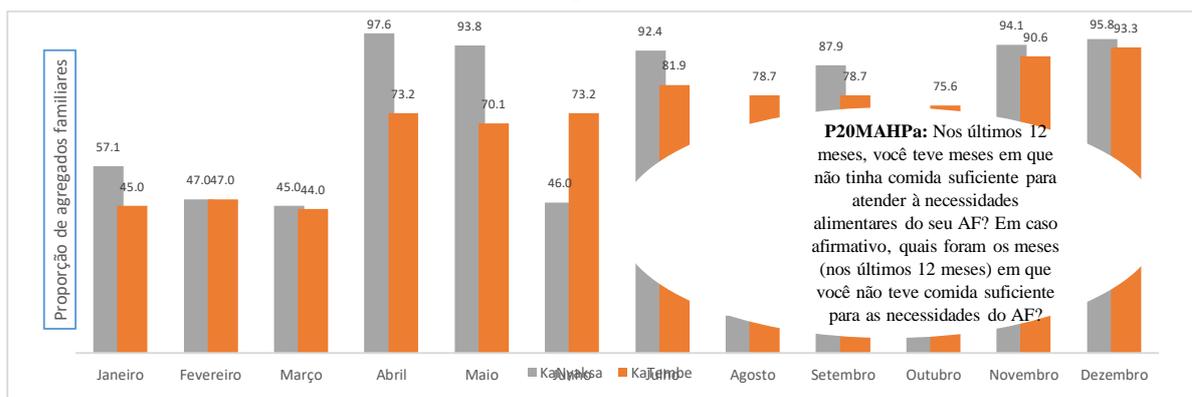
- (1) = Machamba/Agricultura
- (2) = Loja (comprado na Loja ou *Bazara*)
- (3) = Pesca
- = Loja (comprado na Loja ou *Bazarra*) ou Criação

Para melhor compreender a estrutura que caracteriza a variação do consumo de alimentos pelos agregados familiares ao longo do ano e, em particular nos doze meses anteriores à realização do inquérito, os agregados familiares foram solicitados a informar se houve meses em que não tiveram comida suficiente para atender às necessidades alimentares do seu AF. A informação obtida permitiu compôr os dados para o indicador MAHFP (*Months of Adequate Household Food Provisioning*) o qual permite, por sua vez, captar mudanças na capacidade do agregado familiar garantir que a comida esteja disponível durante o ano e acima de um nível mínimo. Ele ajuda a verificar a existência ou não de flutuações nos níveis de Insegurança Alimentar dos AF, ao longo do ano. Durante o inquérito, os agregados familiares foram, em particular, convidados a identificar em que meses (nos doze meses anteriores ao inquérito) não tiveram acesso a alimentos suficientes para satisfazer as necessidades alimentares seu agregado familiar. Os dados recolhidos estão sistematizados na Figura 4.5 que se segue na qual se pode observar que no Distrito Municipal de KaNyaka os meses de Fevereiro, Março, Junho, Agosto e Outubro são aqueles em que cerca de 46% dos AF tiveram inadequada provisão de alimentos, enquanto os meses de Abril, Maio, Julho, Setembro, Novembro e Dezembro foram os meses de maior provisão de alimentos (cerca de 54% do agregados familiares). Por outro lado, no DM de KaTembe, Janeiro, Fevereiro e Março foram os meses em que cerca de 44% dos AF tiveram inadequada provisão de alimentos. Entretanto, nos meses de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro cerca de 56% de AF deste distrito tiveram maior provisão de alimentos. Acrescenta-se, ainda,

que alguns destes meses são aqueles em que os AF preparam e passam a quadra festiva de Ramadan ou Natal ou Fim de ano. Sobre isto Kennedy, Ballard e Dop, (2013: 10) anotam que em períodos festivos como por exemplo Natal e Ramadan os padrões de consumo dos AF podem ser atípicos durante, isto é, não consomem alimentos que fazem parte da sua Dieta regular. É que, adiantam os autores anteriormente referidos, é muito provável que, nestas alturas, o consumo de alimentos não reflecta uma dieta típica, ou seja, dieta que corresponde ao consumo de alimentos do dia-a-dia do AF.

Embora em graus diferenciados, os dados recolhidos nos agregados familiares destes Distritos Municipais mostram, entretanto, que os AF estão em pleno exercício do que Sen (1981, op. cit) chamou de “abordagem de direito”, Alex De Waal (1990, op. cit.) “abordagem de capacidade” de acesso e consumo de alimentos e Chambers & Conway (1991, op. cit.) referem como sendo a “abordagem de subsistência” que, no nosso entendimento resultante da análise e interpretação dos dados recolhidos no âmbito deste estudo, os agregados familiares dos distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, exercem o poder, direito e têm capacidade de subsistir e, assim, poder resistir aos choques resultantes de flutuações no acesso e consumo de alimentos. Entretanto e como que a sua crítica ao enfoque teórico de Amartya Sen (1981) sobre o que chamou de “direito à alimentação”, Alex De Waal (1990), na sua contribuição crítica ao enfoque teórico de de Sen asseverava que “durante a fome, muitas pessoas preferem vender os bens alimentares que conseguem, em vez de consumi-los”. Sobre este assunto, De Waal (1990, op. cit.) usa a expressão “bens vitais” para referir-se aos “bens alimentares”. No nosso entender, isto reduz o acesso a alimentos e, por isso, a “capacidade” de consumo destes pelas pessoas (aqui entendidos como agregados familiares). Os dados/informações recolhidos durante a pesquisa espelharam esta ideia.

Figura 4.5: Proporção de agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe de acordo com a sua capacidade de provisão de alimentos (MAHFP), por mês, 2017-2018



Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base nos dados do inquérito nos Distritos municipal de KaNyaka e KaTembe, realizado no âmbito da preparação desta tese, 2017-2018.

A análise, feita neste capítulo, do nível de acesso *versus* consumo diversificado de alimentos pelos agregados familiares dos distritos municipais de KaNyaka e KaTembe, focalizou, essencialmente, na questão de verificar se o tipo de alimentos consumidos faz parte dos grupos de alimentos actualmente recomendados no cabaz alimentar da FAO que se assemelha ao indicado pelo MISAU, de modo a ter uma dieta alimentar diversificada e adequada. Tal foi porque o cabaz recomendado pela FAO não está desalinhado com o do MISAU e este, por sua vez, alinha com o que Scautolino (2016 et al) classifica como correspondendo aos ‘hábitos alimentares’ das pessoas. Por outro lado, o cálculo dos *scores* do indicador HDDS baseou-se, igualmente, nos grupos de alimentos propostos pela FAO/FANTA. Porém, não há, ainda, consenso internacional sobre que grupos de alimentos incluir para a determinação das pontuações (*scores*). Os resultados de novas pesquisas em curso, poderão propor e justificar a mudança ou não dos grupos actualmente considerados. (Swindale & Bilinsky, 2006: 1).

4.3. Resumo do capítulo IV

Ao longo deste capítulo são apresentados e analisados os resultados deste estudo, numa perspectiva de discutir a questão de acesso e consumo de alimentos pelos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Neste capítulo, é feita referência às respostas dos agregados familiares à série de perguntas do indicador escalar HFIAS sobre Insegurança Alimentar, as quais, para efeitos analíticos, foram agrupadas em quatro categorias de respostas sobre InSA retrospectiva (isto é, sobre a experiência de InSA vivida pelos AF nas quatro semanas anteriores ao inquérito). O agrupamento das respostas foi feito com base no que está formulado no questionário desenhado e usado para a colecta de dados (veja-se apêndice 1) bem como, diga-se, na sensibilidade de busca pelo investigador, de informação retrospectiva sobre se, nas últimas quatro semanas, o “AF se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?”. As respostas foram agrupadas em “Não”, “Raramente”, “Algumas vezes” e “Regularmente”. As respostas foram correlacionadas com o conteúdo do registo das observações feitas durante as visitas aos agregados familiares na linha da Observação Participante. Com efeito, cerca de 29% de agregados familiares do DM de KaNyaka informaram não terem tido preocupação relacionada com falta de alimentos contra 59% de AF do DM de KaTembe. Foi, ainda, analisada, em particular, a questão da diversidade da dieta alimentar e a frequência com que os agregados familiares consumiram determinados alimentos. Foi analisado o comportamento do indicador HDDS pois este permite fazer análise dos dados sobre o consumo de alimentos.

Segundo a recomendação da FAO, o número máximo de grupos de alimentos é 12 ou seja o aumento no valor médio de grupos diferentes de alimentos consumidos fornece uma medida quantificável da melhoria do acesso do agregado familiar a estes. Os valores (*scores*) do indicador HDDS foram calculados somando o número de grupos de alimentos consumidos durante as últimas 24 horas, conforme descrito e recomendado por (Krebs-Smith et al, 1987 apud Rathnayake et al, 2012:2) e Ruel, 2002a). Segundo estes autores, a diversidade alimentar é, assim, geralmente medida usando uma simples contagem de alimentos ou grupos de alimentos durante um determinado período de referência. Em aditamento, Ruel, M. T., (2002b: 3912S) observa que o período de referência varia, normalmente de 1 a 3 dias, sendo, porém aceitável, até 7 dias.

Por outro lado, os resultados mostraram que os agregados familiares têm acesso, em geral, aos produtos que fazem parte do cabaz alimentar básico recomendado pelo Ministério da Saúde, como foi referido acima. Embora em graus diferenciados, os dados recolhidos nos agregados familiares destes dois distritos municipais mostram, entretanto, que estes estão em exercício do que Sen (1981, op. cit) chamou de “abordagem de direito”. Ademais os contributos teóricos Alex De Waal (1990, op. cit.) sobre o que designa “abordagem de capacidade” de acesso e consumo de alimentos e Chambers & Conway (1991, op. cit.) referem como sendo a “abordagem de meios de subsistência” acoplam-se com o que os resultados espelham. No nosso entendimento resultante da análise e interpretação dos dados recolhidos no âmbito deste estudo, é de referir que: (i) os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, embora com limitações, exercem o poder, direito e liberdade de escolher o que comer; (ii) a seu nível, os agregados familiares têm capacidade de subsistir e, assim, poder resistir aos choques resultantes de flutuações no acesso e consumo de alimentos; e (iii) Entretanto e em alinhamento com as observações críticas de De Waal (1990) notou-se que, de facto, “durante a fome, muitas pessoas preferem vender os bens alimentares que conseguem, em vez de consumi-los”. É, por exemplo, o caso de peixe que embora seja uma das principais opções alimentares dos dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe, são vendidos na Cidade de Maputo (parte continental). O peixe constitui uma das principais fontes de receitas. Sobre este assunto, o autor anteriormente referido usa a expressão “bens vitais” para referir-se aos “bens alimentares”. No nosso entender, isto reduz o acesso a alimentos e, por isso, a “capacidade” de consumo destes pelas pessoas (aqui entendidos como agregados familiares). Os dados/informações recolhidos durante a pesquisa espelham esta ideia, em ambos os distritos. Nesta linha, o autor desta Tese reitera o seu entendimento de que (a) nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe a questão da disponibilidade de

alimentos como premissa para o acesso e utilização destes, pode ser vista em duas dimensões: a disponibilidade de alimentos por via da produção agrícola familiar ou a disponibilidade destes por via da sua comercialização. É que a produção agrícola familiar e, por conseguinte, os produtos dela provenientes e/ou os provenientes da pesca são os que, de forma mais acentuada e frequente asseguram, em KaNyaka e KaTembe, o principal recurso de acesso e de utilização de alimentos pela população, o que Sen (1981, op cit.), no seu enfoque teórico sobre a abordagem de “direito à alimentação”, chamou, também, de direitos no acesso e utilização de alimentos. Na verdade, esse “direito” assegura o acesso aos meios de subsistência alimentar, tal como sugerem Chambers e Conway (1991, op. cit.), nas suas contribuições teóricas de abordagem de “meios de subsistência”; (b) de facto e rebuscando, ainda, a perspetiva de Sen (1981, op cit., loc. cit.), a disponibilidade de alimentos (o que é válido, também, para a população dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe), embora não seja condição suficiente é, sim, uma condição necessária para a Segurança Alimentar da população. É que, antes de se preocuparem com o tipo de alimentos os agregados familiares, particularmente a pessoa ou as pessoas responsáveis por alimentar os membros dos AF, preocupam-se, isso sim e em primeiro lugar, por trazer algo para o consumo/alimento dos respectivos membros dos AF. Nas condições socioeconómicas do desenvolvimento dos referidos DM a produção agrícola familiar é uma importante base e fonte que assegura a disponibilidade e acesso aos alimentos, pois o produtor (tomado aqui, para efeitos analíticos, como “agregado familiar”) tem, ele próprio, o poder, direito e capacidade de decidir sobre a sua produção agrícola. E que tipo de decisões pode tomar? Em condições de falta de comida e fome, por não ter outra fonte alternativa e acessível de alimentos, a decisão “quase” inevitável é levar o que produziu à boca; e (c) a disponibilidade de alimentos vista na “dimensão comercial” suscita, nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, a consideração do factor distância aos centros comerciais e acesso a serviços. É que, dependendo da distância da população em relação aos principais Centros Comerciais (CC) (incluindo *Bazaras*¹⁷), o acesso pode ser condicionado pelo factor “proximidade” aos CC. Ademais, os agregados familiares inquiridos, sobretudo os do Distrito Municipal de KaNyaka, reportaram consumir, preferencialmente, peixe seco, contrariamente aos de KaTembe. Ao que parece, tal não está, necessariamente, relacionado com o acesso à electricidade. Adicionalmente, o acesso diferenciado a alimentos nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe está, também, relacionado com a distribuição destes

¹⁷ *Bazaras* (plural de *Bazara*) são mercados, na língua local. *Bazaras* incluem, também, os chamados mercados informais.

CAPÍTULO 5: INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE KANYAKA E KATEMBE: UMA AFERIÇÃO SOBRE SIMILARIDADES E DIVERSIDADE DA DIETA ALIMENTAR DOS AGREGADOS FAMILIARES (PRIMEIRO DEFINIR O CONCEITO DE DIVERSIDADE E SIMILARIDADE)

5.1. Introdução

Neste capítulo é abordada a questão da Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe na perspectiva de procurar fazer uma aferição sobre a existência de similaridades e diversidade da Dieta alimentar dos agregados destes distritos isto é, verificar se os factores que influenciam a Insegurança Alimentar em cada um destes DM são similares ou, no sentido de consumo de alimentos, próximos, tendo em consideração que o indicador de Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares (*HDDS*) representa o número pontuações (*score*) de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares durante um determinado período tomado como referência. Swindale e Bilinsky (2006:5-7), referem e aconselham, a este respeito, que o *HDDS* é um bom indicador *proxy* porque permite, entre outros,

- (i) obter informações sobre a diversidade alimentar nos agregados familiares, com recurso a perguntas a nível individual ou do agregado familiar;
- (ii) verificar o facto de que uma Dieta mais diversificada está associada a muitos factores;
- (iii) as perguntas sobre a diversidade alimentar podem ser feitas, não somente a nível do AF mas também individual, o que permite examinar os níveis de Segurança Alimentar no agregado familiar. Indicador *proxy* é uma medida escalar indirecta ou cálculo aproximado de um fenómeno que é usado na ausência de uma medida ou cálculo directo.

Este indicador, também designado de indicador indirecto, é uma medida *proxy* de acesso aos alimentos pelos agregados familiares, podendo medir, ainda, o nível socioeconómico destes. Normalmente, uma Dieta que inclua, pelo menos, 4 grupos diferentes é considerada como sendo nutricionalmente adequada, (La Vicchia, Altieri e Tavani, 2001: 265).

Por outro lado e em termos conceptuais, tomaremos o entendimento de (Medin, Goldstone, & Gentner, (1990: 9) sobre “similaridade” para quem similaridade é “...similaridade e diferenças são oposições naturais e a base da similaridade está no

compartilhamento de partes ou propriedades dos objetos”. Esta perspectiva com a qual alinhamos é reforçada por Tversky (2004), para quem

A similaridade dos objetos aumenta na medida em que características comuns são adicionadas ou características distintas são supressas. Entretanto, quando observadas em relação a um contexto específico, apenas algumas das características são relevantes. Portanto, elementos relacionados seja ao objeto seja ao alvo da percepção, ao observador como ao contexto condicionam quais características são salientes e relevantes para a avaliação de similaridade e de dissimilaridade e o peso relativo dessas características (pp. 7-9).

A diversidade de consumo de alimentos foi entendida, neste estudo, como uma medida qualitativa do consumo destes. Ela vai reflectir, ao longo das nossas análises, o acesso pelos agregados familiares a uma diversidade (variedade) de alimentos. Esta variedade deve ser vista, naturalmente, dentro dos contextos culturais em que os AF vivem e, portanto, as pessoas se relacionam. Nesta linha, (...), (Bernardo, Proença, Fiates & Calvo, (2011), referem que

(...) há também a perspectiva da cultura, que considera, entre outras questões, a diversidade das práticas alimentares. (...) a definição do que é ou não comestível pode diferir entre as diferentes culturas, (pp. 105-107).

Na linha compreensiva do que foi acima afluado, calculou-se e analisou-se o número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares (como mostra a Figura 4.3 do capítulo IV), ao invés de se analisar, apenas e individualmente, o número de diferentes tipos de alimentos consumidos. Tal ajudou a verificar melhor a qualidade da Dieta Alimentar e saber, por exemplo, que os agregados familiares, de KaNyaka e KaTembe consomem, pelo menos, uma média de três a quatro grupos de alimentos diferentes, ou seja os agregados familiares destes DM têm uma Dieta Alimentar algo diversificada. Esta informação é, qualitativamente, mais importante pois fornece elementos sobre a qualidade do que é consumido. Contudo e em geral, os resultados sugerem que as famílias em estado de Segurança Alimentar têm maior diversidade de culturas alimentares, ou seja, neste caso, os AF de KaTembe diversificam relativamente mais a sua Dieta Alimentar que os de KaNyaka, embora a diferença não seja significativa. Trata-se de culturas que são produzidas pelos agregados familiares com o objectivo de serem consumidos por estes. O cultivo desses alimentos é, muitas vezes, incentivado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, como forma de motivar as famílias a cultivarem e produzirem alimentos recomendados e que integram o cabaz alimentar recomendado pelo MISAU.

A diversificação de culturas é uma estratégia que permite aos agregados familiares lidar com as mudanças nos meios de subsistência (Place et al, 2006: 199-200). A capacitação (nível de formação) também desempenha um papel importante na facilitação da adoção de culturas alternativas, (CCAFS: Annual Report 2014).

De acordo com os resultados do inquérito, a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, mostrando por isso, a existência de similaridades (na diversidade) quanto aos seus níveis. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar são, estatisticamente, pouco significativos.

A relativa proximidade numérica, reflectida nos valores das pontuações (*scores*) dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar de em ambos os Distritos Municipais pode significar uma espécie de identidade quanto à estrutura de consumo e acesso a alimentos pelos AF de KaNyaka e KaTembe o que, também, reforça, no nosso entendimento, a aceitação da nossa hipótese sobre a existência de similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles dois Distritos Municipais, em resultado do consumo de alimentos do mesmo grupo.

5. 2. Segurança e Insegurança Alimentar aos olhos dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe: As vozes dos entrevistados inseguros e os seguros em termos alimentares.

Como referem Ouverney-King & De Souza (2014:2) de um modo geral e há muito tempo, o ‘comer’, sempre esteve ligado a uma dimensão tripartida: comer por hábito, comer por necessidade e/ou comer por prazer. Acima de tudo, os alimentos e a forma como são manipulados até chegarem à mesa representam a cultura de um país, de um povo e de uma região. Dependendo do que se come e como se come, pode-se estar a enganar” ou reproduzir a fome. Dito por outras palavras e alinhando com De Freitas (2003),

a fome é produzida pelas condições sociais, económicas e políticas dadas por um modelo estrutural e/ou conjuntural, correspondente ao poder aquisitivo, a produção de alimentos e os efeitos das crises económicas sobre a pobreza. A fome crônica torna-se a expressão de uma sociedade com desigualdades extremas, cuja erradicação implicaria, necessariamente, transformações sociais. (p. 34).

O consumo dos chamados alimentos seguros nem sempre é colocado em questão pelos agregados familiares não sendo, por vezes, entendido por estes como o consumo de produtos

ricos em nutrientes, mas sim os que consideram ou classificam como sendo “comida saborosa” (comida preparada com base em alimentos preferidos pelos membros dos agregados familiares) ou a que faz parte do seu menú habitual. Esta percepção dos agregados familiares está associada ao que Poulain & Proença (2003: 256) referem como sendo “hábitos culturais alimentares das pessoas”. Ésta ideia é corroborada por Gustafson et al (2016, op. cit), a questão do sabor (gosto), custo (preço) e normas culturais são factores influenciadores das escolhas ou opções de alimentos pelo consumidor, ou seja, pelos agregados familiares.

As actividades económicas predominantes e que contribuem mais na economia dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, são a agricultura e pesca, Give (2016: 63). Em KaNyaka o peixe consumido é, predominantemente, proveniente do mar enquanto na KaTembe é, principalmente, proveniente dos rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Incomáti, (idem Give, 2016).

Apesar da agricultura nos DM de KaNyaka e KaTembe ser importante como fonte de alimentos que perfazem a Dieta Alimentar dos agregados familiares destes DM, os habitantes destas áreas de estudo têm, de facto, como base de alimentação produtos do mar (peixe, crustáceos e moluscos) e do peixe e caranguejo captados no rio, como é o caso de KaTembe. A Figura 5.1 mostra as senhoras de KaTembe (localmente chamadas *Magwevas* – Revendedoras) vendendo peixe e (outro tipo de mariscos – caranguejo e camarão).

Figura 5.1: Senhoras (*Magwevas*) vendendo peixe e (outros mariscos – caranguejo e camarão), KaTembe, 2019.



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo na zona do mercado informal, KaTembe, 21/Abril/2019

Para a pesca usam-se barcos localmente fabricados, como ilustram as Figuras 5.2a e 5.2b. Entretanto e como que a sugerir uma divisão social de trabalho entre homens e mulheres, a pesca é feita por homens, no alto mar, ou nos rios e as mulheres tratam de coloca-lo no

mercado local ou trazê-lo para a zina continental da Cidade de Maputo onde vendem-no. Outra parte deste peixe fresco é usado para consumo/alimentação dos agregados familiares. Em KaNyaka as pessoas preferem, também, comer peixe seco.

Figura 5.2a: Barcos de pesca em direcção ao alto mar, KaNyaka, 2017.



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo na zona da praia, KaNyaka, 20/08/2017.

Figura 5.2b: Barcos de pesca preparados para navegar para a pesca ano rio Matola, KaTembe, 2019



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo na zona da praia, KaTembe, 21/Abril/2019

O peixe conseguido é trazido a terra e vendido pelos pescadores às senhoras *magwevas* que o colocam no mercado formal ou, preferencialmente, no informal, nas bancas instaladas nas bermas da estrada, em locais de maior circulação de pessoas dos potenciais. No caso de KaNyaka é, ainda, colocado no mercado municipal destinado, especialmente, à venda de peixe, além de outros produtos como ilustra a figuram as figuras 5.3a e 5.3b.

Figura 5.3a: Mercado Municipal destinado, especialmente, à venda de peixe, KaNyaka, 2017



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo na vila de KaNyaka, 19/08/2017.

Figura 5.3b: Mercado para venda de diversos produtos



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo na vila de KaNyaka, 19/08/2017.

Ao consumo de peixe e outros mariscos, adicionam-se outros alimentos que, não sendo alimentos comumente preferidos, conformam, também, o *menú* dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe.

De acordo com a descrição e constatações acima apresentadas, parece que o cabaz “padrão” de alimentos precisa de ser revisitado: será que verduras como “nhangana”, “Kakana”, “Tseque”, “Madledlele” e outros tipos de “Mukwane” feito com qualquer verdura

ou carne como a de “Ratazana”, gostosamente consumida, por exemplo, em algumas partes da província da Zambézia cabem na cesta ou grupos de alimentos recomendados pela FAO? Isto sugere que a questão do conceito de Segurança e Insegurança Alimentar, estas duas faces da mesma moeda, como referiram Maluf e Menezes (2001), continua, ainda, a clamar por refinados e mais profundos debates dos investigadores. Sobretudo na perspectiva da construção de consensos e do que Carvalho, AM (2007) chama “universalidade do conceito” de Segurança e Insegurança Alimentar, isto é, uma abordagem segundo a qual explicar os conceitos de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar interconexando-os com outros conceitos próximos, incluindo com os da sociologia, é um exercício que exige o que ele chama de “enfoque orientado numa linha de análise e avaliação integrada”, (idem Scanlan, 2003: 88-111). Essa abordagem deve considerar, como aconselha Harper (2003) a interacção dos sistemas sociais como responsável por grande parte das contribuições nos debates sobre Segurança Alimentar. Nesta mesma linha, Crow (1997: 1-133) refere que uma abordagem teórica interdisciplinar sobre Segurança e Insegurança Alimentar é melhor, sobretudo se se considerar que existem várias perspectivas de abordagem e explicações para a sua prevalência.

5.3. Insegurança Alimentar nos DM de KaNyaka e KaTembe: Que similaridades o estudo identificou?

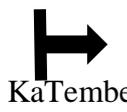
Nesta parte, e para a análise de similaridade *versus* diversidade da Dieta Alimentar dos agregados familiares, fizemos uso, com algumas adaptações, do descrito e recomendado por Krebs-Smith et al (1987, op. cit. apud Rathnayake et al, 2012, p. 2) e Ruel, (2002a, op. cit.). Estes valores (*scores*) do indicador HDDS foram calculados somando o número de grupos de alimentos consumidos durante as últimas 24 horas, conforme descrito e recomendado, ainda, por Krebs-Smith et al (1987) e Ruel, (2002a) acima referidos. Segundo estes autores, a diversidade alimentar é geralmente medida usando uma simples contagem de alimentos ou grupos de alimentos durante um determinado período de referência. O Quadro 4.1 apresenta os diferentes grupos de alimentos recomendados pela FAO e a percentagem de respostas dos agregados familiares sobre o consumo ou não de tais produtos. Assim, foram tomados, igualmente, tal como no capítulo IV, doze grupos de alimentos. Neste estágio, cada grupo foi enumerado de G_1 a G_n , onde G_n representa o grupo de alimentos de ordem n ($n=1 \dots 12$). Daqui resultou a atribuição $HDDS=G_1+G_2+G_3+G_4+G_5+G_6+G_7+G_8+G_9+G_{10}+G_{11}+G_{12}$. Para efeitos operacionais e de indexação das respostas, estas foram computarizadas de 0 a 1, onde “0” representou a resposta “não” do agregado familiar à pergunta P19HDDS do questionário,

sobre a classificação da diversidade da Dieta Alimentar do agregado e “1” representou a resposta “sim” à mesma pergunta.

Por outro lado, ao invés de se examinar, apenas e individualmente, o número de diferentes tipos de alimentos consumidos, foi calculado e analisado o número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares (como foi mostrado na Figura 4.4 do capítulo IV). Tal ajudou a inferir melhor sobre a combinação de diferentes associações de alimentos consumidos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe e sobre a qualidade da Dieta Alimentar e saber, por exemplo, que os agregados familiares de KaNyaka e KaTembe consomem combinações de, pelo menos, três ou quatro grupos de alimentos, havendo, quase inevitavelmente, coincidências em, pelo menos, um grupo de alimentos (veja-se Quadro 5.1). Isto significa, por outras palavras, que os agregados familiares destes Distritos Municipais têm uma dieta alimentar algo diversificada, mas, também, com similaridades no tipo de alimentos que consomem. Esta informação é, qualitativamente, mais importante pois fornece elementos sobre a qualidade e tipo do que é consumido. Adicionalmente anote-se, porém, que há sinais mostrando que os *scores* (pontuações) da Diversidade da Dieta Alimentar e o Estado Nutricional podem se correlacionar. Entretanto, essa relação encerra consigo, de facto, alguma inconsistência que pode ser atribuída a factores como, por exemplo, a variabilidade dentro do grupo de alimentos. Por isso neste estudo teve-se sempre em atenção a possibilidade de que o diagnóstico e a interpretação dos resultados da correlação podem induzir a conclusões inconsistentes ou erróneas. Foi por ter em conta esta observação que na análise dos dados sobre este indicador de Diversidade evitamos fazer interpretação rígidas sobre possível correlação entre Diversidade da Dieta Alimentar e Estado Nutricional, mesmo porque, também, o foco desta pesquisa não é o estudo do Estado Nutricional dos agregados familiares.

Os resultados do estudo mostraram, também, que cerca de 25% dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka consomem mais produtos da pesca (Grupo 7) enquanto os de KaTembe consome cerca de 22% de alimentos do mesmo Grupo 7. Por outro lado, cerca de 80% dos agregados familiares de KaTembe consomem alimentos do Grupo 1 (Pão, arroz, shima, massa esparguete, biscoitos, bolachas ou qualquer tipo de comida feito de milho, arroz, trigo), enquanto cerca de 69% de agregados familiares de KaNyaka consomem alimentos do mesmo Grupo. Estes produtos são, na sua maioria e em geral, comprados nas lojas ou bancas do mercado informal. Esta relativa diferença pode reflectir um certo fraco poder de compra dos AF de KaNyaka.

Quadro 5.1: Matrix de combinação de grupos de alimentos consumidos pelos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe

Distritos Municipais	Grupos de alimentos		
 KaNyaka KaTembe	G ₁	G ₂	G ₃
	G ₄	G ₅	G ₆
	G ₇	G ₈	G ₉
	G ₁₀	G ₁₁	G ₁₂

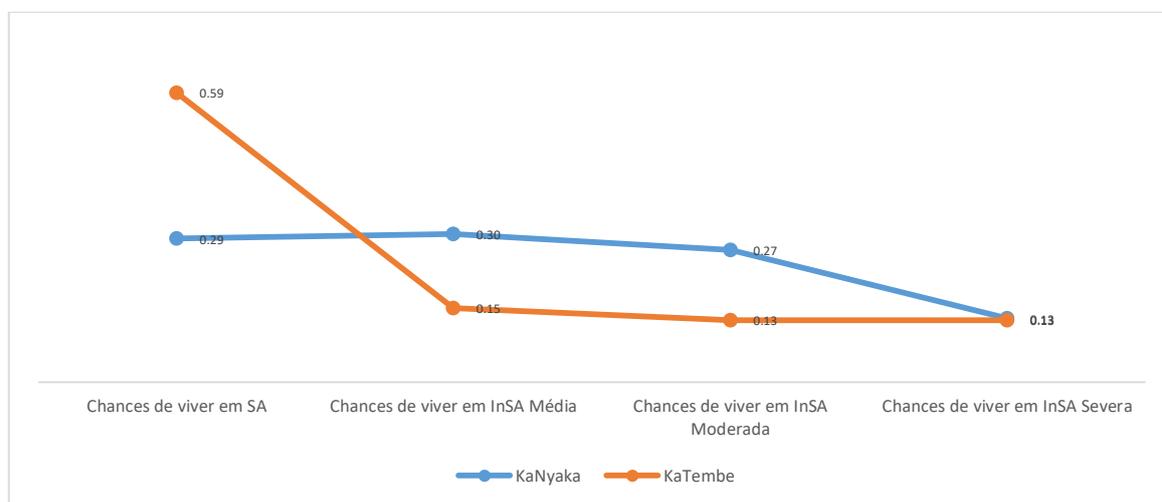
Fonte: Elaborado por Ezequiel Abrahamo com base em Vhurumuku, E., (2014, pp. 15-24) e Maxwell, D., Coates, J. & Vaitla, B., (2013, pp. 5-6).

Por outro lado, e apoiando-nos, ainda, em Hoddinott & Yohannes (2002, op. cit, p. 2-3), exploramos a associação entre o número de grupos de alimentos consumidos e as variáveis HFIAS e HDDS. Tal foi possível recorrendo a técnicas de regressão linear pois os indicadores HFIAS e HDDS são, como referido acima, variáveis (medidas) contínuas do grau de Insegurança Alimentar (sob o ponto de vista de acesso a alimentos pelos agregados familiares) nas últimas quatro semanas (30 dias) anteriores à visita de recolha de dados no AF respectivo. Como forma de verificar a consistência e robustez dos resultados da regressão linear na análise de similaridades, foi calculada a correlação e respectivos coeficientes (de Pearson e Spearman), tendo-se constado que, em geral e em ambos distritos, uma maior diversidade alimentar está associada a um aumento no consumo de alimentos do mesmo grupo pelos agregados familiares.

Os resultados, do inquérito mostraram, também, que a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente igual, podendo-se, por isso, inferir sobre similaridades ou semelhanças nos factores que condeterminam os níveis de Insegurança Alimentar naqueles distritos. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de SAN e InSAN são estatisticamente pouco significativas. A proximidade numérica dos níveis de SAN e InSAN de ambos os DM pode significar uma espécie de “identidade” quanto à estrutura de consumo e acesso a alimentos pelos AF de KaNyaka e KaTembe o que, também, pode, no nosso entendimento, mostrar a existência de similaridades no que pode estar a explicar os níveis de SAN e InSAN nos DM de KaNyaka e KaTembe. A pontuação (*score*) média para ambos os distritos é cerca de 25 (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe), não havendo, assim, diferenças estatisticamente significativas entre os dois distritos. Este resultado ajuda, a compreender que, de facto, em

ambos os distritos as diferenças podem ser, também “espúrias”. Aliás, os resultados das observações feitas alinham com esta asserção, pois o tipo de alimentos confeccionados (cozinhados) pelos agregados familiares observados pertence, em geral, à combinação dos mesmos grupos de alimentos. Adicionalmente, é de notar, ainda, que no Distrito Municipal de KaNyaka cerca de 23.2% dos agregados familiares inquiridos não “tiveram preocupação em não ter comida suficiente nas últimas quatro semanas” contrastando, entretanto, com os cerca de 54.2% de respostas dadas pelos AF de KaTembe, para a mesma pergunta. Como se pode observar na Figura 5.4, as chances dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe em experimentar situações de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar, mostram haver diversidade da dieta alimentar, sendo, entretanto, notório que os AF de KaTembe têm mais chances de estar em estado de SA comparativamente aos de KaNyaka. Esta asserção pode ser compreendida a partir da leitura do comportamento das linhas do gráfico. Com efeito, da esquerda para a direita as linhas do gráfico mostram amplitudes proporcionalmente iguais, podendo-se, por isso, inferir sobre a existência de similaridades tendo em conta essa mesma tendência que, até, leva a que as linhas do gráfico se cruzem em algum ponto. Este comportamento reflecte as relações expressas pela Matrix de combinação de grupos de alimentos consumidos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe. Mais do que igualdade numérica, o(s) ponto(s) de intersecção pode(m) representar o que Pinto & Forjaz (2013:12-15) chama de “ponto de estabilidade”. Por outro lado, observa-se que os agregados familiares de ambos os Distritos Municipais têm, proporcionalmente, as mesmas "chances" de experimentar situações de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar.

Figura 5.4: Chances (probabilidades) de experimentar situações de SA/InSA dos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe, 2017-2018.



Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados recolhidos no Inquerito realizado no âmbito deste estudo, 2017, 2018.

5.4. Resumo do capítulo V

De acordo com os resultados do inquérito, a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, mostrando por isso, a existência de similaridades quanto aos seus níveis. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar são, estatisticamente, pouco significativos. A verificação da existência de similaridades na Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foi possível através da determinação e análise do número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares o que ajudou a inferir melhor sobre a combinação de distintas associações de alimentos consumidos pelos AF dos DM de KaNyaka e KaTembe qualidade da Dieta Alimentar e saber, por exemplo, que os agregados familiares de KaNyaka e KaTembe consomem combinações de, pelo menos, três ou quatro grupos de alimentos, havendo, quase inevitavelmente, coincidências em, pelo menos, um grupo de alimentos . Isto significa, por outras palavras, que os agregados familiares destes Distritos Municipais têm uma dieta alimentar algo diversidade. Esta informação é, qualitativamente, mais importante pois fornece elementos sobre a qualidade do que é consumido.

Por outro lado, a proximidade numérica dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar de ambos os distritos pode significar uma espécie de identidade quanto à estrutura de consumo e acesso a alimentos pelos AF de KaNyaka e KaTembe o que, também, pode, no nosso entendimento, mostrar a existência de similaridades no que pode estar a explicar os níveis de SAN e InSAN nos DM de KaNyaka e KaTembe. Ademais, a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente igual, mostrando por isso, similaridades quanto aos seus níveis. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de SAN e InSAN são, estatisticamente, pouco significativos.

O consumo dos chamados alimentos seguros nem sempre é colocado em questão pelos agregados familiares não sendo, por vezes, entendido por estes como o consumo de produtos ricos em nutrientes, mas sim os que consideram ou classificam como sendo comida saborosa (comida preparada com base em alimentos preferidos pelos membros dos agregados familiares) ou a que faz parte do seu menú habitual.

As actividades económicas predominantes e que contribuem mais na economia dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, são a agricultura e pesca. Em KaNyaka o peixe

consumido é, predominantemente, proveniente do mar enquanto na KaTembe é, principalmente, proveniente dos rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Incomáti.

CONCLUSÕES

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões do presente estudo de caso sobre Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo com enfoque nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

De forma comparativa e focalizando sobre os distritos em estudo, que são parte integrante da Cidade de Maputo (Município do mesmo nome), foram analisados e interpretados os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos distritos anteriormente referidos. Porém, a análise comparativa tornou-se num grande desafio, dadas as dificuldades encontradas no processo de recolha de dados. É assim que as questões aqui destacadas devem ser entendidas como conclusões da tese e não o fim do trabalho de pesquisa nesta linha, pois esse, acreditamos, poderá ser continuado com apresentação de outras contribuições e/ou perspectivas analíticas.

Como foi explanado no capítulo II onde se detalharam e explicaram as questões metodológicas que fundamentaram e suportaram o trabalho de recolha, análise, processamento e interpretação dos dados, é importante referir que em toda a discussão feita ao longo da tese subjaz o debate teórico afluído no capítulo I, suportado pela literatura (bibliografia) referenciada. A teoria de Sen (1981) - *Entitlement Approach* (Abordagem de Direitos) e as contribuições críticas de De Waal (1990) - *Capability Approach* (Abordagem de capacidade) e Chambers & Conway (1991) - *Livelihood Approach* (Abordagem de meios de subsistência), foram os suportes teóricos basilares que sustentaram as discussões feitas pelo autor, na linha da análise e interpretação dos resultados da pesquisa.

Esta tese baseia-se nos resultados do estudo feito sobre Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, que fazem parte do Município da Cidade de Maputo. Na colecta de dados foi usado o método misto, o qual permitiu fazer a combinação de dois métodos de pesquisa o que ajudou a captar e cruzar informações de variáveis quantitativas e qualitativas. Com efeito, foi feita uma triangulação de dois métodos: método quantitativo e método qualitativo - Observação Participante e utilizados, como instrumentos de recolha de dados, um questionário para a colecta de dados quantitativos e um Guião de Observação que foi utilizado para efeitos de registo e anotação das observações. O agregado familiar constituiu a unidade primária de análise. Para a determinação da população de estudo foi seleccionada, no Distrito Municipal de KaNyaka, uma amostra total de 289 agregados familiares para serem inquiridos, a quem foi aplicado um mesmo questionário e tomada, igualmente. Desta, foi tomada uma amostra $n_{ob}=28$ AF para serem observados, sobre quem se

aplicou um guião para o registo das observações. No Distrito Municipal de KaTembe foi seleccionada e inquirida uma amostra de 332 agregados familiares sobre quem foi, também, administrado um questionário para a recolha de dados quantitativos, dos quais foram tomados $m_{ob}=30$ agregados familiares para observação, a quem foi aplicado, também, um Guião de Observação. O registo tanto dos dados quantitativos quanto das observações foi feito com recurso a *tablets*, nos quais foi instalado o ODK (*Open Data Kit*), programa informático apropriado para o registo de dados. O questionário e o Guião foram previamente gravados em todos os *tablets*.

O número de agregados familiares seleccionados no Distrito Municipal de KaNyaka corresponde a cerca de 47% do total de AF deste DM e em KaTembe a cerca de 53% do total de AF.

Da análise e interpretação dos resultados recolhidos nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe no âmbito da preparação desta tese, despontam resultados que ajudam não só a responder a questão principal de pesquisa, ou seja saber “que níveis de Insegurança Alimentar têm os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e que factores os influenciam?” a qual constituíu inquietação do autor desta tese para ajudar a compreender a problemática de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo, tomando como caso de estudo os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Em termos de delimitação do período temporal de cobertura da pesquisa o autor escolheu o ano de 2017 para a recolha de dados, determinação e estudo da Insegurança Alimentar nos distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Esta escolha resulta do facto de, por um lado, o ano de 2017 ser o ano com dados oficiais mais recentes (em relação ao ano da realização deste estudo) sobre Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo (mesmo sem abranger os distritos cobertos por esta pesquisa) recolhidos e divulgados pelo SETSAN e, por outro lado, o mesmo ano de 2017 ser o mais próximo do período de recolha e divulgação dos resultados desta pesquisa. De facto e como acima referido, inquietava-nos saber “Quais são os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe”. Esta questão foi um dos elementos motivacionais do autor desde a altura em que iniciou as suas pesquisas na área de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo. Na verdade, esta pesquisa levou-nos, também, a investigar simultaneamente, a questão da Insegurança Alimentar urbana, com foco, entretanto em dois Distritos Municipais (KaNyaka e KaTembe) do Município da Cidade de Maputo.

Na perspectiva de construir premissas de suporte à nossa investigação com vista à determinar/medir a Insegurança Alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais em estudados e verificar a existência ou não de similaridades na diversidade da Dieta

alimentar dos agregados familiares destes distritos, formulamos duas hipóteses, designadamente de que os os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe têm níveis altos de Insegurança Alimentar em relação aos dos distritos da parte continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu) e que há similaridades na Diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares de KaNyaka e KaTembe pois estes consomem alimentos dos mesmos grupos.

Com efeito, os resultados revelam que o nível de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, juntos em 2017, é cerca de 33%, valor numericamente mais alto que o dos Distritos Municipais da zona continental da Cidade de Maputo (KaMavota, KaMubucwane, KaMaxaqueni Kampfumo e NLhamankulu), no mesmo ano que é cerca de 22%. Além disso, é de notar que o nível de Insegurança Alimentar de dois Distritos Municipais da mesma Cidade de Maputo (KaNyaka e KaTembe) é cerca de onze vezes mais alto que o de cinco Distritos Municipais igualmente da Cidade de Maputo. Este *gap* pode reforçar o ponto de vista do autor desta tese sobre a necessidade e importância do conhecimento da Segurança e Insegurança Alimentar nestes dois distritos que, pelo menos em termos administrativos, são parte do Município de Maputo (Cidade de Maputo). Por outro lado, foi feito o cálculo e análise do resultado do número de diferentes grupos de alimentos consumidos pelos membros dos agregados familiares, ao invés de se analisar, apenas e individualmente, o número de diferentes tipos de alimentos consumidos. Isso ajudou a inferir melhor sobre a combinação de diferentes associações de alimentos consumidos pelos agregados familiares dos DM de KaNyaka e KaTembe e sobre a qualidade da Dieta Alimentar e saber, por exemplo, que os agregados familiares de KaNyaka e KaTembe consomem combinações de, pelo menos, três ou quatro grupos de alimentos, havendo, quase inevitavelmente, coincidências em, pelo menos, um grupo de alimentos. Isto significa, por outras palavras, que os agregados familiares destes dois Distritos Municipais têm uma Dieta alimentar algo diversificada, mas, também, com similaridades quanto ao tipo de alimentos que consomem. Ademais, o tipo de alimentos confeccionados (cozinhados) pelos agregados familiares observados pertence, em geral, à combinação dos mesmos grupos de alimentos. Estas asserções concorrem para a confirmação da nossa hipótese sobre a existência de similaridades na diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares daqueles dois Distritos Municipais, em resultado do consumo de alimentos do mesmo grupo.

Estes resultados reforçam, ainda, a ideia do autor desta tese sobre a necessidade e importância de se estudar e conhecer os níveis de Insegurança Alimentar naqueles distritos de modo a contribuir para a produção de conhecimento sobre InSAN urbana na Cidade de

Maputo. Por outro lado, os mesmos resultados da pesquisa revelam que a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente, igual, o que permite inferir sobre a existência de similaridades (na diversidade) quanto aos níveis de InSAN. Por outras palavras, os diferenciais desses níveis de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar são, estatisticamente, pouco significativos. É assim que, a posterior publicação destes resultados, poderá despertar os investigadores, particularmente os da UEM, sobre a necessidade e importância da produção e disponibilização de resultados de estudos académicos sobre Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo incluindo os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe como contribuição para as pesquisas sobre InSAN urbana em Moçambique. Poderão servir, igualmente, de fonte de dados e informação não só para os estudiosos da área como também, para decisores e outros fazedores de políticas públicas em Moçambique. Como foi aludido acima, as conclusões que a seguir se apresentam não são afirmações categóricas e definitivas, mesmo porque esse não é o nosso entendimento. Elas são, sim, a apresentação dos principais resultados da pesquisa. Aliás, é também por isso que elas não são, necessariamente, generalizáveis. Elas são, sim, uma contribuição para a produção de conhecimento sobre Insegurança Alimentar Urbana na Cidade de Maputo, tomando como caso de estudo os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, bem como para a realização de outros estudos nesta perspectiva.

No Distrito Municipal de KaNyaka, cerca de 8% de agregados familiares estão em situação de Segurança Alimentar, 7% em Insegurança Alimentar média, 17% em InSA moderada, e 68% em estado de InSA severa. Entretanto, no Distrito Municipal de KaTembe, cerca de 59% de agregados familiares estão em situação de SA, 15% em InSA Média, 13% em estado de InSA Moderada e 13% situação de InSA Severa. A pontuação (*score*) média para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foi cerca de 25 para ambos os Distritos Municipais (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe). De acordo com os parâmetros e em alinhamento com o modelo de Rash (*Item – Response – Theory*), a pontuação média obtida para os dois Distritos Municipais considera-se alta. Aliás a pontuação (*score*) mínimo considerável é 0 (zero) e máximo é 27 (vinte e sete).

Apoiando-se, nas perspectivas teórico-analíticas que suportaram a análise teórica feita ao longo deste tese, designadamente a teoria Sem que chamou *Entitlement Approach* (Abordagem de Direitos) reforçada com as contribuições de De Waal (1990) - *Capability Approach* (Abordagem de capacidade) e Chambers & Conway (1991) - *Livelihood Approach* (Abordagem de meios de subsistência) e alinhando com os objectivos deste estudo, o autor

reitera o seu entendimento de que (i) nos casos dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe a questão da disponibilidade de alimentos como premissa para o acesso e utilização destes, pode ser vista em duas dimensões: a disponibilidade de alimentos por via da produção agrícola familiar ou a disponibilidade destes por via da sua comercialização (entendida como compra de alimentos). Os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe apresentam níveis de Insegurança Alimentar que, embora diferentes em termos absolutos, são semelhantes se se observar a proporção de respostas dadas pelos agregados familiares ao mesmo tipo de perguntas feitas sobre o indicador escalar de Insegurança Alimentar (*HFIAS*). Com efeito e como foi mencionado acima, a pontuação (*score*) média para ambos os Distritos Municipais é cerca de 25 para ambos os DM (26 para KaNyaka e 24 para KaTembe), não havendo, assim, diferenças estatisticamente significantes. Esta pontuação, ajuda, na verdade, a compreender que, de facto, em ambos os distritos as diferenças podem ser, também espúrias. Aliás, os resultados das observações feitas alinham com esta asserção, pois o tipo de alimentos confeccionados (cozinhados) pelos AF observados pertence, em geral, do mesmo grupo de alimentos. Adicionalmente, é de notar, ainda, que no Distrito Municipal de KaNyaka cerca de 23,2% dos agregados familiares inquiridos não “tiveram preocupação em não ter comida suficiente nas últimas quatro semanas” contrastando, entretanto, com os cerca de 54,2% de respostas, para a mesma pergunta, dadas pelos AF do DM de KaTembe. A pesquisa encontrou taxas de Insegurança Alimentar dísparos entre os bairros (tanto em KaNyaka como na KaTembe), sugerindo que estes dois Distritos Municipais podem, de facto, ter um perfil de vulnerabilidade diferente.

Os dados mostraram haver uma relação positiva significativa entre o género do chefe do agregado familiar e o nível de Segurança e Insegurança Alimentar. Os agregados familiares chefiados por homens estão, em média, em segurança alimentar do estado de SA que os chefiados por mulheres. A análise diferencial dos níveis médios de Segurança e Insegurança Alimentar por género dos chefes dos agregados familiares e fazendo a comparação dos valores médios por distrito municipal, mostrou que em ambos Distritos Municipais os níveis de Segurança e Insegurança Alimentar dos agregados familiares chefiados por homens são, em média, mais altos que os dos AF chefiados por Mulheres, sendo mais altos em KaTembe que em KaNyaka onde cerca de 51% dos AF chefiados por Mulheres estão em situação de Insegurança Alimentar Severa enquanto em KaTembe 41% vivem, igualmente, em estado de InSA.

As variáveis independentes, sobretudo as que foram usadas e analisadas no modelo de Regressão Logística, foram tomadas como variáveis predictoras das medidas de Segurança Alimentar vs Insegurança Alimentar, ou seja, cada variável independente foi incluída no

modelo de Regressão Logística para prever a Segurança ou Insegurança Alimentar. Por outras palavras cada variável independente foi considerada como sendo predictora de, pelo menos, uma das medidas de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar. Tal foi feito para permitir a comparação do peso ou importância relativa dessas variáveis como elementos que ajudam a prever, também, as pontuações (*scores*) de Insegurança Alimentar, supondo que todas as outras variáveis independentes são consideradas constantes. Por outras palavras, foi importante e necessário verificar se o impacto de cada variável independente de Insegurança Alimentar continua, ainda, significativo quando todas as outras variáveis na investigação são mantidas constantes, como foi, por exemplo, o caso da variável categórica HFIAP de medição e categorização do nível de prevalência de Insegurança Alimentar nos agregados familiares.

A análise da Regressão Logística calculada, tendo como pressupostos (i) os diferenciais dos níveis de InSAN entre KaNyaka e KaTembe, sendo que KaNyaka tem uma proporção de agregados familiares em situação de Segurança Alimentar muito inferior (cerca de 8%) que a dos AF de KaTembe (que é cerca de 59%); e (ii) a pontuação (*score*) média do indicador HDDS de Diversidade da Dieta Alimentar dos agregados familiares para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que foi cerca de 25 para ambos os DM confirmou que este *score* é alto, considerando os parâmetros definidos por Coates, Swindale & Bilinsky (2007, pp. 16-18), igualmente alinhados com o modelo de Rash. Assim, a pontuação média obtida para os dois Distritos Municipais considera-se igualmente alta. Deste resultado derivou-se que os agregados familiares do distrito de KaNyaka têm 0,2945 de probabilidades de viver em situação de Segurança Alimentar, 0,3037 de probabilidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Média, 0,2714 de probabilidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Moderada e 0,1303 de probabilidades de viver em Insegurança Alimentar Severa. Entretanto, os de KaTembe têm 0,5944 de probabilidades de viver em situação de Segurança Alimentar, 0,1519 de probalidades de viver em estado de Insegurança Alimentar Média, 0,1268 de probalidades de viver em Insegurança Alimentar Moderada e 0,12684 de probabilidades de viver em situação Insegurança Alimentar Severa. Por outras palavras, os agregados familiares de KaNyaka estão mais propensos/expostos (ou seja, têm maior risco) a experimentar viver em situação de Insegurança Alimentar que os do Distrito Municipal de KaTembe.

Por outro lado, foi usado o modelo estatístico de Rash designado *Item-Response Theory*. Este constituiu um importante suporte para a análise e interpretação dos dados obtidos a partir das respostas às perguntas feitas para captação de dados para a variável escalar de medição do acesso à Segurança Alimentar HFIAS de cuja transformação resultou a variável

categorica HFIAP de medição e criação de níveis (categorias) da Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar.

O poder de compra dos agregados familiares do DM de KaTembe é, comparativamente, maior que o dos AF de KaNyaka o que se reflecte, também, no seu *status* (entenda-se aqui como nível) de Segurança e Insegurança Alimentar. Os dados revelam, ainda, que o nível de receitas dos agregados familiares, sobretudo os do Distrito Municipal de KaNyaka, pode constituir um factor limitante da sua capacidade de acesso a alimentos o que, por sua vez pode influenciar os níveis de Segurança Alimentar e, por conseguinte, de Insegurança Alimentar. O nível de receitas dos agregados familiares pode ser tomado como indicador do nível de vida dos agregados familiares e, também, do estado de Segurança ou Insegurança Alimentar destes pois influencia, grandemente, o nível de acesso a alimentos pelos agregados familiares.

A análise da Regressão Logística calculada, tendo como pressupostos (i) os diferenciais dos níveis de InSAN entre KaNyaka e KaTembe, sendo que KaNyaka tem uma proporção de agregados familiares em situação de Segurança Alimentar muito inferior (cerca de 8%) que a dos AF de KaTembe (que é cerca de 59%); e (ii) a pontuação (*score*) média do indicador HDDS de Diversidade da Dieta Alimentar dos agregados familiares para os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foi cerca de 25 para ambos os DM. Este *score* é alto, de acordo com os parâmetros definidos por Coates, Swindale & Bilinsky (2007, pp. 16-18) e alinhados com o modelo de Rash ilustrado na figura 3.11, do cap. III a pontuação média obtida para os dois DM é alta. Aliás o *score* mínimo considerável é 0 (zero) e o máximo é 27 (vinte e sete), mostrou que os agregados familiares do distrito de KaNyaka têm 0,2945 de probabilidades de viver em situação de Segurança Alimentar e 0,13033 de probabilidades de viver em Insegurança Alimentar Severa. Entretanto, os AF do DM de KaTembe têm 0,5944 de probabilidades de viver em situação de SA e 0,12684 de probabilidades de viver em situação InSAN. Por outras palavras, os agregados familiares de KaNyaka estão mais propensos/expostos (ou seja, têm maior risco) de experimentar viver em situação de InSAN que os do DM de KaTembe.

O acesso diferenciado a alimentos pelos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe parece estar, também, associado à distribuição e à oferta destes pelo mercado local. Refira, por exemplo, que a localização geográfica de KaNyaka, agravado pelos limitantes meios de transporte de e para aquela Ilha, reduz, em larga medida, a sua capacidade de acesso a alimentos diversificados, de opções de escolha e, até, de realização de trocas comerciais com a Cidade de Maputo. Anote-se, nesta linha, que cerca de

40% dos produtos pesqueiros frescos (em particular o peixe) são vendidos na Cidade de Maputo, na zona do Porto de Maputo).

Os resultados da pesquisa mostraram, também, que cerca de 25% dos agregados familiares de KaNyaka consomem mais produtos da pesca (Grupo 7) e os do DM de KaTembe cerca de 22% de alimentos do mesmo Grupo 7. Por outro lado, cerca de 80% dos agregados familiares de KaTembe consomem alimentos do Grupo 1 (Pão, arroz, shima, massa esparguete, biscoitos, bolachas ou qualquer tipo de comida feito de milho miúdo, sorgo, milho, arroz, trigo), enquanto cerca de 69% de agregados familiares de KaNyaka consomem alimentos do mesmo Grupo 1. Estes produtos são, maioritariamente e em geral, comprados nas lojas ou bancas do mercado informal. Esta relativa diferença pode reflectir um certo fraco poder de compra dos AF de KaNyaka.

De acordo com os resultados do inquérito, a percentagem de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é, proporcionalmente igual, mostrando por isso, a existência de similaridades quanto aos seus níveis. Por outras palavras, os diferenciais dos níveis de SAN e InSAN são, estatisticamente, pouco significativos. Entretanto, como forma de verificar a consistência e robustez dos resultados da regressão linear na análise de similaridades, foi calculada a correlação e respectivos coeficientes (de Pearson e Spearman), tendo-se constado que, em geral e em ambos distritos, uma maior diversidade alimentar está associada a um aumento no consumo de alimentos do mesmo grupo pelos agregados familiares.

Em contrapartida, a relativa proximidade numérica, reflectida nos valores das das pontuações (*scores*) dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar de em ambos os Distritos Municipais pode significar uma espécie de identidade quanto à estrutura de consumo e acesso a alimentos pelos AF de KaNyaka e KaTembe o que, também, reforça, no nosso entendimento, a aceitação da nossa hipótese sobre a existência de similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles dois Distritos Municipais, em resultado do consumo de alimentos do mesmo grupo. Isto é, também, influenciado pelos hábitos culturais no consumo de alimentos ambos DM insulares. De salientar que, por exemplo, o peixe é, em ambos locais alimento preferido na dieta dos agregados familiares.

Aliás, anote-se que o *score* médio para ambos os DM é 25, (entretanto o de KaNyaka é 26 e KaTembe 24). O custo (preço) dos produtos alimentares, o sabor (gosto) o qual influencia o estímulo para a compra e posterior consumo dos alimentos bem como as normas culturais e os hábitos culturais alimentares das pessoas são alguns dos factores que interferem nas escolhas ou opções alimentares dos agregados familiares que, afinal, são os consumidores.

Outro elemento que tem influência nas decisões e opções alimentares e influencia a Segurança Alimentar e melhora a Dieta Alimentar dos agregados familiares dos dois distritos estudados é o consumo diversificado de legumes. O cultivo deste tipo de alimentos é, por isso, importante para assegurar a disponibilidade destes. Por outro lado, a proporção de agregados familiares em situação de Insegurança Alimentar e que não consome diariamente leite e derivados, frutas, verduras/legumes, e carnes é significativamente maior do que aqueles AF em situação de Segurança Alimentar.

Em períodos de fome (em que há escassez de produtos alimentares), muitas pessoas preferem vender os bens alimentares que conseguem, em vez de consumi-los. Isso reduz o seu acesso a alimentos e, por conseguinte, a capacidade de consumo daqueles pelos agregados familiares. Entretanto, os agregados familiares decidem sobre o que podem, gostam e conseguem comer mas nem sempre têm a liberdade de decidir sobre o que, de facto, podem comer e que é nutricionalmente recomendável. Esta liberdade de escolha é condicionada e limitada pela sua capacidade e poder de aquisição dos alimentos. Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram, ainda, não haver diferenças substanciais em termos de variação e diversidade da Dieta alimentar dos agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Observou-se, entretanto, que em KaNyaka os agregados familiares consomem, para além de peixe, quase sempre presente nas suas refeições, fruta e carne (alimentos dos Grupos 4, 5 e 7) enquanto os de KaTembe (que também consomem muito peixe e outros mariscos) carne, leite (e seus derivados) e vegetais (alimentos dos Grupos 3, 5 e 9). As actividades económicas predominantes e que contribuem mais na economia dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, são a agricultura e pesca. Em KaNyaka o peixe consumido é, predominantemente, proveniente do mar enquanto na KaTembe é, principalmente, proveniente dos rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Incomáti.

REC 1: Dada a natureza deste estudo em que se recorreu, também, à Observação Participante, a falta de um grupo de controle e o efeito da dicotomização das variáveis de investigação, sugerem a necessidade de realização de mais pesquisas sobre Insegurança Alimentar no Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe para melhor compreender a problemática de Segurança e Insegurança urbana em toda a Cidade de Maputo. Mais estudos são necessários para ajudar a produzir conhecimento mais sólido e, possivelmente, com resultados generalizáveis para a Cidade de Maputo, como anteriormente referido. As possíveis implicações desse conhecimento a nível de políticas mostram que este pode ser importante como suporte do processo de planificação urbana na perspectiva da mitigação da pobreza e da Insegurança Alimentar urbana. Os resultados deste estudo fornecem evidências de que a

Insegurança Alimentar continua a afectar a população da Cidade de Maputo e, por conseguinte, o seu desenvolvimento. Adicionalmente anote-se, porém, que existem igualmente evidências mostrando que os *scores* (pontuações) da Diversidade da Dieta Alimentar e o Estado Nutricional podem se correlacionar. Do ponto de vista nutricional os agregados familiares experimentam situações de Insegurança Alimentar, por terem uma Dieta Alimentar deficiente em termos de consumo de alimentos ricos em proteínas e vitaminas.

A análise e interpretação dos dados com recurso à Regressão Logística mostrou que a idade e o tamanho médio dos agregados familiares pareceram ter o poder de serem predictores do estado de Segurança e Insegurança Alimentar dos agregados familiares.

O consumo dos chamados alimentos seguros, isto é, o consumo de alimentos não contaminados que possam afectar a saúde das pessoas, como consumidores, nem sempre é colocado em questão pelos agregados familiares não sendo, por vezes, entendido por estes como o consumo de produtos ricos em nutrientes, mas sim os que consideram ou classificam como sendo comida saborosa (comida preparada com base em alimentos preferidos pelos membros dos agregados familiares) ou a que faz parte do seu menú habitual. Entretanto, um dos factores que influenciam a Segurança Alimentar e melhora a Dieta Alimentar dos agregados familiares dos dois distritos estudados é o consumo diversificado de legumes. O cultivo deste tipo de alimentos é, por isso, importante para assegurar a disponibilidade destes.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR URBANA NA CIDADE DE MAPUTO E EM MOÇAMBIQUE.

Estudos feitos por Crush e Frayne (2010), Raimundo e Frayne (2012), Raimundo, Crush, e Pendleton (2014), McCordic (2015) e Haysom (2016) referem que na África Austral a Insegurança Alimentar é, por um lado, vista, geralmente, como um problema que afecta os agregados familiares das áreas rurais e que, por outro lado, como um problema cuja solução deve resultar do aumento da produção agrícola dos pequenos agricultores das zonas rurais (Vogel e Smith, 2002; De Klerk et al., 2004; Misselhorn, 2004; Hendriks, 2005; Maunder e Wiggins, 2006; Aliber e Hart, 2009; Matshe, 2009; Altman et al., 2010). Ademais, em África, continente que está conhecendo um rápido processo de urbanização e crescimento populacional, as discussões sobre Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar urbanas têm sido, entretanto, negligenciadas, embora se trate de questões relevantes.

Em Moçambique a agricultura tem um papel fundamental na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pois proporciona a disponibilização de alimentos e fornece, ainda, produtos básicos de consumo para cerca de 80% de famílias e ocupa mais de 70% de homens e mulheres, (SETSAN, 2014, pp. 6-7). Ademais Massingue, Donovan & Garrett (2013, pp. 1-4) referem, ainda, a este respeito que “as famílias mais pobres (nas áreas urbana e rural) chegam a gastar cerca de 75% do seu consumo em alimentos”. Por outro lado, cerca de 32% dos agregados familiares do Distrito Municipal de KaNyaka depende muito dos produtos provenientes da machamba (ou seja, da agricultura) enquanto 24% dos AF do DM de KaTembe dependem, igualmente, de produtos provenientes da machamba. Entretanto, os AF de KaTembe (cerca de 28%) consomem mais produtos comprados nas lojas, contra 20% dos AF DM de KaNyaka.

O conhecimento dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe é uma contribuição para a disponibilização não somente de informação como também de elementos analíticos que podem ser usados para aprofundar esta linha de pesquisa iniciada com a apresentação dos resultados desta tese.

Na preparação desta tese emergiram algumas questões e inquietações sobre o conhecimento dos níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe e sobre possíveis similaridades na diversidade da dieta alimentar dos agregados familiares daqueles Distritos Municipais. A escassez de fontes diversificadas de literatura sobre Insegurança Alimentar urbana e, em particular, sobre InSAN nos DM de KaNyaka e KaTembe tornou-se numa grande limitante. A grande parte das publicações e estudos existentes sobre SAN/InSAN não incluem dados sobre os DM que foram objecto deste estudo.

A escassez referida, foi igualmente notória, ou seja, direccionados a contribuir para a produção de conhecimento. Porém, em relação a estudos focalizados a pesquisas académicas foram encontrados alguns estudos cujos resultados foram publicados. Trata-se de estudos Insegurança Alimentar urbana em Moçambique, realizados na perspectiva de pesquisa e análise académica, particularmente da Cidade de Maputo, feitos por Raimundo et al (2008), Abrahamo (2014) e McCordic (2015), em referência a estudos publicados antes desta tese.

O autor teve acesso a um estudo feito por uma ONG (AMDC – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado) sobre SA e Nutricional nos DM de KaNyaka e KaTembe. O objectivo desse estudo era de “avaliar o estado nutricional das crianças menores de 5 anos e mulheres na idade reprodutiva (15-49 anos) para servir de base para o desenho de projectos na área de nutrição e ao mesmo tempo ser usado como linha base

para avaliações de impacto de intervenções na área de Segurança Alimentar e Nutricional naqueles distritos”.

Os resultados desta tese são, no nosso entender, uma contribuição para preencher a lacuna resultante do fraco conhecimento sobre os níveis de Insegurança Alimentar nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe. Eles constituem um contributo para a disponibilização de dados e informações úteis para outros estudos, bem como algumas reflexões sobre o estado de Insegurança Alimentar dos agregados familiares e, em particular, a análise dos seus resultados dará subsídios e elementos para posteriores pesquisas com a perspectiva académica, ajudando a preencher a lacuna existente no conhecimento da situação de Insegurança Alimentar dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe alargando, assim, o conhecimento sobre Insegurança Alimentar urbana para todos os Distritos Municipais da Cidade de Maputo. É assim que as questões destacadas devem ser entendidas como conclusões da tese e não o fim do trabalho de pesquisa nesta linha, pois esse, acreditamos, poderá ser continuado com apresentação de outras contribuições e/ou perspectivas analíticas.

CONTRIBUIÇÃO PARA ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

Na resposta as perguntas de partida colocadas como elementos para despertar esta investigação tiveram-se em conta duas dimensões metodológicas de análise nomeadamente, as dimensões quantitativa e qualitativa ambas enquadradas numa perspectiva de abordagem sociológica e de desenvolvimento tendo em conta, como refere Scanlan (2003), que a Segurança Alimentar

é um conceito interdisciplinar e tem relevância para inúmeras considerações económicas, políticas e sociais; a sociologia é, em particular, adequada para examiná-la e discutí-la pois, adianta, a sociologia tem potencial e força que lhe permite usar várias teorias e testá-las com recurso a métodos rigorosos que podem ajudar a determinar e encontrar explicações próximas para compreender a dinâmica da fome, (pp. 88-111).

Outro tipo de análises dos indicadores tomados neste estudo como predictores de Segurança e Insegurança Alimentar poderão ajudar aos investigadores a compreender cada vez melhor os desafios que se colocam no estudo das desigualdades entre os agregados familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe que se reflectem ou são reflectidas na distribuição e acesso a alimentos.

O debate do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e sua perspectiva de abordagem enraizada nos agregados familiares e focalizado, sobretudo, na dimensão de acesso a uma alimentação adequada é um aspecto que pode ser ainda muito explorado tendo em conta que se trata de um enfoque transversal.

Os resultados deste estudo contribuem, também, para as pesquisas em curso sobre Segurança e Insegurança Alimentar urbana na Cidade de Maputo, em particular e em Moçambique, em geral. Entretanto, mais pesquisas serão necessárias para ajudar a determinar até que ponto estes resultados podem ser aplicados a outras cidades/municípios de Moçambique. Como referem McCordic & Abrahamo (2019, p. 11) a abordagem conceptual da questão de escassez de alimentos e, por conseguinte, de acesso a estes, precisa de ter em conta a questão espacial, ou seja, e neste caso, ter em conta a pesquisa em toda a extensão e magnitude da Cidade de Maputo. É que, considerando a localização geográfica dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo, pode ser de interessante investigar, por exemplo, se haverá ou não diferenciais de Segurança/Insegurança Alimentar que podem ser explicados pelo facto de os DM de KaNyaka e KaTembe estarem localizados na zona insular em relação aos restantes cinco distritos da Cidade de Maputo.

A questão das mudanças climáticas como parte não só da agenda mundial mas também de Moçambique, é uma área que deve ser, ainda, pesquisada pois tem um grande impacto na produção agrícola e na Segurança e Insegurança Alimentar. Aliás, a maioria dos agregados familiares depende de produtos oriundos da agricultura.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A realização de um estudo aprofundado sobre a Insegurança Alimentar nos distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe foi um exercício desafiador. O desafio colocou-se a diversos níveis.

Em primeiro lugar, os dados estatísticos disponíveis sobre Segurança e Insegurança Alimentar fornecem, muitas vezes, informações irregulares e inconsistentes. Dificuldade no acesso à informação e dados estatísticos e respectivas fontes bem como literatura sobre os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Embora a análise dos dados tenha tido sempre presente as hipóteses de estudo colocadas, foi necessário ter em atenção as possíveis relações de causalidade que o modelo de análise permitia estabelecer.

Os dados colhidos no terreno não permitiram aprofundar as relações de causa-efeito e produzir algumas generalizações consistentes, o que, não poucas vezes, exigiu o recurso a métodos indirectos de análise, o que criou algumas limitações na interpretação dos resultados. Em segundo lugar, houve muita dificuldade para se aceder aos locais de pesquisa. Questões ligadas à mobilidade urbana em distritos cuja localização não se afigura fácil veio à nota para a realização do trabalho. O distrito de KaNyaka é insular. Esta condição impõe uma série de limitantes no acesso a este local. As características dos solos arenosos nos dois distritos obrigaram nos a usar um meio de transporte adequado, uma viatura com atracção às quatro rodas. Estas duas situações tiveram algum impacto na forma como o estudo decorreu.

Em terceiro lugar, o conceito de Insegurança Alimentar levantou uma série de questões epistemológicas profundas na nossa relação com as comunidades estudadas em KaNyaka e KaTembe. Parte significativa dos agregados familiares revelaram muita dificuldade em compreender o que é Insegurança Alimentar. Esta dificuldade decorria não do facto de o fenómeno não existir naquelas comunidades, mas sobretudo da forma como o concebiam e lidavam com ele. No intuito de reduzir o grau de dificuldade sobre o entendimento do fenómeno e das informações relevantes para o estudo, contactámos instituições ligadas à produção de informação/dados sobre Segurança Alimentar, designadamente o Secretariado

Técnico de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e o Instituto Nacional de Estatística.

BIBLIOGRAFIA

1. Abbas, M., (2017). (In) segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas. *Revista NERA*, Ano 20, nº. 38 – Dossiê, pp. 106-131.
2. Abrahamo, E. (2015). “Análise comparativa dos níveis de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo dos anos de 2008 e 2014”, Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM. Repositório. Universidade Eduardo Mondlane, (online), consultado em 18.01.2019, Disponível em www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/128/1/2015%20-%20Abrahamo%2C%20Ezequiel%20Alfeu.pdf.
3. Abrahamo, E. (2016). “Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo em 2008 e 2014”, (online), consultado em 18.01.2019, Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/search/authors>. *Revista InterEspaço*, Vol. 2, 5. pp. 102-124.
4. Agy, A. (2018). Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique: estudos de caso em localidades na província de Nampula Desafios para Moçambique 2018, (online), consultado em 16.04.2020, Disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/artigo_arachide.pdf
5. Alderman, H. (1990). “Nutritional status in Ghana and its determinants. Social Dimensions of Adjustment in Sub-Saharan Africa”. Working Paper No. 3. World Bank, Washington, D.C.
6. Alderman, H. e Garcia, M. (1994). Food security and health security: Explaining the Explaining the Levels of Nutritional Status in Pakistan.
7. Aliber, M. & Hart, T., (2009). Should subsistence agriculture be supported as a strategy to address rural food insecurity? *Agrekon* 48(4), 434-58.
8. Altman, M., Hart, T. & Jacobs, P., (2010). Household food security status in South Africa. *Agrekon* 48(4), 345-61.
9. Amaral, E., (2012). Análise de Regressão Logística. *Metodologia de Pesquisa (DCP 854B)*. Dezembro, 2012.
10. AMD, (2014). Relatório de apresentação dos resultados do Estudo de Base sobre a situação da Segurança Alimentar e Nutricional nos Distritos Municipais de Kanyaka e Katembe.

11. Anand, S. & Harris, C., (1994a). “Choosing a Welfare Indicator”, (online), consultado em 18.01.2021, Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2117834>. *The American Economic Review*, 84(2), 226-231.
12. Anand, S. & Sen. A. (1994b). *Sustainable Human Development: Concepts and Priorities*. Human Development Report Office Occasional Papers 8. New York, NY: UNDP.
and Agriculture Organization of the United Nations, pp. 66.
13. Anderies, J., Folke, C., Walker, B. & Ostrom, E., (2013). Aligning key concepts for global change policy: robustness, resilience and sustainability. *Ecol. Soc.* 18 (2), 8.
14. Anjos, S. & Hirai, W., (2005). Estado e Segurança Alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 6 n. 2 p. 335-353.
15. Araújo, M. (1999a). Cidade de Maputo. Espaços Contrastantes: do Urbano ao Rural. *Finisterra*, XXXIV, 67-68, 1999, pp. 175-190.
16. Araújo, M., (1997). *Geografia dos Povoamentos: Uma análise geográfica dos Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*. Livraria Universitária, Maputo.
17. Araújo, M., Anderson, M. & Cook, T., (1999b). Community food security: Practice in need of theory? *Agriculture and Human Values* 16: pp.141–150. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands. School of Nutrition Science and Policy, Tufts University, Medford, MA, USA.
18. Assis, M. & de Jesus, W., (2012). Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *SciElo – Public Health*. Vol. 25, (online), consultado em 31.08.2020, Disponível em <https://www.scielosp.org/> .
19. Baker, S. & Edwards, R., (2012). “How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research”, (online), consultado em 02.05.2019, Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/>.
20. Ballard, J., Kepple, W. & Cafiero, C., (2013). “The food insecurity experience scale: developing a global standard for monitoring hunger worldwide”, (online), consultado em 12.06.17, Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/>. Technical Paper,. Rome, FAO.
21. Barraclough, S. & Utting, P., (1987). *Food Security Trends and Prospects in Latin America*. Working Paper #99. The Helen Kellogg Institute for International Studies.

22. Barrett B., Reardon, T. & Webb P., (2001). Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications. *Food Pol.* 2001; 26:315–31. 17.
23. Barrett, C. & Constat, M., (2012). Resilience to avoid and escape chronic poverty: Theoretical foundations and measurement principles. Paper presented at the roundtable discussion on resilience. Washington: CARE, December 2012.
24. Barrett, C., (2002). Food security and food assistance programs, (online), consultado em 17, Disponível em, <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1574007202100272>. *Handbook of Agricultural Economics*, 2, 2103–2190.
25. Bartl, W., Christian P., & Audrey T., (2019). Governing by Numbers - Key Indicators and the Politics of Expectations. An Introduction. *Historical Social Research* 44 (2): 7-43. doi: 10.12759/hsr.44.2019.2.7-43.
26. Bashir K. & Schilizzi, S., (2013). “Determinants of rural household food security: a comparative analysis of African and Asian studies”. *J Sci Food Agric.* 2013;93(6):1251–8.
27. Bazeley, P., (2003). Early Career' in Research. *Higher Education*, (online), consultado em 02/05/17, Disponível em, https://www.jstor.org/stable/3447481?seq=1#metadata_info_tab_contents .Vol. 45, No. 3 (Apr., 2003), pp. 257-279. Springer.
28. Béné, C., Lawrence, H. & Grebmer, K., (2016). Is resilience a useful concept in the context of food security and nutrition programmes? Some conceptual and practical considerations. *Food Security* 8(1): 13-38. *The Science, Sociology and Economics of Food Production and Access to Food*.
29. Bernardo, G., Proença, R., Fiates, G., Calvo, M. (2011). Índices de diversidade alimentar para avaliação da dieta (Food diversity indexes for assessment of diet). Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (NUPPRE). *Ceres*; 2011; 6(2); 105-120. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
30. Berkes, F., Colding, J., & Folke, C., (2003). *Navigating social-ecological systems: Building resilience for complexity and change*. Cambridge: Cambridge University Press.

31. Berner Gomez, G. & Knorrinda, P., (2012). Helping a large number of people become a little less poor: The logic of survival entrepreneurs. *European Journal of Development Research*.
32. Bickel, G., Nord, M., Price, C., Hamilton, W. & Cook, J., (2000). *Measuring Food Security in the United States. Guide to Measuring Household Food Security*. United States Department of Agriculture. Food and Nutrition Service. Office of Analysis, Nutrition, and Evaluation. Revised 2000.
33. Bickel, W., & De Grandpre, R., (1996). Modeling drug abuse policy in the behavioral economics laboratory., In L. Green & J. H. Kagel (Eds.), *Advances in behavioral economics*. s, Vol. 3. Substance use and abuse. Ablex Publishing.
34. Blaikie, P., Cannon, T., Davis, I. & Wisner, B., (2003). *At risk: Natural hazards, people's vulnerability, and disasters*. London: Routledge.
35. Blau, D., Guilkey, D. & Popkin, B., (1996). Infant health and the labor supply of mothers. *Journal of Human Resources*, 31 (1), pp. 90-139.
36. Bogo, R., (2015). *Positivismo, Pós-Positivismo e Princípios: uma crítica ao Princípio da Confiança no Juiz do Processo*.
37. Bongaarts, J., (1996). Population Pressure and the Food Supply System in the Developing World. *Population and Development Review* 22: 483-503.
38. Bourdieu, P., 1979, "Symbolic Power" *apud* Elaine Power, 1999, "An Introduction to Pierre Bourdieu's Key Theoretical Concepts", Queen's University, p. 48.
39. Bryan, E., Deressa, T., Gbetibouo, G. & Ringler, C., (2009). Adaptation to climate change in Ethiopia and South Africa: options and constraints. *Environ Sci Polic*. 2009;12(4):413–26.
40. Bryman, A., (2016). *Social Research Methods*. Fifth Ed. Oxford University Press.
41. Burlandy, C., (2007). *Segurança Alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação*. SIGMA.UFRJ. DOCUMENTA.
42. Caillé, A., 1999, "Preface In TAROT, Camille. De Durkheim à Mauss, l'invention du symbolisme. *Sociologie et sciences des religions*. Paris: La Découverte/MAUSS, 1999" *apud* Martins & Guerra, 2013, "Durkheim, Mauss e a actualidade da escola sociológica francesa". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 34, set./dez. 2013, p. 186-218.
43. Cameron, R., (2001). *Mixed Methods Research: The Five Ps Framework*, (online), consultado em 02.05.17, Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.456.6853&rep=rep1&typ>

- e=pdf. *The Electronic Journal of Business Research Methods*, 9, 2, 2011 (pp 96-108).
44. Canesqui, A., & Garcia, R., (org), (2005). “Antropologia e Nutrição: um diálogo possível”, (online), consultado em 28.01.2020, Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 857541-055-5.
 45. Carolini, G., (2012). Framing Water, Sanitation, and Hygiene Needs Among Female-Headed Households in Periurban Maputo, Mozambique. *American Journal of Public Health* | February 2012, Vol 102, No. 2.
 46. Carrilho, J., Abbas, M., Chidassicua, J. & Mosca, J., (s.a.). *Desafios para a Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique*. OMR – Observatório do Meio Rural.
 47. Carvalho, A., (2013). Determinantes sociais, económicos e ambientais da saúde. In Fundação Oswaldo Cruz. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 2. pp. 19-38. 1. SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros.
 48. Carvalho, M., (2007). Vínculo interpessoal: uma reflexão sobre diversidade e universalidade do conceito na teorização da psicologia.
 49. Carvalho, P., (2001). *Segurança Alimentar e Desenvolvimento Económico na África Subsariana*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.
 50. Castells, M. & Himanen, P., (2013). *Reconceptualizing Development in the Global Information Age*. Oxford University Press.
 51. CCAFS: Annual Report 2014. *Climate-smart agriculture—acting locally, informing globally*. Copenhagen: CGIAR Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS); 2015.
 52. Cecília, T., (2020). *Achieving Urban Food and Nutrition Security in the Developing World*
 53. Chambers, R. & Cownway, G., (1991). Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st Century. *IDS Discussion Paper 296*. *Change*, 42 (1), 485-507. December, 1991.
 54. Chaudhuri, S., Jalan, J. & Suryahadi, A., (2002). Assessing household vulnerability to poverty from cross-sectional data: a methodology and estimates from Indonesia.

55. Ciani, F., & Romano, D., (2013). Testing for Household Resilience to Food Insecurity: Evidence from Nicaragua. Department of Economics and Management. University of Florence.
56. Coates, J., Swindale, A. & Bilinsky, P., (2007). Household Food Insecurity Access Scale (HFIAS) for Measurement of Food Access: Indicator Guide. Version 3. Food and Nutrition Technical Assistance Project (FANTA). Academy for Educational Development. Washington DC.
57. Condominas, G., (1980). L'espace social à propos de l'Asie du Sud-Est, Paris, Flammarion (collection Science), 1980, 542p.
58. Conselho Municipal de Maputo, (2015). Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo. Pelouro de Saúde e Acção Social.
- Consumption Adequacy. ESA Working Paper No. 05-10, September 2005. Agricultural and Development Economics Division. The Food and Agriculture Organization of the United Nations.
59. Coveney, J., & O'Dwyer, L., (2009). "Effects of mobility and location on food access", (online), consultado em 12.05.17, Disponível em 15(1), 45–55. doi: 10.1016/j.healthplace.2008.01.010. Health e Place.
60. Cranfield, J., Preckel, P., Thomas, W. & Hertel, T., (2007). Poverty Analysis Using an International Cross-country Demand System. World Bank, Washington DC, U.S.A.
61. Crow, G., (1997). Comparative Sociology and Social Theory: Beyond the Tree Worlds. Macmillan Education.
62. Crush, J. & Frayne, B., (2010). The Invisible Crisis: Urban Food Security in Southern Africa. Urban Food Security Series No. 1. Queen's University and AFSUN: Kingston and Cape Town.
63. Crush, J. & Frayne, B., (2011). Urban Food insecurity and the new international food security agenda. Development Southern Africa. 28, 4.
64. Cruz e Silva, T., (2004). União Geral das Cooperativas: Um Sistema Alternativo de Produção? In Santos, B. de Sousa, Cruz e Silva, T. (org.). Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social.
65. Madeira da Silva, T. (2012). A cidade africana contemporânea de origem portuguesa: São Tomé pré e pós-colonial. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, n. 4, pp. 175-188.

66. Cucato, G., Zerati, A., Chehuen, M., Chehuen, M., Ritti-Dias, R., Saez, G., Ragazzo, L., Puech-Leão, P. & Wolosker, N., (2013). Comparação entre os métodos subjetivo e objetivo para avaliação da apacidade funcional durante tratamento clínico em pacientes com claudicação intermitente. *Einstein*. 2013;11(4):495-9
67. Cumbane, N., (2015). Análise do Risco de Incêndios Urbanos no Município de Maputo em Moçambique. Rodrigues Nhiuane Cumbane. Tese de Doutorado, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.
68. Da Silva, A., dos Anjos, M., & dos Anjos, A., (2016). Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. *Guaju, Matinhos*, v.2, n.1, p. 77-101, jan./jun. 2016.
69. De Freitas, M., (2003). O que dizem as teorias sobre a fome? SCIELO Books.
70. De Klerk, M., Scott, Aliber, M., Mini, S., Mini, Mokoena, R., Randela, R., Modiselle, S., Roberts, B., & Vogel, C., de Stewart, C., (2004). Food security in South Africa: Key policy issues for the medium term. Position Paper for the National Treasury. Pretoria.
71. De Vaus, D., (2002). *Analysing Social Science Data. 50 Key Problems in Data Analysis*.
72. De Waal, A., (1990). A Re-assessment of Entitlement Theory in the Light of the Recent Famines in Africa.
73. Dercon, S., (2001). Vulnerability: a micro perspective. QEH Working Paper Series – QEHWPS149 Page 1. Department of International Development, University of Oxford.
74. Derrickson, J., (2000). Face Validity of the Core Food Security Module With Asians and Pacific Islanders. *Journal of Nutrition Education*, 32, 1.
75. Dodson, B. Dodson, J., Chiweza, A. & Riley, L., (2012). Gender and Food Insecurity In Southern African Cities. *Urban Food Security Series N°*. 10.
76. DSMSAS, (2015). Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo. Conselho Municipal de Maputo.
77. Durkheim, É., (1995), “As Regras do Método Sociológico. Tradução Paulo Neves.
78. Durkheim, É., (2007). *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Martins Fontes, (trad.), 2007, (3ª ed.).
79. Ecker, O., & Breisinger, C. (2012). “The food security system: A new conceptual framework”, (online), consultado em 27.10.10, Disponível em

- <http://ideas.repec.org/p/fpr/ifprid/1166.html>. IFPRI Discussion Paper No. 01166. Washington, D.C.
80. Ehrliche, P. & Ehrlich, A. The population explosion. Why isn't everyone as scared as we are? *Amic J.* 1990;12(1):22–29. New York: Simon and Schuster.
 81. Ericksen, P., (2008a). Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environ. Change* 18 (1), 234–245.-
 82. Ericksen, P., (2008b). What is the vulnerability of a food system to global environmental change? *Ecol. Soc.* 13 (2 C7-14).
 83. FAO, (1974). Conferência Mundial de Alimentos.
 84. FAO, (1983a). The state of food and agriculture 1983: The situation in Sub-Saharan Africa. *Women in Developing Agriculture*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 1984.
 85. FAO, (1983b). Report of the Eighth Session of the Committee on World Food Security. Rome, 13-20 April 1983.
 86. FAO, (1999). The state of food insecurity in the world. *Food insecurity: when people must live with hunger and fear starvation*.
 87. FAO, (2000). *The State of Food and Agriculture*. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
 88. FAO, (2005). *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015. Agendas Convergentes*. FAO-Brasil.
 89. FAO, (2006) & FAO et al. (2013). *Introdução à Segurança Alimentar*, (online), consultado em 27.10.10, Disponível em <http://www.sswm.info/>. SSWM.
 90. FAO, (2009). *The state of agricultural commodity markets 2009*. Rome, Italy, Food
 91. FAO, (2012). *FAO Statistical Yearbook*. Rome, Italy, Food and Agriculture Organization of the United Nations, pp. 362.
 92. FAO, (2014). *Building a common vision for sustainable food and agriculture, principles and approaches*. Rome.
 93. FAO, (2015). *The State of Food Insecurity in the World. Chapter 2. Food security: concepts and measurement*. FAO - Economic and Social Development Department. 2015 Edition.
 94. FAO/Giulio Napolitano, (2010). *Segurança Alimentar e nutricional: Agricultura Urbana e Periurbana. Criar Cidades mais verdes*, 2010.

95. FAO-Brasil, (2015). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Agendas Convergentes.
96. FAO (2021). Relatório sobre Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021.
97. Felker-Kantor, E & Wood, C. Female-headed households and food insecurity in Brazil. *Food Secur.* 2012, 4, 607–617.
98. Ferreira, P., (2018). Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento. Fundação Fé e Cooperação e IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr. Lisboa.
99. Fioramonti, L., (2013). *Gross Domestic Problem: The Politics Behind the World's Most Powerful Number*. University of Pretoria. ResearchGate. Zed Books. London | New York.
100. Fonseca, J. S, (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, C., (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
101. Food Security ABM conceptual Framework, (2002). Land Use and Land Cover Classification (LULCC)
Foray into Food, *Health Sociology Review* 19(3): 282–4.
102. Fortin, M.-F., Côté, J. & Vissandidjeé, B., (1999). *O Processo de Investigação Científica: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
103. Foucault, M., (2006). *Die Geburt der Biopolitik. Geschichte der Gouvernementalität, II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. Taschenbuch Wissenschaft.
104. Frankenberger, R., (1995). Meios de subsistência dos Agregados Familiares e Segurança Alimentar: uma estrutura conceitual unificadora. Notas do workshop da USAID sobre desempenho para medição de Segurança Alimentar, Dezembro, 11-12, 1995.
105. Frankenberger, T., & Nelson, S., (2013). Background paper for the expert consultation on resilience measurement for food security. TANGO International - Expert Consultation on Resilience Measurement Related to Food Security sponsored by the Food and Agricultural Organization and World Food Program, Rome, Italy, February 19–21, 2013.
106. Frayne, B. Pendleton, W., Crush, J. & Acquah, B., (2010). *The State of Urban Food Insecurity in Southern Africa*. Urban Food Security Series No. 2. Queen’s University and AFSUN: Kingston and Cape Town.

107. Gallopín, C., (1996). Environmental and Sustainability Indicators and the Concept of Situational Indicators. A Systems Approach. *Environmental Modeling & Assessment*, 1 (3): 101-17. doi: 10.1007/BF01874899.
108. Gareth, H. & Godfrey, T., (2018). “Measurement drives diagnosis and response”: Gaps in transferring food security assessment to the urban scale (online), consultado em 20.10.2019, Disponível em www.elsevier.com/locate/foodpo. *Food Policy* 74 (2018) 117–125.
109. Garrett, J. & Ruel. M., (1999). Are Determinants of rural and urban Food Security and Nutritional Status different? Some Insights from Mozambique. *Food Consumption and Nutrition Division. World Development Vol. 27, No. 11, pp. 1955±1975, 1999, Elsevier Science Ltd. International Food Policy Research Institute 2033 K Street, N.W. Washington, D.C. 20006 U.S.A. (202) 862 – 5600 Fax: (202) 467– 4439.*
110. Garrett, J., (2020). Achieving Urban Food and Nutrition Security In the Developing World. Overview. Focus 3, Brief 1 of 10. August 2000.
111. Garine, Igor de, (1987). Alimentação, culturas e sociedades. *O Correio da UNESCO*, v. 15, n. 7, p. 4-7, 1987.
112. Gerhardt, T. & Silveira. D., (2009). Métodos de Pesquisa. 1ª Edição. Universidade do Rio Grande do Sul.
113. Gibbons, D., Cai, L., (2017). Dimensionality Analysis. *Handbook of Item Response Theory, Volume Three: Applications CRC*, (online), consultado em 02.05.2020. Disponível em <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.1201/9781315117430-3>
114. Giddens, A., (1990). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
115. Giddens, A., (2005). *Sociologia*. 4 ed. Porto Alegre: editora Artmed, 2005.
116. Gil, C., (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
117. Give, A., (2016). Os desafios da expansão urbana nos países em vias de desenvolvimento: o caso de estudo de Maputo-KaTembe. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território.
118. Godfray, H. Beddington, J., Crute, I., Haddad, L., David, L., Muir, J., Pretty J., Robinson, S., Thomas, S., & Toulmin, C., (2010). Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *Science* 327 (5967), 812–8.
119. GoM - Governo de Moçambique, Ministério da Agricultura, (2011). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011 – 2020*. Maputo.

120. Grady, H., (2013) “Three Trends Shaping the Future of Food Security. Agriculture and Food Security, Climate Change, Resilience, Revalue Ecosystems, Transform Cities. Rockefeller Foundation” apud Abrahamo (2015, pp. 4-5), Análise comparativa dos níveis de Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo dos anos de 2008 e 2014, Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM. Repositório. Universidade Eduardo Mondlane, (online), consultado em 18.01.2019, Disponível em www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/128/1/2015%20-%20Abrahamo%2C%20Ezequiel%20Alfeu.pdf
121. Grafton, R., Daugbjerg, C. & Qureshi, M., (2015). Towards food security by 2050. *Food Security*, 7: 179–183.
122. Gross, R., Schoeneberger, H., Pfeifer, H. & Preuss, J., (2000). The four dimensions of food and nutrition security: Definitions and concepts. *SCN News* 2000, 20, 20–25. Nutrition and Food Security.
123. Guerra, C de Souza & Cardoso, F., (2017). A influência da Cultura do Consumo na Alimentação Humana: A (In) Sustentabilidade do Consumo de Proteína Animal. Congresso Internacional de Contemporaneidade, 8 a 10 de Novembro de 2017 - Santa Maria / RS. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.
124. Gurvitch, G., (2001), “Sociology of Law”, 1st Edition apud Martins & Guerra, 2013, “Durkheim, Mauss e a actualidade da escola sociológica francesa”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 34, set./dez. 2013, p. 186-218.
125. Gustafson, D. Gutman, A., Leet, W., Drewnowski, A., Fanzo, J., & Ingram, J., (2016). Seven Food System Metrics of Sustainable Nutrition Security. *Sustainability*.
126. Guthrie, H. & Scheer, J., (1981). Validity of a dietary score for assessing nutrient adequacy. *J. Am. Diet. Assoc.* 78: 240–245.
127. Haber, L., Ecole, C., Bowen, W. e Resende, V. (2015). *Horticultura em Moçambique Características, Tecnologias de Produção e de Pós-Colheita: A Horticultura em Moçambique e o Projecto de Apoio à Segurança Alimentar*. Embrapa. Brasília, DF.
128. Hannigan, J., (1985). Alain Touraine, Manuel Castells and Social Movement Theory: A Critical Appraisal, (online), consultado em 16.11.2020, Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/4106097.pdf>. *The Sociological Quarterly*, 26(4), 435-454. Retrieved December 31, 2020, from <http://www.jstor.org/stable/4106097>.

129. Harper, C., (2003). *Environment and Society*, 3d ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.
130. Haysom, G., (2015). *Food and the City: Urban Scale Food System Governance*. *Urban Forum*, 26, 3.
131. Haysom, G., (2016). *Alternative food networks and food insecurity in South Africa*, Working Paper 33. Cape Town: PLAAS, UWC.
132. Hendriks, S., (2005). The challenges facing empirical estimation of household food (in)security in South Africa. *Development Southern Africa* 22(1), 103-23.
133. HLPEFSN, (2016). *Sustainable Agricultural Development for Food Security and Nutrition: What Roles for Livestock? A Report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*. July 2016.
134. Hoddinott, J. & Yohannes, Y., (2002). *Dietary Diversity as a Food Security Indicator*. Food Consumption and Nutrition Division. International Food Policy Research Institute 2033 K Street, N.W. Washington, D.C. 20006 U.S.A. (202) 862–5600. Fax: (202) 467–4439.
135. Hoddinott, J., (1999). *Choosing Outcome Indicators of Household Food Security*. Technical Guide #7. International Food Policy Research Institute 2033 K Street, N.W. Washington, D.C. 20006 U.S.A.
136. Hosmer, D. & Lemeshow, S., (2012). *Applied Logistic Regression*. University of Massachusetts Amherst, Massachusetts and The Ohio State University Columbus, Ohio. Second Edition. A Wiley-Interscience Publication JOHN WILEY & SONS, INC. New York • Chichester • Weinheim • Brisbane • Singapore • Toronto
137. http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/artigo_arachide.pdf (online), (acessado em 10.01.2021).
138. <http://www.significados.com.br/urbanizacao/>, (online), (acessado em 11.01.2021).
139. <https://learn.tearfund.org/pt-pt/how-we-work/what-we-do/resilience-and-food-security> (online), (acessado em 23.03.2021)
140. INE, (2010a). *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural dos Distritos da Cidade de Maputo 2007 – 2040*.
141. INE, (2010b). <https://www.google.com/search?q=NE+%282010%29.+Estat%C3%ADstica+Distrital+%28Estat%C3%ADsticas+do+Distrito+de+Cidade+de+Maputo%29&biw=1536&bih=739&ei=OBDTYI7cH5CA9u8P7IiRsAY&oq=NE+%282010%29.+Estat%C3%ADstica+Distrital+%28Estat%C3%ADsticas+do+Distrito+de+Cidade+de+Ma>

- puto%29&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EANKBAhBGABQhzdYw8UBYMvRAWgBcA
 B4AIAB0QKIAZULkgEFMi00LjGYAQQgAQGgAQKqAQdnd3Mtd2l6sAEAwA
 EB&scient=gws-
 wiz&ved=0ahUKEwiO2ImSya3xAhUQgP0HHWxEbGYQ4dUDCA0&uact=5
142. INE, (2017). Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos.
 143. Ivanic, M. & Martin, W., (2008). Implications of higher global food prices for poverty in low-income countries. *Agric. Econ.* 39 (suppl. 1), S405–S416.
 144. Jacobs, P., (2009). The status of household food security targets in South Africa. *Agrekon*, 48 (6).
 145. Jayne T., Yamano, T., Weber, M. & Tschirley, D., (2003). Smallholder income and land distribution in Africa: implications for poverty reduction strategies. *Food Pol.* 2003;28(3):253–75.
 146. Jenkins, J., & Scanlan, S. (2001). Food security in less developed countries, 1970 to 1990. *American Sociological Review*, 66 (5), 718–744.
 147. Johnson, B., Onwuegbuzie, A. & Turner, L., (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, Volume 1 Number 2, 112-133. Sage Publications.
 148. Johnson, R., & Onwuegbuzie, A., (2004). Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*, 33(7), 14-26. American Educational Research Association.
 149. Johnson-Welch C., Alemu, B., Msaki, P., Sengendo, M., Kigutha, H. & Wolff, A., (2000). Improving Household Food Security: Institutions, Gender and Integrated Approaches. Broadening Access and Strengthening Input Market Systems. The Greater Horn of Africa Initiative.
 150. Jorgensen, D., (1989). Participant observation: a methodology for human studies. London: Sage Publications. Applied Social Research Methods Series, No 15.
 151. Kassie M., et al, (2014). Gender inequalities and Food security in Kenya: application of exogenous switching treatment regression. *World Dev.* 2014; 56:153–71.
 152. Kennedy L., Pedro, R., Seghieri C., Nantel G. & Brouwer, I., (2007). Dietary diversity score is a useful indicator of micronutrient intake in non-breast-feeding Filipino children. *J Nutr* 137: 472-7.

153. Kennedy, L., Ballard, T., & Dop, M., (2013). Guidelines for Measuring Household and Individual Dietary Diversity. Nutrition and Consumer Protection Division, Food and Agriculture Organization of the United Nations.
154. Kepple, A., (2010). Relatório do produto 01: Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI sobre os programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.
155. Kepple, A., Bojanic, A., Vaz, A., Pinto, A., Silva, A., Martins, A., Corrêa, A., De Campos A., França, C., Bocchi, C., Buon, C., Cafiero, C., Monteiro, C., Silva, D., Direito, D., Fernandes, E., Recine, E., Gaiger, F., Chianca, G., Perini, J., Pacheco, L., Sardinha, L., Bandeira, L., Danelon, M., Leão, M., Del Grossi, M., De Oliveira, M., Jannuzzi, P., Gentil, P., Jaime, P., Maluf, R., França, R. & Nascimento, R., (2014). O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014.
156. Krebs-Smith, S., Smiciklas-Wright, H., Guthrie, H. & Krebs-Smith, J., (1987), “The effects of variety in food choices on dietary quality”, *Journal of the American Dietetic Association*, 1987 Jul; 87(7):897-903 apud Rathnayake et al (2012), Use of dietary diversity score as a proxy indicator of nutrient adequacy of rural elderly people in Sri Lanka, p. 2, *Res Notes*, 2012 Aug 29; 5:469.
157. Kynch, J. & Sen, A., (1983). Indian women: well-being and survival. *Cambridge Journal of Economics* , Sept./Dec. 1983, Vol. 7, No. 3/4 (Sept./Dec. 1983), pp. 363-380. Oxford University Press, JSTOR.
158. La Vicchia C, Altieri A. & Tavani, A., (2001) Vegetables, fruits, antioxidants and cancer: a review of Italian studies. *Eur J Nutr* 40: 261-7.
159. Lakatos, M. & Marconi, A., (1992). Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos; Pesquisa bibliográfica; Projecto e relatório; Publicações e trabalhos científicos. São Paulo, Editora Atlas S.A. – 1992. 4ª Edição Revista e Ampliada.
160. Leão, M e Maluf, R. (2012). A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional. A experiência brasileira. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). Oxfam, 1ª edição Brasília.
161. Leão, M. e Maluf, R. (2012), “A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional. A experiência brasileira. Ação Brasileira pela

- Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). Oxfam, 1ª edição Brasília” apud Vunjanhe, J. e Adriano, V. (2015, p. 14). Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar. Textos para Discussão 6.
162. Leonor, P. & Pacheco, M., (2008). A dimensão da insegurança alimentar. *Rev. Nutr.*, Santos. Ed. Campinas: 7s-13s, jul./Ago., 2008.
163. Levin, J., (1987). *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.
164. Mahadevan¹, R. & Hoang, V., (2015). Is There a Link Between Poverty and Food Security? *Soc Indic Res* 128:179–199. Research Gate.
165. Maloa, J., (2016). “A Urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação”, Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. Brasil, (online), consultado em 20.05.2019, Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082016-155420/publico/2016_JoaquimMirandaMaloa_VCorr.pdf
166. Maluf, R. & Menezes, F., (2001). *Caderno Segurança Alimentar*. Foundation Charles Léopold Mayerpourle Progrès de l'Homme. Rede Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM).
167. Martins, P. & Guerra, F., (2013). Durkheim, Mauss e a actualidade da escola sociológica francesa. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 34, set./dez. 2013, p. 186-218.
168. Marx, K., (1884). *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staates*.
169. Massingue, J.; Donovan, C.; e Garrett, J. (2013). Disponibilidade de Alimentos e Qualidade Da Dieta em Moçambique: Ligando a Agricultura à Nutrição. *Flash* 64,1-4.
170. Mauss, M., (1950), “Dádiva, simbolismo e associação” apud Martins & Guerra, 2013, “Durkheim, Mauss e a actualidade da escola sociológica francesa”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, no 34, set./dez. 2013, p. 186-218.
171. Maxwell, D. & Smith, M., (1990), “Household Food Security: A Conceptual Review”, Simon Maxwell e Timothy R. Frankenberger (orgs.), *Household Food Security: Concepts, Indicators, Measurements. A Technical Review. Part I*.
172. Maxwell, D., (1995). *Measuring Food Insecurity: The Frequency and Severity of "Coping Strategies"*. Food Consumption and Nutrition Division. International Food Policy Research Institute. 1200 Seventeenth Street, N.W. Washington, D.C. 20036-3006 U.S.A.

173. Maxwell, D., Coates, J. & Vaitla, B., (2013). How Do Different Indicators of Household Food Security Compare? Empirical Evidence from Tigray. Feinstein International Center. Tufts University. Gerald J. and Dorothy R. Friedman School of Nutrition Science and Policy.
174. Maxwell, S. & Smith, M., (1992). Household food security: a conceptual review. In: Maxwell S., Frankenberger T., editors. Household food security: concepts, indicators, and measurements: a technical review. New York and Rome: UNICEF and IFAD; 1992.
175. Maxwell, S., (1996). Food Security: A Post-Modern Perspective. *Food Policy* 21(2).
176. Mayntz, R., (2017). Zählen - Messen - Entscheiden: Wissen im politischen Prozess. MPIfG Discussion Paper 17/12. Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung (MPIfG).
177. Mazive, E., (s.a.). Manual prático para Inquéritos. Instituto Nacional de Estatística (INE). Maputo. Moçambique.
178. Mbukwa, J., (2013), A model for predicting food security status among households in developing countries, *International Journal of Development and Sustainability*, Vol. 2
179. McCordic, C. & Abrahamo, E., (2019). Family Structure and Severe Food Insecurity in Maputo and Matola, Mozambique. *Revista Sustainability* 2019, 11(1), 267.
180. McCordic, C., (2015). Urban Food Security in Maputo and Matola, PhD Thesis in Social and Ecological Sustainability, University of Waterloo, Canada.
181. McKay, F., Haines, B., & Dunn, M., (2019). Measuring and Understanding Food Insecurity in Australia: A Systematic Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*
182. McKenzie, H., & McKay, F., (2017). Food as a discretionary item: The impact of welfare payment changes on low-income single mother's food choices and strategies. *J. Poverty Soc. Justice* 2017, 25, 35–48. [CrossRef].
183. McMillan, J. & Coveney, J., (2010). What Took You so Long? *Sociology's Recent*
184. Medin, L., Goldstone, L., & Gentner, (1990). Similarity involving attributes and relations: judgments of similarity and difference are not inverses. *Psychological Science*, 1(1), 64-69.
185. MEF, Direcção Nacional de Estudos Económicos e Financeiros, (2016). Pobreza e Bem Estar em Moçambique: Resumo da Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014/15). Maputo.

186. Mendes, J., (2010). Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede. *Anál. Social* nº196, 447-465, Lisboa 2010. Scielo – Portugal.
187. Migotto, M, Davis, B., Carletto, G. & Beegle, K., (2005). *Measuring Food Security Using Respondents' Perception of Food*
188. MINADER, Programa SUSTENTA (s.a), “Food and Nutrition Security Situation”, (online), consultado em 05.03.2021, Disponível em <https://www.agricultura.gov.mz/estatisticas/san/>
189. Mintz, Sidney W., (2001). Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.
190. Miot, H., (2011). Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. (online), consultado em 02.05.17, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492011000400001. *Jornal Vascular Brasileiro*, 10, 4, 2011, pp. 275-278. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular. São Paulo, Brasil. Departamento de Dermatologia e Radioterapia da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Botucatu (SP), Brasil.
191. MISAU–DNP, (2009). *Plano Integrado para o Alcance dos Objectivos 4 e 5 do Desenvolvimento do Milénio*.
192. Misselhorn, A., (2004). What drives food insecurity in southern Africa? A meta-analysis of household economy studies. *Global Environmental Change* 15,33-43.
193. Modarres, M., (2006). *Risk Analysis in Engineering: Techniques, Tools and Trends*. Taylor & Francis Group. CRC Press.
194. Moursi, M., Arimond, M., Dewey, K. & Trèche, S., (2008). Dietary Diversity is a Good Predictor of the Micronutrient Density of the diet of 6-to 23-Month-Old Children in Madagascar. *J Nutr* 138: 2448-53.
195. Muchangos, A., (1994). *Cidade de Maputo: aspectos geográficos*. Coleção Cidades de Moçambique. Volume 1. Editora Escolar, 1994.
196. Munro, E. & Hardie, J., (2019). Why We Should Stop Talking About Objectivity and Subjectivity in Social Work. *British Journal of Social Work* (2019) 49, 411–427. Advance Access Publication June 29, 2018. National Centre for Research Methods Review Paper.

197. Nayak, P., (2000). Understanding the Entitlement Approach to Famine. *Journal of Assam University*, Vol. (1), pp.60-65, 2000.
198. Niederle, P., Schneider, T. & Schubert, M., (2018). Comida relacional: produção de sentidos e sociabilidades nas práticas alimentares da quinta da videira. *Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo. Revista Theomai/Theomai Journal Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo/Critical Studies about Society and Development*. No. 2, pp. 544-555.
199. Nord, M. & Hopwood, H., (2007). Recent advances provide improved tools for measuring children's food insecurity. *Journal of Nutrition* 137: 533-536.
200. Ouverney-King, J. & De Souza, S., (2014). "Sempre tem comida, né?": Percepções sobre alimentação no cenário da migração. Florianópolis, Brasil.
201. Paddy, F., (2003), Gender Differentials in Land Ownership and Their Impact on Household Food Security: A Case Study of Masaka District, Dissertação de Mestrado. Baltimore and London, Uganda Press (online), consultado em 13/06/2020, Disponível em <http://www.stiftung-fiat-panis.de/images/DF/DF337.pdf>.
202. Panigassi, G. et al, (2008). Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional, (online), consultado em 07.02.2020, Disponível em <https://www.scielo.org/article/csp/2008.v24n10/2376-2384/pt/>.
203. Parahos, et al, (2013). Construindo Indicadores Sociais: Uma Revisão Da Bibliografia Especializada. *Perspectivas*, São Paulo, v. 44, p. 147-173, jul./dez. 2013.
204. PEDSA 2011-2020. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Aprovado na IV Sessão do Conselho de Ministros, Maio de 2011.
205. Pérez-Escamilla, R. & Segall-Corrêa, A., (2008). Indicadores e medidas de Insegurança Alimentar. *Rev. Nutr.* 21 suppl.0. Campinas. Juho/Agosto, 2008.
206. Pimentel, J. Silva, (2013a). Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo, Parte 1. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora (online), consultado em 01.01.2019, Disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16198/2/JPimentel_Parte1.pdf
207. Pimentel, J., (2013b). Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo, Parte 2. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora (online), consultado em 01.01.2019, Disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16198/2/JPimentel_Parte1.pdf

208. Pinto, J., (2013) & Forjaz, A. (ed). Manual: Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de Formação Avançada para ANEs - Formações Temáticas.
209. Place F., Njuki, J., Murithi, F. & Mugo, F., (2006). Agricultural enterprises and land management in the highlands of Kenya. In: Pender J, Ehui S, editors. Strategies for sustainable land management in the East African highlands. Washington: International Food Policy Research Institute; 2006.
210. Pocinho, M., (2014). O livro que explica a estatística que precisa em 13 aulas IBM-SPSS & Excel. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra. Instituto Superior Miguel Torga, June 27, 2014.
211. Polit, F., Beck, T. & Hungler, P., (2004). Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 201.
212. Popper, K., (1935). Logik der Forschung. Verlag von Julius Springer, Vienna, Austria.
213. Porter, K., & Theodore M., (2015). The Flight of the Indicator. In The World of Indicators. The Making of Governmental Knowledge through Quantification, ed. Richard Rottenburg, Sally E. Merry, Sung-Joon Park and Johanna Mugler, 34-55. Cambridge: Cambridge University Press.
214. Poulain, J. & Proença, R., (2003). O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. Nutr., Campinas, 16(3):245-256, jul./set., 2003
215. Poulain, J. & Proença, R., (2013). Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2ª ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. 285p.
216. Pretty, J. Sutherland, W., Ashby, J., Auburn, J. & Baulcombe, D., (2010). The top 100 questions of importance to the future of global agriculture. Int. J. Agric. Sustain. 8 (4), 219–236.
217. Raimundo, I. & Frayne, B., (2012). Impacts of climate change on migration and food security in Maputo, Mozambique. In Climate change, assets, and food security in Southern African Cities, edited by Bruce Frayne, Caroline Moser and Gina Ziervogel. Earthscan, New York.
218. Raimundo, I., Crush, J. & Pendleton, W., (2014). The State of Food Insecurity in Maputo, Mozambique. Urban Food Security Series nº 20.
219. Raimundo, I., McCordic, C., Wagner, J., Crush, J. & Abrahamo, E., (2020). Inclusive Growth and Informal Vending in Maputo's Food Markets. Series Editors: Prof Jonathan Crush and Dr Liam Riley. Hungry Cities Report No. 18.

220. Rasch, G., (1960). Probabilistic Models for Some Intelligence and Attainment Tests. Copenhagen: Danish Institute for Educational Research. Reprinted with a foreword and afterword by B.D. Wright in 1980 by the University of Chicago Press, and in 1993 by MESA Press, Chicago, IL.
221. Rebekah, W., Campbell, J. & Egede, L., (2019). Differential Impact of Food Insecurity, Distress, and Stress on Self-care Behaviors and Glycemic Control Using Path Analysis. Division of General Internal Medicine, Department of Medicine, Medical College of Wisconsin, Milwaukee, WI 53226-3596, USA.
222. Renata, M., Jone, M. Fabiana, da Cruz (2020). O Lugar da Cultura no debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Olhar a partir de Moçambique. Universidade Federal de Pelotas Vivência. Revista de Antropologia, n. 54|2019|p. 192-202.
223. Reutlinger, S. & Knapp, K., (1980). Food security in food deficit countries. World Bank Staff Working Paper 1980 No.393 pp.43 pp. ref.9. Development Economics Dept., World Bank, Washington, D.C., USA.
Revisão de Eduardo Brandão. 1ª Edição, 1995. Livraria Martins Fontes Editora Ltda” apud Da Silva, R. (2019, p. 277). Durkheim e Bourdieu: aproximações e distanciamentos. Rev. Sociologias Plurais, v. 5, n. 1, p. 273-292, jul. 2019.
224. Ricci, J. e Becker, S. (1996). Risk factors for wasting and stunting among children, (online), consultado em 15.01.2019, Disponível em <https://doi.org/10.1093/ajcn/63.6.966>. Metro Cebu, Philippines. The American Journal of Clinical Nutrition, 63, 6, June 1996, pp. 966–975.
225. Riley, L., Caesar, M., (2018). Urban Household Food Security in China and Mozambique: A Gender-Based Comparative Approach. Dev. Pract. 2018, 28, 1012–1021.
226. Rockström Steffen, W., Foley, J., Noone, K. & Wit, C., (2009). A safe operating space for humanity. Nature 461 (7263), 472–475.
227. Romanowski, F., de Castro & Neris, N. (2019). Manual de Tipos de Estudo. Anápolis.
228. Romeli, G. & Alves, A., (1998). A falsa Dicotomia Quantitativo-Qualitativo: Paradigmas que informam nossas práticas de Pesquisas. Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP / CAPES; R. Preto: Editora Legis-Summa.
229. Rosegrant, W., Cline, A., Sulser, T. & Santos, R., (2005). Looking Ahead Long Term Prospects for Africa’s Agricultural Development and Food Security. 2020

- Discussion Paper 41, International. Food Policy Research Institute (IFPRI), Washington, DC.
230. Rottenburg, R., & Merry, S., (2015). The Making of Governmental Knowledge Through Quantification. In *The World of Indicators. The Making of Governmental Knowledge through Quantification*, ed. Richard Rottenburg, Sally E. Merry, Sung-Joon Park and Johanna Mugler, 1-33. Cambridge: Cambridge University Press
231. Ruel, T., (2002a). Is Dietary Diversity an Indicator of Food Security or Dietary Quality? A Review of Measurement Issues and Research Needs. Food Consumption and Nutrition Division. International Food Policy Research Institute. 2033 K Street, N.W. Washington, D.C. 20006 U.S.A. (202) 862–5600.
232. Ruel, T., (2002b). Operationalizing Dietary Diversity: A Review of Measurement Issues and Research Priorities. Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute (IFPRI), Washington, D.C. 20006. “Animal Source Foods and Nutrition in Developing Countries” Conference. Washington, D.C. June 24–26, 2002.
- Rural-Urban Interdependence. A 2020 Vision for Food, Agriculture, and the Environment. Policy Research Institute (IFPRI). FOCUS 3 • BRIEF 3 OF 10 •
233. Saccol, A., (2009). Um retorno ao básico: Compreendendo os Paradigmas de Pesquisa e sua aplicação na Pesquisa em Administração. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, Maio/Ago. 2009
234. Sachs, J., (2005). *O Fim da Pobreza: como consegui-lo na nossa geração*. Casa das Letras. Lisboa.
235. Sahn, D. E. & Harold A., (1997). On the determinants of nutrition in Mozambique: The importance of age-specific effects. *World Development*, 25 (4), 577-588.
236. Sahn, E., (1988). The effect of price and income changes on food-energy intake in Sri Lanka.
237. Sakyi, P., (2012). Determinants of Food Accessibility of Rural Households in the Limpopo Province, South Africa. Master’s dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science in Nutrition and Rural Development Main subject: Rural Economics and Management. Faculty of Bioscience Engineering. Ghent University. Academic year 2011 – 2012.
238. Santos, M., (1993). *Urbanização Brasileira*. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Lda.

239. Scanlan, S., (2003). Food Security and Comparative Sociology: Research, Theories, and Concepts, (Online), consultado em 06.10.18, Disponível em www.jstor.org/stable/20628687. International. Journal of Sociology, 33(3), 88-111.
240. Scautolino, P. Troccoli, I. & Zafaneli, E., (2016). Cultura de consumo e valores pessoais do consumidor: contribuições científicas e proposta de um framework. Revista do CEPE. Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 35-48, jan./jun. 2016.
241. Scarbrough, J., (2013). Lenski's socio-cultural theory of social change, (online), consultado em 31.01.2021, Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fGp2V_Wx8kw.
242. Selau, P. & Ribeiro, L., (2009). Uma sistemática para construção e escolha de modelos de previsão de risco de crédito. Gest. Prod., São Carlos, v. 16, n. 3, p. 398-413, jul.-set. 2009.
243. Sen A., (1977). Starvation and exchange entitlements: a general approach and its application to the great Bengal famine, (online), consultado em 10.11.18, Disponível em <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035349>. Cambridge Journal of Economics, Volume 1, Issue 1, March 1977, Pages 33–59.
244. Sen, A., (1976). Poverty: An ordinal approach to measurement. Econometrica, 44 (2), 219 – 231.
245. Sen, A., (1981). Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation. Oxford: Oxford University Press Inc., New York.
246. SETSAN, (2007). Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional.
247. SETSAN, (2008). Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional.
248. SETSAN, (2013). Relatório do Estudo de base de Segurança Alimentar e Nutricional de 2013.
249. SETSAN, (2014). Relatório de Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique.
250. SETSAN, (2017). Classificação de Insegurança Alimentar Aguda em fases: Julho/2016- Fevereiro/2017. República de Moçambique.
251. Shilomboleni, H., (2017). The African Green Revolution and the Food Sovereignty Movement: Contributions to Food Security and Sustainability: A Case-study of Mozambique, (online), consultado em 15.09.19, Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/144150091.pdf>. University of Waterloo.
252. Siamwalla, A. & Valdes, A., (1980) "Food Insecurity in Developing Countries", Food Policy, vol 5, 4, November, pp 258-272.

253. Silva, A., (2011). “Dinâmica socioespacial e produção habitacional na periferia de Maputo-Moçambique a partir de 1970: destaque para os bairros Polana Caniço “A” e “B”, Dissertação de Mestrado em Geografia, Concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis. Brasil.
254. Silvestri S., Ringler, E., Herrero, C., Mario, T. & Okoba, B., (2012). Climate change perception and adaptation of agro-pastoral communities in Kenya. *Reg Environ Chang.* 2012;12(4):791–802.
255. Sly, T., (2018). What is the difference between food security and food safety? Ryerson University, Toronto.
256. Smith J., Sones, K., Grace, D., McMillan, S., Tarawali, S. & Hrrero, M., (2013). Beyond milk, meat and eggs: Role of livestock in food and nutrition security. *Anim Front.* 2013;3(1):6–13.
257. Sobrinho, F. Silva, Y., Abreu, M., Pereira, S., & Júnior, C., (2013). Factores determinantes da insegurança alimentar e nutricional: estudo realizado em Restaurantes Populares de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Rev. Scielo, Public Health. Ciência e Saúde pública.*
258. Sondeia, M., (2005). Moçambique: A Segurança Alimentar e Nutricional para combate à pobreza. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia.
259. Sopa, A. & Roque, P., (1987). Obras sobre a Cidade de Maputo Existentes no Arquivo Histórico de Moçambique. *Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique.* Suplemento No2. Páginas I a 207. Outubro de 1987. Maputo, Moçambique.
260. Souza, H., (1991). Como se faz análise de conjuntura. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 54p.
261. Spurin, M., & Stansbie, P. (s.a: 2-3). Objectivity and Subjectivity in Research. University College Birmingham, Birmingham, England and Grand Valley State University, Grand Rapids, MI, US.
262. Stake, R., (1995). The art of case study research. Thousand Oaks, CA: Sage.
263. Stake, R. (1978). The Case Study Method in Social Inquiry. *Educational Researcher,* Feb., 1978, Vol. 7, No. 2 (Feb., 1978), pp. 5-8. American Educational Research Association.

264. Swindale, A. & Bilinsky, P., (2006). Household Dietary Diversity Score (HDDS) for Measurement of Household Food Access: Indicator Guide, version 2, Food and Nutrition Technical Assistance (FANTA).
265. Tarasuk, V., (1999). Household Food Insecurity with Hunger Is Associated with Women's Food Intakes, Health and Household Circumstances. Department of Nutritional Sciences, Faculty of Medicine, University of Toronto, Toronto, Ontario M5S 3E2 Canada. Community and International Nutrition.
266. Teddlie, C. & A. Tashakkori (2010). Overview of contemporary issues in mixed methods research. In Sage Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research, Tashakkori, A. & Teddlie, C. (Eds) 2010, Sage, California, pp 1-41.
267. Teller, C., Tim F., T. & Yambi, O., (1991). Developing a Regional Nutrition Strategy for East And Southern Africa: Strategic Elements and Practical Opportunities for A.I.D. Food and Nutrition Division. The Pragma Corporation, September 1991.
268. Tendall, M. Joerin, J., Kopainsky, B., Edwards, P., Shreck, A., Le, Q., P. Kruetli, P., Grant, M. & Six, J., (2015). Food system resilience: Defining the concept. *Global Food Security* 6 (2015) 17–23. ELSEVIER. Research Gate.
269. Timmer, C., Falcon, P. & Pearson, R., (1983). Food Security in the United States. Food Policy Analysis, a World Bank publication. Baltimore MD: Johns Hopkins University Press. US House of Representatives (1990). Washington, DC: Select Committee on Hunger, Committee Report.
270. Torres, Marques, E., & Bichir, R., (2003). Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial.
271. Tourain, A. (1980). "The Voice and the Eye: On the Relationship between Actors and Analysts", (online), consultado em 18.01.2021, Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3790967>. *Political Psychology*, Spring, 1980, Vol. 2, No. 1 (Spring, 1980), pp. 3-14. Published by: International Society of Political Psychology
272. Touraine, A., (1998). Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Bauru, SP: EDUSC, 1998. 110p. 477.
273. Touraine, A., Wieviorka, M., & Dubet, F, (1984). Le mouvement ouvrier. Paris: Fayard Mouvements 2.
274. Trochim, W., (2002). Research Methods Knowledge Base. Department of Policy Analysis and Management at Cornell University.

275. Tversky, A. (2004). *Preference, belief, and similarity: selected writings*. Cambridge, MA: The MIT Press.
276. UEM-FAEF, (2016). *Relatório feito no âmbito da visita presidencial à Ilha de KaNyaka*.
277. UN-HABITAT, (2010). *The State of the African Cities. Governance, Inequality and Urban Land Markets*. Nairobi, November 2010.
278. USAID, (1999). *Food Security Indicators and Framework for Use in the Monitoring and Evaluation of Food Aid Programs*. FANTA.
279. Vergamini, D., Cumingb, D. & Viaggic, D., (2015). *The Integrated Management of Food Processing Waste: The Use of the Full Cost Method for Planning and Pricing Mediterranean Citrus By-Products*. *International Food and Agribusiness Management Review*, 18, 2, pp. 153-172. International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA).
280. Vhurumuku, E., (2014). *Food Security Indicators*. WFP East and Central Africa Bureau, Nairobi For the Integrating Nutrition and Food Security Programming for Emergency response workshop. 25 to 17 February 2014.
281. Victor Cipola, S., Takahashi, J., & Mello, A., (2018). *A Gestão do fato social. A postura da equipe gestora diante do novo aluno*. *Revista científica UNAR (ISSN 1982-4920)*, Araras (SP), v.16, n.1, p.54-61, 2018.
282. Vogel, C. & Smith, J., (2002). *The politics of scarcity: Conceptualizing the current food security crisis in Southern Africa*. *South African Journal of Science* 98, 315-17.
283. Vunjanhe, J. & Vicente A., (2015). *Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar*. *Textos para Discussão 6*. CERESAN - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. UFRRJ.
284. Walker, R. Campbell, J. & Eged, L., (2019). *Differential Impact of Food Insecurity, Distress, and Stress on Self-care Behaviors and Glycemic Control Using Path Analysis*.
285. Ward, P., Coveney, J. & Henderson, J. (2010). *Editorial: A sociology of food and eating. Why now?* *Journal of Sociology*, 2010. The Australian Sociological Association, Volume 46(4): 347–351.
286. Webb, P. Coates, J., Frongillo, E., Rogers, B., Swindale, A. & Bilinsky, P., (2006). *Measuring household food insecurity: why it's so important and yet so difficult to do*, (online), consultado em 11.02.2020, Disponível em

- www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_8_pp._231_252.pdf. *Journal of Nutrition* 2006; 136(5):1404S-1408S.
287. Wernimont, G., (1977) Statistical control for measurement process. In: *Validation of the Measurement Process* (Gould, R. F., ed.). American Chemical Society, Washington, DC.
 288. Willis, K., (2010:64). *Theories and Practices of Development*. Second edition. Routledge Perspectives on Development. Series Editor: Professor Tony Binns, University of Otago.
 289. World Bank: Mozambique, (1986). *Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. A World Bank Policy Study. February 1986.
 290. Yeldah, B. (2011). *The Three Pillars of Food Insecurity: Getting to the Guts of Utilization*. *Anthropological perspectives on migration, food and nutrition*. Society for the Anthropology of Food and Nutrition, online), consultado em 21.10.2017, Disponível em <https://foodanthro.com/2011/05/24/the-three-pillars-of-food-insecurity-getting-to-the-guts-of-utilization/>.

ANEXOS

Anexo1: Cesta Básica definida pelo MISAU

4) AVALIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS AGREGADOS FAMILIARES.

É um instrumento que avalia a possibilidade do agregado familiar adquirir os alimentos básicos essenciais. Existem dois factores que influenciam o poder de compra designadamente, o rendimento do agregado familiar e os preços praticados no mercado. É um indicador económico geral que inclui todos os produtos, bens e serviços necessários.

Por exemplo, a cesta básica de um agregado médio de 5 pessoas (censo de 1997) e para se atingir um nível de 2.200 Kcal (recomendado pelo MISAU) é a seguinte:

Tabela 1: Exemplo da análise do poder de compra do salário mínimo.

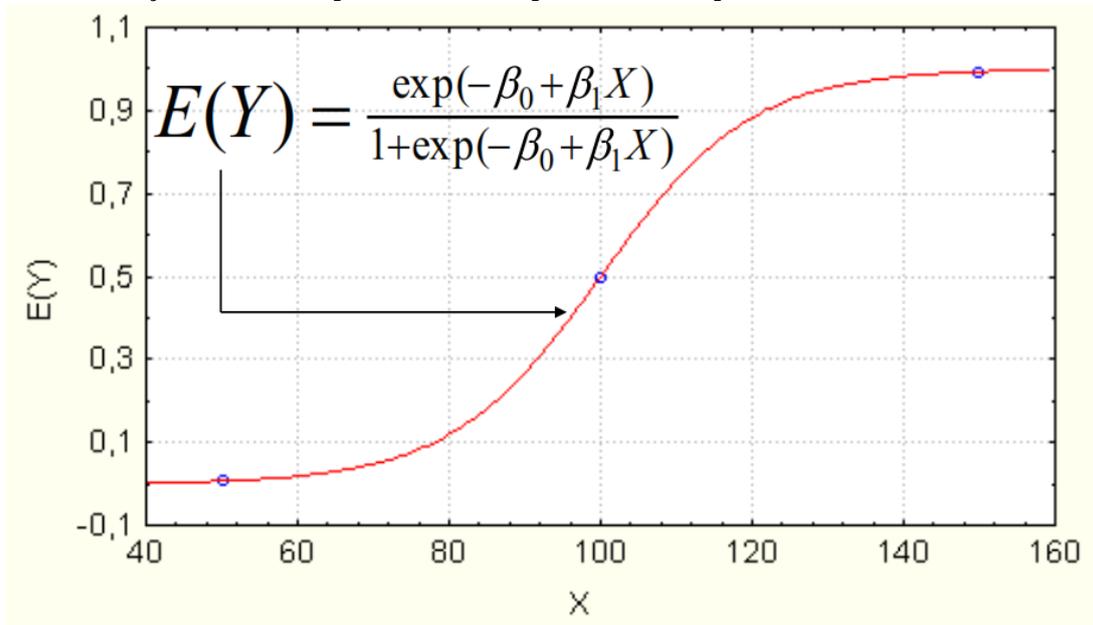
Produto	Quantidade Diária	Quantidade mensal	Preço/Kg	Custo mensal
Arroz	2,6 Kg	78 Kg	10 000,00	780 000,00
Feijão Branco	2,0 Kg	60 Kg	9 000,00	540 000,00
Óleo	4,0 l	12 l	14 000,00	168 000,00
Alcapurra	1,2 Kg	3,6 Kg	20 000,00	72 000,00
Farinha	1,5 Kg	4,5 Kg	25 000,00	112 500,00
Macarrão	0,6 Kg	1,8 Kg	35 000,00	63 000,00
Ponto de equilíbrio (MISAU)	2,2 Kg	66 Kg	20 000,00	1320 000,00
1° salário mínimo	2,3 Kg	69 Kg	8 000,00	552 000,00
2° salário mínimo	1,1 Kg	3,3 Kg	9 000,00	29 700,00
Salário	2,2 Kg	66 Kg	9 000,00	594 000,00
Consumo médio (MISAU) (Parâmetro) (Cesta)				230 000,00
Total				1.784.400,00

Fonte: MISAU/IDNS

* Por família de 5 pessoas.

Fonte: MISAU

Anexo 2: Função da variável dependente estimada pela variável independente observada



Fonte: Tomado de Amaral, E. (2012). Análise de Regressão Logística. Metodologia de Pesquisa (DCP 854b). Dezembro, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Programa de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade

Inquérito para recolha de dados sobre “Insegurança Alimentar Urbana nos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe na Cidade de Maputo”

**Informação sobre a pesquisa e pedido para a obtenção de consentimento
(A ser lido em voz alta pelo Inquiridor)**

Segurança Alimentar Urbana é uma área emergente no que concerne ao desenvolvimento e pesquisa académica e é, fundamentalmente, diferente da abordagem sobre questões de segurança alimentar nas áreas rurais. Assim sendo e com vista a levar a cabo, no nosso país, actividades efectivas de treinamento e capacitação de qualidade sobre esta matéria, o primeiro passo deve consistir na construção de uma base de conhecimento em torno da segurança alimentar urbana e pobreza. Esta Pesquisa sobre Insegurança Alimentar Urbana nos Agregado Familiar na cidade de Maputo é o primeiro passo deste processo de construção de um recurso de conhecimento de base. Para isso será levado a cabo um Inquérito em 2 dos sete distritos municipais da Cidade de Maputo onde ainda a Universidade Eduardo Mondlane não realizou este tipo de pesquisa, nomeadamente os Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe.

Esta pesquisa tem apoio técnico da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e financeiro da Universidade Eduardo Mondlane. Ela é uma contribuição para aumentar o número de estudos que proporcionem análises da Insegurança Alimentar na Cidade de Maputo bem como uma contribuição para dar resposta à crescente necessidade de estudar e acompanhar os níveis e tendências de insegurança alimentar nas cidades de Moçambique.

PEDIDO DE CONSENTIMENTO (A SER LIDO EM VOZ ALTA PELO INQUIRIDOR)

“Estou a trabalhar como investigador para a Universidade Eduardo Mondlane. Nesse âmbito, meus colegas e eu estamos a falar com pessoas na Cidade de Maputo sobre como elas obtêm comida e outros assuntos económica e socialmente importantes. Visitaremos as famílias para observar, também, como elas confeccionam os alimentos. O seu agregado foi escolhido por sorteio e gostaríamos de discutir estes assuntos consigo, ou com um membro adulto do seu agregado.

As suas opiniões nos ajudarão a ter uma melhor ideia sobre como as pessoas de KaNyaka e KaTembe se sentem sobre estes assunto relacionados com o tipo de alimentos que consomem normalmente e como preparam a sua comida . Não há respostas certas ou erradas. A entrevista levará cerca de 50 minutos. As suas respostas permanecerão em anonimato (não serão reveladas a ninguém). Serão somente tomadas as respostas de todas pessoas com quem estamos a falar em Maputo, afim de termos uma visão geral. Não vamos registar o seu nome, e será impossível identificá-lo pelo que vai dizer, por isso sinta-se a vontade para dizer o que

pensa.” Mais uma afirmamos que não vamos registar o seu nome, e será impossível identificá-lo pelo que vai dizer, por isso sintá-se a vontade para dizer o que pensa.”

P0. Aceita responder às questões?”

(MARQUE COM UM “X” NO QUADRADINHO, A RESPOSTA DADA)

1. SIM 2. NÃO

SE A RESPOSTA FOR “NÃO”: LER/DIZER EM VOZ ALTA O SEGUINTE: “Obrigado pelo seu tempo. Adeus”.

SE A RESPOSTA FOR “SIM” LER EM VOZ ALTA O SEGUINTE:

“Muito obrigado por aceitar participar neste estudo. Só para enfatizar, informamos que quaisquer respostas dadas serão mantidas em absoluto anonimato, e não há como alguém poder indentificá-lo(a) pelo que tiver dito nesta entrevista. Não estamos registando nem o seu endereço nem o seu nome, por isso você vai permanecer anónimo(a). A informação que vamos reunir com estas entrevistas será guardada em lugar seguro. Você tem o direito de terminar com a entrevista a qualquer momento; tem, ainda, o direito de recusar-se a responder a qualquer pergunta que não queira responder. Tem alguma pergunta que queira fazer antes de começarmos?” Sim Não (Assinale com “X” a resposta certa)

Se a resposta for “NÃO” passe para frente. Se a resposta for “SIM”, por favor especifique a pergunta _____

Apenas para registar a sua aceitação em participar nesta pesquisa, peço para ler e depois assinar a seguinte “Declaração de Consentimento Informado” (a ser lido pelo inquiridor).

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____ li atentamente o presente documento, compreendi e concordo com toda a informação que nele consta e tive a oportunidade e liberdade de fazer perguntas e receber esclarecimentos de forma satisfatória. Nesses termos aceito participar da pesquisa.

O Chefe do Agregado Familiar: _____

Data: _____/_____/_____

Hora: _____

Local: _____

Contacto: _____

O Pesquisador
 (Nome do Inquiridor)
 Assinatura: _____
 Data: ____/____/____
 Hora: _____
 Local: _____
 Contacto: _____

A Supervisora: Prof. Doutora Inês Raimundo
 Contacto da Professora (Supervisora): _____
 Data: ____/____/____

Estudo sobre Insegurança Alimentar Urbana nos Agregados Familiares dos Distritos Municipais de KaNyaka e KaTembe, da Cidade de Maputo	
ID_AF: Identificação do Agregado Familiar	
NrP_AF: Número de pessoas no Agregado Família	<input type="text"/>
NrQ: Número do Quarteirão	<input type="text"/>
<i>MARQUE COM UM "X" NO QUADRADINHO A RESPOSTA DADA</i>	
P1: Nome do Distrito Municipal	
1. KaNyaka	<input type="checkbox"/>
2. KaTembe	<input type="checkbox"/>
P2: Nome do Bairro	
11. Inguane	<input type="checkbox"/>
12. Ridzene	<input type="checkbox"/>
1.3. Nhaquene	<input type="checkbox"/>
21. Chale	<input type="checkbox"/>
22. Xamissava	<input type="checkbox"/>
23. Gwachene	<input type="checkbox"/>
24. Incassane	<input type="checkbox"/>
25. Inguide	<input type="checkbox"/>
P3: Satus da Entrevista <input type="checkbox"/> [1 = Completa; 2 = Recusou; 3 = Fora de casa; 4 = Sem ninguém em casa]	
A SER PREENCHIDO PELO ENTREVISTADOR, NO COMEÇO E NO FIM DA ENTREVISTA	P6: Data da entrevista
	P51: Dia ____/____/

P4: Hora da Entrevista: Começou às ____h e __Mn Terminou às ____h e __Mn P5: Nome do Entrevistador _____ Assinatura _____ Comentários _____	P52: Mês ____/____/____	
	P53: Ano _____	
A SER PREENCHIDO PELO SUPERVISOR P6: Nome do Supervisor (A) _____ Assinatura _____ P7: Comentários _____	8: Agregado presente <input type="checkbox"/> [Sim=1; Não=2] 81: Voltou para o AF <input type="checkbox"/> [Sim=1; Não=2] P 9: Questionário conferido pelo Supervisor? <input type="checkbox"/> [Sim = 1 Não = 2]	

A SER PREENCHIDO PELAS SEGUINTESS PESSOAS:

Supervisor (Nome)	Inquiridor (Nome)	Dados inseridos no computador por (Nome)

P10- SECÇÃO A: COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (AF)

Escreva na tabela abaixo os dados de todas as pessoas vivendo no agregado familiar, incluindo pessoas que fazem parte do agregado mas que estão ausentes ou estão fora (pais) trabalhando (migrantes) ou por outras razões. (Veja os códigos a usar na folha em anexo ou na página assinalada com **XXX**).

Número da Pessoa do AF	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
P10a: Grau de parentesco com o chefe do agregado Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte										
P10b: Sexo Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte										
P10c: Idade Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte										
P10d: Estado Civil Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte										
P10e: Grau de escolaridade mais alto Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte										
P10f : Ocupação (Ocupações) (as mais										

<p><i>importantes, escreva no máximo 2)</i></p> <p>Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte</p>										
P10g: A renda do mês passado da principal ocupação										
P10h: Vive/trabalha fora/longe deste agregado familiar, mas ainda é membro do agregado?										
P10i: Situação actual de emprego										
P10j: País onde trabalha atualmente										
P10k: Onde nasceu?										
P10l: Onde mora atualmente?										
<p>P10m: Porquê se mudou para o endereço atual?</p> <p>Use os códigos das respostas desta pergunta na página XXX ou na pág. seguinte</p> <p><i>(Escreva máximo de três razões para se mudar)</i></p>										
P10n: Onde tomou a principal refeição ontem?										
<p>P10.o.: Quem no agregado faz normalmente as seguintes atividades:</p> <p><i>(Veja lista de códigos na pág. XXX seguinte para as atividades.</i></p> <p><i>Escreva no máximo 4 opções)</i></p>	Pai									
	Mãe									
	Filho/a									
	Outro membro do agregado familiar									

Pág. XXX: CÓDIGOS PARA A PERGUNTA P10

P10a: Relação com o chefe do agregado

- 1 Chefe
- 2 Esposo(a)/ companheiro
- 3 Filho/ Filha
- 4 Adotivo/ Filho de criação/ Órfão
- 5 Pai/ mãe
- 6 irmão/irmã
- 7 Neto/Neta
- 8 Avô/Avó
- 9 Genro/ Nora
- 10 Outro tipo de parente
- 11 Não parente
- 97 Recusou responder
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

P10b: Sexo

- 1 Masculino
- 2 Feminino
- 9 outro

P10c: Idade na data do ultimo aniversário

- 0 Menor de 1 ano
 - Números inteiros apenas
 - 97 Recusou
 - 98 Não sabe
 - 99 Em falta
- (Se o entrevistado é maior de 96 anos, escreva 96)

P10d: Estado Civil

- 1 Não casado
- 2 Casado(a)
- 3 Moram juntos/ Na mesma casa

- 4 Divorciado(a)
- 5 Separado(a)
- 6 Abandonado(a)
- 7 Viúvo(a)
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em Falta

P10e: Grau de escolaridade mais alta

- 1 Sem educação formal
- 2 Primário incompleto
- 3 Primário completo
- 4 Secundário incompleto
- 5 Secundário completo
- 6 Nivel Médio ou Técnico
- 7 Universitário incompleto
- 8 Universitário completo
- 9 Pós-graduação
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

P10f: Ocupação

- 01 Camponês
- 02 Agricultor assalariado
- 03 Agricultor não assalariado
- 04 Prestador de serviços
- 05 Trabalhador doméstico
- 06 Gerente de escritório
- 07 Escriturário
- 08 Pedreiro
- 09 Mineiro
- 10 Trabalhador artesanal (profissional)
- 11 Trabalhador artesanal (Aprendiz)
- 12 Produtor do setor Informal
- 13 Negociante/ Vendedor ambulante/ vendedor de Mercado informal
- 14 Polícia de segurança (guarda)
- 15 Polícia/ Militar
- 16 Empresário(a) (Autônomo)
- 17 Empregador/ Gerente
- 18 Trabalhador Profissional
- 19 Professor
- 20 Trabalhador da Saúde
- 21 Funcionário do estado
- 22 Pescador
- 23 Conductor de camião
- 24 Reformado
- 25 Estudante universitário/estudante

- 26 Doméstica (Sem salário)
- 27 Desempregado/em busca de emprego
- 28 Outros (especifique)
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

P10h: Vive/trabalha fora/longe deste agregado mas ainda é membro do agregado?

- 1 Não
- 2 Sim, migrante trabalhador
- 3 Sim, migrante a busca de emprego
- 4 Sim, a estudar
- 5 Outros (especifique)
- 9 Em falta

P10i: Situação actual do emprego (trabalho assalariado)

- 1 Trabalho a tempo inteiro
- 2 Trabalha part-time/ biscato
- 3 Não trabalha – em busca
- 4 Não trabalha – nem busca
- 7 Recusou
- 8 Não sabe
- 9 Em falta

P10jPaís de Trabalho atual

- 1 Trabalha no seu país
- 2 Mocambique
- 3 Namibia
- 4 Angola
- 5 Zimbabwe
- 6 Lesotho
- 7 Botswana
- 8 Malawi
- 9 Zâmbia
- 10 Swazilândia
- 11 Tanzania
- 12 África do Sul
- 13 Resto de África
- 14 Europa/ Reino Unido

Pág XXX-cont.

- 15 América do Norte
- 16 Austrália/Nova Zelândia
- 17 Asia/China
- 18 Outros
- 19 Não se aplica (estudantes, reformados e etc)
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

10k: Onde nasceu

- 1 Zona Rural
- 2 Zona Urbana
- 3 País estrangeiro (Zona rural)
- 4 País estrangeiro (Zona urbana)
- 7 Recusou
- 8 Não sabe
- 9 Em falta

P10l: Onde mora agora?

- 1 Mesma zona rural
- 2 Diferente zona rural
- 3 Mesma Zona Urbana
- 4 Diferente Zona Urbana
- 5 País estrangeiro (zona rural)
- 6 País estrangeiro (zona urbana)
- 7 Zona urbana
- 8 Zona rural
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

P10m: Porque se mudou para o atual endereço?

- 1 Habitação
- 2 Terra para o gado ou criação de animais
- 3 Terra para a agricultura
- 4 Por causa do emprego (formal)
- 5 Por causa do emprego (informal)
- 6 Comida/fome
- 7 Serviço Militar
- 8 Seca
- 9 Condições de vida (geral)
- 10 Minha segurança/da família
- 11 Porque tem água
- 12 Educação/Escola
- 13 Crime
- 14 Atrações da cidade/vida moderna/vida urbana
- 15 Doença relacionada com (HIV-SIDA)
- 16 Doença não relacionada com (HIV-SIDA)
- 17 Se mudou com a família
- 18 Enviado para morar com a família
- 19 Casamento
- 20 Divórcio
- 21 Abandonado
- 22 Viuvez
- 23 Liberdade/Democracia/Paz

- 24 Reforma
- 25 Despedido do emprego
- 26 Foi expulso
- 27 Morte
- 28 Cheias
- 29 Motivos Religiosos
- 30 Voltou para antiga morada
- 31 Outros (especifique)
- 96 Não se mudou
- 97 Recusou
- 98 Não sabe
- 99 Em falta

P10n: Onde tomou a principal refeição ontem?

- 1 Em casa (neste agregado)
- 2 Pequena loja (restaurante)
- 3 Mercado informal/ comida da rua
 - 4 Compartilhou com os vizinhos /ou outros agregados
- 5 No trabalho
- 6 Escola
- 7 Cozinha comunitária
- 8 Comida dada por vizinhos ou outros agregados
- 9 Não tomou nenhuma refeição
- 10 Outros (especifique)
- 99 Em falta

P10o. Quem no agregado normalmente:

- 1 Compra comida
- 2 Prepara comida
- 3 Decide quem vai servir a comida (distribui)
- 4 Planta (cultiva na horta ou machamba)
- 5 Não faz nada acima citado

P11- SECÇÃO B: DADOS SOBRE TIPO DE HABITAÇÃO

P11a: Qual dos tipos de casa melhor descreve o tipo de casa que este agregado ocupa/vive?	Tipo de Casa	Código
<p><i>(NÃO LER em voz alta- marque com um círculo em apenas UMA resposta na coluna do ‘Código’)</i></p>	Casa de madeira e zinco	1
	Casa da cidade	2
	Flat	3
	Habitação tradicional/ casa com terreno à volta	4
	Casa tradicional com divisões internas	5
	Acampamento/ “Compône”	6
	Hotel/ Pensão	7
	Dependência do fundo do quintal	8
	Aluga um quarto da casa principal	9
	Aluga um quarto na Flat	10
	Palhota	11
	Treiler (caravana/tenda)	12
	Outros (especifique – escreva no espaço a seguir o nome do tipo de casa):	13
P11b: Qual a melhor estrutura para descrever a estrutura do seu agregado?	Estrutura do Agregado	Código
<p><i>(NÃO LER em voz alta – pergunte sobre o tipo de agregado e marque com um círculo apenas UM)</i></p>	Centrado em uma mulher (mulher é chefe do agregado) <i>(Sem marido/companheiro masculino no agregado, pode incluir parentes, crianças, amigos)</i>	1
	Centrado em um homem <i>(Sem esposa/companheira no agregado, pode incluir parentes, crianças, amigos)</i>	2
	Nuclear <i>(Marido/companheiro homem e uma esposa/ companheira com ou sem filhos)</i>	3
	Alargada <i>(Marido/companheiro e esposa/companheira com filhos e parentes)</i>	4
	Chefe do agregado com menos de 18 anos centrado em uma jovem <i>(a chefe tem 17 anos ou menos)</i>	5
	Chefe de agregado com menos de 18 anos e centrado em um jovem <i>(chefe de agregado tem 17 anos ou menos)</i>	6
	Outros (especifique)	7

P11- SECÇÃO B: DADOS SOBRE TIPO DE HABITAÇÃO

P12: Renda do agregado de todas as fontes (no últimos mês/mês passado)

<p>(a) e (b) Ler a lista em voz alta, marque com um círculo o código que se aplica (coluna dos códigos) e complete a informação para essa linha; deixe linhas em branco para categorias que não se aplicam.</p> <p>(c) Inserir o valor do último mês para a unidade de moeda mais próxima da coluna (c). Para renda em gêneros i.e. “Remessas – bens/comida”, “Renda de produtos da machamba”, e em alguns casos talvez “Presentes”. Estime o valor monetário para o último mês e registar este valor na coluna (c).</p>	Categorias de renda	Código	Valor (unidade monetária mais próxima)
	Salário de trabalho (a)	1	
	Trabalho casual (b)	2	
	Remessas/dinheiro (c)	3	
	Remessas/Bens	4	
	Remessas - Comida	5	
	Renda dos produtos da machamba rural	6	
	Renda dos produtos da machamba urbana	7	
	Renda de negócio formal	8	
	Renda de negócio informal	9	
	Renda do aluguel de uma casa	10	
	Renda de doações (em comida)	11	
	Renda de doações (em dinheiro)	12	
	Pensão de invalidez(ou outros seguros sociais)	14	
	Presentes	15	
	Outros (especifique)	16	
Recusou responder	17		
Não sabe	18		

P13: Despesas mensais do agregado do último mês por itens (a) através de (f) & ano por itens (g) através de (o).

(Ler a lista em voz alta, marque com um círculo o código que se aplica e complete a informação para essa linha; deixe linhas em branco para as categorias que não se aplicam 'em caso de despesa anual, dar uma estimativa mensal.

Se o agregado não tem despesas, marque com um círculo APENAS código = “17” para “NENHUM”.

Se o entrevistado recusar responder, marque com um círculo APENAS código = “18” para “Recusou responder”

Categorias de despesas	Código	Valor (unidade monetária (Metical))	
Comida e compras em supermercado	1		Último mês
Habitação (aluguel, hipoteca)	2		Último mês
Despesas diversas(escrever total de tudo: águas, esgoto, telefone, eletricidade, etc.)	3		Último mês
Transporte	4		Último mês
Poupança	5		Último mês

P11- SECÇÃO B: DADOS SOBRE TIPO DE HABITAÇÃO			
Combustível (Lenha, petróleo, gás, velas, etc.)	6		Último mês
Despesas com saúde(assistência médica, custos médicos)	7		Último ano
Educação (propinas da escola, livros, uniforme escolar)	8		Último ano
Seguro (seguro de vida, de enterro, etc.)	10		Último ano
Despesas com no m ^ª es anterior ao inquéritofuneral	11		Último ano
Assistência Médica domiciliar	12		Último ano
Remessas (receitas)	13		Último ano
Dívida de serviço/Pagamento a crédito	14		Último ano
Bens comprados para vender	15		Último ano
Outros (especifique tipo de despesas e tempo)	16		
NENHUM	17		
Recusou responder	18		
<p>P14: Até que ponto as pessoas no seu agregado usam outras estratégias para além de empregos (emprego regular e formal) para ganhar a vida?</p> <p><i>Use os códigos da lista abaixo para registar até que ponto as pessoas do agregado usam outras estratégias:</i></p> <p>1 = De nenhuma forma 2 = Um pouco 3 = Parcialmente dependente 4 = Totalmente dependente</p> <p>Atenção:</p> <p>✓ <i>Registar o código adequado na última coluna.</i> ✓ <i>Esclarecimento sobre a relação entre os códigos de 1 ..a 4 e as categorias (“Modo de ganhar a vida”):</i> <i>O que se pretende aqui é o seguinte:</i> - <i>De nenhuma forma o AF (Agregado familiar) usa produtos da machamba como forma de ganhar a vida (código 1);</i> - <i>O AF usa um pouco dos produtos da machamba para o seu sustento (código 2);</i> - <i>O AF é parcialmente dependente dos produtos da machamba (código 3); ou</i> - <i>O AF é totalmente dependente produtos da machamba (código 4).</i></p>	Modo de ganhar a vida		Código
	a. Produtos da machamba		
	b. Produtos da horta		
	c. Produto das árvores		
	d. Criação doméstica de animais		
	e. Publicidade		
	f. Artesanato		
	g. Pedir esmola		
	h. Presentes		
	i. Biscato		
	j. Aluga quartos		
	k. Crédito Formal		
	l. Crédito Informal		
	m. Auto-emprego doméstico		
n. Outros (especifique)			
<p>P15: Como você avaliaria (como estão hoje) hoje as condições económicas do seu agregado comparado com um ano atrás?</p> <p><i>(Marcar com um círculo uma resposta apenas)</i></p>	Condições Económicas		Código
	Muito pior		1
	Pior		2
	Na mesma		3
	Melhor		4
	Muito melhor		5

P11- SECÇÃO B: DADOS SOBRE TIPO DE HABITAÇÃO

Índice de condições de pobreza

P16: Ao longo do último ano, com que frequência (se alguma vez já aconteceu), você ou sua família (um membro do seu agregado) ficou sem:

(Ler cada pergunta em voz alta e marcar com um círculo a resposta mais adequada. Circular apenas UMA resposta para cada linha.)

Condições	Nunca	Apenas uma vez ou duas	Várias vezes	Muitas vezes	Sempre	Não sabe
Comida suficiente para comer?	1	2	3	4	5	6
Água limpa suficiente para uso doméstico?	1	2	3	4	5	6
Medicamentos ou tratamento médico?	1	2	3	4	5	6
Eletricidade em casa?	1	2	3	4	5	6
Combustível suficiente para cozinhar a comida	1	2	3	4	5	6
Renda em dinheiro?	1	2	3	4	5	6

P17- SECÇÃO C: CONTRIBUIÇÃO DAS REMESSAS (RECEITAS) PARA A SOBREVIVÊNCIA/ SUSTENTO DO AGREGADO FAMILIAR

Se este agregado familiar tiver *um dos seus membros a viver e a trabalhar noutra lugar* (um Trabalhador Migrante –

(Veja A Pergunta P10h – P10m), prossiga abaixo com as perguntas da Secção “C”. Caso Contrário (Se Não Tem), Salte a Secção “C” e prossiga para a Secção “D”.

<p>P17a: Você acha que este agregado foi influenciado positivamente ou negativamente por ter uma pessoa(s) a viver e a trabalhar noutra lugar?</p> <p><i>(Avaliar a opinião mais fortes; Fazer um círculo em apenas UMA resposta)</i></p>	Influência sobre o agregado	Código
	Muito positivo	1
	Positivo	2
	Nem positivo nem negativo	3
	Negativo	4
	Muito negativo	5
	Não sabe (Não ler)	6
<p>P17b: Quão importante são remessas (dinheiro, em espécie, comida ou produtos) para a sobrevivência deste agregado, segundo as respostas a seguir?</p>	Importância das remessas	Código
	Muito importantes	1
	Importantes	2

<i>(Avaliar a opinião mais forte; fazer um círculo apenas para UMA resposta)</i>	Neutro	3
	Não importantes	4
	Nem um pouco importantes	5
	Não sabe	6
P17c: Se outros membros deste agregado tivessem que migrar para outros lugares para trabalhar, você acha que este agregado estaria: <i>(Avaliar a opinião mais forte; fazer um círculo em apenas Uma resposta)</i>	Condições do agregado	Código
	Bem melhor	1
	A mesma coisa	2
	Bem pior	3
	Não sabe	4

P18HFAS - SECÇÃO D: INSEGURANÇA ALIMENTAR

ESCALA DE ACESSO À INSEGURANÇA ALIMENTAR DO AGREGADO FAMILIAR (HFAS)

(LER a lista de perguntas e as categorias e circular nos números apenas UMA resposta para cada pergunta)

Escala de acesso à insegurança alimentar do agregado (HFAS) nas últimas quatro semanas.	Não (Se a resposta a pergunta é 'Não')	Raramente (uma ou duas vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Regularmente (mais do que 10 vezes)
P18aHFAS: Nas últimas quatro semanas, você se preocupou que o seu agregado não tivesse comida suficiente?	1	2	3	4
P18bHFAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram impossibilitados de comer o tipo de comida que vocês preferem por falta de recursos (dinheiro)?	1	2	3	4
P18cHFAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer uma variedade limitada de alimentos devido a falta de recursos?	1	2	3	4
P18dHFAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer alguma comida que vocês realmente não queriam comer por falta de recursos?	1	2	3	4
P18eHFAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que tomar uma refeição menor (menos comida) do que vocês acham que precisavam porque não havia comida suficiente?	1	2	3	4
P18fHFAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado tiveram que comer menos refeições durante o dia porque não havia comida suficiente?	1	2	3	4

P18gHFIAS: Nas últimas quatro semanas, ficaram sem nenhuma comida no vosso agregado por falta de recursos para comprar comida?	1	2	3	4
P18hHFIAS: Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado foram dormir com fome porque não havia comida suficiente ?	1	2	3	4
P18iHFIAS:. Nas últimas quatro semanas, você ou um membro do seu agregado passou o dia e a noite inteira sem comer nada, porque não havia comida suficiente?	1	2	3	4

P19HDDS - CLASSIFICAÇÃO DA DIVERSIDADE DA DIETA DO AGREGADO (HDDS)

Agora eu gostaria de perguntar-lhe sobre o tipo de comida que você ou qualquer um dos membros do seu agregado comeu ontem durante o dia ou a noite.

(Ler a lista de comidas. Marcar com um círculo em “sim” no quadrado se alguém no agregado comeu o alimento em questão, marcar com um círculo em “não” se ninguém no agregado comeu a comida)

Tipos de Comida	Sim	Não
P19HDDSa: Pão, arroz, shima, massa esparguete, biscoitos, bolachas ou qualquer tipo de comida feito de milho miúdo, sorgo, milho, arroz, trigo, ou [ACRESCENTE/INSIRA QUALQUER OUTRO TIPO DE GRÃOS DISPONÍVEIS LOCALMENTE]?	1	2
P19HDDSc: Batata Reno, batata doce, inhame, mandioca, ou qualquer outro tipo de comida feita de tubérculos ou raízes?	1	2
PHDDSc: Algum vegetal ou legume (repolho, couve, alface, tomate, cenoura, etc.)?	1	2
P19HDDSD: Alguma fruta?	1	2
P19HDDSe: Carne de vaca, carne de porco, carne de carneiro, carne de cabrito, coelho, porco selvagem, frango, pato, outras aves, fígado, rim, coração, ou outras partes de alguma carne?	1	2
P19HDDSi: Alguns ovos?	1	2
P19HDDSh: Algum peixe fresco ou seco ou outro tipo de marisco?	1	2
P19HDDSh: Algum tipo de comida feita de feijão, ervilhas, lentilhas, ou amêndoas?	1	2
P19HDDSi: Queijo, leite ou outro derivado de leite?	1	2
PHDDSi: Alguma comida feita de óleo, gordura ou manteiga?	1	2
P19HDDSk: Açúcar ou mel?	1	2
P19HDDSl: Qualquer outro tipo de comida ou complemento como café, chá, milo, etc?	1	2

P20MAHP - MESES DE UM SUPRIMENTO ADEQUADO DO AGREGADO FAMILIAR (MAHP)

Agora gostaria de perguntar sobre o suprimento alimentar do agregado em diferentes meses do ano. Ao responder a estas perguntas por favor pense nos últimos 12 meses.

P20MAHPa: Nos últimos 12 meses, houve meses em que você não teve comida suficiente para suprir a necessidade do seu agregado?	Sim	1
	Não	2
<i>(Ler a pergunta e marcar com um círculo a pergunta mais adequada)</i>	(Se a resposta for NÃO, vá para a secção E: DOAÇÕES E SEGURANÇA ALIMENTAR)	
	Se “Sim”, continue com a pergunta P18MAHPb)	

<p>P20MAHPb: Se sim, quais foram os meses (nos últimos 12 meses) nos quais você não teve comida suficiente para as necessidades de seu agregado?</p> <p>Atenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>(Não ler a lista dos meses. Trabalhar de trás para frente a partir do mês atual (corrente)):</i> ✓ <i>Marcar com um círculo no “1” (Coluna do “Sim”) Se o entrevistado identificar esse mês como aquele em que não teve comida suficiente para suprir as suas necessidades.</i> ✓ <i>Marcar com um círculo no “2” (Coluna do “Não”) Se o entrevistado identificar esse mês como aquele em que o seu agregado teve comida suficiente para suprir as suas necessidades.</i> 	Meses nos quais o agregado não teve comida suficiente para a sua necessidade		Códigos	
	Janeiro	1	2	
	Fevereiro	1	2	
	Março	1	2	
	Abril	1	2	
	Maio	1	2	
	Junho	1	2	
	Julho	1	2	
	Agosto	1	2	
	Setembro	1	2	
	Outubro	1	2	
	Novembro	1	2	
Dezembro	1	2		

<p>P20. EXPERIÊNCIA EM RELAÇÃO A MUDANÇAS DE PREÇOS DOS ALIMENTOS</p> <p>Agora gostaria de lhe perguntar sobre as experiências do agregado em relação aos preços dos alimentos nos últimos 6 meses.</p> <p>P20.1: Nos últimos seis meses, você ou um membro do agregado ficou sem um tipo de alimentos por causa do preço elevado dos alimentos (foi incapaz de comprar)?</p> <p><i>(Marcar com um círculo a resposta correcta)</i></p> <p>P20.2:SE NUNCA OU NÃO SABE, salte para a Secção E: “DOAÇÕES E INSEGURANÇA ALIMENTAR”. SE NÃO. Continue na pergunta P20</p>	Frequência com que ficou sem comida		Código
	Nunca		1
	Cerca de uma vez por mês		2
	Cerca de uma vez por semana		3
	Mais do que uma vez por semana mas não todos os dias da semana		4
	Todos os dias		5
	Não sabe		9

<p>P21: Disse que nos últimos seis meses, você ou um membro do agregado ficou sem comida por causa do aumento no preço dos alimentos. Que tipos de alimentos ficou sem poder comer ?</p> <p><i>(Ler a lista dos alimentos. Marcar um círculo em “Sim” no quadrado se alguém no agregado comeu a comida indicada na questão.</i></p> <p><i>Marcar com um círculo “Não” se ninguém no agregado comeu tal comida).</i></p>		
Tipos de comida	Sim	Não
Pão, arroz, massa esparguete, biscoitos, bolachas ou outro tipo de comida feita de milho, sorgo, milho, trigo, ou [INSIRA QUALQUER OUTRO GRÃO LOCALMENTE DISPONIVEL]?	1	2
Alguma batata, inhame, mandioca, ou qualquer outro tipo de comida feita de tubérculos ou raízes?	1	2
Alguns vegetais e legumes?	1	2
Fruta?	1	2

Carne de vaca, carne de porco, carne de carneiro, carne de cabrito, coelho, porco selvagem, frango, pato, outras aves, fígado, rim, coração, ou outras partes de alguma carne?	1	2
Alguns ovos?	1	2
Peixe fresco ou seco ou outros frutos do mar (ameijoas, etc.)?	1	2
Alguma comida preparada com feijão, ervilhas, lentilhas, ou castanhas?	1	2
Queijo, iogurte, leite ou outros derivados de leite?	1	2
Alguma comida preparada com óleo, gordura, ou manteiga?	1	2
Açúcar ou mel?	1	2
Qualquer outro tipo de comida, tais como complementos café, chá, milo, etc.?	1	2

<p>P22: Para além do aumento do preço da comida, que outros problemas (por ordem de importância) impediram a você, nos últimos seis meses, de ter comida suficiente para suprir as necessidades do seu agregado?</p> <p>Atenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ (Não ler as opções, escrever um número em frente da causa identificada em ordem de importância(1= Mais importante.....21=Menos importante de todas). ✓ Avaliar: Você experimentou um outro problema?) 	Problema (s)	Ordem de importância
	Insegurança/ Violência	
	Morte de um membro do agregado que trabalhava	
	Morte do chefe do agregado	
	Morte de um membro de outro agregado	
	Doença grave de um membro do agregado	
	Acidente de um membro do agregado	
	Perda/ ou redução de emprego de um membro do agregado	
	Redução da renda de um membro do agregado	
	Mudança de moradia (residência) da família	
	Redução ou corte de envio de recursos de familiares	
	Tomar conta dos órfãos de um familiar (ou parente) que morreu	
	Riscos de saúde/ epidemias (ex. cólera)	
	Cheias, fogo e/ou outros acidentes (catástrofes) naturais	
	Aumento do preço da água	
	Fim de segurança Social (Dinheiro de pensão)	
	Fim de ajuda alimentar	
Roubo		
Problemas/Assuntos Políticos		
Outros (por favor especifique)		
Nenhum		

	Não sabe	99
--	----------	----

P23a. Onde este agregado normalmente obtém comida?

(Ler a lista de fontes de alimento. Marcar com um Círculo no “Código de Alimento” no quadrado se alguém no agregado responde “sim” à fonte de alimento na lista.)

P23b. Com que frequência o agregado normalmente obtém sua comida a partir destas fontes?

(Avaliar a frequência com que a comida é adquirida a partir desta fonte pela resposta do entrevistado (1 - 99) e marcar com um círculo o número apropriado na escala.)

Fonte de Alimentos	Código da fonte de Alimento	P22b1. Frequência de Obtenção de Alimentos desta fonte					
		Pelo menos cinco dias por semana	Pelo menos uma vez por semana	Pelo menos uma vez por mês	Pelo menos uma vez em seis meses	Menos do que uma vez por ano	Nunca
Supermercado	1	1	2	3	4	5	6
Pequena loja	2	1	2	3	4	5	6
Mercado Informal	3	1	2	3	4	5	6
Planta /cultiva	4	1	2	3	4	5	6
Doação de alimentos	5	1	2	3	4	5	6
Envio de (alimentos por) parentes	6	1	2	3	4	5	6
Compartilha refeições com os vizinhos e/ou outros agregado	7	1	2	3	4	5	6
Alimentos dados por vizinhos e/ou outros agregados	8	1	2	3	4	5	6
Cozinha da comunidade	9	1	2	3	4	5	6
Pede emprestado alimentos de outras pessoas	10	1	2	3	4	5	6
Outros (especifique):	11	1	2	3	4	5	6
Não sabe	99						

P24. Na última semana de onde os membros deste agregado obtiveram a sua comida?

(Ler a lista das fontes de alimentos. Marcar com um círculo na coluna “Sim” se alguém do agregado responde “Sim” para a fonte de alimento da lista.)

(Marcar com um círculo na coluna “Não” se ninguém do agregado familiar obtém comida através das fontes da lista.)

Fonte de alimentos	Sim	Não
Supermercado	1	2
Pequena Loja	1	2
Mercado Informal	1	2
Planta/cultiva	1	2
Doação de alimentos	1	2

Recebe alimentos por parte de parentes ou familiares	1	2
Refeições compartilhadas com vizinhos e/ou outros agregados	1	2
Comida dada por vizinhos e/ou outros agregados	1	2
Cozinha da comunidade	1	2
Pede emprestado alimentos de outras pessoas	1	2
Outros (especifique):	1	2
Não sabe	9	9

P25 - SECÇÃO E: DOAÇÕES E INSEGURANÇA ALIMENTAR

(LER EM VOZ ALTA O SEGUINTE) “Agora gostaria de informar-me sobre a saúde dos membros deste agregado, visto que, situações de acidentes e doenças podem, frequentemente, afectar os membros do agregado.” P24a. Alguém se juntou a este agregado durante os últimos 12 meses devido a doenças? <i>(Marcar com um círculo no código da resposta adequada)</i>	Sim	1
	Não	2

P26 – EMFERMIDADES/DOENÇAS (MORBILIDADE)

P26a: Analisando bem os últimos 12 meses, algum membro do seu agregado que mora na casa pelo menos há 9 meses, ficou doente nos últimos 12 meses? <i>(Marcar com um círculo no código da resposta adequada)</i>	Sim	1
	Não	2
<i>(Se NÃO, salte para a pergunta P26a. Se SIM, continue na pergunta P25b.. Use os códigos inseridos nas respectivas perguntas).</i>		

P26b: Qual era a relação da pessoa doente com o actual chefe do agregado familiar? <i>(Marcar com um círculo no código da resposta adequada) (***)</i>	P25c. A pessoa doente era do género masculino ou feminino? (***)	P25d. Qual era a idade da pessoa doente? (***) - Idade na hora da doença em anos - Coloque 0 para menos de 1 ano - 97 Recusou - 98 Não sabe - 99 Em falta	P25e. Qual era a enfermidade/doença? (***)	P25f. Qual era a principal contribuição da pessoa doente para o agregado familiar, antes de ficar doente? (***)
1 Chefe do agregado familiar/ da família	1 Masculino		1 Malária	
2 Esposo(a) / companheiro(a)	2 Feminino		2 TB (Tuberculose)	
3 Filho / Filha	9 Em falta		3 Pneumonia	

4 Adotado/ filho de criação/ órfão			4 HIV/SIDA	
5 Pai/ Mãe			5 Doença do coração	
6 Irmão/ Irmã			6 Cancro	
7 Neto (a)			7 Causas naturais	
8 Avô/ avó			8 Cólera	
9 Genro/ Nora			9 Acidente	
10 Outro tipo de parente			10 Suicídio	
11 Não parente/conhecido			11 Homicídio	
98 Não sabe			12 Diarréia	
99 Em falta			13 Má nutrição	
			14 Outros (especifique)	
			97 Recusou	
			98 Não sabe	
			99 Em falta	

P27 - MORTE (MORTALIDADE)

P26a: Pense bem, nos últimos 12 meses, algum membro do seu agregado familiar que viveu nesta casa por pelo menos 9 meses morreu nos últimos 12 meses? (Inclui morte de crianças mesmo se menor de um mês; inclui morte no hospital de um membro normal do agregado familiar)

Sim	1
Não	2

(Se NÃO, salte para a pergunta P27a)

Se SIM, continue a partir da pergunta P26b – P26f. Use os códigos do fim da página).

P27b: Qual era a relação de parentesco do(a) falecido(a) com o atual chefe do agregado?

*(Marcar com um círculo no código da resposta adequada) (****)*

P26c. O falecido era do género masculino ou feminino? (****)

P26d. Qual era a idade do(a) falecido? (****)

- Idade na hora da doença em anos

- Coloque 0 para menos de 1 ano

- 97 Recusou

- 98 Não sabe

- 99 Em falta

P26e. Você poderia me dizer de quê (doença) ele(a) morreu? (****)

P26f. Qual era a principal contribuição do(a) falecido(a) antes de morrer? (****)

1 Chefe do agregado familiar/ da família	1 Masculino		1 Malária
2 Esposo(a) / companheiro(a)	2 Feminino		2 TB (Tuberculose)
3 Filho / Filha	9 Em falta		3 Pneumonia
4 Adotado/ filho de criação/ órfão			4 HIV/SIDA
5 Pai/ Mãe			5 Doença do coração
6 Irmão/ Irmã			6 Cancro
7 Neto (a)			7 Causas naturais
8 Avô/ avó			8 Cólera
9 Genro/ Nora			9 Acidente
10 Outro tipo de parente			10 Suicídio
11 Não parente/conhecido			11 Homicídio
98 Não sabe			12 Diarréia
99 Em falta			13 Má nutrição
			14 Outros (especifique)
			97 Recusou
			98 Não sabe
			99 Em falta

P28 - SECÇÃO F - VÍNCULOS RURAL – URBANO E REMESSAS DE ALIMENTOS

P28a: No último ano, alguém deste agregado familiar recebeu comida dos PARENTES E/OU AMIGOS das zonas rurais e/ ou outras zonas urbanas?

(Marcar com um círculo a categoria apropriada, pode aceitar múltiplas respostas)

Localização	Vínculo	Sim	Não	Não sabe (NÃO LER)
P28aRUR	Parentes	1	2	9
	Amigos	1	2	9
P28aURB	Parentes	1	2	9
	Amigos	1	2	9

**SE NINGUÉM RECEBEU COMIDA de ALGUÉM SALTE PARA A PERGUNTA P33a, SECCÃO G.
SE SIM, CONTINUE ABAIXO COM AS PERGUNTAS P28a e P28b.**

29a: Que tipo de comida as pessoas do agregado recebem das zonas rurais e/ou urbanas?
(Marcar com um círculo no “Código de alimento” na tabela se alguém no agregado respondeu “sim” para fonte de alimento na lista. Considere os alimentos tradicionais).

29b: Com que frequência recebem a comida?

(Avaliar a frequência com que a/o comida/alimento é recebida/o da fonte pela resposta do entrevistado (P28b3-P28b14) e marque com um círculo o número adequado na escala).

Tipos de comida/alimento	P28b1. Fonte de alimento		P28b2. Frequência de recebimento de comida				
	ÁREA/ZONA	Código do alimento	Pelo menos uma vez por semana	Pelo menos uma vez a cada 2 meses	3-6 vezes ao ano	Pelos menos uma vez por ano	Não sabe
P29b3: Pão, arroz, massas, bolachas, ou qualquer outro tipo de alimento feito de milho, sorgo, milho, trigo, ou....[outros grãos localmente disponíveis]?	Rural	1	1	2	3	4	9
	Urbano	2	1	2	3	4	9
P29b4: Batatas, batata doce, inhame, mandioca, ou outro tipo de alimentos de tubérculos ou raízes?	Rural	3	1	2	3	4	9
	Urbano	4	1	2	3	4	9
P29b5: Vegetais, legumes?	Rural	5	1	2	3	4	9
	Urbano	6	1	2	3	4	9
P28b6: Alguma Fruta?	Rural	7	1	2	3	4	9
	Urbano	8	1	2	3	4	9
P29b7: Carne de vaca, carne de carneiro, carne de cabrito, coelho, carne de caça, patos, outras aves, fígado, rim, coração, ou outras partes da carne?	Rural	9	1	2	3	4	9
	Urbano	10	1	2	3	4	9
P29b8: Ovos?	Rural	11	1	2	3	4	9
	Urbano	12	1	2	3	4	9
P29b9: Algum peixe fresco ou seco, amêijoas, etc.?	Rural	13	1	2	3	4	9
	Urbano	14	1	2	3	4	9
P29b10: Alguma comida feita de feijão, lentilhas, castanhas ou amêndoas?	Rural	15	1	2	3	4	9
	Urbano	16	1	2	3	4	9
P29b11: Algum queijo, iogurte, leite, ou outro derivado de leite?	Rural	17	1	2	3	4	9
	Urbano	18	1	2	3	4	9
P29b12: Alguma comida preparada com óleo, gordura ou manteiga?	Rural	19	1	2	3	4	9
	Urbano	20	1	2	3	4	9
P29b13: Açúcar ou mel?	Rural	21	1	2	3	4	9
	Urbano	22	1	2	3	4	9
P29b14: Não sabe, (NÃO LER EM VOZ ALTA)		99					

	Importância da comida					Código
--	-----------------------	--	--	--	--	--------

P30: Quão importante é para este agregado a comida recebida das zonas rurais e/ou urbanas? <i>(Marcar com um círculo a resposta adequada)</i>	Nem tão pouco importante	1
	Um pouco importante	2
	Importante	3
	Muito importante	4
	Fundamental para a nossa sobrevivência	5
	Não sabe (NÃO LER)	9
P31. Na sua opinião, porque as pessoas nas zonas rurais e/ou urbanas enviam comida para as pessoas deste agregado? <i>(Aceitar múltiplas respostas)</i>	Razões para enviar comida	Código
	Para ajudar este agregado a se alimentar	1
	Por hábito, costume	2
	Como presente	3
	Para negócio	4
	Outros (EPECIFIQUE)	5
Não sabe (NÃO LER)	9	
P32. Como as pessoas neste agregado usam a comida que é recebida das zonas rurais e/ou zonas urbanas? <i>(Aceitar múltiplas respostas)</i>	Uso da comida	Código
	Comer	1
	Vender	2
	Para dar para amigos / parentes	3
	Para alimentar o gado (inclusive as galinhas)	4
	Não sabe (NÃO LER)	9
P33. Se as pessoas vendem a comida, onde é que a vendem? <i>(Aceitar múltiplas respostas)</i>	Venda de comida	Código
	Vendem na Estrada (revendedor (a) de rua	1
	Vendem em casa	2
	Vendem para um restaurante / ou em um restaurante	3
	Fazem bebidas alcoólicas para vender	4
	Outros (ESPECIFIQUE)	5
	Nenhum caso se aplica (não vende de nenhuma forma)	6
	Não sabe (NÃO LER)	9
SECÇÃO G: DOAÇÃO DE ALIMENTOS NO MEIO URBANO		
P34a. Alguém deste agregado recebe ajuda/doação de comida?	Sim	1

	Não	2		
<i>Se NÃO, pule para o “fim”.</i> <i>Se SIM, continue com Q32 abaixo.</i>				
P34b. Que tipo de doação/ajuda alimentar é recebida, e de que fonte(s)? <i>(Aceitar múltiplas respostas para tipo de fonte de doação/ajuda).</i>	Tipo de ajuda/doação	Código	Fonte de Ajuda alimentar	Código
	Comida	1	Agência das Nações Unidas	1
	Em dinheiro/espécie	2	Organização de Base Comunitária	2
	Senha	3	Organização de Base Familiar	3
	Outros (Especifique)	4	OnG	4
			Governo	5
			Outros (especifique)	6
Não sabe (Não ler)	9	Não sabe (Não ler)	9	
P343c. Quão importante é a ajuda alimentar para este agregado? <i>Avaliar a opinião mais forte; marcar somente UMA resposta</i>	Importância de ajuda alimentar		Código	
	Muito Importante		1	
	Importante		2	
	Neutro		3	
	Não importante		4	
	Nem um pouco importante		5	
	Não sabe		6	

A LER EM VOZ ALTA PELO INQUIRIDOR:

“Terminei as minhas perguntas. Tem, alguma coisa em particular que você gostaria de acrescentar ao que disse ou mudar?”

“Você tem algumas perguntas que gostaria de fazer?”

Perguntas	Para uso oficial apenas
1.	
2.	
3.	

A LER EM VOZ ALTA PELO INQUIRIDOR

“Muito obrigado por passar este tempo conversando connosco. A informação que você forneceu é de grande valor, e agradecemos pelo facto de ter compartilhado connosco. Apenas reiterando, como não registamos o seu nome nem apelido ou endereço, ninguém pode relacionar o que nós conversamos e o que você falou, assim o seu anonimato está garantido. Adeus!”

Apêndice 2: GUIÃO DE OBSERVAÇÃO

1. Dados gerais	
1.0.Data da observação	____/____/____
1.1. Nome do Distrito Municipal <i>(assinale com X a resposta certa)</i>	1. KaNyaka <input type="checkbox"/> 2. KaTembe <input type="checkbox"/>
1.2. Nome do Bairro	1.1. Inguane <input type="checkbox"/>
	1.2. Ridzene <input type="checkbox"/>
	1.3. Nhaquene <input type="checkbox"/>
	2.1. Chale <input type="checkbox"/>
	2.2. Xamissava <input type="checkbox"/>
	2.3. Gwachene <input type="checkbox"/>
	2.4. Incassane <input type="checkbox"/>
2.5. Inguide <input type="checkbox"/>	
1.3. Nome do observador	
1.4. Nome do observado	
1.4. Género do observado <i>(assinale com X a resposta certa)</i>	1. Masculino <input type="checkbox"/> 2. Feminino <input type="checkbox"/>
1.5. Idade (em anos) do observado (pode ser estimativa)	
1.6. Relação com o chefe do agregado família <i>(assinale com X a resposta certa)</i>	1. Esposa(o) <input type="checkbox"/> 2. Filho(a) <input type="checkbox"/> 3. Empregado(a) <input type="checkbox"/> 4. Outro <input type="checkbox"/>
2. Dados de Observação	Anote embaixo o que observou
Obs1: Hora de início do trabalho de cozinha	OBS.: Anote nos espaços seguintes (nesta coluna) outras coisas observadas e que ache relevantes

Obs2: Tipo de produtos utilizados na preparação da refeição		
Obs 3: Meio (instrumento) utilizado para cozinhar (Panela de alumínio, Panela de Barro ou outro tipo) (<i>assinale com X a resposta certa</i>)	Panela de alumínio <input type="checkbox"/> Panela de Barro <input type="checkbox"/> Outro tipo <input type="checkbox"/>	
Obs 4: A comida preparada é para o almoço ou para o jantar e almoço (xiquento)?	Para o almoço <input type="checkbox"/> Para o jantar e almoço (xiquento) do dia seguinte <input type="checkbox"/>	
Obs5: Hora de término do trabalho de cozinha		

Apêndice 3: Foto de um membro da equipa de da FAEG durante a visita presidencial realizada em 2016 em KaNyaka.



Fonte: Foto tirada pela equipa da UEM-FAEF (2016). Relatório feito no âmbito da visita presidencial à Ilha de KaNyaka

Apêndice 4: Foto de terras usadas para a certo tipo de culturas em KaNyaka



Fonte: UEM-FAEF (2016). Relatório feito no âmbito da visita presidencial à Ilha de KaNyaka.

Apêndice 5: Partida da equipa para o campo em KaNyaka, 2017



Fonte: Foto tirada por Ezequie Abrahamo em KaNyaka, 19/08/2017.

Apêndice 6: Assistente de campo programador de ODK e da base de dados



Fonte: Foto tirada por Ezequiel Abrahamo durante o "descarregamento" de dados nos tablets, KaNyaka, 2017